



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

WANESSA MONTEIRO CANELLAS DE OLIVEIRA

ECOS DA MEMÓRIA: DIFERENÇA, ÉTICA E POLÍTICA DA MULTIDÃO

Rio de Janeiro, 2012.

WANESSA MONTEIRO CANELLAS DE OLIVEIRA

ECOS DA MEMÓRIA: DIFERENÇA, ÉTICA E POLÍTICA DA MULTIDÃO

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.  
Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.  
Orientadora: Profa. Dra. Josaida Gondar.

Rio de Janeiro, 2012.

WANESSA MONTEIRO CANELLAS DE OLIVEIRA

ECOS DA MEMÓRIA: DIFERENÇA, ÉTICA E POLÍTICA DA MULTIDÃO

Tese apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.  
Linha de pesquisa: Memória, Subjetividade e Criação.  
Orientadora: Profa. Dra. Josaida Gondar.

---

Profa. Dra. Sonia Virgínia Moreira PPGCOM/UERJ

---

Prof. Dr. Mario Bruno PPGL/UERJ

---

Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra PPGP/UFF

---

Prof. Dr. João Paulo Macedo e Castro CFCS/UNIRIO

---

Profa. Dra. Josaida Gondar (orientadora) PPGMS/UNIRIO

Aprovada em 02 de maio de 2012.

O48m

Canellas de Oliveira, Wanessa Monteiro.

Ecos da memória: diferença, ética e política da multidão / Wanessa Monteiro  
Canellas de Oliveira, 2012.

255 f.

Orientador: Jô Gondar.

Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do  
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

1. Memória coletiva. 2. Ética política. 3. Subjetividade. 4. Microsociologia.  
5. Diferença (Filosofia). I. Gondar, Jô. II. Título.

CDD – 302.12

*Para minha mãe,  
por ter me ensinado, entre histórias de vida  
e afazeres domésticos,  
que não existe nada fora da substância.  
Uma spinozana de forno e fogão.*

## AGRADECIMENTOS

*Por onde começar?*

*Eu, que prefiro sempre começar pelo meio, me deparo nesse momento, com a necessidade de começar pelo início. Lembrar-se dos detalhes é sempre uma tarefa difícil num percurso tão longo. E, no entanto, lembro-me perfeitamente do momento em que escolhi o tema desta tese: fazendo uma disciplina sobre Deleuze – ainda no mestrado – com Jô Gondar, numa perfeita terça-feira de outono, com a sala cheia de amigos. Só quem já estudou com a Jô, na Urca, no outono, pode imaginar o que é passar por isso: a nossa perspectiva muda. A vida muda. É a expressão mais genuína do quanto podemos nos sentir positivamente afetados. Então, o primeiro agradecimento vai para Jô, minha querida orientadora, por tocar sempre com delicadeza, amorosidade, generosidade e inteligência a vida dos que com ela se encontram.*

*A Prof<sup>ª</sup>. Dra. Sônia Virgínia Moreira, que está há anos em minha vida, contribuindo generosamente com sua produção intelectual e amizade.*

*Ao Prof. Dr. Mário Bruno pela leitura cuidadosa e pelos cursos maravilhosos sobre Deleuze e Spinoza, a partir dos quais a vida parece fazer algum sentido.*

*A Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cecília Coimbra pela sua delicadeza, gentileza e importantíssima atuação política e intelectual.*

*Ao Prof. Dr. João Paulo Macedo e Castro pelas contribuições futuras.*

*A Sandra Albernaz, amiga querida, com quem adoro perder tempo.*

*A Danilo Melo e Marcelo Sá de Sousa, pelas trocas intelectuais e pelas deliciosas conversas regadas a um tipo de humor muito particular entre nós.*

*A Aline Nascimento, Danielle Achilles, Edna Galvão, Luciana Grings, Samantha Arruda, amigas afetuosas e presentes em todo o percurso.*

*A Gisele Bittencourt Andrade, por todos os nossos dias juntas: silêncio, sorriso e cumplicidade.*

*A Kely Moraes, Bety Orsini, Carolina Morand, Regina Siqueira, Fernanda Osternack, Michele Melo, Mônica Almeida, Patrícia Costa, Ana Lúcia Silva, Márcia Braga, Bruno Pinto, Soares Júnior, Álvaro Oliveira Filho, Eduardo Compan, amigos amorosos, companheiros incansáveis de trabalho e torcedores fiéis.*

*A Márcia Tassinari e Carlos Marconi, por me ajudarem a me tornar cada vez mais quem sou.*

*A Claudio Ulpiano (in memoriam) por me inspirar sempre.*

*Aos meus irmãos, Márcia e Mauro Canellas, pela nossa história (in)comum.*

*A Margaret Schaeffer e Sânia Moura, as irmãs que escolhi, pelo amor, carinho e apoio irrestritos.*

*A Mariza Tavares, amiga valorosa, por ser um exemplo de vida, de profissional, de mulher.*

*À minha mãe, por tudo.*

*A Sofia, por me ensinar o quanto a preguiça tem charme: o devir-gato.*

*E, finalmente, agradeço a Paulo Luiz, meu marido, companheiro e melhor amigo, pelo nosso encontro e por nossas boas horas na vida.*

*A liberdade consiste em conhecer os cordéis que nos manipulam.*

*Baruch Spinoza*

## RESUMO

A partir da noção deleuziana de “acontecimento” analisamos três registros referentes ao período do regime militar brasileiro (1964-1985): um conjunto documental produzido pelo Exército sobre a formação dos *Grupos dos Onze* e as táticas para arregimentação de guerrilheiros, que continha, entre outras informações, pistas fortes sobre o desaparecimento do acervo da Rádio Mayrink Veiga; a gravação da reunião do Conselho de Segurança Nacional, poucas horas antes da promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que cassou os direitos políticos, decretou recesso para o Congresso Nacional e retirou o direito ao *habeas corpus* para crimes de natureza política; e, finalmente, a frase do último presidente militar, o general João Batista Figueiredo sobre a condução da abertura política: “*É para abrir, e quem quiser que eu não abra, eu prendo, arrebento*”. Focalizando a perspectiva da imanência, buscamos compreender de que modo esses documentos – e o contexto no qual foram produzidos – produzem memória. Ao examinarmos a formação do Estado Liberal, confrontando as concepções de Hobbes e de Spinoza sobre organização política, encontramos caminhos para pensar também de que modo nos constituímos política e institucionalmente. As reverberações do poder nas esferas sociais são investigadas a partir dos estudos de Foucault sobre o tema. Utilizamos o método cartográfico, forjado por Deleuze-Guattari, para delinear uma rede reverberativa dos acontecimentos tratados. Adotamos – inspirados em Gabriel Tarde – uma concepção de memória social como fruto processual de um ato criativo. Advogamos, enfim, por uma dimensão ética da memória, demonstrando sua produção cotidiana e papel político.

Palavras-chave: Acontecimento. Diferença. Ética. Imanência. Memória Social. Política. Democracia. Ditadura Militar. Comissão da Verdade. Lei de Acesso à Informação.



## ABSTRACT

From the deleuzian notion of "event" analyzed three records for the period of the Brazilian military regime (1964-1985): a set of documents produced by the Army on the formation of groups of eleven and tactics for recruitment of guerrillas, which contained, among other information, strong clues about the disappearance of the Radio collection Mayrink Veiga; the recording of the meeting the National Security Council, just hours before the promulgation of Institutional Act No. 5 (AI-5), which stripped the political rights, declared recess to the Congress and withdrew the right of habeas corpus for crimes of a political nature, and finally, the sentence of the last military president, General João Baptista Figueiredo, on the conduct of political openness, "is to open, and who does not want me to open, I hold, 'll burst." Focusing on the perspective of immanence, we understand how these documents - and the context in which they were produced – producing memory. By examining the formation of the Liberal State, comparing the views of Hobbes and Spinoza's political organization, find ways to also think about how we constitute ourselves politically and institutionally. The reverberations of power in social spheres are investigated from studies of Foucault on the subject. We use them applying method, coined by Deleuze-Guattari, to delineate a network of rebound events treated. We adopted – inspired by Gabriel Tarde – a conception of social memory as a result of a procedural creative act. We argue, finally, for an ethical dimension of memory, showing its daily production and political role.

Keywords: Event. Difference. Ethics. Immanence. Collective Memory. Politics. Democracy. Military Dictatorship. Truth Commission. Access Information Act (Law).

Lista de Imagens:

Documento Secreto:

- 1) Fig. 1 – Página 172 da tese – Página 1 Documento Secreto
- 2) Fig. 2 – Página 173 da tese – Página 1 Documento Secreto
- 3) Fig. 3 – Página 173 da tese – Página 17 Documento Secreto
- 4) Fig. 4 – Página 175 da tese – Página 20 Documento Secreto
- 5) Fig. 5 – Página 175 da tese – Páginas 20-21 Documento Secreto
- 6) Fig. 6 – Página 176 da tese – Página 41 Documento Secreto
- 7) Fig. 7 – Página 177 da tese – Páginas 41-42 Documento Secreto
- 8) Fig. 8 – Página 178 da tese – Página 44 Documento Secreto
- 9) Fig. 9 – Página 178 da tese – Página 45 Documento Secreto
- 10) Fig. 10 – Página 179 da tese – Página 18 Documento Secreto

Fonte: Arquivo Cedope, SGR.

ATA do Ato Institucional nº 5 – página 1

Fonte: SEDAU, Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

ATO Institucional nº 5 Fig. 1 – página 1

ATO Institucional nº 5 Fig. 2 – página 2

ATO Institucional nº 5 Fig. 3 – página 2

Fonte: SEDAU, Câmara dos Deputados, Brasília, DF.

FOTOGRAFIA Ministro Gama e Silva e locutor Alberto Curi, Palácio Laranjeiras, Rio de Janeiro, 13.12.1968

Fonte: Agência O GLOBO

REPRODUÇÃO Jornal do Brasil, primeira página, 14.12.1968

Fonte: Jornal do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>À GUISA DE INTRODUÇÃO: ECOS DA MEMÓRIA .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CONSTRUINDO UM PERCURSO POLÍTICO .....</b>	<b>28</b>
2.1	Modernidades: conflito, dualidade, crise .....	29
2.1.1	Modernidade alternativa: imanência, multidão, potência .....	34
2.2	O Leviatã, o monstro devorador, em batalha com os afetos .....	40
2.3	O “Tratado Político” ou a política da turba: <i>multitudo</i> .....	46
2.4	O poder político, as “artes de governar” e a vida nua .....	52
2.5	Brasil: considerações selvagens .....	61
2.6	Modernidade à brasileira: “ <i>Tupi or not Tupi, that is the question</i> ” .....	64
2.7	Rádio Palanque: novos costumes e a política de um Brasil brasileiro .....	74
<b>3</b>	<b>MÉTODO CARTOGRÁFICO: A PESQUISA DO DESASSOSSEGO .....</b>	<b>83</b>
3.1	O Bergsonismo de Deleuze: o método da intuição .....	88
3.2	Deleuze-Guattari: multiplicidade, rizoma .....	98
3.3	Acontecimento puro ou a lógica do sentido .....	102
<b>4</b>	<b>MEMÓRIAS POLÍTICAS E POLÍTICAS DA MEMÓRIA .....</b>	<b>109</b>
4.1	Por uma outra memória .....	110
4.1.1	Gabriel Tarde: monadologia, diferença, imitação .....	115
4.2	Memórias, acervos, políticas, poderes .....	127
4.2.1	Políticas institucionais e dimensões da memória .....	136
4.2.2	Políticas documentais e memória social .....	148
4.3	Política e meios de comunicação .....	154
4.3.1	Mais rounds políticos através do rádio .....	160
<b>5</b>	<b>A MEMÓRIA COMO ATO POLÍTICO OU ACONTECIMENTOS .....</b>	<b>164</b>
5.1	Rádio Mayrink Veiga: a memória apagada (1964) .....	167
5.2	AI-5: a memória amordaçada (1968) .....	185
5.3	“É pra abrir, e quem quiser que eu não abra, eu prendo, arrebento: a memória encurralada (João Baptista de Oliveira Figueiredo, 1979) .....	212
5.4	Memória como percurso ético .....	226
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POTÊNCIA DAS VIDAS ORDINÁRIAS .....</b>	<b>233</b>
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>243</b>
<b>8</b>	<b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....</b>	<b>253</b>
<b>9</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>255</b>

## 1 À GUIZA DE INTRODUÇÃO: ECOS DA MEMÓRIA

*“Uma cultura está bem morta quando a defendemos em vez de inventá-la.”*

*Paul Veyne*

Em torno da ninfa tagarela Eco, que habitava os bosques e as fontes, criou-se uma miríade de mitos que têm por função explicar a origem do eco. Uma das versões míticas mais difundidas é a de que a ninfa fora castigada com a privação de sua voz pela deusa Hera por ter supostamente acobertado a infidelidade de seu marido. A esposa ciumenta de Zeus, incomodada com as longas horas que o marido invariavelmente compartilhava com as ninfas, seguiu-o até o bosque e, em vez de encontrá-lo, deparou-se com Eco, que sendo excelente oradora e muito articulada, mentiu e convenceu-a de que Zeus jamais estivera ali (KURY, 1990). Passados alguns dias, a ninfa recebeu de Zeus um lindo anel, em sinal de agradecimento, por tê-lo ajudado a ludibriar a esposa. No entanto, Hera não havia se convencido totalmente de que o marido não estivera com as ninfas, e ao voltar ao bosque encontrou-se casualmente com Eco, que exibia a rara joia – que Hera imediatamente reconheceu – em sua mão. Percebendo ter sido vítima de uma dupla traição, a deusa Hera condenou a ninfa dissimulada a nunca mais falar autonomamente, porém ainda sendo capaz de emitir o eco – a reverberação estendida – da última palavra de seu interlocutor. A ninfa Eco jamais teria voz própria outra vez. O eco, portanto, é sempre a propagação sonora daquilo que alguém pronuncia.

Em outra versão desse mito, o lascivo deus Pan apaixonou-se febrilmente pela ninfa Eco, que não lhe devotava o mesmo sentimento por gostar à época de um sátiro. Então, por vingança, Pan ordenou que pastores a despedaçassem como punição a sua afronta. Assim, os pedaços da ninfa estavam por toda parte, reverberando seu ser por todos os bosques. Diz-se ainda que a grande paixão de Eco foi o mais belo dos efebos, Narciso, e que a ninfa o seguia por toda parte. Segundo Brandão (1991, p.302): “Um dia, Narciso a viu e repeliu tão friamente, que Eco se isolou, fechando-se numa dolorosa solidão. Por fim, deixou de se alimentar e definhou, transformando-se num rochedo, sendo capaz tão somente de repetir os derradeiros sons do que se diz”. Percebemos nessa versão do mito grego um grau considerável de imobilidade, já que a ninfa transformou-se em pedra. No entanto, apesar de nos remeter a uma situação de passividade e regressão – tendo se deixado desaparecer enquanto ninfa e se

transformado numa rocha – é possível pensar que a transformação tenha sido passageira e não permanente, apontando apenas um estado precursor de uma nova transformação por vir. A ninfa Eco evocaria, portanto, a noção de um *duplo*, de uma *sombra*, de um *outramento* (BRANDÃO, 1991, p.302). O eco seria então, nessa perspectiva, a reverberação de um processo, de algo em transformação, a expressão de um estado permanente de mudança.

Partindo das pistas que o mito nos oferece – a de que o eco é sempre uma reverberação estendida; é propagação sonora daquilo que alguém emite e que esse processo se caracteriza por um estado de transformação contínua, podendo gerar novas e infinitas interpretações – queremos propor nesta tese que tomemos o eco como a ressonância de um acontecimento que produz memória. Nesse sentido, podemos pensar no quanto os acontecimentos políticos – que se tornaram registros e documentos – guardam resíduos do tempo, de um passado atualizado no presente, mas que não perde de vista um tempo futuro. A operação que aqui propomos é diferente da habitual, já que estamos acostumados a pensar no acontecimento como algo que aconteceu, que passou e que, algumas vezes, se transforma num registro histórico, num fato digno de ser recordado, numa lembrança, que vez por outra aflora, ou mesmo numa efeméride – em se tratando de uma ocorrência de proporções maiores. Comumente o acontecimento é pensado como algo que se deu, como um fato mais ou menos relevante que mereceu registro sabe-se lá por quais escolhas humanas ou circunstâncias históricas. Para que possamos enxergar o acontecimento carregado de suas próprias intensidades e potências, e não como algo passado, bem acabado, consumado ou realizado e, via de regra, sempre distante de nós, precisaremos de algum esforço. O percurso que pretendemos empreender só será possível se estivermos totalmente abertos a uma perspectiva não reduzida ao factual da história.

Primeiramente será preciso romper com a naturalização de que os fatos possuem um encadeamento, que as coisas do mundo se arrumam em estratos bem arranjados e possíveis de serem encaixados e reproduzidos, num estado ou tendência de homogeneização permanente. Para que essa aparência homogênea se manifeste é necessário que se coloque em ação um mecanismo de destemporalização, é preciso espacializar o tempo para que ele *pareça* encaixado e justaposto, para que os fatos ocorridos nesse tempo passado façam sentido. Ou seja, essa forma aparente de decalque do tempo é, na verdade, o uso de um recurso, de uma artificialidade que tem por objetivo facilitar uma operação complexa que envolve além de um modo de apreensão, de captura, também a produção de uma certa coerência. É como se o tempo depois de capturado, roubado de sua dimensão processual, apareça como uma

sequência de fotogramas de cinema: editados e congruentes, aptos a contar uma história com início, meio e fim. Em segundo lugar, precisamos chamar a atenção sobre a percepção corrente de que os dados e as coisas do mundo existem *a priori* – é como se as figuras (as representações apartadas de sua processualidade e de sua temporalidade) sempre tivessem existido; surgiram no mundo material junto com a explosão do Universo e se encaixam na função de objetos que aguardam para tornar-se um tema de pesquisa. Portanto, a nossa proposta também é demonstrar que não são os objetos com os quais lidamos que determinam nossa conduta, mas que a nossa prática é que os fazem objetos ao mesmo tempo em que nos transformam. Melhor dizendo: a relação se faz no encontro das processualidades e dos conflitos que forjam a ambos simultaneamente e não apenas se torna relação entre dois entes que já existiam – nesses termos, há uma dissolução do que chamamos habitualmente ponto de vista do observador. E esse nos parece ser o trabalho primordial do pesquisador, que se ocupa dos acontecidos, que investiga como se apresentou a questão, mas que não deixa de afetar-se e de criar possíveis: o principal alimento da memória. Nessa perspectiva o acontecimento guarda seus elementos mais preciosos: distensão temporal, processualidade, vitalismo afetivo. Isto é, cria memória.

Para Paul Veyne (2008, p.19) “a história é filha da memória” e foi ele quem desenvolveu para o domínio epistemológico da história um conceito de acontecimento que buscava ativar no plano prático as questões teóricas trazidas por Michel Foucault, que apontavam a estreita ligação entre o trabalho historiográfico e a elaboração filosófica. Ao investigar a obra de Foucault, Veyne constatou que o método historiográfico utilizado pelo filósofo-historiador era revolucionário, pois contava a história a partir de conceitos próprios, inventados para este fim. A partir de uma equação delicada e perfeita Foucault demonstrou a relação complexa entre o trabalho do historiador e do filósofo, tornando possível a investigação autônoma de ambos e suas profícuas relações de convivência (REBELLO CARDOSO, 2005, p.2). Paul Veyne percebeu em Foucault um rigoroso exercício em busca da determinação das condições históricas das possibilidades dos “acontecimentos” e é isso que os une: é essa busca pelo conceito rigoroso que faz com que o filósofo se confunda com o historiador e que leva o historiador a ter extremo cuidado na criação e uso dos conceitos – trabalho por excelência dos filósofos. Mas por quê? Porque os conceitos, além de promoverem um tratamento mais rigoroso – que se pode chamar de constantes históricas<sup>1</sup> –

---

<sup>1</sup> Paul Veyne, historiador e linguista, trata das constantes históricas em seu livro “O inventário das diferenças”, que é fruto de sua aula inaugural no Collège de France, em 1975, quando passou a ocupar a cadeira de História

ativam o questionamento do próprio historiador e fazem com que ele pense aquilo que o factual escamoteia (VEYNE, 1983, p. 19-20). Nesse sentido, o que interessa a Paul Veyne são os acontecimentos, aqueles fatos que jamais se repetirão. Só o que existe, portanto, são versões dessas variações singulares. Ou seja: a história (ou os fatos históricos) só existe(m) em relação às questões que nós lhe(s) formulamos (VEYNE, 1971, p.15). Paul Veyne, sem dúvida, abriu um caminho importante para pensarmos o acontecimento numa dimensão mais ampla do que o puro e simples fato histórico contado da forma mais tradicional e conservadora possível: a história como expressão da verdade. Neste momento não nos ateremos mais longamente à proposta de Veyne, que nos servirá de base mais adiante para a construção do conceito de acontecimento que nos interessa: o puro “acontecimento” deleuziano.

Rebello Cardoso (2005) vislumbra a possibilidade de se retirar o conceito de Veyne do domínio epistemológico e lançá-lo numa direção mais abrangente, conjugando-o à noção deleuziana de acontecimento e aos seus desdobramentos éticos e políticos. Em *Lógica do Sentido* (2006b) Gilles Deleuze apresenta seu conceito de “acontecimento” a partir de duas obras de Lewis Carrol: *Alice no país das Maravilhas* e *Através do Espelho*. Vejamos: quando a menina Alice toma a bebida e cresce, torna-se maior do que já foi e ao mesmo tempo torna-se menor do que é agora. Alice é as duas numa só e simultaneamente, mas em sentidos opostos; não há um tamanho de corpo antes e um depois, nem uma divisão entre um passado de algo que ela já não é e de um futuro que virá. Alice é maior e menor ao mesmo tempo e o tempo todo. É esse acontecimento distendido, que ofusca e inibe o presente, que chamamos de devir puro; o tempo nesse acontecimento é tensionado e distensionado e não justaposto nem linear. Não há uma ação e uma reação, uma causa e um efeito ou uma cadeia crescente, perfeita, evolutiva e ininterrupta, mas um outramento simultâneo, um duplo em transformação permanente. Alice perde sua identidade única para ter a identidade infinita. O que Deleuze propõe é que nos afastemos das identidades fixas e bem forjadas, das verdades concretas e provas irrefutáveis, do tempo que corre cronologicamente e nos deixemos ser atravessados por incertezas incorpóreas: os acontecimentos. A partir dessa perspectiva o acontecimento

---

Romana. Em 1978 o autor publicou “Foucault revoluciona a história” onde se referiu ironicamente ao seu próprio comentário a respeito de “constantes históricas”. Veyne, sem dúvida, aproximou-se mais do pensamento de Foucault depois de sua entrada para o Collège de France e afirmou, neste mesmo artigo, que a intuição do filósofo era a de procurar raridades e que os fatos humanos são raros, portanto, o interesse pelas constantes e regularidades não faziam parte do universo foucaultiano, ao menos no sentido inicialmente proposto por Veyne.

poderá abandonar a sua sina de registro documental fonográfico ou de fato consumado aguardando as investidas de historiadores-arqueólogos em um futuro incerto.

A intenção nesta tese é que possamos enxergar alguns acontecimentos políticos, que tiveram impacto na vida brasileira no período do regime militar (1964-1985), não apenas como fatos que ocorreram e que puderam ser registrados, gravados, arquivados e reiteradamente veiculados, servindo como fonte documental primária, documento oficial ou ainda como efeméride, uma espécie de memória-documento. Queremos observá-los como acontecimentos providos de força reverberativa, sendo ainda capazes de emitir ecos que possamos ouvir. Acontecimentos políticos que, dotados de capacidade intensiva e afetiva, produzam memória. O desafio proposto é tomar três ocorrências do período do regime militar – um conjunto de documentos do Exército que sobreviveu à ordem para ser destruído e apresenta indícios dos motivos que levaram à destruição do acervo fonográfico da Rádio Mayrink Veiga; a gravação da reunião do Conselho de Segurança Nacional, que definiu os termos do Ato Institucional nº 5 e a famosa frase do último presidente militar, João Figueiredo – que ao ser indagado sobre a condução da abertura política, em 1979, logo que foi eleito, responde: “É para abrir. E quem quiser que eu não abra, eu prendo e arrebento.” – como ponto de partida para pensar de que modo nos constituímos politicamente em vários âmbitos sociais e que tipos de memória produzimos a partir destes lugares.

Normalmente, pesquisadores frequentam regularmente ou trabalham em instituições públicas e privadas, museus, centros de documentação, bibliotecas e lidam com documentos e acervos, que geralmente são a fonte e a inspiração de seus estudos e atividades acadêmicas. Eventualmente, acabam por encontrar objetos com os quais se relacionem, que o afetem e que, ao mesmo tempo, surjam a partir da própria relação – e este também é um acontecimento, posto que nem todo encontro entre pesquisador e objeto é dotado da potência afetiva necessária para provocar uma transformação ou uma efetuação. O que nos leva a um terceiro problema: a perspectiva da imanência. Se estivermos aprisionados na esfera das representações sociais, apartados de nossas temporalidades, conflitos, processualidades e, de outro modo, mais sossegados e adaptados às homogeneizações oferecidas, sem dúvida, teremos um certo conforto advindo das determinações, das justaposições, mas também estaremos um pouco mais mortos, mais desvitalizados, agindo menos. Com esse procedimento, estaremos mais próximos de uma perspectiva transcendente, pois estaremos subordinados, reivindicaremos o conforto dos fixos, das identidades e do aplainamento dos conflitos; e, desse modo, também delegaremos algumas de nossas responsabilidades a um



outro, que possivelmente estará acima de nós: Deus, o Estado, a Lei. Se de outra forma, nos percebermos atuando num plano imanente, estaremos no espaço das escolhas, que certamente não negará os conflitos, ao contrário produzir-se-á com e a partir deles. No entanto, o conflito aqui é o jogo de forças do campo social e não a mão pesada de alguém que nos pune, a ação representativa, reativa. As lutas no plano da imanência talvez não sejam nem menos dolorosas porque são viscerais e contínuas, mas como são processualidades compostas por intensidades afetivas, não nos privam daquilo que nos é inalienável: a responsabilidade sobre nossas escolhas e de um sentimento de estar vivo, de *atuação*. São lutas que já nascem políticas, pois são a expressão das tendências que ora vencem e ora perdem. Portanto, o plano da imanência é eminentemente político, ou melhor, micropolítico, porque são pequenas lutas que se transformam em outras pequenas vitórias e alimentam outra série de derrotas: são multiplicidades que não podem ser reduzidas às representações. A partir dessas premissas, podemos pensar então: que tipo de memória produzimos a partir dessa série de acontecimentos políticos?

Pesquisadores que trabalham em centros de documentação de empresas jornalísticas – e este é o nosso caso – estão acostumados com variados tipos de pedidos de pesquisa. Os centros de memória e os arquivos costumam oferecer suporte de pesquisa histórico-documental às matérias especiais ou reportagens produzidas pelas redações e ainda atendem a um público de pesquisadores especializados. É corriqueiro que sejam acionados tanto para obter a confirmação pura e simples de algum dado impreciso como também para empreender buscas por arquivos desaparecidos ou por informações sinuosas, que teimam em escapar e percorrer caminhos impensados e (quase) impossíveis de rastrear. Alguns pesquisadores, no entanto, além de compreenderem que os documentos são fonte primária de pesquisa, consideram ainda as virtualidades destes. Em que sentido?

Sabemos que a maioria dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, sejam públicos ou privados, são fundados a partir de três ou quatro objetivos bastante rígidos e específicos: registrar e armazenar o conteúdo produzido e veiculado, dar suporte documental através de dossiês de pesquisa, prestar atendimento ao público interno (principalmente nos acervos privados) e externo cedendo materiais para pesquisadores, acadêmicos, jornalistas, para o mercado publicitário ou para produções impressas e audiovisuais. E esse é o modelo que prevalece quase sempre. Vale ressaltar que há algumas diferenças entre as normas patrimoniais das instituições públicas e privadas, no que tange aos tipos de tratamento técnico utilizados e diretrizes políticas para guarda, preservação e

publicização dos conteúdos arquivísticos. Embora haja a Lei geral dos Arquivos nº 8.159, que concentra as principais medidas a serem postas em prática pelos arquivos públicos e privados, há pequenas variações em função dos tipos, subtipos, origem, destinação e categorias de materiais, mas no geral, a principal recomendação é que o arquivo se torne o lugar da “proteção” destes.

Se pensarmos na estrutura comum dos arquivos, das bibliotecas, dos museus, veremos que há um sólido modelo institucional, erigido juntamente ao projeto cultural do Iluminismo, que certamente até hoje inspira nossas instituições. Desse modo, os arquivos se revelam principalmente como locais que se ocupam em tratar adequadamente os materiais para que respondam a quatro tipos reivindicação: a de cunho historiográfico, em que fatos históricos sejam narrados promovendo um sentido para os acontecimentos; a republicana, que detém a guarda dos documentos produzidos no âmbito do Estado e originariamente públicos e também daquilo que, mesmo sendo produzido no âmbito privado, é de interesse público; a cartorial, que tem a função de comprovar identidades e autenticidade dos fatos; a cultural, que nos protege do esquecimento, tomando o registro documental como o principal representante da memória.

Em alguns arquivos, felizmente, podemos experimentar uma dimensão diferente: uma dimensão poética – e afetiva, ética e política como veremos mais tarde. Aqui o termo “dimensão poética”, cunhado por Maurício Lissovsky (2004) em seu texto *Quatro+1 dimensões do arquivo*,<sup>2</sup> ganha concretude e relevo próprios, pois sempre existe a possibilidade de estarmos lidando com um acervo (e com documentos), que apesar de responder(em) adequadamente às outras dimensões, tenha(m) aberturas, vãos, intermitências e hiatos – ou seja sua porção *instável, diferente, inadequada*. Acervos e documentos, de um modo geral, são tratados por profissionais da área, pesquisadores e público em geral como prova responsiva ou como registro de algo que passou. Enxergá-lo sob outra perspectiva é um desafio que exigirá de nós sensibilidade apurada, alma de pesquisador-poeta e disposição de galgo para saltar dos padrões de pretérito perfeito – o passado ilusoriamente intocado, preservado da ação corrosiva do tempo, registrado para servir de prova documental – ao desafio do desconhecido flexionado na forma do futuro do pretérito: como *teria* sido isso? Assim é que se dá a experiência do pesquisador que enxerga diante dos clarões e dos vazios dos arquivos, algo de acontecimento, algo do que teria sido. É nesse momento que

---

<sup>2</sup> O texto *Quatro+1 dimensões do arquivo* apresenta o arquivo nas suas dimensões mais conhecidas: historiográfico, republicano, cartorial e cultural e acrescenta a dimensão **poética** sobre a qual nos referimos aqui.

percebemos como se cria e onde se inscreve a memória. Mas ainda assim, surge a pergunta: de que memória nós falamos?

O trabalho cotidiano em um centro de documentação leva-nos a pensar como se efetuam as escolhas sobre o que é produzido, veiculado e arquivado e também sobre aquilo que um dia foi esquecido, que pode ser intencionalmente apagado ou mesmo simplesmente perecer devido à ação erosiva do tempo. Seguindo este percurso também iremos nos deparar com algumas das dimensões clássicas presentes em um arquivo e suas implicações éticas e políticas. Que tipos de memórias produzimos num modelo institucional tradicional? Existe memória sendo produzida fora do âmbito institucional? Existe um ou muitos modelos de memória? Existe memória que não segue modelo? Quais as implicações políticas e éticas na produção de memória? Se nos detivermos nos aspectos de produção da memória – e nos seus jogos de força – compreenderemos que o papel das instituições não pode ficar reduzido às funções de selecionar, arquivar, conservar e publicizar conteúdos produzidos para que sirvam como fonte de consulta e pesquisa; o questionamento dos modelos, dos usos e do acesso também faz parte da gestão e, certamente, de uma postura política em relação às práticas profissionais. Há uma naturalização dos modos e modelos que certamente não têm nada de natural, estes são tão construídos quanto o prédio em que se situam. A questão é amplamente política, indo desde a situação de forjamento da instituição, das condições de produção do dado, da diretriz política do acervo até as políticas de acesso aos documentos. Como nesta pesquisa estamos lidando com documentos provenientes de fontes diferentes e produzidos sob as mais diversas condições, optamos por um caminho menos convencional, que nos proporcionasse construir um percurso em vez de buscar respostas fundadas em conceitos sacralizados e bem assentados. Toda a tese segue esse fio temático: construímos um percurso político dos documentos que produzem memória e que, ao produzi-la, mantendo seus graus de virtualidade e processualidade, escapam de sua sina de registro histórico, tornando-se um acontecimento.

É imprescindível que o leitor tenha a esta altura a noção exata de que esta pesquisa é ancorada no campo da memória social, que é transdisciplinar por excelência, e que por isso, presta-se bastante bem ao nosso propósito, posto que transitaremos nas áreas da sociologia, da filosofia política e da comunicação social. A perspectiva transdisciplinar ainda é objeto de confusão e preconceito, pois preconiza o imbricamento de saberes e promove a desestabilização das certezas. É um terreno movediço porque põe em xeque a zona de conforto de cada disciplina e revela fragilidades que são menos aparentes quando dentro de

uma circunscrição mais delimitada e específica. O prefixo *trans* (HOUAISS, 2007, p.2749) sugere um movimento de ir para além de alguma coisa, de mudança, de transformação<sup>3</sup>. O transdisciplinar no âmbito acadêmico significa, em linhas gerais, conhecimentos específicos e saberes que se cruzam com o propósito de criar novas formas de pensamento e de ação e, por feliz consequência, talvez, novos modos de existir, de estar e de perceber o mundo.

O conceito de memória social é “complexo, inacabado, em permanente processo de construção” conforme apontam Gondar e Dodebei na apresentação do livro *O que é memória social?* (2005, p.7). As autoras argumentam que numa perspectiva transdisciplinar não basta que as especialidades e disciplinas possam dialogar, já que isso as mantém ainda em seu campo específico de saber, mas que se trata mais de uma fecundação. E não há, nesse sentido, fecundação harmônica, cedente. A fecundação entre disciplinas faz surgir um novo campo de problemas, que até então não podia ser fértil nem explorado por nenhuma delas, simplesmente porque não existiam. E se um novo campo cria novos problemas, é preciso que se fabriquem também novos conceitos para respondê-los (DELEUZE; GUATTARI, 2005).

É importante esclarecer de onde surge o conceito de memória social e de que maneira pretendemos abordá-lo. Os estudos em memória social se firmam enquanto disciplina com o sociólogo Maurice Halbwachs – discípulo de Émile Durkheim, considerado o fundador da sociologia enquanto disciplina – que introduz no cenário das ciências sociais o conceito de *memória coletiva* ou social claramente influenciado pela teoria durkheimiana. Halbwachs (2005) percebeu a memória social construída sob a égide da coletividade, segundo a qual nossas lembranças, mesmo as que consideramos mais pessoais, foram forjadas quase que inteiramente por narrativas e depoimentos de outrem que chegam até nós. Para o autor haverá tantas memórias quantos grupos sociais existirem. Entretanto, os grupos que compõem o corpo social e que, por sua vez, também são responsáveis por sua coesão, parecem não se confrontar a ponto de haver ruptura ou mesmo de impossibilitar sua emergência, fundando a memória coletiva em *quadros sociais*<sup>4</sup> estáveis (que pudessem representá-los coletivamente) e apoiados na integração harmônica das diversidades (HALBWACHS, 1952). É à problemática da coesão social que o conceito tenta responder nessa época. Vejamos o que dizem Gondar e

---

<sup>3</sup> Conforme definição da etimologia da palavra, esta propriedade, no universo da química orgânica, se aplica ao átomo cuja posição é mutável, posto que situado transversalmente a um plano de referência. *idem*. p. 2750

<sup>4</sup> O conceito de ‘quadros sociais’ foi desenvolvido por Halbwachs no livro *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) onde o autor estabelece os princípios fundamentais de sua teoria, claramente inspirada no modelo durkheimiano de representações coletivas. Para um maior aprofundamento da questão, ver: DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 1989. e DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin-Claret, 2001.

Dodebei (2005, p.8): “A concepção de memória de Halbwachs supõe um mundo com fronteiras bem assentadas, coletividades com um fluxo regular de tempo e um núcleo de relações permanentes.” Na atualidade, outras formas de vida social surgem e, em consequência disso, outras questões emergem e, portanto, novos conceitos são (e ainda serão) criados com o mesmo intuito de responder às novas indagações. Sem dúvida, os pesquisadores do campo da memória continuarão formulando perguntas que os conceitos tradicionais já não são capazes de dar conta e, felizmente, teremos espaço para novas criações.

Seguindo esta linha de pensamento, pretendemos demonstrar que a memória pode ser uma escolha e toda escolha – seja do que conservar ou do que perguntar – tem uma implicação ética e política (GONDAR, 2005). Mais do isso, pensaremos a memória social como criação a partir da microssociologia de Gabriel Tarde, que em contraposição à visão fundante da disciplina, toma esse aspecto da memória como constitutivo. Na perspectiva de Halbwachs e de seus sucessores teóricos, a memória é percebida como estável, assentada nos estratos sociais bem demarcados, pertencente aos grupos e às instituições e, desse modo, espacializada. A abordagem tardeana rompe com a noção de que memória é sinônimo de identidade, de amálgama, de representação social; ao contrário, Tarde propõe que a memória seja pensada distante das referências fixas, que não se limite a ser um decalque do passado e nem que seja reduzida a um dado apartado de sua temporalidade, repousando numa prateleira empoeirada. A memória social tardeana guarda sua espessura processual, sua diferenciação permanente, é a própria expressão das tendências em conflito no campo social e, por isso, já nasce política. É preciso ressaltar que buscamos uma noção de política não vinculada apenas ao universo partidário-eleitoral, mas um tipo de política microscópica, microfísica, expressão do infinitesimal, uma atuação efetiva e contínua dos sujeitos no campo social.

Os documentos que irão compor o corpus da pesquisa são qualificados como “acontecimentos políticos”, já que os enxergamos numa dimensão para além do factual e representativo, pois não são apenas registros fonográficos ou documentos textuais; estes são, antes de tudo, a expressão de um cenário político conturbado no Brasil, que ainda ecoa em várias esferas do campo social, jurídico e ainda influi nas decisões tomadas nas instâncias públicas. Partindo desse princípio, a proposta do primeiro capítulo é a de tracejar, a partir do período da modernidade, a fundação do modelo político de Estado liberal, que em última instância, repercutirá nos modelos político-institucionais brasileiros. Teceremos um contraponto entre o Estado Leviatã de Thomas Hobbes e a democracia das potências e dos afetos, a multidão (*multitudo*) de Baruch Spinoza – a discussão sobre ambas as perspectivas

abre o caminho para se pensar a questão do poder político e suas reverberações posteriores. Vamos nos apoiar nos estudos de Paul Veyne sobre a obra de Michel Foucault e no próprio Foucault para esclarecer sob qual ponto de vista entendemos o trabalho de um pesquisador e de sua prática. É ainda a dupla de historiadores-filósofos – Veyne e Foucault – que nos ajuda a pôr em pauta uma questão fundamental da pesquisa: a noção de acontecimento. E ainda Foucault ancora todo o arcabouço em torno da questão do poder político. Procuraremos ainda demonstrar à luz de Antonio Negri e Michael Hardt, Eduardo Viveiros de Castro, Renato Ortiz e outros de que modo os ares da modernidade europeia influenciaram o campo social brasileiro e de como essa adaptação de modelos trouxe consequências proveitosas ou desastrosas, mas invariavelmente duradouras, *reverberativas*. A questão da formação dos estados liberais na Europa e as repercussões dessas ideias em solo brasileiro também serão contempladas, para que possamos discutir, entre outros aspectos, as políticas e os padrões vigentes no âmbito institucional. Sem dúvida as nossas instituições culturais como museus, bibliotecas e afins são um exemplo clássico da importação de modelos que perduram, embora com menos força, até hoje, e bastante calcados na perspectiva documental-monumental, que reduz o documento apenas ao seu caráter útil, responsivo, tentando eliminar sua diferença e sua processualidade. Deste modo, se formos privados dos conteúdos considerados diferentes, inadequados, desprovidos da chancela de “oficial”, com histórico de origem etc. ou se tivermos nosso acesso aos documentos impedido ou dificultado, nossas possibilidades de entendimento e ação política ficarão mais reduzidas. Também se faz necessário ressaltar que a memória pode ser produzida fora do âmbito documental-arquivístico; a memória não se encontra confinada à esfera documental ou institucional.

No segundo capítulo demonstraremos de que modo o método cartográfico nos proporciona enxergar um acontecimento em potência, perscrutando suas linhas de composição, sondando seus meridianos e rastreando seus sulcos através de um tempo sinuoso, geográfico, que é movimento puro, condição da vida. Aqui o mais importante não é a cronologia dos acontecimentos ou a reivindicação sobre a veracidade dos fatos – embora haja, por questões de coerência histórica e acadêmica, referências precisas às datas e fontes dos documentos escritos e fonográficos utilizados – e nem apenas o aspecto das revogações legais e sanções políticas sofridas no período. O que pretendemos aqui não se prende a determinados métodos sociológicos, historiográficos e nem de testemunhos orais ou mesmo de uma etnografia de campo. O método é geográfico, comportando as falhas geológicas, os abismos e as corredeiras, que vez por outra desembocam num lago cristalino, onde é possível alegrar-se

ao enxergar na limpidez do fundo o intenso brilho do acontecimento. A perspectiva é a de tomar o acontecimento não como ocorrência pura e simples ou como fato consumado, mas enxergá-lo na sua qualidade tanto intensiva quanto extensiva, uma ação que se prolonga, que é reverberativa e, por conseguinte, produtora e promulgadora de novos processos. A partir de uma rede conceitual formada por pensadores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Gilbert Simondon, Gabriel Tarde, René Lourau, a cartografia é por si já um coletivo de forças, no qual a dicotomia sujeito-objeto, por exemplo, e a oposição de uma forma geral, é substituída pela relação entre os planos: o das formas, que congrega as coisas definidas, estáveis e corresponde à organização da realidade, e o das forças, que produzem a realidade e corresponde ao estado de movência das coisas.

No terceiro capítulo verificamos de que modo a memória é compreendida a partir da perspectiva das representações sociais, fundando não somente a disciplina enquanto tal, mas também às instituições-memória, bem como os procedimentos, políticas e diretrizes documentais e as repercussões dessas práticas afetando todo o campo social. Recorreremos à Foucault para entender os mecanismos pelos quais o poder se faz circular, as práticas de dominação e seus efeitos – como as denúncias que produzem uma contra-memória e o surgimento de uma face de resistência. Também apresentaremos a teoria social de Gabriel Tarde, que baseada na tríade conceitual diferença-repetição-imitação, propõe um tipo de memória dinâmica, que a partir de uma mínima variação, uma diferenciação infinitesimal, alia-se a outros tantos fluxos, rompendo com a ideia de que a memória apenas se atém aos fixos e que os representa, com a intenção de se conservar. Tarde demonstra que o que existem são ideias, fluxos de crença e desejo, que em luta constante formam correntes imitativas, ambicionando o infinito – ou seja, o impulso da memória é diferenciar-se e propagar-se. Desse modo, apontamos a definição de um campo social, no qual a memória seja um processo, um ato político, um fluxo vital e não algo destacado e descolado das práticas cotidianas.

No último capítulo, a partir da estória peculiar de cada documento escolhido para dar corpo ao trabalho, apresentaremos as várias dimensões da memória que, ancoradas na teoria social de Gabriel Tarde, no método cartográfico e nas relações entre memória, criação, poder e resistência. As ressonâncias posteriores no campo da política da multidão como proposta ética com Spinoza e Negri e Deleuze e Guattari, compondo o percurso investigativo. A intenção é de sempre demonstrar que memórias estão sendo produzidas todo o tempo e das mais diversas formas e que, em nossa perspectiva, esse nascimento já é político; a memória

não se torna política por conta dos usos políticos que fazemos dela, nem por estarem sendo produzidas no âmbito da política partidária, das instituições ou do aparelho jurídico. Tampouco os documentos se reduzem a registros documentais, que representam os mecanismos de constituição de formas de governo ou são apenas informações processadas, com a tarefa de alimentar bancos de dados ou subsidiar pesquisas. Memória e documento guardam sua dimensão processual, e na sua distensão de acontecimento, conservam suas singularidades, suas diferenças, seus conflitos. É memória porque é a expressão política das intensidades afetivas no campo social. O material escolhido para a análise comporta origens e tratamentos diferentes, mas possuem algo de comum: são processos singulares que reverberam até hoje nas esferas sociais. São acontecimentos políticos.

Os três documentos selecionados são de um período significativo na história recente do Brasil: o primeiro é um conjunto documental do Exército, que devia ter sido destruído por um militar, que descumpriu a ordem e o preservou. Os documentos foram enviados por uma ouvinte para a Rádio CBN, que realizou uma reportagem especial publicando-a no site da emissora em 31 de março de 2009<sup>5</sup>, marcando os 45 anos do Golpe de Estado<sup>6</sup> de 1964, que trouxe à tona uma documentação oficial inédita até aquele momento, contendo informações relativas ao manual prático de operações táticas dos *Grupos de Onze*<sup>7</sup> efetuadas no sul do país. Para sustentar a reportagem, precisamos levantar outras informações históricas que corroborassem o conteúdo do dossiê e descobrimos que havia fortes indícios dos motivos pelos quais a Rádio Mayrink Veiga tivera seu acervo dizimado pelos militares. Os registros dos discursos de Brizola, convocando pessoas para a revolução eram veiculados

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm> Acesso em: 10 abr. de 2010.

<sup>6</sup> Usamos aqui a definição de Golpe de Estado atualizada por Michel Senellart no livro “As Artes de Governar” e cunhada por Gabriel Naudé em torno de 1632. Embora Senellart nos alerte que na contemporaneidade o termo ganhe um novo sentido “de conquista do poder por meios ilegais, um movimento de audácia excepcional, sublinhado antes por sua rapidez e ousadia do que por sua brutalidade”, distinguindo-se do sentido original, que atentava mais para o caráter imprevisível dos estratagemas políticos (SENELLART, 2006, p.296). Se em outros momentos do texto aparecerem expressões como “Revolução de 1964, Revolução de 31 de Março, Revolução de Março”, serão por conta da fidelidade literal à fonte documental sonora ou textual utilizada e não uma opção pessoal de nomenclatura para o acontecimento.

<sup>7</sup> Os *Grupos de Onze* ou *Grupos dos Onze* ou ainda *Gr-11* pretendiam ser o braço armado de Leonel Brizola. No microfone da Rádio Mayrink Veiga, onde discursava todas as noites entre 1963 e 1964, ele pregava a criação dos *Grupos de Onze Companheiros*, compostos por cidadãos que ajudariam, através destas células que se reproduziriam geometricamente por todo o Brasil, a levar a esquerda ao poder. A militância radical pretendia – em teoria – utilizar mulheres e crianças como escudos civis, realizar ataques a centrais telefônicas, de rádio e TV e previa a execução de prisioneiros.



durante horas pela Rádio Mayrink Veiga e embora tenhamos procurado em muitos acervos de todo o Brasil, não conseguimos encontrar nenhum registro.

Se, por um lado, esse aspecto ampliou a dificuldade em termos investigativos – já que muitos documentos oficiais da época continuam inacessíveis aos pesquisadores, a despeito de seu prazo legal de abertura ter se cumprido – por outro, a ausência da prova documental *em si* (no caso do registro fonográfico) nos indicou um caminho muito mais tortuoso, menos cheio de certezas, verdades e provas irrefutáveis, mas que instiga nossa curiosidade. Essa perspectiva, sem dúvida, se apresenta como um campo de possibilidades, nos proporcionando a incrível aventura de criar a memória. Há o desafio de levarmos para o âmbito da pesquisa de campo as nossas emoções, sensações e percepções; somos pesquisadores, mas também somos agentes no mundo, buscando construir um percurso consistente, sem nos abstermos daquilo que experimentamos na vida e na atividade profissional.

É possível arriscar já e apontar que muitas das gestões administrativas de grandes (e potencialmente valorosos em termos históricos) acervos brasileiros negligenciam o fato de que o entorno, o contexto, a criação e a valorização de um fragmento de memória é tão importante quanto técnicas e tecnologias utilizadas que garantam, por exemplo, o mesmo nível de cuidado e acessibilidade empregados para um evento histórico de proporções globais como os atentados de 11 de setembro de 2001<sup>8</sup>. Entretanto, não podemos esquecer que o paradigma da relevância também muda e, por isso mesmo, é tão importante a flexibilização dos modelos e a constante avaliação crítica em torno do próprio conteúdo produzido pelo meio de comunicação, que em sua parada final, irá alimentar os acervos, tornando-se fonte de consulta e de inspiração intelectual. É imprescindível, neste caso, colocar-se em estado de permanente movência; é possível estabelecer algumas políticas mestras e deixar sempre uma abertura para o que é novo, para a imprevisibilidade e para o intempestivo. Os arquivos também devem poder abrigar espaços vazios e comportar os desvãos, as incertezas, as falhas e os esquecimentos.

---

<sup>8</sup> Atentados terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Os ataques aconteceram em série, tendo como alvo a população civil americana e contabiliza mais de 3.000 mortos e desaparecidos. Quatro aviões comerciais foram seqüestrados e dois deles colidiram propositadamente contra o World Trade Center – mais conhecido como Torres Gêmeas – em Manhatann, Nova York; o terceiro avião caiu no Pentágono, Virgínia e o quarto, que teria como alvo o Capitólio, em Washington, não chegou ao destino, tendo os destroços sido encontrados em Shanksville, Pensilvânia. A autoria dos atentados é atribuída à organização fundamentalista islâmica Al Qaeda. O acontecimento, sem dúvida, mudou a face das políticas de segurança em escala global.

É preciso que se atente para o fato de que a seleção de material é uma prática recorrente na documentação e é compreensível – e justo – que ela se faça. Há conteúdos que são mesmo voláteis e que não demandam uma materialidade permanente. O desaparecimento neste caso é algo bem-vindo, ecologicamente saudável. É bastante reconfortante pensar que “nem toda memória é um bem e nem todo esquecimento é um mal” (TODOROV, 2002), já que somos incessantemente bombardeados por discursos opressores de que “somos um povo sem memória” – como se a memória fosse algo sagrado, transcendente, intocável e absolutamente imperativo. É possível enxergá-la não como a um totem, mas como uma atividade dinâmica, suscetível a todos os jogos de força presentes no campo social, que é onde a memória se engendra e se imiscui e, por conseguinte, provoca outros movimentos.

Jacques Derrida aponta em seu livro “Mal de arquivo: uma impressão freudiana” que algumas instituições demonstram uma tendência a guardar absolutamente tudo, gerando uma quantidade tóxica de informação (DERRIDA, 2001). Entretanto, é necessário também sermos capazes de acolher o que chega até nós com uma atitude menos conservadora e automatizada: se é antigo, se não há registro ou fonte, se não sabemos a procedência, então não nos servirá e poderá ser descartado. A sensibilidade para reconhecer um material interessante se estabelece com a prática cotidiana e depende muito ainda do propósito de cada centro de documentação, biblioteca ou museu. Há instituições que só trabalham num padrão mais restritivo, no que se refere à origem e identificação das fontes documentais; há outras que possuem uma percepção mais ampla do sentido do documento, numa perspectiva semelhante à de Jacques Le Goff, quando propõe, em seu artigo denominado “Documento/monumento”, que se leve em consideração o caráter mais subjetivo das escolhas de cunho arquivístico (LE GOFF, 1984).

De onde então herdamos esta forma de atuação, seleção e conservação arquivística? Seria talvez resquício das bibliotecas e museus tradicionais, instituições disciplinares (e disciplinadoras) por excelência? Ou quem sabe seja reflexo, reverberação e eco de uma política autoritária, que foi forjada num passado recente, e que, apesar das mudanças e dos deslocamentos da sociedade, ainda é persistente? Qual a relação entre a memória que se produz e se afirma – e que eventualmente é até esquecida ativamente, de forma saudável, fruto da dinâmica lembrar-esquecer – da que é apagada por decreto? É possível realmente apagar todas as pistas, almejar ter todo este controle sobre o passado – com a ideia implícita de que assim controla-se também o futuro? É possível consegui-lo? Por quanto tempo?

Tomemos um exemplo. É razoavelmente conhecida a história de que o ditador Josef Stalin mandou apagar de algumas fotografias as imagens de Leon Trotski e de Lev Kamanev, entre outros. No livro *The Comissar Vanishes* (O Comissário Desaparece) de David King (1997), o historiador da fotografia, que dedicou-se a pesquisar as imagens da antiga União Soviética por mais de 30 anos, revela que a grande façanha de Stalin não foi apenas a de apagar e reescrever a história – pois isso já havia sido feito inúmeras vezes por poderosos de diversos calibres – mas a de ter inovado o ramo da falsificação iconográfica. Stalin recriou sua modesta participação na Revolução de 1917 com imagens manipuladas por um pequeno exército de técnicos que retocavam, montavam e reenquadravam todos os registros imagéticos a seu bel-prazer, pondo em movimento a mais espantosa indústria de falsificação do século XX. É também sabido que muitas viúvas dos desafetos de Stalin eram obrigadas a rasgar todas as fotos dos maridos e de ensinar aos próprios filhos a jamais pronunciar o nome do pai em público. A tentativa de apagamento da memória do pai é um artifício bastante comum nos regimes ditatoriais e bastante doloroso para as famílias dos banidos, dos desaparecidos e dos assassinados. Se no Brasil o artifício das imagens não foi usado, outras formas de apagamento histórico foram utilizadas: acervos inteiros desapareceram, documentos oficiais foram alterados ou indevidamente destruídos e pessoas sumiram sem deixar rastro.

No primeiro caso, por não termos conseguido o registro fonográfico, nos basearemos nos documentos textuais a que tivemos acesso; o segundo documento é o registro sonoro da reunião do Conselho de Segurança Nacional, poucas horas antes da promulgação do Ato Institucional nº 5, que revogaria, entre outras tantas arbitrariedades, o direito ao *habeas corpus*, no caso de prisão por motivos políticos. O documento foi colhido com a anuência dos participantes durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional, onde os membros civis e militares presentes, com exceção do vice-presidente Pedro Aleixo, votaram a favor da decretação do ato. Naquele dia iniciou-se um dos períodos mais nefastos na história do Brasil. A gravação estava, desde então, depositada numa caixa na garagem do general Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil do governo Costa e Silva, e foi encontrada por seu secretário, Heitor Ferreira. Após a morte do general, Heitor Ferreira, presenteou o jornalista Élio Gaspari com a maior parte do acervo não-oficial do antigo chefe. Alguns pequenos trechos da fita são reproduzidos no livro *A Ditadura Escancarada* (2002), que é um dos títulos da sua quadrilogia sobre a ditadura brasileira. Algum tempo antes do lançamento do livro *1968, o ano que não terminou* (2008) de Zuenir Ventura, Gaspari enviou ao amigo

jornalista uma cópia desta mesma fita contendo trechos ainda inéditos, que não tinham sido usados na sua obra e que poderiam ajudar Zuenir em sua empreitada. No entanto, a análise integral do material, numa perspectiva acadêmica, parece ainda não ter sido feita. A cópia das fitas a que tivemos acesso foi enviada pelo SEDAU (Setor de Audiovisual da Câmara dos Deputados) e é a prova de que os acervos podem e devem receber materiais advindos de todas as partes e fontes, mesmo que não oficiais.

O terceiro documento é do período final do governo militar e nos dá a dimensão exata de quanto ainda seria preciso caminhar até a abertura política. A frase do general João Batista de Oliveira Figueiredo – o último governante militar – quando indagado por um jornalista sobre se haveria mesmo abertura política no Brasil, com a sua eleição pelo colegiado militar em 1979, é sintomática: *“Você acha que sou mentiroso? Pois se estou falando isso há quatro meses! Imagina se chego aqui hoje e digo: ‘Vou ver, vou pensar melhor’. É pra abrir mesmo. E quem quiser que eu não abra, eu prendo, arrebento”*. Mais de duas décadas depois percebemos que a frase do Figueiredo exprimia toda a incongruência em que nós de brasileiros vivíamos: o discurso de abertura política vinha envolto na brutalidade praticada nos porões da ditadura. *“É pra abrir. E, quem quiser que eu não abra, eu prendo, arrebento”*. O registro tem apenas 27 segundos, mas no fim é possível ouvir as risadas nervosas dos jornalistas que presenciavam a resposta. É um áudio curto e chocante, pois sentimos o peso das décadas de opressão se manifestando na voz débil e frágil do repórter e na pergunta em tom constrangido: “General, é verdade que o senhor vai promover a abertura?” A resposta ríspida e atravessada por uma espécie de humor negro – bem à maneira do general Figueiredo – também reforça a ideia de que aquela abertura política, que seria promovida por um general indicado e eleito por outros generais, era um passo bem orquestrado e articulado para chegarmos até o regime democrático. Como veremos, ainda teríamos um longo caminho pela frente.

E, finalmente, chegamos a uma memória ética, que produzida a partir do plano de imanência, é a expressão da política da multidão: a democracia das potências. A força das vidas ordinárias.

## 2 CONSTRUINDO UM PERCURSO POLÍTICO

*“A política não é uma ciência. É uma arte, uma ação que se inventa.”*

*Marilena Chauí*

É preciso, em primeiro lugar, apresentar nossa perspectiva a respeito de política e de poder na modernidade e demonstrar de que modo a construção desses conceitos nos permitirão estabelecer um plano privilegiado de ação dentro do espectro geral da pesquisa, que dê conta ao mesmo tempo da amplitude e complexidade do tema sem que se perca o nosso fio condutor: a criação de memória – na sua dimensão ética e política – no campo da comunicação social e seus agenciamentos no mundo contemporâneo.

É ainda importante ressaltar que a escolha pela construção dos conceitos – e não o uso de um único conceito já pronto e acabado, testado e aprovado *ad nauseum* – é marcadamente intencional e fez-se absolutamente necessário, já que o campo da memória é dinâmico e transdisciplinar por natureza, exigindo de nós pesquisadores uma disposição atenta para lidar com um objeto de estudo que é processual. O mesmo se dá com a área da comunicação – aqui ancorada em registros sonoros e no seu impacto na vida política do país – que carrega em si (pré-conceituadamente) a marca da volatilidade e da ausência de políticas públicas (e legais), que cuidem efetivamente da memória produzida pelos veículos. Esses aspectos coadunados corroboram nossa tese de que é preciso criar, inventar um percurso conceitual – sempre comprometido com o rigor teórico e metodológico – mas que nos permita romper as delimitações formais dos campos do saber, atravessando-os, para poder vivenciar novas possibilidades de entendimento.

Salientamos ainda que a opção por iniciarmos o percurso a partir da modernidade é, sem dúvida, buscando demonstrar os tipos de conflito que se estabeleceram e as ressonâncias que deles fazem eco, não somente no que concerne à política, mas em todas as esferas do campo social. Em nosso caso particular, falaremos das reverberações da modernidade europeia no Brasil em fins do século XIX e principalmente no início do XX – que é quando adentramos naquilo que autores como Renato Ortiz (1994) chamam de modernidade tardia brasileira, a partir do advento do rádio como primeiro meio de comunicação de massa. Nesse sentido visamos apresentar não uma historiografia do tema, mas uma cartografia, um percurso geográfico, mais afinado e em consonância com a proposta geral da pesquisa.

## 2.1 Modernidades: conflito, dualidade e crise

O conceito de modernidade é algo bastante amplo e comporta muitas vertentes, interpretações, dualidades. Como diz Octavio Paz (1990, p.50): “Um nome que muda com o tempo é um verdadeiro nome? A modernidade é uma palavra em busca de seu significado: é uma idéia, é uma especificidade ou um momento da história? Somos filhos da modernidade ou ela é nossa criação?”

Numa perspectiva mais tradicional podemos enxergá-la como um momento de aperfeiçoamento: é como se uma luz fosse lançada no que é antigo possibilitando algo novo, mas garantindo ainda a permanência desse mesmo antigo em sua essência. Há uma valorização do que é estabelecido, pois é ele que serve de anteparo para o novo; não é um rompimento que promove a criação de fato, mas uma ressignificação, uma adaptação de modelos.

De acordo com Jauss (1996, p.47) “a modernidade situa-se no limite do horizonte cronológico que separa a percepção do mundo histórico familiar de um passado que só nos é acessível através da mediação da compreensão histórica.” Ou seja: os humanistas do Renascimento italiano percebem a Idade Média como o período *escuro e intermediário* entre a Antiguidade – o passado intocável *antiquitas* – e a modernidade do presente, que atualizando o passado, apontava em direção ao futuro. A modernidade tem, portanto, o papel de *restauradora* de um passado perfeito e inabalável, vivido pelos antigos.

Se na Idade Média a função dos homens *escolhidos* era proteger do esquecimento os saberes divinos que lhes foram revelados, na modernidade houve um deslocamento dessa função: a tarefa em pauta era construir o conhecimento; o homem constituiu-se enquanto sujeito passando a ser também a medida das coisas e “um observador de primeira ordem” (GUMBRECH, 1998, p.12). A ciência passou a ocupar um lugar privilegiado e a leitura de que a modernidade sempre se alimentava do passado para produzir o futuro vai perdendo um pouco de sua força. A modernidade ganhou ares de ruptura e de mudança profunda na vida urbana catapultada pela Revolução Industrial. No entanto, apesar de todas as modificações de caráter econômico e social trazidos pela modernidade, ainda se perpetuava a velha ordem metafísica: se antes era o poder divino ou dos soberanos, agora era a ciência e o capital. Mudou o cenário, o regime, o sistema, mas a prática de subjugar continuava existindo.

Estamos acostumados – e temos sido educados para isso ao longo dos tempos – a pensar (e habitar) um mundo previamente estabelecido a partir de regras rígidas e praticamente imutáveis. Somos enredados num determinismo quase inescapável: “toda ação

provoca uma determinada reação”, “toda causa produz um efeito”. O discurso da medicina e da biologia, ancorado nos fenômenos químicos e físicos, que por serem repetíveis *ad infinitum* em condições similares ou idênticas, dão ao campo da ciência a regularidade e as provas empíricas necessárias a torná-la um novo (e poderoso) paradigma na modernidade. Se por um lado a sedimentação do aparato científico, calcado em rígidos princípios, trouxe avanços indiscutíveis em várias esferas da vida social, por outro, ajudou a manter a mesma velha e conhecida subserviência da existência humana tão em voga no período medieval e ainda reverberativa na modernidade. A vida parecia sempre subordinada, privada da sua potência, da sua força. O homem era sempre visto como um servo: o servo de Deus, o cumpridor das leis, o seguidor da moral, o leigo ou ignorante das regras e do conhecimento científico e que, por isso mesmo, carecia de ser conduzido por outros – os soberanos, os escolhidos, os sábios, os cientistas. Todo este conjunto revelava, em última instância, uma suposição perturbadora: a de que os homens comuns e ordinários eram incapazes ou incompetentes para regerem suas próprias vidas e efetuarem suas escolhas e, portanto, era necessário que se determinasse um modo, um modelo de vida comum a ser seguido por todos. Se até então a revelação e a tradição é que funcionavam como os parâmetros principais da organização social, surgem dois novos conceitos: a razão e a liberdade. E só o pensamento científico – a razão – é que poderia ocupar esse lugar fundamental, pois dele é que se poderia extrair princípios e normas universais que ultrapassariam os limites da mera especulação, levando o homem a ganhar sua liberdade. Lembremo-nos da máxima de Descartes: pensar é existir.

Assim, o determinismo e o causalismo saltam do campo da biologia, da química, da física e da filosofia para o campo social, reproduzindo um modelo de sociedade constituído por estratos sociais, dominantes e dominados, aptos e inaptos, poderosos e subservientes. Tudo o que foge dessas concepções pré-estabelecidas é considerado desviante, inadequado, estranho e *diferente*. É um mundo que pressupõe fronteiras mais bem assentadas, identidades fixas e um projeto bem acabado de soberania, de Estado-nação. O conceito de soberania na moderna filosofia europeia, segundo Negri e Hardt (2006, p.88): “permite-nos reconhecer que a Europa e a modernidade não são construções unitárias nem pacíficas, mas, ao contrário, desde o início se caracterizam pela luta, pelo conflito, pela crise”.

Como já dissemos anteriormente o conceito de modernidade é amplo e complexo e possibilita inúmeras leituras e interpretações. Na perspectiva mais tradicional a modernidade pode ser compreendida como o período de restauração das glórias do mundo antigo depois das “trevas medievais”, da construção humana do conhecimento, da criação do conceito de

soberania, representado pelo Estado-nação, da Revolução Industrial, que modifica para sempre a organização do trabalho e da economia do mundo, e de infinitas outras mudanças inexoráveis; entretanto, praticamente não se fala sobre o ponto de vista dos homens comuns – exceto enquanto classe e estrato social como fez Marx – de sua atividade, de sua potência e de seu modo singular de existir. A ressalva quanto a esse ponto faz-se necessária porque o intuito da teoria marxista era desvelar as novas relações de trabalho que se configuravam: os proprietários de terra, os detentores dos novos meios de produção, os que vendiam sua força de trabalho, da relação entre produção e lucro, da mais-valia e principalmente da transformação de tudo em mercadoria. Marx procurou demonstrar que o motor da modernidade e da expansão europeia – os Estados-nação avançando sobre o mundo, criando colônias e colonizados – não eram os dois conceitos abstratos “razão” e “liberdade”, mas o desenvolvimento pleno das forças produtivas, que transformavam as necessidades fundamentais das pessoas e as matérias-primas da natureza em mercadoria. Para Marx é a criação do circuito mercantil na modernidade que irá transformar toda a vida econômica, política e social das gerações futuras. Portanto, a preocupação legítima da teoria marxista é a de entender a estrutura macroeconômica, detendo-se nos aspectos mais amplos e em tudo o que acarreta essa mudança paradigmática para os estratos sociais envolvidos. E, nesta tese, não temos nenhuma pretensão em ir contra as análises consagradas de Marx nem de criticar o seu valioso ponto de vista sobre a modernidade; contudo, temos interesse em explorar um viés que nos parece sempre um pouco abandonado pelos grandes autores da época e também de seus sucessores: a vida das pessoas comuns e de como elas são apagadas na escrita da história.

Pensamos que o filósofo alemão Walter Benjamin<sup>9</sup> é especialmente importante para realçarmos um ponto: como podemos enxergar a modernidade pela ótica do homem comum? As forças que agem no campo social também são oriundas da multidão em movimento; não há apenas regras e ditames a serem seguidos pelas massas inconscientes de sua potência e obedientes ao capital; há uma efervescência, uma ebulição provocada pelas mudanças em curso e, por conseguinte, uma espécie revolução em andamento, como veremos

---

<sup>9</sup> Walter Benedix Schönflies Benjamin (1892-[1940](#)), alemão, judeu, foi um ensaísta, crítico literário, tradutor, filósofo e sociólogo. Associado com a Escola de Frankfurt e com a Teoria Crítica, foi fortemente inspirado tanto por autores marxistas, como Georg Lukács e Bertolt Brecht, como também pelo místico judaico Gershom Scholem. Conhecedor profundo da língua e cultura francesas, traduziu para o alemão importantes obras como: *Quadros Parisienses* de Charles Baudelaire e *À Procura do Tempo Perdido* de Marcel Proust. O seu trabalho, combinando ideias aparentemente antagônicas do idealismo alemão, do materialismo dialético e do misticismo judaico, constitui um contributo original para a teoria estética. Entre as suas obras mais conhecidas contam-se *A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica* (1936), *Teses Sobre o Conceito de História* (1940) e a monumental e inacabada *Paris, Capital do século XIX*, enquanto que *A Tarefa do Tradutor* constitui referência incontornável dos estudos literários. (SELIGMANN-SILVA, A atualidade de Walter Benjamin e Theodor Adorno, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009)



mais tarde. A história tradicional se ocupava dos vencedores, mas também há a história dos vencidos e dos comuns.

Benjamin teceu uma crítica bastante bem construída em torno da modernidade a partir da história dos vencidos, como quando ele mesmo disse que é preciso escovar a história a contrapelo; foi um crítico feroz do progressismo e, apoiado nas teses marxistas, no messianismo judaico e no romantismo alemão, inventou uma concepção singular de crítica à história. Benjamin se mostrou um marxista invulgar e afastado do “evolucionismo oficial” do marxismo que dominava a época, que concebiam a revolução como resultado incontornável dos novos processos econômicos. É verdade que se interessou pela luta de classes, como afirmou quando leu a obra “História e consciência de classe” de Georgy Lucáks. Vejamos a passagem contida em *Gesammelt Shriften*:

A obra mais acabada da literatura marxista. Sua singularidade se fundamenta na segurança com a qual apreendeu, de um lado a situação crítica da luta de classes na situação crítica da filosofia e, de outro, a revolução, a partir de agora concretamente madura, como a pré-condição absoluta, ou até mesmo a realização e a conclusão do conhecimento teórico. (BENJAMIN, 1980, III, p.171, apud LÖWY, 2002, p. 200)

No entanto, como afirma Löwy (2002), Benjamin nunca permitiu que o materialismo histórico substituísse seus princípios anti-progressistas, sua inspiração romântica e suas idéias messiânicas e nem fez uma síntese com esses elementos; essa qualidade ímpar é que o distinguiu dos demais e que fez a sua filosofia crítica ser tão luminosa, original e incomum. Quando tomou a poesia de Baudelaire, em *Flores do Mal*, propondo-se a cumprir a tarefa do materialista histórico de “escovar a história a contrapelo”, e demonstrando que na modernidade todas as coisas viravam mercadorias, Benjamin conseguiu apropriar-se imediatamente dos elementos da cultura e revelou “a dimensão do *inferno* instalado em seu interior” (D’ANGELO, 2006, p.237). Segundo Benjamin, quando Baudelaire subverte o sentido das palavras, desarticula as relações espaço-temporais, cria os personagens – *flâneur*, trapeiro, dândi – sempre desafiando os joguetes sociais, é porque a sua poesia tenta salvar o poeta do furacão mercantil; é uma forma de resistência. Para Benjamin, Baudelaire foi “obrigado a reivindicar a dignidade do poeta numa sociedade que já não tinha nenhuma espécie de dignidade a conceder” (BENJAMIN, 1989, p.159). Baudelaire é apenas um homem na multidão, um vencido que, a sua maneira, resiste.

Se Walter Benjamin nos apresenta uma perspectiva menos maniqueísta da modernidade, podemos avançar um pouco mais em nosso propósito de entender a

modernidade a partir dos anseios por parte de toda a gente, com a dupla de filósofos-sociólogos Antonio Negri e Michael Hardt, que inspirados pela teoria de Baruch Spinoza, centram a análise da modernidade num aspecto curioso e inusitado: a potência da multidão. A visão de ambos – e que passaremos a apresentar a partir de agora – é contrária ao *establishment* e à perspectiva mais pasteurizada da modernidade, procurando demonstrar que os homens comuns é que produziram um avanço extraordinário e incomparável, mas que na escrita da história, esse momento único da potência humana fica tão encoberto, que quase não se percebe que tenha ocorrido, exceto, justamente pelos grandes e marcantes momentos, como, por exemplo, a Revolução Industrial; e, ainda segundo os autores, a intenção era exatamente esta: fazer desaparecer no limbo da história o poder de atuação da multidão. Logo, o movimento em prol da razão, do jugo, da regra e dos padrões morais recebe novos adeptos, preocupados com os rumos dos acontecimentos e com essa forma perturbadora de poder – a que os autores vão chamar poder “constituente” e sobre o qual nos debruçaremos mais tarde –, que subvertia as formas institucionalizadas e estabelecidas ao longo dos séculos: o poder como forma de subjugar os homens, conduzindo-os como a um rebanho.

Negri e Hardt (2006) apontam a existência de uma modernidade alternativa e comprometida com outra forma de responder ao deslocamento dos eixos políticos do mundo, provocados com o advento da Renascença. Não se trata de recorrer a outro tipo de transcendência, “em substituição à legitimidade teológica destronada, mas da afirmação de uma concepção imanente do mundo” (CHALOUB, 2008, p.7696). Segundo Negri e Hardt (2006) a modernidade em si é definida por excelência como crise, já que nasce do desentendimento e da luta ininterrupta entre as forças criadoras imanentes e o poder transcendente que visa restaurar a ordem. Para os autores a descoberta do plano de imanência foi o evento central da modernidade e todas as consequências derivadas dessa revolução. A imanência é um modo de compreender o real a partir de uma ótica que despreza a hierarquia e a supremacia, pois não se trata de identificar um determinado ou fazer uma suposição a priori, mas de constituir através da prática uma teoria que demonstre os processos através dos quais as virtualidades se atualizam no mundo – o plano de imanência é o campo de batalha das forças sociais; a realidade na imanência é causa dela mesma, não é anterior nem transcendente. A ideia, nesse sentido, é totalmente spinozana, que compreende Deus como causa *sui*, onde inexistente a figura divina anterior à gestação do real: Deus é a natureza e a causa em si e nada existe fora disso.

### 2.1.1 Modernidade alternativa: imanência, multidão, potência

Negri e Hardt nos alertam (2006, p.89) que no alvorecer da modernidade “seres humanos se declararam donos da própria vida, produtores de cidades e de história e inventores de céus.” É certo que também herdaram o pensamento dualista, a visão hierárquica da sociedade e a noção metafísica da ciência. No entanto, suas experimentações, as construções das cidades às quais se dedicaram, a história que protagonizaram, foram, em seu conjunto, o bem mais precioso que puderam deixar para as gerações futuras: um terreno fértil para a construção do conhecimento e para a ação. O novo instituiu-se nos campos político, filosófico, artístico, científico e teológico, revelando a virulência das forças pulsantes na modernidade (idem). Foi uma verdadeira revolução. E toda revolução – quase que inexoravelmente – provoca uma contra-revolução. Com esta não foi diferente.

Costuma-se dizer que nas origens da modernidade europeia se encontra um processo de negação da autoridade divina sobre as negociatas mundanas e vicissitudes terrenas. Um bom exemplo dessa diluição da autoridade divina é a ideia nietzscheana da morte de Deus<sup>10</sup>. Mas talvez isso não passasse de uma derivação de um movimento muito maior de afirmação humana: a descoberta de que os seres humanos são potência criadora *neste* mundo e de que existe um plano de imanência, que é o campo no qual as forças ora entram em conflito e ora se harmonizam criando modos e maneiras de viver. Ou seja, a afirmação das singularidades, das potências individuais e conjuntas que, em uníssono ou desacordo se criam, se combatem e se ativam no plano da vida. Negri e Hardt (2006) vão citar o teólogo medieval Johannes Duns Scotus, o Doutor Sutil, (1266-1308), que já muito antes da modernidade pregava a essência singular<sup>11</sup> de cada coisa. Scotus se apoiou na idéia de que

---

<sup>10</sup> Na modernidade experienciada por Nietzsche instaurou-se uma crise de identidade política e cultural no ocidente. A escrita da história é construída a partir dos moldes do pensamento grego, prevalecendo ainda a dicotomia estabelecida entre fé e razão. Nietzsche tem a compreensão de que nesta fase o dogmatismo da Igreja cristã influenciou o projeto Iluminista, descentralizando de forma definitiva a ideia de providência divina; e é por isso que a expressão a “morte de Deus” aparece em várias de suas obras – mais precisamente em “Assim falou Zaratustra” (1883-1885) e “Gaia Ciência” (1882). No projeto da modernidade, vemos pela primeira vez a descoberta e a afirmação assertiva da autonomia da razão frente às diversas esferas do saber e da cultura em geral. Com a “morte de Deus” o homem se vê criador de valores e assim abandona o “deves fazer assim” para dizer “eu quero assim” e se afirmar enquanto criador.

<sup>11</sup> Duns Scotus, na *Ordinatio II*, distinção 3, parte1, questão1 (1996, p.85-96), se questiona sobre “a distinção individual nas substâncias materiais” e elege para primeiro tópico de sua defesa a questão “se a substância material é individual ou singular por si e por sua natureza”; profundamente influenciado pela Metafísica de Avicena (980-1037) – nome europeu do filósofo místico islamita nascido Ibn Sina – Scotus se pergunta: “a essência é individual ou universal?” e dialoga ao longo do texto com outros filósofos – como Aristóteles – produzindo o conceito de *hacceitas*, a *ecceidade*, que consiste em demonstrar a necessidade que a natureza seja por si mesma comum, tendendo a tornar-se individual a partir da última forma que a determina; ou seja, cada ser humano tem a sua porção de comum ao que chamamos humano, mas há uma porção diminuta –

não existia a possibilidade de vivermos com um pé no mundo terreno e outro no reino transcendente do céu, e que só se podia resolver esta confusão recuperando a centralização da singularidade do ser. Segundo Scotus, esta singularidade, esta partícula distintiva presente em todos os homens – e por isso comum e universal – não é volátil nem casual, mas ontológica. A *ecceidade*, como designa o autor, é o princípio de individuação, a maneira particular de algo ou alguém, a sua diferença individual, sua peculiaridade. Scotus trouxe à tona uma questão importante: a de que somos singulares em primeiro lugar. A semelhança, a parecença, a identidade por pertencimento aos grupos ou classes, todas essas, vêm depois. Nós somos porque somos singulares, *diferentes*; é a marca distintiva que faz com que sejamos quem somos: seres únicos (SCOTUS, 1996). É bom que se esclareça que Scotus não abandona a metafísica, mas propõe um pensamento bastante avançado e incomum para sua época. Dialogando com autores clássicos como Avicena, Sócrates e Aristóteles, o autor, valoriza a diferença distintiva entre os seres humanos e explicita que os conceitos que pretendemos universais o são apenas do ponto de vista de um operador didático – somente facilita o aprendizado e a inteligibilidade; a universalidade é uma ação utilitária do intelecto. A diferença, a essência particular, não demanda operação intelectual, posto que prescinde de mediação; é a natureza em si, é anterior e primeira.

Dante Alighieri (1265-1321), a muitas milhas de distância do escocês Scotus, disse que esta potência, essa essência singular descrita pelo teólogo é “a energia que põe em prática todo poder do intelecto possível” (ALIGHIERI, apud NEGRI; HARDT, 2006, p.89). Outros autores do século XV e XVI – posteriores a Scotus e Dante que viveram no século XIII – encantaram-se pela questão da potência humana e do ser imanente, como Nicolau de Cusa (1401-1464), Pico della Mirandola (1463-1494), e ainda Galileu Galilei (1564-1642). Todos estes filósofos e cientistas sentiram-se pessoalmente tocados pela questão da imanência do ser e alguns nos deram sinais claros em seus textos de que compreendiam a potência humana como uma expressão da perfeição divina, já que nada nos faltaria e nem seríamos apenas um pobre simulacro, um falso almejando transformar-se num homem verdadeiro. Vejamos o que diz Pico della Mirandola:

Quando se pensa em Deus como um ser vivo e sagaz, é preciso estar certo de que antes de tudo se entende essa sagacidade e essa vida como livres de qualquer imperfeição. Pensa-se num conhecimento que sabe tudo do modo mais perfeito; e acrescenta-se que o conhecedor conhece tudo em si mesmo,

---

segundo o autor, menor que a unidade numérica – que nos distingue, que nos singulariza em relação à porção comum, que é universal.

de modo que não é preciso buscar fora de si, o que o tornaria imperfeito (MIRANDOLLA, apud NEGRI; HARDT, 2006, p.90).

Portanto, se nos detivermos numa espécie de genealogia da modernidade por assim dizer, veremos que passamos (em seu início) de homens medievais espoliados de sua potência pelo Deus transcendente – e por todas as instituições propagadoras desta noção – a seres humanos capazes de produzir conhecimento, organizando-o e, desse modo, podendo transformar a natureza. Talvez o que seja mais extraordinário nesta sucessão de ideias é que os poderes de criação encontram-se no mundo terreno. Se na esfera do pensamento os homens já se enxergavam como protagonistas da própria história, no campo político não foi diferente e logo tomaram de volta para si aquilo que a onipotência transcendental medieval havia lhes tirado: a potência, a liberdade (NEGRI; HARDT, 2006, p.89). Nos séculos seguintes se instalaria um processo gradual de reconquista da autoridade baseada numa universalidade humana que se distinguiu pela atividade de uma multidão, que descobria sua própria força e seu poder em meio a desgraças e conquistas.

Alguns dos autores sobre os quais já falamos aqui ocuparam-se em entender de que modo os homens comuns também atuavam nos processos de mudança advindos da modernidade. Vimos a sensibilidade de Benjamin, que no calor das transformações, captou a inquietação mais profunda e íntima daquilo que afligia a multidão, dando-lhes alguma voz e expondo suas entranhas. Como aponta Michael Löwy (2002, p.203):

A formulação mais espantosa e radical da nova filosofia da história — marxista e messiânica — de Walter Benjamin se encontra, indubitavelmente, nas *Thèses sur le concept d'histoire*, de 1940, um dos documentos mais importantes do pensamento revolucionário desde as *Teses sobre Feuerbach*, de 1845. A exigência fundamental de Benjamin é escrever a história a contrapelo, ou seja, *do ponto de vista dos vencidos* — contra a tradição conformista do historicismo alemão cujos partidários entram sempre "em empatia com o vencedor" — (Tese VII). É evidente que a palavra "vencedor" não faz referência a batalhas ou guerras habituais, mas à "guerra de classes", na qual um dos campos, a classe dirigente, "não cessou de vencer" (Tese VII) os oprimidos — desde Spartacus, o gladiador rebelde, até o grupo Spartacus de Rosa de Luxemburgo, e desde o *Imperium* romano até o *Tertium Imperium* nazista. O historicismo se identifica enfaticamente (*Einfühlung*) com as classes dominantes. Ele vê a história como uma sucessão gloriosa de altos fatos políticos e militares. Fazendo o elogio dos dirigentes e prestando-lhes homenagem, confere-lhes o estatuto de "herdeiros" da história passada. Em outros termos, participa — como essas pessoas que levantam a coroa de louros acima da cabeça do vencedor — de um "cortejo triunfal em que os senhores de hoje caminham por sobre o corpo dos vencidos" (Tese VII). A crítica que Benjamin formula contra o historicismo se inspira na filosofia marxista da história, mas tem também origem nietzschiana. Em uma obra de juventude, *Da utilidade e da inconveniência da história* (citada na Tese XII), Nietzsche ridiculariza a

"admiração nua pelo sucesso" dos historicistas, sua "idolatria do factual" (*Götzerdienste des Tatsächlichen*) e a tendência a se inclinarem diante da "pujança da história".

Mesmo os mais antigos como Galileu, De Cusa, Mirandola, Scotus e outros tantos, contribuíram efetivamente para que pudéssemos perceber que a história não é somente a história dos vencedores, dos fatos incomuns dignos de registro, das grandiosas conquistas e dos longos e famosos embates, mas que também é feita no cotidiano, no lugar comum, nas atividades comezinhas e banais, vivida pelas pessoas sem projeção social. Pensamos, no entanto, que talvez nenhum outro filósofo tenha gestado de forma tão profunda e rigorosa um pensamento tão alinhado com as questões e as atividades da multidão como Spinoza. Mas o que é esse *ente* a que Spinoza chama multidão?

Em primeiro lugar é preciso distinguir o uso da palavra multidão no sentido conceitual que ela teve para os outros pensadores – mais aproximado do senso comum – do conceito inventado por Spinoza. Antes dele a multidão era entendida como ausência de ordem numa massa de sujeitos, sendo ressaltada como uma característica negativa a sua (suposta) falta de forma. Se observada através dos princípios aristotélicos, a multidão carecia de princípio formal, eficiente e final; um ente múltiplo e concreto, que provocava uma ação imediata, uma rápida intervenção externa. Em Spinoza, deu-se o inverso, como afirma Negri (2003, p.139): “o conceito de multidão assume sentido próprio na medida em que falta uma idéia de causalidade externa.” Como materialista e imanentista rigoroso Spinoza nega qualquer possibilidade de causa externa à realidade; não há nenhum Deus, que habita os céus, determinando as causas de todas as coisas; não há criação de fora, do lado externo, nem uma potência organizadora que seja exterior à multidão. Se Deus e o homem são apenas expressões modais diferentes de uma mesma substância, se não há, como acredita Spinoza, a hierarquia entre o Ser criador e sua criatura, não há, por consequência lógica, criação fora da matéria. Nessa perspectiva, a criação é um processo intrínseco à matéria, na medida em que ela constitui e é constituída em si e por si. Desse modo, a multidão pode organizar-se diretamente, sem intermediações ou intervenções externas e não precisa ser representada – é, em nossa perspectiva, a espécie mais avançada de democracia que se tem notícia. Para Negri (2003, p.140):

(...) a multidão é um conceito que expressa por si tudo aquilo que antes não tinha: a causa torna-se um ato, um processo, e a *democracia* é a forma pela qual a multidão (por meio da interação das singularidades) expressa vontade comum, uma vontade comum que não possui um *fora*, totalmente autônoma e que, portanto, chamaremos de “vontade absoluta”.

Em segundo lugar é bom lembrarmos que com Spinoza estamos no século XVII, auge da monarquia absolutista na Europa. O conceito do filósofo sobre o absolutismo da multidão – e da democracia absoluta como sua máxima expressão política – é subversivo e, em certos momentos, ligado às teorias do Estado e da democracia desenvolvidos pelos protestantes mais radicais, que retomavam o sentido da divindade a partir da afirmação dos sujeitos, que em conjunto, formando uma multidão organizada em si mesma, uma multidão de singularidades, buscavam e produziam valores transcendentais. Também é possível enxergar no conceito spinozano, sob outros aspectos, a tradição dos valores e do pensamento republicano (NEGRI, 2003).

A multidão jamais pode ser compreendida em termos contratuais como veremos no próximo subitem; a multidão é um agente social ativo – uma multiplicidade de singularidades que age; é a vida em movimento. No entanto, a multidão não é uma massa disforme, um aglomerado irracional de gente perigosa e, todavia, facilmente manipulável; a multiplicidade das diferenças em efervescência é que a torna um movimento potente, ativado no plano de imanência, que é onde as forças sociais, vez por outra, se combatem e se conflituam, mas também se harmonizam, se completam e se recompõem, produzindo novas possibilidades de ação. Diferentemente do modelo grego, a democracia spinozana não é representativa nem excludente, é a força da multidão, sua potência, uma desmedida, uma desmesura; ao mesmo tempo, apresenta um nível de organização inato, onde as forças que operam nesse plano de imanência, se caracterizam por terem intensidades e gradações diferentes e por lutarem entre si, criando fluxos que ora vingam e ora subsumem; a democracia absoluta não prevê uma harmonia artificialmente criada, ao contrário, ela é filha do desentendimento político e, como tal, é a expressão mais crua da luta pela vida plena (NEGRI, 2003).

O mais importante que devemos apreender neste momento é que para Spinoza multidão não é povo, nem massa, já que ambos os conceitos se apoiam na representatividade e na condutibilidade. O povo não é uma entidade natural ou empírica (como a multidão o é); é uma representação que se faz de uma unidade e só pode ser uno, absoluto e organizado desta forma, assim como a teoria política que Thomas Hobbes professava – e como veremos mais detalhadamente à frente. A ideia de povo já vem acompanhada do sentido de representatividade e do corpo social organizado em sua exterioridade. As multiplicidades e diferenças que a multidão contém são, nessa sistemática de pensamento, homogeneizadas e igualadas por um único (ou alguns poucos) que as represente.

Negri e Hardt (2006, p.91) alertam:

Uma nova compreensão do poder e uma nova concepção de libertação foram postas em marcha: de Dante e da tardia apologia medieval do intelecto “possível” a Thomas More e a celebração do “imenso e inexplicável poder” da vida e do trabalho naturais como fundação do arranjo político; da democracia das seitas protestantes a Spinoza e sua noção da incondicionalidade da democracia. Quando chegamos a Spinoza, na realidade, o horizonte de imanência e o horizonte da ordem política democrática coincidem completamente. O plano de imanência é aquele no qual os poderes da singularidade são realizados e aquele no qual a verdade da nova humanidade é determinada histórica, técnica e politicamente. Por esse fato único, por não haver qualquer mediação externa, o singular é apresentado como multidão.

Se o começo da modernidade foi revolucionário, tendo proporcionado um modo de constituir sujeitos jamais visto na história da humanidade e determinando uma mudança paradigmática e sem volta no modo de vida da população, sem dúvida, a contra-revolução não tardaria. Se as relações com o passado são solapadas com o advento da vida moderna, se há o desenvolvimento científico, artístico e uma promissora tendência política à democracia, como teria surgido um movimento antagônico tão forte? A modernidade trouxe em seu bojo uma virada radical e muitos segmentos da sociedade se ressentiram de ver a multidão no centro da história, produzindo, criando, exercendo sua liberdade de escolha e sua potência vital – desejo transformando-se em ação. Já que não se podia voltar às formas constituídas na Idade Média porque o primeiro momento da modernidade extirpou várias formas de dominação, um novo movimento cultural surge para combater as formas emergentes de poder: a Renascença. Com o intuito de subjugar a multidão e alterar a configuração que se estabelecia, muitas pessoas proeminentes, dentre as quais políticos, religiosos, filósofos e cientistas, procuraram relativizar o poder transformador das descobertas científicas e também fizeram enorme propaganda do quanto ainda se dependia de Deus e de soberanos para a organização social e para a paz (NEGRI; HARDT, 2006). A Renascença, portanto, termina em guerra por toda parte – são todos contra todos.

Negri e Hardt subvertem, portanto, a visão mais tradicional da história. Aqui percebemos que, para ambos, a multidão é primeira e as formas do Estado, presentes na Renascença, capturam a potência da multidão. Quando o movimento reformista se disseminou pela Europa, de forma mais forte em determinados lugares e mais branda em outros, houve, de todo modo, uma mudança radical na perspectiva que outrora parecia ser tão promissora, pois impingiu novamente uma cultura religiosa das massas e uma nova ordem política e econômica. A guerra civil sitiou as populações e proporcionou condições para o surgimento



do capitalismo que, ancorado nos princípios de progresso via exploração do trabalho, completa o cenário de dupla submissão da vida humana. A nova face da modernidade se instaura e, dessa vez, os dispositivos de contingência da multidão são mais sofisticados e perversos; a neutralização do poder das massas é conseguida através da propagação do medo e da miséria advindos da situação de guerra e a solução para o aumento da segurança e da paz é a constituição de um Estado soberano, forte, rigoroso. “A exigência da paz tornou-se suprema – mas que paz?”, perguntam Negri e Hardt (2006, p.93). A crise da modernidade parece ser irreversível: as forças esmagadoras do segundo movimento da revolução suplantaram as potências criadoras e o poder transcendente novamente se impôs com a missão de restaurar a ordem. A revolução termina, mas não a guerra; e o próprio conceito de crise vira parte constituinte da modernidade.

Agora que pudemos perceber que a modernidade apresenta muitas facetas e que a perspectiva dominante – sendo a mais forte, a mais conhecida, a mais propagada – não é a única, queremos apresentar a teoria política forjada por Spinoza, que tem como base a potência da multidão e do *poder constituinte*<sup>12</sup>, em contraponto ao Estado hobbesiano constitucionalista e contratualista. Tal distinção é importante neste estudo, já que iremos tratar de acontecimentos políticos que produziram variadas formas e dimensões de memória e que ainda reverberam no campo social e institucional brasileiro; a proposta spinozana também serve-nos de esteio para demonstrar que é possível subverter determinadas práticas quando entendemos o mundo como um campo propício à ação e à efetuação das escolhas, livre das amarras dos determinismos causais e aberto à aventura da criação.

## ***2.2 O Leviatã, o monstro devorador, em batalha com os afetos***

*Debaixo de nós nada mais se via senão uma tempestade negra, até que, olhando para oriente, entre as nuvens e as vagas, divisamos uma cascata de sangue misturado com fogo, e próximo de nós emergiu e afundou-se de novo o vulto escamoso de uma serpente*

---

<sup>12</sup> Segundo Chaloub (2008): “Negri compreende a dinâmica política a partir do conceito de poder constituinte, termo característico do pensamento jurídico, que é por ele utilizado de modo dissonante em relação à tradição. Ao invés de, aos moldes do constitucionalismo, entender o referido conceito como fator de gestação de uma carta constitucional, que imediatamente após a confecção desta, cessa, o autor afirma a expressão contínua do poder constituinte. Cf. CHALOUB, Jorge G. de S. Multidão e poder constituinte: apontamentos para uma perspectiva crítica do estado de exceção. Anais do Congresso Nacional do CONPEDI. Brasília, Nov. de 2008. p.7694-7710 Disponível em: [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/14\\_861.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/14_861.pdf) Acesso em: 11. set. 2010.

*volumosa. Por fim, a três graus de distância, na direcção do oriente, apareceu sobre as ondas uma crista incendiada: lentamente elevou-se como um recife de ouro, até avistarmos dois globos de fogo carmesim, dos quais o mar se escapa em nuvens de fumo. Vimos então que se tratava da cabeça do Leviatã a sua frente, tal como a do tigre, era sulcada por listras de verde e púrpura. Em breve vimos a boca e as guelras pendendo sobre a espuma enfurecida, tingindo o negro abismo com raios de sangue, avançando para nós com toda a fúria de uma existência espiritual."*

*William Blake em Uma visão memorável, In: O Casamento do Céu e do Inferno*

É com Baruch de Spinoza (1632-1677) que iniciamos o nosso percurso em busca de um conceito de política que nos sirva como platô, onde possamos enxergar com mais clareza como se dão os processos, quais suas variações de direção, suas derivações e quais suas correntes de variáveis sempre em luta constante umas com as outras.

Num tempo em que os homens acreditavam que a paz, a estabilidade e a segurança de um povo só podiam ser mantidas através de um poder político absoluto, fundado na “razão de Estado”, Spinoza ousou ser a voz dissonante e apontou a democracia como o único regime capaz de satisfazer o desejo humano inato de escolher, de pensar politicamente, de exprimir suas opiniões e de ser livre. Em seu *Tratado Teológico Político* (1670) o autor demonstrou que a “liberdade de filosofar” não era incompatível com a piedade religiosa – praticamente um monotema das teses filosóficas de então. Dois anos após a sua publicação, o *Tratado Teológico Político (TTP)*, seria proibido na Holanda pelo príncipe de Orange, assim como outras obras importantes, incluindo o *Leviatã* (1651) de Hobbes (1588-1679). Soa um tanto irônica a proibição de ambos os livros, já que Spinoza propunha um elegante e pertinente embate teórico (e retórico) às propostas contidas na obra máxima de Hobbes que, em última análise, reforçavam, de alguma forma, o regime político vigente.

Se em *Leviatã* apareceria a abnegação racional das liberdades individuais em detrimento do bem público maior e da obediência exigida pelo soberano, no *TTP* a tese é absolutamente contrária: o homem não pode abrir mão do direito de se expressar, posto que é impossível rasurá-lo no interior de si mesmo. O “contrato social” hobbesiano atacava o bem mais precioso para Spinoza: a liberdade. A análise crítica empreendida no *TTP* é bastante explícita e contundente no que tange à defesa da liberdade humana e filosófica sem interferências religiosas ou políticas e ainda a dissociação entre Estado e Igreja, entre política e religião e mais: entre filosofia e revelação (AURÉLIO, 2009, p. LXXII).

Uma questão bastante interessante, que aparece de forma ainda incipiente no *TTP*, mas que no *Tratado Político* (1677, publicação póstuma) já se apresenta de forma mais refinada – apesar de muitos comentadores importantes de sua obra encontrarem paradoxos e linhas de pensamento abandonadas, já que o autor deixa a obra inacabada – é a sua percepção de multidão (multidão), que parece-nos ser o alicerce de sua defesa da democracia, em clara dissidência com a cultura grega antiga, para quem a liberdade era apenas atributo dos cidadãos da *polis*. Esse talvez seja o tema que mais se aproxima da universalidade humana (NEGRI, 1993) para Spinoza, como veremos um pouco mais tarde.

Spinoza enxergou em *Leviatã* duas questões praticamente insolúveis e impossíveis (em sua opinião) de concretização pelo consenso: a primeira diz respeito ao fato de a inconstância da alma humana – e do seu reverso, a constância – ser absolutamente indispensável e contínua na base do contrato social; a segunda consistia na cedência total dos direitos ao soberano – sendo este o detentor eterno das virtudes necessárias para governar mantendo a paz para todos. Ainda que esta cedência fosse possível, ela jamais fundaria um Estado, conforme Hobbes acreditava, mas uma comunidade de escravos, segundo Spinoza.

Diz ele em carta a seu amigo, o comerciante Jarig Jelles:

Quanto à diferença entre mim e Hobbes, acerca da qual me interroga, ela consiste em que eu mantenho sempre intacto o direito natural e sustento que, em qualquer urbe, não compete ao supremo magistrado mais direito sobre os súditos senão na medida em que ele supera em poder o súdito, coisa que tem sempre lugar no estado natural (SPINOZA, 1988 – Carta de 02 de junho de 1674).

Havendo ou não estado de soberania, o autor argumenta que há direitos dos indivíduos que são inalienáveis, que não podem ser retirados ou mesmos transferidos – e um destes é a sua opinião íntima. O soberano e a soberania vão sempre se encontrar, se abalroar com a opinião dos súditos e existem dois meios pelos quais costumam tentar desviar-se do fervilhamento perigoso da turba: a sobreposição da sua vontade sobre a de todos ou o convencimento em contrário através da propaganda (SPINOZA, 2008, p.80). É bastante interessante ressaltar a análise de Spinoza a respeito de como o estado teológico forja rituais para impor comportamentos religiosos e ideológicos através da publicização de seu cerimonial, conforme sugere a sua leitura do Êxodo da Bíblia Sagrada (Cap. XIV, último versículo, e cap. XIX, 9). Vejamos uma passagem do *TTP* (2008, p.88) se referindo aos hebreus do Velho Testamento e também às cerimônias católicas:

O objetivo das cerimônias foi, portanto, fazer com que os homens nunca atuassem por deliberação própria, mas sim segundo as ordens de outrem, e reconhecessem em todas as ações e em todos os pensamentos, que não eram donos de si mesmos e estavam, pelo contrário, inteiramente submetidos à ordens impostas. (...) Quanto às cerimônias dos cristãos, tais como o Batismo, a Ceia do Senhor, as festas, as orações exteriores e outras semelhantes, que são e sempre foram comuns a todo cristianismo, se de fato elas foram alguma vez instituídas por Cristo ou pelos apóstolos (o que, para mim, ainda não está bem esclarecido), foram-no a título de sinais exteriores da Igreja universal e não como coisas que contribuam para a beatitude ou que tenham em si mesmas algo de sagrado. Por isso, muito embora essas cerimônias não tenham sido instituídas em função de um Estado, foram-no contudo em função de toda a sociedade; conseqüentemente, quem vive isolado não está de forma alguma obrigado a elas. Por outro lado, quem viver num Estado onde a religião cristã é interdita, estará obrigado a abster-se dessas cerimônias e, no entanto, pode ainda assim, viver em beatitude.

Para o filósofo o direito natural de cada indivíduo – seja ele soberano ou servo – é ter reconhecida e assegurada sua potência e sua capacidade afirmativa para a plena realização dos seus desejos. Nenhum tipo de contrato social deve ameaçar a potência do que resiste. É fato que há sempre a variação das potências individuais e, por conseguinte, a alteração dos afetos sempre em tumulto, mas nada – nenhum governo ou religião – pode fazer subsumir o desejo de liberdade humana. O conceito de política de Spinoza se contrapõe veementemente ao hobbesianismo porque apontou as fragilidades da tese do contrato social às últimas conseqüências – tese na qual o estado de direito aparecia como natureza ontológica, sendo percebido como primeiro. Vejamos o que diz Diogo Pires Aurélio (2009, p.XVIII) na sua contundente introdução para a recente versão brasileira do Tratado Político:

Contra a tese hobbesiana de um direito supremo a tudo, acima da lei e dos costumes, no qual se concentraria definitivamente, após o contrato, a potência de todos os súditos, Spinoza observa que a potência individual não é transferível por nenhuma espécie de contrato, uma vez que ela constitui precisamente a essência dos seres vivos (...), o esforço de cada um para resistir tanto quanto possa ao que o pode destruir ou reduzir-lhe a liberdade. Considerar, com efeito, a potência como equivalente ao direito implica, em primeiro lugar, deixar de pensar os indivíduos como entidades previamente definidas, com uma razão de ser, um modo justo de atuar e uma finalidade ou destino, para os pensar como singularidades interdependentes que se esforçam por se libertar, tanto quanto possível, dos laços da dependência.

Ao abandonar o binômio direito-dever e substituí-lo pelas noções de dependência-independência e do estar ou não sob a jurisdição de si mesmo, o filósofo interpreta a percepção desses graus como a variação a que estamos submetidos pela própria dinâmica constitutiva da natureza – a substância *actuosa* – e não de algo que é de um estatuto jurídico e

garantido *a priori*. Desse modo, segundo Spinoza, o valor da potência de cada um varia conforme os encontros e confrontos que são estabelecidos com outros seres; a todo momento, a potência individual ou coletiva, aumenta e diminui e não há nada que se dê, tanto no corpo como na mente, que não a afete de forma positiva ou negativa – este pensamento é, em suma, a sua teoria dos afetos, que é desenvolvida na *Ética à maneira dos geômetras* (1677, publicação póstuma).

Mas o que é um afeto à moda de Spinoza? De acordo com Deleuze (1978), primeiramente é preciso fazer uma distinção entre os termos utilizados por Spinoza, e isto é de grande importância para clarificar nosso entendimento a respeito do conceito de *afeto* criado por ele. Na *Ética* (2008) há em latim duas palavras: “*affectio*” e “*affectus*”. Em algumas traduções mais antigas, estas palavras aparecem traduzidas da mesma maneira, o que produz confusão. No português encontramos facilmente as duas palavras que correspondem rigorosamente a “*affectio*” e a “*affectus*”, que são *afecção*<sup>13</sup> para *affectio* e *afeto* para *affectus*. Assim, quando empregarmos a palavra “afeto” ela remeterá ao *affectus* de Spinoza.

É necessário que nos esforcemos para compreender melhor de onde ele parte para elaborar algumas das suas proposições e, dentre as quais, a que nos interessa: o que é o afeto? O primeiro ponto é entender o que é uma ideia, e nesse aspecto, Spinoza partiu do senso comum, do sentido que sempre lhe foi atribuído dentro da história da filosofia: a de que a ideia é um modo de pensamento e que é sempre a representação de alguma coisa. Desde a Idade Média, esse prisma da ideia é chamado de “realidade objetiva”. Pois se ela representa alguma coisa ela possui uma realidade objetiva – é a relação entre o objeto e a ideia que ele representa. Ao chegarmos nessa concepção de ideia como representação de uma realidade, entenderemos o caminho pelo qual segue Spinoza, segundo Deleuze, ao dizer que o afeto é “todo modo de pensamento que não representa nada” (DELEUZE, 1978). E o que podemos entender com isso? Tomemos, por exemplo, o que chamamos comumente de afeto: uma esperança, uma saudade, um amor – isso não é representativo. Existe uma ideia do que é amado, uma ideia do que está ausente, uma ideia do que se espera, mas por si mesmo o amor enquanto tal ou a esperança ou a saudade enquanto tal não representam nada. Onde podemos

---

<sup>13</sup> Os termos “afeto” <*affectus*> e “afecção” <*affectio*> designam, no spinozismo, realidades a um só tempo distintas e ligadas. “Afecção” e “modo” são definidos simultaneamente em I *def.5*: “entendo por modo <*per modum*> as afecções de uma substância <*substantiae affectiones*>, em outras palavras, o que é em outra coisa e também é concebido por essa outra coisa.” Assim definidos, a afecção e o modo caracterizam-se fundamentalmente como realidades dependentes de outras realidades (são “em outra coisa” e não “em si”, como a substância). Mais precisamente, a afecção designa ao mesmo tempo o que determina e o que altera (no sentido de alienar, de “pôr em outra coisa”); é uma modificação qualquer de uma coisa singular qualquer. Cf. RAMOND, Charles. *Vocabulário de Espinosa*. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p.16-17.

concluir que todo modo de pensamento não representativo é chamado de *afeto* por Spinoza. Um desejo, uma vontade, uma volição, implicam como condição essencial que queiramos alguma coisa; aquilo que desejamos é um objeto de representação, o que queremos é projetado numa ideia, mas a questão do querer em si não é uma ideia, é um *afeto*, porque é um modo de pensamento não representativo. Quando o afeto retorna à ideia de onde provém a alegria torna-se amor e a tristeza torna-se ódio. Os afetos ou sentimentos baseados na alegria ou na tristeza, que se definem pelo aumento ou diminuição da potência de agir, são denominados *paixões*; mas a alegria e a tristeza ainda são paixões, ainda que de diferentes tipos – paixão alegre ou paixão triste. Para Spinoza a variação da alegria ou da tristeza em nosso corpo se dá a partir dos encontros: um encontro alegre aumenta nossa potência enquanto que um encontro triste a diminui. Um encontro alegre pode nos potencializar tanto que nos sentiremos impulsionados a agir, transformando-se numa alegria ativa. Quando temos a posse plena da nossa capacidade de agir vivenciamos aquilo que o filósofo denomina *beatitude* (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2008).

Portanto, a partir desta perspectiva, o Direito não pode tomar-se como o representante distinto e absoluto que revoga a natureza dos homens e, em particular, exigir a revogação dos seus afetos, dos seus sentimentos. Da mesma maneira, o Estado soberano não pode julgar-se irreversível só porque remonta a um pacto celebrado entre muitos, apontado pela razão como um operador da paz (AURÉLIO, 2009, p. XIX).

É fato conhecido que a Holanda da época de Spinoza estava em consonância, em termos de regime, com o restante da Europa monarquista. No entanto, a forte presença dos irmãos De Witt<sup>14</sup> e de outros membros políticos influentes na sociedade holandesa deram ao filósofo – ao menos por algum tempo – a ilusão de que poderia desenvolver o seu pensamento de forma livre; contudo, o lançamento anônimo e em latim do TTP, em 1670, nos restritos círculos intelectuais e liberais da Holanda, traz ainda assim enorme desconforto social ao autor e ele passa a ser alvo de uma feroz perseguição política. A esta altura, aquela que é considerada sua obra-prima, a *Ética* já estava em andamento, mas Spinoza recusa o compromisso de publicá-la e prefere ir viver no interior do país, acatando o conselho de amigos próximos, principalmente devido à repercussão negativa de seus textos no meio social. À perseguição implacável que passa a sofrer continua respondendo com sua escolha por um modo de vida simples, longe da academia – já havia recusado anteriormente uma

---

<sup>14</sup> Os irmãos Johan e Cornelis De Witt eram políticos influentes na Holanda e considerados simpáticos à causa vanguardista de Spinoza e ambos se tornaram seus “protetores” até serem assassinados por “orangistas”, insatisfeitos com a oposição destes à Casa de Orange.

cátedra na Universidade de Heidelberg – e subsistindo como polidor de lentes óticas. Entretanto, empreendeu enorme esforço para continuar suas atividades intelectuais e compartilhava seu pensamento ousado e revolucionário com alguns poucos e fiéis interlocutores através de suas obras manuscritas e numa superabundância de correspondência. A força e a potência de sua teoria contrastavam enormemente com a sua fragilidade física – e não à toa Spinoza vivenciou em seu próprio corpo sua teoria dos afetos.

### **2.3 O “Tratado Político” ou a política da turba: *multitudo***

Se no *Tratado Teológico Político (TTP)* Spinoza pouco se refere à multidão, no *Tratado Político (TP)*, a questão toma corpo e vira um conceito: *multitudo*. A democracia spinozana não é uma atualização do pensamento grego sobre democracia – onde somente os cidadãos da polis têm direito à liberdade – nem se contamina da onipresença do modelo de contrato social como base fundacional para a existência da soberania. Como afirma Antonio Negri (1993): “O fundamento específico e imediato da ideia de democracia para Spinoza, e muito mais ainda o do conceito de *multitudo*, é a universalidade humana.” O seu pensamento sobre a democracia o distingue dos demais pensadores da época moderna, pois a noção comum vigente não era a do regime que visava à expressão política imediata do desejo coletivo, mas a sua forma menos tangível: a da transferência da soberania individual ao soberano e da alienação do direito natural dos indivíduos sobre suas escolhas particulares e íntimas.

A questão política tangencia a obra de Spinoza como um todo, mas ainda aparece de forma menos explícita e contundente no *TTP* e na *Ética*. Entretanto, em ambas sobressaem o método e o arcabouço da filosofia spinozana, estando estes, no entanto, muito mais refinados do que nas primeiras obras – *Breve Tratado* (ou *Curto Tratado*, de 1662) e o *Tratado da Reforma da Inteligência* (1661) – e, além disso, libertos de alguns aspectos transcendentistas e dedutivistas. Tanto o *TTP* como a *Ética* são fundamentais para que o autor possa chegar ao nível de amadurecimento intelectual presente nas páginas do *TP*, que é considerado por importantes autores contemporâneos como a expressão de um pensamento democrático mais bem acabado.

Spinoza iniciou sua argumentação da *Ética* por um capítulo ontológico, no qual as oito proposições apresentadas são princípios, fundamentos da ideia de que tudo o que existe no universo é uma única substância, sendo a *res extensa* (corpo) e a *res cogitans* (mente) somente dois atributos desta, ou melhor, apenas maneiras diversas pelas quais ela se expressa.

Corpo e mente aparecem integrados e sua constituição se dá a partir dos afetos, sendo estes afetos advindos da própria substância; são constituintes e expressões simultâneas do ser, ativados num plano infinito e fixo. Embora Spinoza tenha se utilizado do método geométrico (racional) para apresentar a *Ética*, ele mostrou-se racional apenas na superfície da forma, já que toda a sua argumentação asseverava sua postura combativa em relação às dissociações, hierarquias e primazias. Sua razão é uma razão desrazoada, embora seja sistematicamente correta e formal; sua percepção não exclui as empatias, as sensações do corpo, a sensibilidade e a interação com o objeto.

É importante evidenciar que o projeto democrático de Spinoza que toma corpo no *TP* é totalmente factível e nem de longe pode ser chamado de utópico, pois é adequado às exigências contidas nas formas históricas concretas de Estado. O *TP* propõe um projeto de democracia revolucionário e absolutamente radical. Vejamos o que diz Negri (1993, p.1):

*O Tratado Político* é uma obra com raízes fixadas na modernidade. Seu tecido problemático é o de uma sociedade de massa dentro da qual os indivíduos são iguais do ponto de vista do direito e desiguais do ponto de vista do poder. Várias possibilidades são abertas. Spinoza descreve cada uma delas zelando sempre para preservar as condições de uma solução de teor democrático. A teoria atravessa a experiência com realismo, e o projeto democrático que coroa seu esforço, muito longe de ser utópico, é totalmente adequado às aporias e às alternativas envolvidas dentro das formas históricas concretas do Estado. Quer-se muitas vezes ver as origens do pensamento democrático moderno noutro lugar e não em Spinoza. A retomada sofisticada da tradição antiga pelo humanismo europeu, as posições teóricas que acompanharam as batalhas da burguesia das Comunas contra as concepções medievais do poder, a tradição conciliar, certas correntes progressistas da Reforma, tudo isso produziu sem dúvida alguns elementos da teoria democrática. Mas Spinoza não se contentou com elementos: elaborou o pensamento democrático dentro de seu conjunto – e isso no nível da sociedade capitalista de massa, apesar de ainda liminar.

O pensamento político explicitado no *TP* é vigoroso e inovador e a obra – apesar de não ter sido terminada por seu autor em virtude do agravamento de sua doença e de sua morte em 1677 – é publicada pelos editores à sua revelia e sem os capítulos que seriam dedicados à democracia propriamente dita, o que, no entanto, não a torna ininteligível, já que todo o arcabouço do estudo convergia para a questão da democracia das potências: a *multitudo*. Sem dúvida, a publicação da obra incompleta é utilizada para fins nada democráticos, pois a primeira parte é inteiramente dedicada a duas outras formas de governo: a monarquia e a oligarquia; desse modo, a falta do capítulo sobre a democracia poderia gerar dúvidas sobre o que pretendia Spinoza: será que ao fim e ao cabo de uma vida dedicada a romper paradigmas e pensar o mundo descolado das práticas subservientes teria ele cedido



finalmente e aceitado “os governos de um homem só”? Acreditamos que não. O desenvolvimento dos capítulos do *TP* nos levam a pensar o contrário, embora seja claro que o trabalho ainda se encontrava em fase de gestação e escrita. Foi um golpe engendrado pelos editores para fazer da ausência do texto essencial sobre democracia não uma infelicidade incidental, mas uma evolução da lógica do pensamento de Spinoza: a monarquia (ou as oligarquias) enfim ganhando status como a melhor forma de governo. É como se depois da circulação anônima, em latim e em meios restritos do *TTP*, em 1670 – que foi mal recebida, vista como apologia ao ateísmo aliada a um republicanismo radical e a um materialismo em estado puro – houvesse sempre uma espada pairando sobre sua cabeça. O *TTP* já causara desconforto social ao filósofo, fazendo-o inclusive recusar a publicação da *Ética* e levando-o a um exílio voluntário para longe do meio acadêmico. Qualquer texto de Spinoza produzia desconfiança e alvoroço nos círculos intelectuais e as polêmicas em torno das publicações de suas obras são um capítulo à parte dentro de sua atribulada vida, fazendo valer sempre a sua fama de escritor maldito. À época da publicação do *TPP* alguns amigos aconselharam-no a se afastar e tentar realinhar seus alvos e sua mira, fixando-se numa posição legalista na política e tradicional no campo do pensamento metafísico.

No entanto, temos fortes pistas em se tratando do *TP* – e vários de seus melhores comentadores como Wolfson, Guérout, Deleuze, Mathéron Kolakowski, Macherey e outros concordam nesse ponto – de que há uma mudança sutil mas crucial no desenvolvimento do pensamento spinozista; na verdade, ela parece consistir numa melhor formação de algumas de suas hipóteses teóricas iniciais e em nenhum momento conseguimos detectar em seu texto um pedido de “reparação” pelo que escrevera anteriormente. Ao contrário, Spinoza manteve a coerência de seu pensamento subversivo até o fim: o *TP* propõe um rompimento filosófico duplo, já que expõe as fragilidades do determinismo – enquanto princípio constitutivo do humanismo concebendo a liberdade política a partir do contrato social – e, principalmente, definindo a liberdade como a potência ativa dos indivíduos, garantindo, portanto, o direito inalienável de expressão individual – coisa que o contrato social não prevê, como já dissemos aqui. No texto da *Ética* e também do *TPP* abriu-se uma fenda no pensamento metafísico de então. Diz Negri (1993, p.3):

(...) no momento em que a indiferença e a imediaticidade da tradição panteísta são rompidas, uma dialética positiva se abre dentro da *Ethique* e do *TTP*, em direção ao mundo, à sua superfície, à esfera da possibilidade – no ponto em que o determinismo causal é conduzido para o indeterminismo e em que a física, fundada sobre o impulso para a produção do mundo, é concebida como a base e a fonte da ampliação do horizonte material e

humano. A liberdade do indivíduo começa a ser definida como potência constitutiva. A *potentia*, figura geral do Ser, sustentando a concepção do *conatus* como impulso de todo ser para a produção de si mesmo e do mundo, exprime-se então como *cupiditas* e investe de maneira constitutiva no mundo das paixões e das relações históricas. Este processo, concluído no nível da análise metafísica, é complexo. Acima das dificuldades, uma linha essencial sobressai: mundanização e positividade sempre mais do horizonte humano, ético e político. A formação das hipóteses teóricas do *TP* é a conclusão desse processo metafísico. É essa inerência do *TP* à metafísica que dá seu extraordinário valor de obra não somente interno ao desenvolvimento do pensamento político europeu, mas também ao da metafísica européia: obra inovadora dentro dessas duas tradições. Aliás, é muito difícil contestar que dentro da história do pensamento ocidental, e em particular dentro do da burguesia, metafísica e política construam-se juntas.

Spinoza atentou para o fato de que o homem comum podia ser um agente no mundo e esse seu *estar no mundo*, vivenciando e construindo a liberdade plena – elevada a um estatuto político, pois constituída como potência de todos os indivíduos –, tornava-o ativo, capaz de recusar todas as possibilidades de alienação de seu direito natural (da força social dessa premissa constitutiva); essa política que desmistifica os princípios constitutivos e que renega toda e qualquer tentativa de tolher a liberdade individual de expressão se põe à parte do pensamento corrente burguês e é o cerne da teoria democrática de Spinoza. A democracia spinozana não falseia as relações de produção nem lhe serve de anteparo ou mesmo autentica as relações políticas existentes; antes, promove a ação coletiva a partir do desenvolvimento das potências individuais, forjando as relações políticas que imediatamente liberam os indivíduos da servidão inerente às relações de produção baseadas em um assujeitamento global. As relações políticas que têm como base a ação coletiva – a multiplicidade genuína, a convergência das singularidades em exercício das liberdades – são, portanto, constituintes, formadoras da democracia.

Se na *Ética* a tradição panteísta e o asceticismo foram abandonados – já que havia um ligeiro ranço desses aspectos em suas primeiras obras que, por conseguinte, traziam algo do negativo para sua perspectiva – a feitura do *TP* levou Spinoza a lançar-se naquilo que propriamente chamamos de pensamento como atividade política, baseado numa ética positiva. O humano é alçado ao status de potência constitutiva e o impulso para a produção de si mesmo e do mundo são a chave para a experimentação da liberdade. O homem ordinário em geral pode exercer sua potência no plano político também. E a muitos homens ordinários em geral juntos, exercendo suas potências no plano político, a isso chamamos *multitudo*.

Negri (1993, p.5-6) diz:

A multidão torna-se potência constitutiva. O direito público é a justiça da multidão na medida em que os indivíduos percorrem o cenário do antagonismo e organizam coletivamente a necessidade de liberdade. (...) A ciência contemporânea do direito público pressupõe efetivamente a idéia de uma forma de legitimidade se afirmando através da alienação do direito natural e a construção de uma transcendência do poder. (...) Os limites do poder não derivam de valores estranhos à potência – e principalmente nada de um pretenso “direito divino”. Elas derivam de um processo continuado de legitimação emanado da multidão. A legitimação está enraizada de maneira inalienável dentro da coletividade; só a potência coletivamente exprimida, só a criatividade da multidão determina a legitimidade. Não há nenhuma espécie de transcendência do valor dentro da filosofia de Spinoza.

Spinoza é, portanto, aquele que pensou o poder político como exercício das liberdades individuais e essa atividade do homem comum não exclui a construção do coletivo. Ao contrário, as potências individuais, que são corpos e mentes que se adensam num sujeito coletivo – a *multitudo* – cujo direito natural é o direito civil, demonstra que é possível atuar cooperativamente, unindo forças, sem precisar lançar mão da ideia de pacto ou contrato, que traz embutida em si mesma a alienação ou a transferência de direitos que são inalienáveis e intransferíveis, ordem moral tão a gosto da experiência burguesa. O corpo político instituído pela multidão é constituído a partir do fortalecimento do *conatus* (intensidade, força) individual e a cooperação que se processa é totalmente baseada em sua teoria geral dos afetos – desejos e paixões alegres que viram ação; os homens se reconhecem como semelhantes em seus desejos e crenças e se unem em torno de um propósito coletivo, já que compreendem a importância de cada um individualmente e de todos ao mesmo tempo (CHAUI, 2003).

Spinoza esclarece:

O direito de natureza, que é próprio do gênero humano, dificilmente pode conceber-se a não ser onde os homens têm direitos comuns (...) e vivem sob o consenso comum (...). Quanto mais forem os que assim se põe de acordo, se reúnem num corpo, mais direito têm juntos (...). Onde os homens têm direitos comuns e todos são conduzidos como que por uma só mente (*una veluti mente*), é certo que cada um deles tem tanto menos direito quanto os restantes juntos são mais potentes que ele, ou seja, não tem realmente sobre a natureza nenhum direito para além daquele que o direito comum lhe concede. Quanto ao mais, tem de executar aquilo que por consenso comum lhe é ordenado, ou é coagido a isso pelo direito. (SPINOZA, 2009, p.20, 2, §§ 15,16, p. 282)

E mais: “Costuma-se chamar poder político – *imperium* – esse direito que é definido pela potência da massa (*jus multitudinis potentia definitur*) e possui absolutamente o

poder quem, pelo consenso comum, cuida da coisa pública”. (SPINOZA apud CHAUI, 2003, p.164, 2, §17, p. 282)<sup>15</sup>

O poder político (*imperium*) na *multitudo* não pressupõe hierarquias e/ou primazias, é despersonalizado e potente, é vigoroso mas não é autoritário; há sempre variação das potências, afecções em tumulto, conflitos e jogos de força no campo social, mas a força não é destrutiva ou inibidora, é um fluxo vital. A *multitudo* é a democracia das intensidades, das potências e dos afetos. Como aponta Marilena Chauí (2003, p.327): “A *multitudo* e o *imperium* são *acontecimentos* – coisas singulares na duração. (...) o campo político é uma estrutura<sup>16</sup> ou uma ação ordenada nela mesma”.

Quando Negri atualiza a teoria spinozana e toma emprestado o conceito de *multitudo*, propondo em sua análise a ideia de que a multidão é produtora do real, na qual a constituição do comum é o verdadeiro exercício do *poder constituinte* em lugar do *poder constituído* do liberalismo hobbesiano, propõe, sem dúvida, uma perspectiva inusitada e distante da noção jurídica vigente. Como afirma Deleuze (1993, p.7):

Em Spinoza, as forças são inseparáveis de uma espontaneidade e uma produtividade que tornam possível o seu desenvolvimento sem mediação, ou seja, sua composição. Elas são em si mesmas elementos de socialização. Spinoza pensa imediatamente em termos de *multitudo* e não de indivíduo. Toda a sua filosofia é uma filosofia da *potentia* contra *potestas*. Insere-se numa tradição antijurídica, que passaria por Maquiavel e terminaria em Marx. É toda uma concepção da “constituição” ontológica, ou da composição física e dinâmica, que se opõe ao *contrato* jurídico.

---

<sup>15</sup> É preciso esclarecer o porquê do uso do §17 a partir da obra “Política em Espinosa” de Marilena Chauí e dos outros §15 e 16 terem sido usados a partir da própria obra “Tratado Político” de Spinoza, traduzido por Diogo Pires Aurélio. Existe um desacordo entre os dois no que tange à tradução interpretativa do escólio 17 no que se refere a categoria *imperium*, sujeito coletivo. Como uso a tradução do “Tratado Político” de Diogo Pires Aurélio e o livro de Marilena Chauí como referência nesta tese, sinto-me na obrigação de apontar o desacordo entre eles e seguir com a opção que me parece ser mais adequada neste caso, que é a tradução e a conceituação de Chauí. Em ambos os livros há referências sobre o ponto de vista do outro autor e maiores explicações dos próprios autores em torno da polêmica. C.f. AURÉLIO, Diogo Pires. Introdução. In: SPINOZA, B. *Tratado Político*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. p. LIV.; CHAUI, Marilena. *Política em Espinosa*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. p.326-27.

<sup>16</sup> Marilena Chauí emprega o termo “estrutura” e Diogo Aurélio prefere o termo “configuração” emprestado por Norbert Elias para falar do Estado. Para Marilena Chauí, o *imperium* não é o Estado, já que Spinoza utiliza-se dos termos *civitas* e *res publica* para defini-lo. O *imperium*, segundo Chauí (2003, p.236): “é uma lógica de poder, uma estrutura de ações que se corporifica nas instituições e se exprime nos costumes e nas leis. O *imperium* é a potência da *multitudo* em ação, e, como tal, é uma individualidade ou uma singularidade nos termos em que Spinoza define o indivíduo e uma coisa singular.”

A interpretação que Negri encontra da filosofia spinozana é original e perturbadora porque nos revela sua processividade, que seguindo uma natureza própria, põe-se em movimento e desloca-se ao mesmo tempo; a processividade é imanente, jamais é resultado da pressão de circunstâncias exteriores, de uma história linear e objetiva que refletisse sua orientação, mas é consequência de uma crise “que a sua filosofia partilha com o seu próprio tempo, diante da qual ela desenvolve o seu próprio projeto e constitui, ela mesma, seu objeto” (MACHEREY, 1993, p.11). A crise que é constituinte da filosofia spinozana é a crise de um tempo, de um pensamento, que provoca através desse desentendimento interno um corte teórico e uma fratura prática: é um duplo movimento, uma distensão, uma desmesura. São essas mesmas forças, presentes na *multitudo* que fundam o pensamento político spinozano. E é por isso que para Spinoza o poder político se organiza na vida da multidão – o poder não é como uma coisa, que é passível de mudar de mãos; muito menos pode ser alienado, pertencente a alguém, a um eleito, a um soberano.

Spinoza rompeu com as verdades estabelecidas em sua época e promoveu um corte profundo, tornando-se um desmedido num tempo de medidas matemáticas imutáveis. Construiu uma teoria que é a prática em si, que só existe na ação, na carne da vida. Para entendermos melhor as questões que levaram Spinoza a criar uma teoria fundada na práxis e na forma de poder político advindo da multidão, num período em que se discutia a questão da soberania, traremos Michel Foucault, que se deteve numa “arqueologia do poder” através dos tempos e é bem afinado com a (est)ética spinozana, não tendo se conformado em efetuar uma análise estritamente histórica dos fatos, mas criando conceitos a partir dos quais podemos entender não apenas os fatos em si, mas seus processos: os acontecimentos.

#### **2.4 O poder político, as “artes de governar” e a vida nua**

Passemos agora ao ponto de entender como se apresenta o *poder político* no decurso da história sob o ponto de vista de filósofos-historiadores ou historiadores-filósofos como sugere Paul Veyne (2008, p.239-40):

Foucault é o historiador acabado, o remate da história. Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia também ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores. Positivistas, nominalistas, pluralistas, inimigos das palavras em *ismo*, nós o somos, todos: ele é o primeiro a sê-lo completamente. (...) A intuição inicial de Foucault não é a estrutura, nem o corte, nem o discurso: é a *raridade*, no sentido latino dessa palavra; os fatos

humanos são raros, não estão instalados na plenitude da razão, há um vazio em torno deles para outros fatos que o nosso saber nem imagina; pois o que é poderia ser diferente; os fatos humanos são arbitrários, não são óbvios, no entanto parecem tão evidentes aos olhos dos contemporâneos e mesmo de seus historiadores que nem uns nem outros sequer os percebem.

A questão levantada por Veyne é bastante importante, pois a despeito de compreender em sua plenitude o método empreendido por Foucault para contar a história, que é a de criar conceitos próprios, o autor ainda propõe que se nomeie as “raridades foucaultianas” como “acontecimento”. O próprio método de Veyne para desvendar o percurso metodológico de Foucault nos brinda com a mesma criatividade que ele diz encontrar no mestre. É preciso enxergar o entorno, porque os “fatos em si” quase não existem, tão raros que são; desse modo, em vez de se procurar objetos na história, passa-se a observar as práticas que nos levam a nos aproximar dos objetos, a criá-los. Dito de outro modo: os objetos só tomam corpo a partir das nossas práticas, pois não existem *a priori*; um acontecimento só fulgura a partir das relações que criamos com ele. É nesse momento que o ofício do historiador se mistura com o trabalho do filósofo, já que contar a história sem reduzi-la ao factual é uma forma de inventá-la sem abandonar o rigor investigativo. O trabalho de um filósofo é criar conceitos, como diria Deleuze (2005, p.28), “mas, mesmo na filosofia não se cria conceitos, a não ser em função dos problemas que se consideram mal vistos ou mal colocados.” E Foucault fez o duplo movimento com maestria.

Paul Veyne destaca que “as práticas” às quais Foucault se refere são literalmente o que são: a forma pela qual as pessoas fazem as coisas; não há nenhum sentido escondido nem a prática é algo que se dá numa esfera misteriosa, que tira sua energia de uma fonte oculta ou que vive num subterrâneo da história. Se há alguma parte oculta nessas práticas, a única comparação possível é a da ponta de um iceberg, ou seja: o que está abaixo da superfície e oculto também sabemos que é gelo. Em suma: Foucault denuncia que acabamos nos esquecendo das práticas para nos deter apenas nos objetos que se personificam para nós. E nos acostumamos a esse método. Não há, nesse sentido, nenhum tipo de “descoberta da prática desconhecida” feita por Foucault. Seu esforço é todo em função de enxergar a prática em sua literalidade, descrevendo seus contornos bizarros (como ele mesmo os chama), em vez de perder-se em descrições metafóricas ou termos genéricos. Vejamos o que diz Veyne (2008, p.251):

(...) ele fala sobre o mesmo que nós, ou seja, por exemplo, da conduta prática de um governo; somente a mostra como é verdadeiramente, arrancando-lhe a veste drapeada. Nada é mais injustificável do que acusá-lo

de reduzir a nossa história a um processo intelectual tão implacável quanto irresponsável. Contudo, compreende-se facilmente porque essa filosofia é difícil para nós: ela não se assemelha nem a Marx nem a Freud. A prática não é uma instância (como o id freudiano) nem um primeiro motor (como a relação de produção), e, aliás, não há em Foucault nem instância nem primeiro motor (...).

É assim que Foucault revoluciona a história: enxergando o que está abaixo da linha de visibilidade. Não é nada que nunca tenhamos visto ou sabido, não é um mistério insondável; mas é algo que devemos enxergar na sua exatidão. Se nos livramos dos esboços, será possível perceber contornos que não eram percebidos e possibilidades jamais imaginadas: são os acontecimentos.

Partindo destas pistas e já cientes de seu método, poderemos, enfim, chegar à questão do poder político que foi analisada a fundo por Foucault. O filósofo, que lecionava no *Collège de France* desde 1970, ministrou uma série de cursos em sua cadeira, que se denominava “História dos Sistemas de Pensamento”. O primeiro deles, “Os anormais” (1974-75), tratava das práticas e dos discursos psiquiátricos, de seus usos pelo poder judiciário e da transformação dos mecanismos de poder surgida a partir do desaparecimento dos rituais públicos de punição; o curso *Em Defesa da Sociedade*, entre 1975 e 1976, e cuja última lição foi destinada ao estudo da ‘biopolítica’ e *Segurança, Território, População*, entre 1977 e 1978, tratava da análise dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos de segurança que formavam o que ele chamava de “biopoder” – um poder sobre a vida.

Segundo Foucault (2008) nas sociedades gregas e romanas o exercício do poder político não pressupunha o direito de um “governo” pretender conduzir a vida dos indivíduos, apresentando-se como o guia responsável pelo modo como estes indivíduos agem e pelo que lhes acontece. Entretanto, a figura de um soberano-pastor, que aparece timidamente em alguns textos gregos arcaicos, fulgura e adquire amplitude no Oriente, fundamentalmente na sociedade hebraica. Contornos bem marcantes e expressivos delineiam esse tema: o poder pastoral se exerce menos sobre um território fixo e mais intensamente sobre uma multidão que se desloca rumo a um determinado objetivo, já que, nesse papel, o pastor precisará conduzi-los, mantê-los alimentados e assegurar-lhes a salvação. Trata-se, portanto, de um poder distintivo – trazendo em si o paradoxo fundamental – mas que valoriza ao mesmo tempo a ovelha e o rebanho inteiro. Esse é o poder introduzido no Ocidente pelo cristianismo e que se institucionaliza num pastorado eclesiástico: o governo das almas, indispensável à salvação de todos. Os séculos XV e XVI deflagram uma crise no governo pastoral em função de uma busca por novas modalidades de direcionamento espiritual, por outras maneiras de

‘governar’ territórios e estratos populacionais surgidos com o fim do feudalismo e com a emergência de novas formas de relações econômicas, sociais e organizações políticas (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2009).

Na primeira metade do século XVIII muitos aspectos da formação da *governamentalidade* política estão ligados ao surgimento da ‘razão de Estado’. As “artes de governar” redigidas nos séculos XVI e XVII, cujos princípios eram fundamentados nas virtudes tradicionais (sabedoria, justiça, respeito às leis e aos costumes) ou mesmo nas habilidades perceptivas (prudência, cercar-se de bons e sábios conselheiros), se transformam numa arte de governar produzida para ser aplicada num modelo específico de Estado. É a nova ‘doxa’ de racionalidade segundo a qual o soberano deve exercer seu poder governando os homens. Uma nova percepção histórica desponta e já não há o terror pelo fim do mundo impingido pelo poder pastoral e nem a convergência das soberanias particulares num império universal; os Estados vão brigar uns com os outros para manter a sua integridade territorial. Além disso, será necessário que invistam no conhecimento e no desenvolvimento de tecnologias militares que assegurem a soberania e ainda num poder de ‘polícia’ que possa intervir, em nome do Estado, dentro do próprio território. Estas duas ações coordenadas, aliadas ao crescimento do comércio e a circulação de dinheiro entre os Estados, compõem o ideário da nova razão governamental (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2009).

No primeiro volume da *História da Sexualidade* (1976) Foucault já apontava para as novas estratégias de ‘poder sobre a vida’ e levou às últimas consequências a radicalidade de seu pensamento sobre a nova forma de constituição do poder. Segundo o filósofo, é a partir do século XVIII que uma nova configuração de ‘poder sobre a vida’ emerge no mundo ocidental, pautada fundamentalmente em duas estratégias: a primeira como política de disciplinarização e docilização dos corpos, adestrando-os, extenuando suas forças, integrando-os em sistemas de controle eficazes e econômicos; a segunda como a capturação do corpo vivo, controlando seus processos biológicos como os estados de saúde, a reprodução, a mortalidade, a longevidade – medidas reguladoras a que as populações eram submetidas denotando minucioso e sistemático controle. Em suma, foram estas duas estratégias orquestradamente encadeadas – disciplinas do corpo e regulação biológica da população – que tornaram possível a organização do ‘biopoder’.

Em *Segurança, Território, População* (2008) o conceito de ‘biopoder’ é a entrada da vida como elemento nos jogos de poder, isto é: “o conjunto de mecanismos pelos quais



aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (2008, p.3). Foucault ressalta que a análise a que ele se propõe – a dos mecanismos de poder, por onde eles passam, seus procedimentos e quais seus efeitos – não é, de forma alguma, uma teoria geral *do que é o poder*. Sua fala revela seu rigor obstinado na busca do conceito que pretende problematizar. Foucault admite que sua tese é apenas o início de uma teoria não do *‘que é o poder’*, mas *‘do poder’* – aqui não percebido como uma substância, uma coisa fluida, mas sim como um conjunto de medidas e procedimentos que tenham como função manter (mesmo que não se consiga) justamente o poder. Para Foucault não é possível pensar em ‘O que é poder?’ por que a questão é ampla e a pergunta simplifica, reduz e ‘coisifica’ o conceito; o poder não é uma coisa, não pode ser entendido como uma unidade, uma entidade, algo externo, um bastão que passa de um soberano para outro, um poder que transcende, que pressupõe uma acentuada hierarquia, mas sim como algo que se constitui nas relações e na complexidade do campo social. A incipiente teoria *‘do poder’*, à qual Foucault se refere, só pode ser percebida e reconhecida levando em consideração seu supremo esforço em demonstrar que até então os mecanismos de poder não haviam sido explorados de forma eficiente e suficiente pelos teóricos e filósofos que se debruçaram sobre o assunto. É fato que as mudanças se processam de forma lenta e quase imperceptível; também é necessário um olhar treinado e perspicaz associado a um interesse específico em desvelar como as coisas se dão no mundo para se chegar à idéia de poder (de *‘biopoder’*) preconizada por Foucault.

Mas, afinal, o que são esses mecanismos de poder? Segundo Foucault, são as estratégias que se estabelecem no seio social e que têm por objetivo a regulação e o controle das formas de existência, sendo fortemente calcadas em preceitos econômicos, morais e religiosos. Vejamos então: nos primórdios da civilização o poder era estabelecido a partir da força física, já que o chefe do bando era sempre o mais ágil e violento, conseguindo proteger o maior número pessoas e garantindo a sobrevivência da espécie; num outro momento, surgem os feudos e os *‘senhores feudais’*, que detinham sobre seus servos o *‘poder de vida e morte’*, em função do poderio econômico e do aparato jurídico; concomitantemente surge o poder religioso, que subjuga o homem através da rigidez moral e dos costumes; posteriormente, já com o advento das sociedades-Estado, aparece a figura do soberano – é o poder absoluto acima de qualquer Lei. Na passagem da sociedade manufatureira para a sociedade do capital, o poder encontra-se nas mãos de quem detém os meios de produção; se já não há suplícios públicos e métodos punitivos aplicados aos *‘fora-da-lei’*, surgem, no bojo

dessa nova civilização, as cadeias (vigilância, segurança) e também os asilos para os ‘loucos’ e os desajustados socialmente – lugares institucionais onde o poder é disciplinar.

Um dos aspectos da obra de Foucault (1984, 2005a, 2005b) que nos interessa explorar nesta tese é o que demonstra a relação entre poder, memória e resistência, visto que trabalhamos com documentos produzidos por instituições que os detêm sob sua guarda, determinando, de muitas formas, o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido; também o que deve ser divulgado e o que pode tornar-se acessível. Os modelos institucionais de guarda e preservação de memória advêm do modelo documental francês, coerente com as práticas e procedimentos da “razão de Estado”. É preciso ainda que ressaltemos que todo poder, como já vimos, oferece sua face de resistência. Como aponta Jô Gondar (2003, p. 32):

Todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Um pensador como Michel Foucault vai ainda mais longe: ele mostrará que o poder não apenas opera uma seleção entre recordações já existentes, mas produz a própria lembrança. Em outros termos: as lembranças e esquecimentos que tecem a memória não são simplesmente selecionados ou gerenciados pelo poder, mas são por ele fabricados. Esta fabricação, todavia, não coloca a memória como um simples reflexo de interesses econômicos ou de classe, como se tratasse de uma espécie de superestrutura. Quando Foucault se refere a modo de produção, ele o faz num sentido amplo, que engloba desde os fatores econômicos até os regimes de signos e sensibilidades.

Do mesmo modo como demonstra a autora, compreendemos que Foucault não situa a produção de memória apenas na esfera individual, mas ao contrário, nos esclarece que jamais podemos separar sua produção dos procedimentos e mecanismos de poder concernentes aos diferentes períodos da história. Memória e subjetividade, nesse caso, são tratadas como concomitantes, ambas se produzindo a partir dos jogos de força presentes no campo social. A memória aparece em vários momentos da obra de Foucault, que a pensou de acordo com o eixo temático proposto no período. Assim, num primeiro momento, o privilégio é das práticas do saber e o método é o arqueológico, consistindo em proceder numa escavação das formas estratificadas que compõem os objetos do saber (FOUCAULT, 2005a). A memória ganha destaque por ser pensada como um objeto criado intencionalmente e que se dirige ao futuro: o documento-monumento. A decisão sobre a criação e conservação dessa memória é compartilhada pela sociedade que a criou, mas também por todas onde ele permanece vivendo, numa disposição de propagação, que desnaturaliza não somente as práticas de conservação como o próprio desejo de memória (GONDAR, 2003).

Num segundo momento, Foucault prioriza as relações e práticas de poder e o seu método é o genealógico, ou seja, em vez de deter-se na compleição estrutural e fixa, passa a observar a gênese e a mobilidade do poder, que se engendra no tecido social e atravessa diversas instâncias, sem localizar-se em estratos específicos. Foucault demonstra que o exercício do poder não se dá apenas na submissão de uma instância pela outra, na opressão de uma classe pela outra ou de um soberano sobre seus vassallos ou do Estado sobre os cidadãos, mas compreende que tudo o que existe é o poder circulando e produzindo subjetividade. Se o poder está em toda parte, como é possível escapar dele? Segundo Gondar (2003), Foucault aponta esse impasse em *Vigiar e Punir* (1997). Pois se não há nada fora das relações de poder, como construir um espaço livre no qual se inscreva a memória? Até este momento Foucault toma o jogo de forças como a luta dos que querem dominar e a resistência à dominação, mas ainda não há nenhuma possibilidade de pensar a criação fora do poder. A resistência ainda se faz no esquema da oposição e a forma encontrada para resistir é a produção de uma contra-memória (no dizer de Foucault, 1981) que, como demonstra Gondar (2003, p. 33-34), “(...) surgiria como um modo de desconstruir as artimanhas do poder que, visando naturalizar-se e eternizar-se, difundiria um modelo metafísico de memória, no qual origem e finalidade já estariam definidas *a priori*.”

Foucault acredita que ao colocar o presente na origem, a metafísica nos leva a acreditar no desvelamento das coisas – há algo escondido que tenta vir à luz desde sua gestação. Se partirmos de uma genealogia, provocaremos o restabelecimento dos diversos sistemas de submissão, apostando no acaso dos jogos de dominação. O sentido que Foucault (1981) propõe é que se faça um uso da história libertando-a do modelo metafísico e antropológico da memória, fazendo surgir uma contra-memória. Nessa perspectiva, compreendemos que a contra-memória para Foucault ganha um sentido de recuperação, de resgate, alertando que as escolhas tidas como “neutras” são a expressão da dominação que acontecem nas esferas onde circula o poder. Todo o esforço de Foucault é para desnaturalizar os atributos impingidos à memória pelos metafísicos: pureza, autenticidade, verdade, essência, identidade. A contra-memória busca lançar uma luz sobre as discontinuidades e heterogeneidades do campo social em que estamos imersos ao invés de procurarmos a nossa essência identitária (FOUCAULT, 1981). No entanto, esclarece Gondar (2003, p 34):

(...) o trabalho genealógico – ou, em outros termos, o trabalho de constituição de uma contra-memória – restringe-se à denúncia de um jogo de dominações e das submissões, como se não houvesse história da constituição de resistências criativas. Sem dúvida, trata-se de um instrumento crítico e

existe aí um trabalho de desconstrução; o que não há é qualquer proposta ou possibilidade de criação. A memória estaria sempre assujeitada ao poder, e nosso ímpeto de resistir ficaria reduzido à denúncia das sujeições efetuadas.

No terceiro momento de sua análise teórica, onde direciona seu pensamento para as práticas de si, é que Foucault consegue romper com os dois momentos anteriores, nos quais empenhara-se em demonstrar que o poder estava em toda parte e que nos atravessava de vários modos e em diversas instâncias produzindo modos de subjetivação congruentes com as práticas: poder-contrapoder, memória-contramemória. A perspectiva ainda é a de uma resistência por oposição. Quando Foucault percebe que a possibilidade de criar se faz a partir da relação a si – que não é a relação do indivíduo consigo mesmo, mas da sua composição de forças – encontra o caminho para a produção de uma subjetividade (e uma memória) como processo de resistência criativa. Segundo Gondar (2003) quando Foucault retoma os estudos sobre os gregos em *O Uso dos Prazeres*, percebe que há algo de insubordinável, que não subsume as dominações e aos códigos – que se estabelecem em todo lugar e atravessam vários momentos históricos – criando uma outra possibilidade de resistência, que não se reduz ao assujeitamento ou a uma reação de oposição. O que surge é um movimento – tanto de indivíduos quanto de coletivos de força – que agem no plano de imanência (e não mais na modalidade das estratificações) e produzem um tipo de subjetivação que em vez de embater-se frontalmente com os processos dominantes, sinuosamente constroem uma dobra sobre estes. A subjetividade e a memória que surgem desse processo é algo novo, criado especificamente sob essas condições – no espaço da liberdade. Diz Gondar (2003, p. 35): “ao invés de se enfrentar o inimigo opondo-se uma força à dele, se dobra a própria força que assujeita para construir uma resistência, criando algo novo, para além de qualquer assujeitamento”.

Foucault já apontava no fim do curso *Em defesa da sociedade* (1975) que o ‘poder’ já se imiscuía em todos os estratos sociais e de diversas formas, se esparramando por todo o corpo social contemporâneo e não mais estando restrito ao campo das instituições disciplinares – a vida e todos os vivos já eram vigiados, controlados (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2009). Vemos então que a constituição ‘do poder’ enquanto tal se dá ao percorrermos o caminho das transformações dos mecanismos e dos dispositivos de poder através dos séculos, desvendando seu funcionamento e revelando que as reconfigurações incessantes do corpo social é que provocam, alimentam e modificam a nossa forma de existir no mundo. Foucault traz à tona os mecanismos e o conjunto de procedimentos – que se articulam com as transformações econômicas, políticas, sociais – e que assumem a função de

gerir a vida produzindo forças, nutrindo-as e fazendo-as crescer para organizá-las e ordená-las, mais do que ceifá-las ou destruí-las – é a vida nua, é o ‘biopoder’.

Quando introduzimos o pensamento de Foucault neste trabalho é com o intuito de demonstrar que o poder político não é uma coisa estática, mas um conjunto de mecanismos e de dispositivos, que através dos tempos se reconfiguram de acordo com as forças sociais e com os acontecimentos, que quando tensionados ou distensionados, modificam as formas de existência da multidão. Podemos, dessa forma, melhor compreender aquilo que Negri (1993<sup>a</sup>, 1993b) – inspirado pela teoria política spinozana – também propõe quando afirma que o que veio primeiro na modernidade foi o movimento da potência da multidão, um conjunto de forças em ação como jamais visto antes: o poder constituinte. O poder constituinte, segundo Negri (2002), é a manifestação da potência democrática, porque funda o político em vez de ser um mero decalque de um social hipoteticamente construído, mediado e representado. É como se as forças mais potentes da multidão tivessem sido aplainadas pelo modelo de Estado hobbesiano, que tem por objetivo pasteurizar, homogeneizar, igualar as diferenças através do constitucionalismo e do contratualismo, que prevêem uma forma de funcionamento unificada, personificada num representante que media as vontades. Como aponta Chaloub (2008, p.7700):

Todo o pensamento político moderno hegemônico pode ser compreendido, segundo Negri, como um esforço de contenção do demos, almejando usurpar o poder constituinte da multidão. Com efeito, os conceitos de Estado e soberania nada mais são do que aparelhos de captura dessa potência.

Negri insiste em seu argumento a respeito da teoria da soberania, que levou muitos a entenderem o mundo da política como o domínio do próprio soberano, centrando-se, por exemplo, no Estado. Segundo o filósofo, essa é uma visão muito estreita da política, já que a soberania possui necessariamente dois aspectos: o primeiro é que o poder soberano não é uma substância autônoma – assim como já vimos em Foucault – e também porque nunca é absoluto, pois consiste numa relação entre soberanos e súditos, protegidos e obedientes, direitos e deveres. Negri e Hardt (2005, p. 415-16) dizem: “Sempre que tiranos tentaram transformar a soberania em algo unilateral, os governados acabaram se revoltando e restabelecendo a natureza bipolar da relação. Os que obedecem não são menos essenciais ao conceito e ao funcionamento da soberania do que aquele que comanda”.

## 2.5 Brasil: considerações selvagens

Partiremos do ponto de vista de que para falarmos adiante dos aspectos políticos contemporâneos, que forjam um “modus operandi” de uma sociedade que produz costumes, modos de existência e se comunica em rede, nos reportaremos àquilo que Negri e Hardt (2006) chamam de “dialética da soberania colonial” para enunciar que as transformações profundas, que se processaram desde a modernidade, fundaram também um novo campo de problemas e, por conseguinte, novas formas de entender seus desdobramentos – como, por exemplo, a questão da soberania na perspectiva do colonialismo. Os autores argumentam que a crise da modernidade tem, desde o seu início, uma relação estreita com a subordinação racial e a colonização, pois, enquanto dentro dos seus perímetros, os Estados-nação procuram insistentemente criar a pureza e um modelo de povo. Ao mesmo tempo e do lado de fora, este mesmo Estado-nação “é uma máquina de produzir Outros” (2006, p.131).

Ao estabelecer que existe um “dentro” e um “fora” os Estados-nação evidenciam diferenças raciais e erguem fronteiras que delimitam e dão esteio ao sujeito moderno da soberania. Estas fronteiras e barreiras não são impossíveis de serem penetradas, antes, suas porosidades e aberturas servem como um agente homeostático das trocas entre a Europa e seu exterior. Os Outros – os não-europeus – são todos indispensáveis para formar o pólo negativo da identidade europeia e da soberania moderna como tal, assim como as relações de produção estabelecidas com esses “continentes outros” vai servir de alicerce econômico para os Estados-nação europeus. O conflito racial, que é considerado inerente à modernidade, é, portanto, outro dado importante a ser computado para o entendimento da crise permanente que define a soberania moderna (NEGRI; HARDT, 2006).

A colônia está em oposição dialética à modernidade da Europa como sua antagonista necessária. Esse Outro é sempre aquele que “precisa” da civilização europeia, é enxergado como aprendiz potencial do que é “ser” o homem civilizado e ao mesmo tempo é essa *diferença* que permite que o europeu enxergue a si mesmo como o “ideal” a ser alcançado por esses povos. Desse modo, a imposição do modelo ideal passou a justificar todo tipo de brutalidade cometida contra as colônias. Os Outros eram os selvagens que viviam sem Deus, sem lei, sem rei, como afirma Viveiros de Castro (2002) em *A inconstância da alma selvagem*, onde discorre sobre a questão da colonização em terras brasileiras e do olhar eurocêntrico sobre as formas de vida dos Tupinambá. É assim, segundo Castro, que toda diferença (racial, cultural, econômica, estrutural, política, parental) passa a ser subordinada ao

conceito eurocêntrico de identidade, de cultura. Aquilo que é diferente não o é em si – como a ecciedade de Duns Scotus, por exemplo, que vimos anteriormente –; ele o é a partir do parâmetro de igualdade e de identidade tomado pelos povos colonizadores. E tudo aquilo que revela um “diferente” – sempre em relação ao modelo padrão do colonizador – traz a carga conotativa pejorativa de “ruim” ou “insuficiente” e “atrasado”, de “não tão bom” ou de “ainda não chegaram onde deviam”. Então, nessa perspectiva, os povos colonizados, que tinham uma religião “estranha”, de origem panteísta fundada em aspectos incompreensíveis, precisavam ser orientados e catequizados pelos católicos; os selvagens eram considerados preguiçosos porque não trabalhavam visando o acúmulo de bens e terras; eram vistos como indecentes porque viviam desnudos e eram também considerados “fracos de vontade” e “superficiais em sentimentos” porque apesar de aprenderem rapidamente os ensinamentos dos jesuítas mais rapidamente os esqueciam, voltando a prática dos próprios rituais e costumes.

Essa inconstância dos selvagens enlouquecia os padres – conforme aparece no *Sermão do Espírito Santo* (1657) do Padre Antônio Vieira (apud CASTRO, 2002, p.183-84):

Os que andastes pelo mundo, e entrastes em casas de prazer de príncipes, veríeis naqueles quadros e naquelas ruas dos jardins dois gêneros de estátuas muito diferentes, umas de mármore, outras de murta. A estátua de mármore custa muito a fazer, pela dureza e resistência da matéria; mas depois de feita uma vez, não é necessário que lhe ponham mais a mão; sempre sustenta e conserva a mesma figura; a estátua de murta é mais fácil de formar, pela facilidade com que se dobram os ramos, mas é necessário andar sempre reformando e trabalhando nela, para que se conserve. Se deixa o jardineiro de assistir, em quatro dias sai um ramo que lhe atravessa os olhos, sai outro que lhe descompõe as orelhas, saem dois que de cinco dedos lhe fazem sete, e o que pouco antes era homem, já é uma confusão verde de murtas. Eis aqui a diferença que há entre umas nações e outras na doutrina da fé. Há umas nações naturalmente duras, tenazes e constantes, as quais dificilmente recebem a fé e deixam os erros de seus antepassados, resistem com as armas, duvidam com o entendimento, repugnam com a vontade, (...) dão grande trabalho até se renderem; mas uma vez rendidas, uma vez que receberam a fé, ficam nela firmes e constantes, como estátuas de mármore. (...) Há outras nações, pelo contrário – e estas são as do Brasil – que recebem tudo o que lhes ensinam com grande docilidade e facilidade, sem argumentar, sem replicar, sem duvidar, sem resistir; mas são as estátuas de murta que, em levantando a mão e a tesoura o jardineiro, logo perdem a nova figura, e tornam à bruteza antiga e natural, e a ser mato como dantes eram.

Os índios eram abertos para a cultura europeia e aceitavam os seus ensinamentos, mas eram como a murta (a planta fácil de moldar, mas que perde a forma rapidamente) e não abandonavam seus costumes e sua maneira de viver. Num momento de exasperação o padre se indaga como podem aprender o catecismo e sobre os pecados e continuar praticando seus

ritos pagãos, a bebedeira, o canibalismo e a fornicção? A comparação feita pelo padre (e retomada com maestria por Castro) é a de que as nações europeias possuíam uma matéria-prima mais dura de se trabalhar, assim como o mármore, que demora a ser esculpido, mas que depois da resistência inicial, terá uma forma durável, eterna, praticamente imutável. A partir desse ponto de vista, o selvagem por sua feita, mostra-se rápida e perfeitamente moldável e mais rapidamente ainda retoma seus hábitos.

O tema da indolência e da inconstância selvagem não foi foco de reflexão privilegiado dos missionários; ao contrário, diversos autores como Serafim Leite, Gabriel Soares de Souza, Alexandre Rodrigues Ferreira, Capistrano de Abreu, entre outros, convergiam no discurso ao falar dos ameríndios como uma gente de alma amorfa; e que esse traço, segundo os autores, não era característico apenas para as vicissitudes da alma, mas uma marca do caráter indígena. Desse modo é que surge um dos estereótipos mais frequentes para a definição do caráter do brasileiro: a de que herdamos a indolência e a amorfia da alma indígena. A imagem do selvagem indolente é farta na historiografia desde Varnhagen (1854, p.51, apud CASTRO, 2002, p.187): “eram falsos e infiéis; inconstantes e ingratos”.

Gilberto Freyre ajudou a propagar o contraste entre as três raças que vieram a compor o povo brasileiro: destaque para a preguiça vegetal dos índios, o vigor animal dos negros – que foram importados para suprir a incompetência laboral indígena nas *plantations* – e a razão e o civismo europeus. Mesmo Sérgio Buarque de Hollanda, que é considerado menos racista que Freyre, resvalou em sua análise também na doutrina aristotélica ao evocar “as três almas”. Vejamos o que diz Buarque de Hollanda (1936, p.43 apud CASTRO, p. 187):

[Os antigos moradores da terra] dificilmente se acomodavam...ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era pra atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como que uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência da sociedade civil.

Segundo os padres o problema dos índios não era relativo à inteligência, posto que aprendiam as doutrinas da fé com agilidade, mas residiam em outras questões mais pertinentes ao universo da alma: fraqueza de vontade e de memória. Portanto, diferentes dos europeus, que reagiram à doutrina da fé durante centenas de anos, mas que depois sucumbiram ao novo dogma e aderiram à nova religião, os indígenas recusavam a escolha. A



estratégia dos padres era civilizá-los e convertê-los, tarefa que era bastante difícil; por isso, investiam mais e profundamente nas crianças. Os gentios precisavam de lei e de rei, coisas que eles simplesmente recusavam.

O abraço da cultura exterior é um traço impressionante e marcante na cultura Tupinambá. O Outro é sempre necessário, mas não pelos mesmos motivos e nem por causa da suposta (e equivocada) superioridade dos povos eleitos; dentro de sua cultura os Tupinambá não eram compelidos a reduzir o outro à própria imagem – e esse traço de abertura identitária, de acolhimento do outro era de compreensão quase impossível para os colonizadores. Castro aponta esse senso de alteridade e “outramento” dos Tupinambá funcionando como a base de seu complexo de crenças e de sua cultura. O Outro para o povo Tupinambá não tem a carga dialética negativa de forjamento da própria identidade como para o europeu. Segundo Helène Clastres (apud CASTRO, 2002, p.206):

(...) se os europeus desejaram os índios é porque viram neles, ou animais úteis, ou homens europeus e cristãos em potência, os Tupi desejaram os europeus em sua alteridade plena, que lhes apareceu como uma possibilidade de autotransfiguração, um signo da reunião do que havia sido separado na origem da cultura, capazes portanto de vir alargar a condição humana, ou mesmo de ultrapassá-la. Foram então talvez os ameríndios, não os europeus, que tiveram a visão do paraíso, no desencontro americano. Para os primeiros, não se tratava de impor maniacamente sua identidade sobre o outro, ou recusá-lo em nome da própria excelência étnica; mas sim de, atualizando uma relação com ele (relação existente desde sempre, sob o modo virtual), transformar sua própria identidade. A inconstância da alma selvagem, em seu modo de abertura, é a expressão de um modo de ser onde “é a troca, não a identidade, o valor fundamental a ser afirmado”, para lembrarmos a profunda observação de Clifford Geertz: “Afinidade relacional, portanto, não identidade substancial, era o valor a ser afirmado”.

Essa percepção de que os povos selvagens, que habitavam o Brasil, apresentavam uma abertura em relação ao que vinha do Outro talvez seja uma forma melhor de explicar o processo de construção de uma identidade nacional do que a clássica baseada no mito das “três raças”, e não apenas como se fôssemos simplesmente uma “síntese” – bem ao modo da dialética hegeliana – daquilo que índios, europeus e negros nos trouxeram e nos legaram.

## ***2.6 Modernidade à brasileira: Tupi or not Tupi, that is the question***

O debate sobre a construção da identidade nacional, que chega mais forte com o advento da modernidade (tardia) no Brasil, e a oscilante valorização/desvalorização da cultura popular permeia o nosso imaginário há muito tempo e ainda está no cerne da discussão

contemporânea. Segundo Renato Ortiz (1994) “não é por acaso que a questão da identidade se encontra intimamente ligada ao problema da cultura popular e do Estado; em última instância, falar de cultura brasileira é discutir os destinos políticos do país.” É certo que nos deparamos com abordagens diferentes, desde a mais conservadora – como a de Sílvio Romero de Gilberto Freire – passando pela modernista de Mário e Oswald de Andrade, a visão autoritária e estatal para os representantes do Estado Novo, a desenvolvimentista para os isebianos<sup>17</sup> até a revolucionária para o pessoal do movimento da contracultura nos anos 1960. É justamente a diversidade de pensamentos e a permanência da discussão no cenário atual que a transforma em referência obrigatória para toda e qualquer análise temática sobre cultura e política.

O tema da modernidade também tem ocupado os intelectuais nacionais em diferentes épocas e sempre passou pela questão a tentativa de entender como os brasileiros estavam em relação ao mundo “adiantado”: primeiramente em relação à Europa e posteriormente em relação aos Estados Unidos. A importação de modelos se dá através de intelectuais que vão aos “centros urbanos de ponta” buscar novas ideias para aclimatá-las ao solo brasileiro; ou seja, a nossa modernidade (assim como a nossa identidade cultural) é forjada a partir de um padrão já existente, é uma adaptação de modelos. Assim, há uma oscilação no que tange à valorização da nossa cultura: em determinada época, as elites urbanas se inspiram fortemente na civilização europeia e a enxergam como o modelo do que precisamos alcançar; em outro momento, alguns intelectuais reagem a essa prática – que é mais localizada, sem dúvida, nos centros urbanos – e passam a valorizar as manifestações culturais regionais como as “únicas” verdadeiras, já que o brasileiro é visto como eminentemente rural, sertanejo. Outra imagem bastante divulgada é a do herói preguiçoso e sem caráter, na personagem de Mário de Andrade, Macunaíma (OLIVEN, 2001).

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e a abertura dos portos ao comércio exterior propiciou um grande fluxo de comerciantes e viajantes para o país e o Rio de Janeiro virou uma cidade cosmopolita. Desse modo, começou a se desenvolver uma forma de vida burguesa nos círculos sociais mais abastados e concentrados na área urbana. Nas cidades menores a vida continuava bastante simples e ainda havia um país de dimensões continentais vivendo num ambiente rural e sem acesso às modernidades chegadas da Europa.

---

<sup>17</sup> Os isebianos eram intelectuais não-acadêmicos que se reuniram e fundaram o ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros – em 1955 para estudar e refletir sobre as questões econômicas, políticas e ideológicas do Brasil. Nos primeiros dias de abril de 1964, a biblioteca e os arquivos do instituto foram destruídos. A ditadura militar se prefigurava nesse ato de vandalismo: a inteligência era repudiada e o pensamento crítico seria reprimido no país por mais de 20 longos anos. Cf: Folha de São Paulo, 14 de jul. 2005.

Segundo Pereira de Queiroz (1973, p. 216) a difusão do modo de vida burguês ocorre no Brasil a partir de 1820, ou seja, muito antes do país tornar-se industrializado. Esse estilo de vida urbano não se dá apenas no nível econômico, mas também se estabelece do ponto de vista cultural, pois as classes abastadas adotaram o requinte e as preocupações intelectuais europeias como um símbolo de status e de distinção.

Seguindo um caminho inverso surgem, já na segunda metade do século XIX, representantes do movimento indianista – glorificado pelo índio romântico de José de Alencar –, que valorizam a vida no campo como algo autenticamente brasileiro; no entanto, os índios e a vida selvagem dos romances são europeizados e cria-se então o mito do “bom selvagem”, que pensa e tem sentimentos idênticos ao de um europeu bem-educado; o índio de Alencar tem feições finas e era o homem “perfeito e puro”, que não havia se contaminado e corrompido pelo contato com a sociedade civilizada e é bastante assemelhado aos heróis medievais. Mesmo essa segunda tentativa de conceber uma identidade nacional genuína e inclusiva está impregnada de um modelo importado e adaptado às terras brasileiras. Nós parecíamos sempre devedores, sempre deslocados, sempre como a murta, que por mais que se tente dar uma forma fixa e imóvel volta a criar galhos fora do lugar em pouco tempo. Não era o que diziam os padres sobre os selvagens da terra *brasilis*?

Vejamos o que diz Oliven (2001, p.4):

Há um sentimento de que, no Brasil, as ideias e as práticas culturais estariam, em geral, “fora do lugar”. É o que [também] teria ocorrido em relação às ideias políticas. O Brasil é um dos últimos países a abolir a escravidão (em 1888, por pressão inglesa). Embora a economia brasileira estivesse durante três séculos baseada na exploração de mão-de-obra escrava, parte das elites políticas do país da época aderiram ao ideário liberal, que foi criado na Europa e se aplicava somente a este continente. Schwarz (1977) procurou argumentar como a ideologia liberal estava “fora do lugar” no Brasil Império. O que prevalecia no Brasil não era a ideia dos direitos humanos, mas sim a do favor paternalista para os brancos que não possuíam terras e a opressão para os escravos. A tese das “ideias fora do lugar”, entretanto, não se sustenta. Do ponto de vista lógico, a escravidão não era incompatível com o liberalismo, pois, para as elites brasileiras, os escravos eram uma mercadoria que estava sujeita a ser usada e trocada como qualquer outra.

Sem dúvida, não há nada “fora do lugar” por assim dizer. As trocas culturais existem e são parte de qualquer cultura que já tenha tido contato com outra na história da humanidade; não há modelos de absorção “certos ou errados”, não há grau de aprimoramento cultural ou escala de bens ou valores a serem adquiridos. O que pretendemos aqui é

justamente problematizar a construção dos modelos e não trocar um menos adaptável por outro, mas demonstrar que talvez seja possível prescindir deles, valorizando a inconstância da nossa alma e a abertura para o Outro como a nossa estética original: uma ética, a nossa forma singular de ser. No entanto, o Brasil seguiu sendo analisado por antropólogos, sociólogos e historiadores ora como o “gigante adormecido”, numa perspectiva bem passiva herdada dos colonizadores, e ora como o “país do futuro” sempre em busca de um ideal a ser alcançado para então ser alçado ao posto de uma nação digna de ser considerada na geografia política do mundo. Exemplos não nos faltam.

Os militares e políticos que proclamaram a República em 1889 estavam contaminados pela ideologia e pelas práticas positivistas europeias. A estética positivista teve seu berço na França, mas floresceu abundantemente aqui no Brasil – até hoje no Rio de Janeiro e em Porto Alegre existem templos positivistas e um sem-número de prédios e construções arquitetônicas fundadas nas bases do positivismo francês. O lema “Ordem e Progresso” em nossa bandeira é um outro exemplo clássico de nossa herança comtiana (CARVALHO, 1990). Segundo Oliven (2001, p.4): “Para parte das elites brasileiras, o positivismo era uma ideologia que vislumbrava a modernidade e justificava os meios autoritários para alcançá-la.” O positivismo traz embutido em si a ideia de linearidade na evolução de uma cultura; o Marechal Cândido Rondon – conhecido como um militar bastante humanista, que conseguiu interligar o Brasil através da criação de várias estações telegráficas em regiões remotas e também construiu a ferrovia Madeira-Mamoré – estabeleceu uma relação mais respeitosa com os índios, sem trucidá-los ou aniquilá-los (e como era de praxe desde o início da colonização e por todos os séculos seguintes), entendia que o Brasil só entraria no estágio da modernidade europeia se pudesse converter os índios à civilização, demarcar as fronteiras territoriais, expandir os meios de comunicação como forma de integração continental e etc. Por mais que a perspectiva de Rondon tenha sido humanista e que ele tenha conseguido a façanha de realizar inúmeros feitos que alavancaram o desenvolvimento econômico do Brasil, todo o projeto nacional em questão é a de um Brasil “estado-nação-europeu”; esse é o modelo que prevalece, é o que precisávamos alcançar para sermos verdadeiramente “modernos”.

Os intelectuais que se ocuparam em discutir a questão da identidade brasileira – desde a República Velha – o fizeram partindo do princípio que tínhamos dois obstáculos a superar se quiséssemos o nível de civilidade europeu: raça e clima. Autores como Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Sílvio Romero e Arthur Ramos tendiam a explicar a

sociedade brasileira como um misto mal-sucedido de meio ambiente e raça; mostravam-se extremamente preconceituosos, pois nos classificavam como indolentes e preguiçosos, desprovidos de interesses intelectuais denotando ausência de rigor filosófico e científico e possuindo também um caráter lírico subjetivista e mórbido. A única saída para a sociedade brasileira seria a europeização da população e precisaríamos portanto importar imigrantes e sua cultura civilizada (OLIVEN, 2001). Mesmo Gilberto Freyre, que na década de 1930, criou uma nova visão do Brasil, apostou que a nossa “civilização tropical” era a síntese ideal e perfeita – dadas as suas características únicas – das três raças que nos compunham: o índio, o negro e o branco. A mestiçagem, segundo sua lógica de pensamento, não era um problema, mas uma vantagem que o Brasil teria em relação a outras nações. Não somos puros, mas conseguimos criar um contorno identitário baseado nos mesmos modelos identitários vigentes no mundo dito civilizado. Tínhamos finalmente uma identidade nacional em que nos reconhecíamos como a síntese das três raças; a tese de Freyre faz parte até hoje do ideário nacional. A “democracia racial” permeia as análises sociológicas e o senso comum brasileiro (ORTIZ, 1985). Nossa alma tupi não era mais amorfa.

A Semana Modernista de 1922 desencadeara um movimento artístico-cultural, protagonizado por jovens intelectuais da elite paulistana, que se propunham a colocar em questão a problemática da nacionalidade e da valorização daquilo que era produzido no Brasil. Sem dúvida, o movimento sofreu influência do movimento dadaísta que havia acontecido em grandes metrópoles como Nova York, Paris e Zurique e que se caracterizou por criticar ferozmente o convencionalismo e a sacralização da arte nos museus (MORAES, 1978). Se por um lado a Semana de 1922 foi reflexo mimético de um movimento maior que estava acontecendo em várias cidades do mundo, por outro havia uma busca genuína pelas raízes nacionais, pelo que o Brasil produzia de mais autêntico. Entretanto, os modernistas recusavam os regionalismos, pois faziam parte de uma elite urbana e abastada, e acreditavam que somente através do nacionalismo se chegaria ao universal. Mário de Andrade (1983) escreve a Carlos Drummond de Andrade: “Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos do mimetismo pra fase da criação. E então seremos universais, porque nacionais.”

Quando Oswald de Andrade lançou em 1928 o *Manifesto Antropofágico* quis propor uma modernidade brasileira que se caracterizava mormente por conseguir ingerir e digerir criativamente o que vinha de fora. Seu argumento girava ironicamente em torno da prática antropofágica dos índios que habitavam o Brasil e que devoraram o Bispo Sardinha –

bispo português que viera para catequizar os índios e naufragara em alguma praia do nordeste brasileiro. Seria o nosso instinto antropofágico que nos levaria a melhor compreender quem somos? Oswald defendia de forma ferrenha que esse nosso instinto antropofágico, que engolia e degludia elementos culturais importados, garantiam a nossa ruminação criativa e era o ponto central do nosso caráter; nós regurgitaríamos, portanto, algo diferente, uma síntese entre o que já tínhamos em nós e o que havíamos engolido. A digestão cultural é um traço marcante de nossa identidade e é isso o que garante a unidade da nação (MORAES, 1978).

Em 1926 Gilberto Freyre havia lançado o *Manifesto Regionalista*, onde defendia a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil de uma forma geral e do Nordeste em particular. Freyre chamou atenção para um tema bastante atual e que ainda hoje é objeto de discussão por parte de muitos teóricos: como fazer com que as diferenças regionais não sejam um obstáculo a uma unidade nacional brasileira, já que somos uma nação fincada num território de dimensões continentais? Sua preocupação tangencia dois pontos: a primeira reside no fato de que o Brasil – desde que é nação – sofreu consequências maléficas de modelos estrangeiros que lhe foram impostos sem levar em consideração suas particularidades e sua biodiversidade; a segunda é que as práticas tradicionais regionais deviam ser “protegidas”, criticando fartamente o hábito das elites de copiar os costumes que julgavam modernos e apontando os malefícios do progresso (OLIVEN, 2001). Podemos dizer que Freyre reduziu e polarizou a discussão ao tratar os processos que se desenrolavam no Brasil definindo como aquilo que é bom – popular, regional e tradicional – e aquilo que é ruim – elitizado, cosmopolita e modernista. Continuávamos em busca de saber quem somos ou de quem deveríamos ser. Afinal: *Tupi or not Tupi, that is the question* (ANDRADE, 1928).

A discussão se prolonga por todas as décadas subsequentes e até hoje. No entanto, nos deteremos mais longamente nesse ponto quando adentrarmos o capítulo 4, no qual trataremos do forjamento das políticas institucionais patrimoniais, que são fruto da adaptação dos modelos alienígenas, e que irá repercutir em várias esferas da vida cultural, social e econômica. Os anos de 1930 são importantíssimos no Brasil em termos de desenvolvimento moderno, no entanto, segundo Ortiz (1994), há um relativo silêncio sobre a ‘cultura de massa’, bem como sobre o relacionamento entre produção cultural e mercado. Somente na década de 1970 é que surgem as primeiras teses acadêmicas abordando a questão da cultura de massa, sobretudo com o desenvolvimento dos cursos de comunicação social.

A Sociologia desse período flerta timidamente com a questão das culturas de massa produzindo teoricamente sobre telenovelas, fotonovelas e programas de auditório. No entanto, o que surge ainda é bastante fragmentado e poucos estudos dão conta do nível de reflexão necessária à questão. A maior parte das revistas científicas não publica artigos sobre os meios de comunicação ou sobre indústria cultural. Somente em 1966 é que Ferreira Gullar publica um artigo sobre estética na sociedade de massa, a partir das reflexões da *Escola de Frankfurt*, buscando ampliar o quadro de compreensão da nossa problemática cultural. É no momento de consolidação da indústria cultural no Brasil e, principalmente, influenciados pelos teóricos de Frankfurt, que os intelectuais brasileiros buscam outras teorias para tentar entender a realidade brasileira. E, sendo no fim dos anos 1960, um outro ponto torna a questão central: a luta contra o autoritarismo. Mas como adequar o pessimismo de Adorno ou o “pensamento unidimensional” a uma realidade de censura que atingia em cheio os meios de comunicação e a sociedade como um todo? É nesse momento que as teorias de Gramsci ganham corpo no Brasil e sua concepção de Estado como campo de luta ideológica permitiu aos intelectuais se autoconceberem como agentes políticos no embate contra o autoritarismo. Se por um lado a teoria de Gramsci foi importante no aspecto já mencionado por outro omitiu toda a dimensão da cultura popular de massa – já que isso não era tema de trabalho do autor. A presença do Estado autoritário desviou a atenção de muitos críticos da cultura do que se passava estruturalmente na sociedade brasileira (ORTIZ, 1994). De algum modo esqueceu-se que uma outra realidade socioeconômica se instaurava no Brasil: a consolidação de um mercado de bens culturais. Florestan Fernandes (1975) afirma que nas sociedades dependentes de origem colonial o capitalismo é introduzido antes da constituição da ordem social competitiva, o que significa dizer que a burguesia nacional implanta uma democracia restrita e não estende o direito à cidadania a toda a população e utiliza o instrumental capitalista para reforçar seus interesses estamentais.

Na Europa, o papel da burguesia foi muito diferente, bastando-nos lembrar que Walter Benjamin (1892-1940) em *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1936) se interessava por captar como era o processo de mercantilização e de reprodução da obra de arte num momento posterior ao desenvolvimento do capitalismo tal como ele havia sido descrito por Marx. Assim, é possível pensarmos que na Europa o desenvolvimento da esfera cultural não é posterior ao crescimento das forças produtivas, mas simultâneo. São transformações profundas que correspondem ao advento da ordem burguesa: a autonomização de determinadas esferas – como a arte e literatura – e o surgimento de um pólo de produção

orientado para a mercantilização da cultura. Algo que marca bastante e ilustra o nascimento desta ordem industrial é a distinção entre as palavras “arte” e “cultura”. A primeira, que antes significava genericamente uma atividade do artesão, agora se restringia a um grupo especial com inclinação artística, ligada à noção de criatividade e imaginação. E a cultura, que era associada ao “crescimento natural das coisas”, passa a se esgotar nela mesma e ter uma dimensão particular da vida social, seja enquanto modo de viver cultivado ou enquanto estado mental do desenvolvimento de uma sociedade (ORTIZ, 1994). A mudança na linguagem já é uma característica das profundas transformações sociais. Tomemos como exemplo o caso da literatura: se no século XVII a atividade do escritor estava intrinsecamente ligada ao poder religioso e monárquico, respondendo à demanda de uma elite dominante, no século XVIII, com o surgimento de uma nova classe ascendente – a burguesia – o literato tem duas escolhas: permanece ao lado da aristocracia ou se junta ao movimento de renovação da sociedade. Como afirma Ortiz (1994, p.20): “Desde que a burguesia toma o poder político, se consolidando como classe dominante, ela demanda do escritor não mais uma obra literária, mas um serviço ideológico.” É assim que a literatura de folhetim legitima a ordem burguesa. Cabe lembrar que esse movimento de autonomização, que implica na configuração de um espaço institucionalizado, com regras próprias, não se restringiu à literatura, mas se estendeu a outras esferas como a arte e as ciências.

Até meados do século XIX, na Europa, a ciência estava mesclada com implicações de ordem política, religiosa e existencial – lembremo-nos de Fourier e Comte, por exemplo. Uma posição diferente será a de Durkheim já no final do século XIX buscando romper com a ideologia e a literatura objetivando fundar um campo específico do conhecimento: a sociologia. Aliás, a configuração de um campo acadêmico é o impulso para um novo tipo social: o especialista. Há ainda nessa época a expansão de um mercado consumidor apoiado numa estratégia que se estabelece cada vez mais como de massa. O advento das novas tecnologias que barateiam o custo de impressão de livros, a facilidade de circulação com a expansão das vias de comunicação (via férrea), a melhoria do nível de vida da população e o acesso generalizado à escola propiciam o surgimento de bens culturais de consumo. Há, portanto, duas esferas distintas: uma de circulação restrita, ligada à literatura e às artes e outra de circulação ampla, de fundo comercial. Assim, o público encontra-se dividido em duas partes: de um lado uma minoria de especialistas e, de outro, uma massa de consumidores (ORTIZ, 1994).



Em comparação ao quadro brasileiro entendemos que não há uma nítida diferença entre um pólo de produção restrita e outro de produção ampliada. Florestan Fernandes (1975) irá afirmar que devido à fragilidade de nosso capitalismo incipiente e tardio o mercado de bens simbólicos não consegue se expressar plenamente. Isso significa uma fraca divisão do trabalho intelectual e uma enorme confusão de fronteiras entre as diversas áreas culturais.

O caso da literatura no Brasil é clássico: a nossa literatura congregava mais dois discursos – o político e o antropológico (ou etnográfico, em função da forte verve sobre estudos da sociedade); Antônio Cândido (1985) afirmou que, nesse sentido, a literatura constituiu-se como um fenômeno central na vida do espírito, abarcando as áreas da filosofia e das ciências humanas. A primeira tentativa de rompimento entre investigação científica e literatura se deu a partir de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Os autores do Modernismo, de certa forma, rearranjaram a forma de escrita, reajustando os textos às condições sociais e ideológicas novamente. O limite entre as coisas ficou menor de novo. Segundo Antônio Cândido há um esforço enorme nas décadas de 1920-30 para se construir uma literatura brasileira universalmente reconhecida, mas que se caracterizava ainda pela “harmoniosa convivência e troca de serviços entre a literatura e os estudos sociais” (CANDIDO, 1985, p. 134). É somente na década de 1940 que a literatura consegue sua alforria das ciências humanas e do cunho ideológico. A partir dessa década há um afastamento entre a preocupação estética e as mensagens político-sociais. O sincretismo literário já não é tão presente – e se lembrarmos da proposta de Jean-Paul Sartre (1948) no texto *O que é a Literatura?* – a literatura vai se definindo mais pela superposição de funções do que pela sua autonomia; o acúmulo de funções é responsável pela quase inexistente especialização dos setores de produção cultural (ORTIZ, 1994). Werneck Sodré (1966) alerta para o fenômeno de que, praticamente até a década de 1920, literatura e jornalismo se confundiam e os jornais possuíam uma linguagem rebuscada demais, inapropriada para a veiculação de notícias.

O rádio surge no Brasil na década de 1920 e, por isso, não escapou, em seu início, de uma linguagem rebuscada, de formalismos expressivos, de conteúdos eruditos e de uma vocação educativa exclusiva. Não havia muito conhecimento técnico e nem gente capacitada para o desempenho das tarefas mais primordiais envolvida no seu funcionamento. Certamente, era tudo muito novo e, no formato em que as emissões radiofônicas foram concebidas nos primórdios – o de rádios sociedades, bancadas por amadores apaixonados – não propiciava muito divisões e especializações. Ao contrário, o acúmulo de funções era o

habitual e o limite entre os trabalhos de programação, operação e veiculação das transmissões era inexistente.

Somente a partir da década de 1930 é que o rádio, que era considerado “erudito”, “educativo” e “cultural”, transformou-se em “popular”, e bem mais direcionado ao entretenimento. Os primeiros “programistas”, que surgiram conforme o nível de especialização aumentou, começaram a mudar a face do veículo. Como não podiam interromper os grandes concertos de música clássica e ópera para a entrada dos reclames, passaram a selecionar música popular e a produzir esquetes de humor entre os blocos da programação informativa obrigatória. E com o advento da publicidade, as emissoras se organizaram enquanto empresas para estarem preparadas para vencer a disputa pelo anunciante; então, a preocupação “educativa” inicial cedeu lugar aos interesses mercantis. Três fatores eram fundamentais na escolha de uma emissora para divulgar o produto: capacitação tecnológica, status e popularidade (ORTRIWANO, 1985).

A partir destas pistas iniciais poderemos compreender melhor (um pouco mais adiante) o porquê de tantos hiatos e tantas ausências nos acervos radiofônicos – mesmo quando já havia recursos tecnológicos, a cultura que parece prevalecer é a de que as emissões radiofônicas eram precíguas demais, que não continham a tradição da palavra escrita, presente nos periódicos. Se nas primeiras duas décadas de existência não havia tecnologia e técnicas de gravação disponíveis<sup>18</sup>, quando a possibilidade tecnológica surge – evidentemente ainda muito cara para os padrões de investimentos das emissoras à época – pouco se falava disso, já que não havia formalmente uma norma a ser cumprida ou uma lei que especificasse a conservação e o armazenamento das emissões e sua importância futura. É certo que não existia regulamentação legal<sup>19</sup> para a gravação dos programas, que eram em sua maioria, no início, transmissões de trechos de ópera, música clássica, etc. Posteriormente, com a regulamentação dos horários, veiculação de publicidade, shows de humor e programas musicais, é que surgem (de maneira bem tímida) algumas gravações esporádicas, que sobreviveram aqui e ali, em acervos públicos e privados.

---

<sup>18</sup> Em 1946 surgem os gravadores de fita magnética e em 1947 os transistores. A M. Poniatoff funda nos EUA a empresa AMPEX iniciando assim uma das primeiras linhas de produção em série de gravadores de fita e popularizando o formato comercial de gravação. Cf. ROSS, Seamus and GOW, Ann. *Digital Archaeology: rescuing neglected and damaged data resources*. London, Library Information Technology Centre, 1999.

<sup>19</sup> A Lei de Imprensa, número 5.250 de 09 de fevereiro de 1967, Capítulo VII, artigo 58, prevê apenas a conservação da programação veiculada pelas emissoras de rádio por 60 dias. Cf: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm). Acesso em: 02 fev. 2012.

Portanto, o meio rádio, que ainda era um tanto quanto mambembe em seus primórdios, que sobrevivia dos recursos de doação advindos do formato das rádios sociedades, passa a receber muitos recursos com a normatização da publicidade e o advento das propagandas. O rádio é, nos anos 1940 e 1950, o grande “formador de opinião”, ditando modas, transformando costumes e estimulando o consumo numa incipiente sociedade de massa.

### ***2.7 Rádio Palanque: novos costumes e a política de um Brasil “brasileiro”***

É preciso que se entenda que os termos ‘sociedade de massa’ e ‘comunicação de massa’ – e toda a mudança estrutural que vem em seu bojo – só existem no Brasil a partir do advento do rádio, já que mais de 65% da população era analfabeta no início do século XX<sup>20</sup>, o que nos diferenciava sobremaneira do tipo de sociedade de massa europeia e americana, letradas e capturadas pela literatura de romance. A primeira transmissão radiofônica, que acontece no Rio de Janeiro em 1922, por ocasião do centenário da Independência, foi patrocinada pelas empresas norte-americanas Westinghouse e Western Electric, que forneceram equipamentos necessários à demonstração na Praia Vermelha, na Urca. Há registro de que houve experiências com amadores em Recife por volta de 1919, com um transmissor importado da França por Oscar Moreira Pinto, que algum tempo depois fundaria a Rádio Clube de Pernambuco (ORTRIWANO, 1985, p.13). Entretanto, o evento carioca, no dia sete de setembro de 1922, transmitiu oficialmente o pronunciamento do presidente Epitácio Pessoa – a primeira voz do país a ser transmitida pelas ondas do rádio (O RÁDIO..., 2003).

O formato inicial da primeira transmissão indicava de forma emblemática o caminho que seria trilhado pelas emissoras brasileiras: fortemente inspirado no modelo americano. Nessa época, os EUA haviam feito altos investimentos na incipiente indústria de áudio e, por isso, buscavam novos mercados consumidores para o seu produto, visando à expansão de seu negócio. Os americanos também exportariam, mais tarde, para nós, o modelo do radiojornalismo, as artimanhas do conteúdo publicitário e o conceito de programação radiofônica. E o rádio ainda seria um dos principais divulgadores da política de boa

---

<sup>20</sup> Em 1920 calculava-se o analfabetismo em 65%; trinta anos mais tarde, essa taxa caiu para 50% e levou mais trinta anos para baixar para 25%, em 1980 (FERRARO, 2004).

vizinhança dos EUA, no período da Segunda Guerra Mundial, junto aos países da América Latina (O RÁDIO..., 2003).

Durante toda a década de 1920 as emissoras que surgiram após a experiência inaugural de transmissão funcionaram sem regras próprias (MOREIRA, 1998). As rádios que se instalavam – principalmente em modelos de sociedade – recebiam do Departamento de Correios e Telégrafos o mesmo tipo de licença necessária ao funcionamento das estações de telégrafo. No Rio de Janeiro, Roquette Pinto e Henrique Morize, fundaram em 20 de abril de 1923, a Rádio Sociedade Rio de Janeiro – que em 1936 seria doada ao Ministério da Educação e Cultura mudando o nome para Rádio MEC – iniciando o sistema de rádios educativas oficiais no Brasil. A criação da Rádio Sociedade foi na época quase um ato de desobediência civil, pois no Brasil ainda vigorava a legislação que restringia a utilização do meio de comunicação em virtude de seu uso político após a Primeira Guerra Mundial. Roquette Pinto indicou então – numa brilhante jogada estratégica – para presidente de honra da Rádio Sociedade o ministro Francisco Sá da Viação e Obras Públicas; era desse ministério que sairia a revogação da lei que qualificava o rádio como um meio de comunicação clandestino (DHBB, 2001, p.4868).

Em 1º de maio de 1923, antes da revogação da lei e utilizando ainda o equipamento emprestado da *Western* e da *White Westinghouse* – da primeira transmissão no Brasil na Praia Vermelha em 1922 – a Rádio Sociedade fez sua primeira transmissão experimental e não-oficial; Francisco Sá só revogaria a lei em 11 de maio de 1923 e no dia 19 do mesmo mês a rádio promoveu uma solenidade de abertura para o início de suas irradiações. A Rádio Sociedade ainda não tinha equipamento próprio e funcionou de forma mambembe até que um de seus sócios-fundadores, M. B. Astrada, representante no Brasil da Casa Peka de Buenos Aires – especializada em tecnologia radiofônica – doasse à rádio uma pequena estação emissora-receptora de dez watts. O presidente Artur Bernardes só autorizaria oficialmente o início das irradiações no Brasil em 20 de agosto de 1923, desde que apenas para fins educativos. A Rádio Sociedade entrou no ar oficialmente em sete de setembro de 1923 – precisamente um ano depois da primeira irradiação na Praia Vermelha – com o prefixo PRA-A e funcionando no pavilhão doado pela Tchecoslováquia, que havia sido montado por ocasião da comemoração do centenário da Independência em 1922 (DHBB, 2001, p.4868).

Outras duas importantes emissoras cariocas são inauguradas ainda no início da década de 1920: a Rádio Clube do Brasil, em 01 de outubro de 1924 e a Rádio Mayrink

Veiga, em 20 de janeiro de 1926. A primeira foi inaugurada por Elba Dias, funcionário dos Telégrafos, que recebera autorização para adaptar uma emissora telegráfica de 500 *watts* para iniciar as transmissões da rádio, instalada no Largo da Carioca. Ainda em 1926, a Rádio Clube do Brasil dá início à transmissão em cadeia em conjunto com a Rádio Educadora de São Paulo. A Rádio Clube do Brasil também se fez pioneira em uma prática que tornar-se-á comum a partir dos anos 1930 – o uso político do meio de comunicação. Em 02 de janeiro de 1930 a rádio transmitiu da Esplanada do Castelo no Rio de Janeiro, o primeiro comício da Aliança Liberal quando Getúlio Vargas apresentou sua plataforma eleitoral. Ainda nos anos de 1930 quando a radiodifusão ganhou contornos mais comerciais, a Rádio Clube do Brasil disputava a liderança entre o público ouvinte carioca principalmente com a Rádio Philips do Brasil, a Rádio Sociedade e a Rádio Mayrink Veiga.

A Rádio Mayrink Veiga foi fundada por Antenor Mayrink Veiga e começou a funcionar a pleno vapor apenas em 06 de março de 1926, quase dois meses após a data de sua fundação oficial. Iniciou suas irradiações como a maioria das outras rádios que vieram antes e que se seguiriam depois: através de clubes de associados que contribuíam financeiramente para o empreendimento, com empréstimos de discos e ainda com a parte de programação musical, educacional e de entretenimento (DHBB, 2001,p.4867).

Na década de 1930, quando Getúlio Vargas assume o poder, são criadas regras oficiais para o setor de radiodifusão. Já em 1931, surgiu o primeiro documento sobre radiodifusão e o meio teve efetivamente assegurado um espaço na programação para a publicidade – o reclame –, garantindo a sua sobrevivência. Em 1932, o decreto nº. 21.111, que regulamentou a radiodifusão, concedeu licenças às emissoras que funcionavam ainda com documentos fornecidos pelo antigo Regulamento para Serviços de Radiotelegrafia e Radiotelefonia, autorizando o uso de um determinado espaço dentro da programação para a veiculação de publicidade (ORTRIWANO, 1985).

Com a Revolução de 1930 e as transformações daí derivadas, o comércio e a indústria que despontavam precisam escoar seus produtos no mercado interno. A partir da mudança na estrutura administrativa federal e com a centralização do poder executivo na figura do presidente Getúlio Vargas – que já havia dado indícios de sua aposta certa no poder de persuasão do veículo – a expansão da radiodifusão tomou impulso, pois ele demonstrava ser um meio eficaz para introduzir e incentivar o consumo no público. Não à toa, outro mercado que se expandiu muito por essa época foi o das agências de publicidade. Os empresários perceberam que o rádio era muito mais eficiente que os veículos impressos, pois garantia que grande parte da população, que ainda era analfabeta, tivesse acesso a todo tipo de

informação. Através do rádio alcançavam um mercado consumidor maior, vendendo todo tipo de produto, ditando “modas”, criando condições para a padronização de gostos, crenças e valores (MIRANDA, [1985?], p.72). Portanto, surgiram para o rádio outras funções, diretamente ligadas aos rumos políticos e econômicos do país.

Como demonstra Sonia Virgínia Moreira (1998, p. 15):

A partir de 1934, o governo federal passou a exigir um novo tipo de licença (concessão) dos interessados em colocar uma rádio no ar. Determinou-se que as concessões seriam renovadas a cada 15 anos e as emissoras funcionariam segundo leis específicas para a radiodifusão.

Vargas, sem dúvida, foi o primeiro político brasileiro a perceber (e utilizar muito bem) a capacidade de penetração e o alcance do meio rádio às áreas mais remotas e inóspitas do país. O rádio era capaz de chegar aos lugarejos mais distantes de um Brasil de dimensões continentais e formado por um público em grande parte analfabeto. Dessa forma, Vargas, elaborou um modelo de difusão, instituindo regras, normas e leis que regulamentavam a publicidade e a programação radiofônicas (MOREIRA, 1998).

Já no início dos anos 1930, além da regulamentação do espaço publicitário para os anunciantes, o rádio passou a veicular propaganda política também. No episódio da Revolução Constitucionalista de 1932 <sup>21</sup>, em São Paulo, César Ladeira, locutor da Rádio Record, conclamou o povo a ir para as ruas. Paulo Machado de Carvalho, proprietário da rede, introduziu a programação política no rádio, trazendo políticos ao microfone para “palestras instrutivas”. Logo após a Revolução de 30 <sup>22</sup>, havia sido criado o DOP – o Departamento Oficial de Propaganda –, que tinha uma seção no rádio que antecedeu *A Hora do Brasil* (ORTRIWANO, 1985). Em 1934, o DOP transformou-se em Departamento de Propaganda e

---

<sup>21</sup> Um dos mais importantes acontecimentos da história política brasileira, ocorrido no Governo Provisório de Getúlio Vargas, foi a Revolução Constitucionalista de 1932, desencadeada em São Paulo. Foram três meses de combate, que colocaram frente a frente nos campos de batalha forças rebeldes e forças legalistas. A revolta paulista alertou o governo de que era chegado o momento de pôr um fim ao caráter revolucionário do regime. Foi o que ocorreu em maio do ano seguinte, quando finalmente se realizaram as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que iria preparar a Constituição de 1934. Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB), 2001.

<sup>22</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º. de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. Cf. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB), 2001.

Difusão Cultural, responsável então pelo surgimento de a *Voz do Brasil*. Em 1939, seria criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – ligado diretamente ao gabinete da Presidência da República e “[...] tendo a seu encargo a fiscalização e a censura não só do conteúdo das programações radiofônicas, como as do cinema, teatro e jornais” (FEDERICO, 1982, p.63). Em 1945, a geração ficou a cargo da Agência Nacional, órgão do Departamento Nacional de Informações, que substituiu o DIP. Em 1962, o noticiário oficial ficou sob responsabilidade da Empresa Brasileira de Notícias (EBN), que foi substituída em 1988 pela Radiobras. Atualmente, a *Voz do Brasil* <sup>23</sup> é regulamentada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (RADIOBRAS, 2011).

No artigo 7º do Decreto 5.077 do DIP previa-se uma forma de organização para a radiodifusão determinando suas áreas de competência e instituindo um programa informativo sobre os atos e medidas tomadas pelo governo. A programação das emissoras comerciais também sofreu impacto com as normas e ações de controle previstas e exercidas pelo DIP – incluindo-se a censura dos programas radiofônicos e as tentativas de estabelecimento de uma política unificada de identidade nacional. As interferências iam desde a proibição de músicas que contivessem gíria popular até a imposição de músicas “finas” e noticiários de “interesse coletivo”, enaltecendo as ações do governo e criticando as melodias populares, classificando-as como de “baixa qualidade”. Segundo a cartilha do DIP, a programação noticiosa e musical deveria contribuir para a formação cívica da sociedade, priorizando as músicas folclóricas, recreativas e óperas – tudo muito bem escolhido e orquestrado para legitimar aspectos ideológicos da política do Estado Novo (MOREIRA, 1998).

Nenhuma outra emissora brasileira prestou-se tão bem ao papel de divulgadora da ideologia getulista como a Rádio Nacional – até mesmo porque a emissora foi estatizada pelo governo em março de 1940, apenas dois meses depois do decreto regulamentar das funções e ações do DIP. Em sua programação diária a Nacional cumpriu à risca o modelo imposto pelo DIP demonstrando que “entre os inúmeros e grandes serviços prestados ao Brasil pelo regime inaugurado em 1937” o veículo rádio ajudasse a “combater os regionalismos, símbolos da desagregação, e exterminar os germes das lutas civis, que as divergências facciosas e os programas partidários fomentavam”, entendendo então que o governo pudesse “coordenar as

---

<sup>23</sup> A *Voz do Brasil* é produzida pela RADIOBRAS, emissora pública da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e todas as emissoras brasileiras são obrigadas a veicular o programa diariamente de 19 às 20 horas. Cf: RADIOBRAS, 2011.

energias brasileiras num terreno seguro e fortalecer os laços dessa unidade, por meio de contatos diários, todos os planos de ação nacional”<sup>24</sup> (MOREIRA, 1998).

Se a Rádio Nacional era a melhor expressão da propaganda política de Vargas – a voz do Estado Novo, como dizem muitos até hoje – o programa mais identificado como o ideal de seu governo foi a *A Hora do Brasil*, que começou a ser transmitido dos estúdios da Rádio Guanabara em 1938, apresentado por Luiz Jatobá. A partir de 1940, o programa passou a ser produzido na sede do DIP, no Rio de Janeiro, e de lá era distribuído em cadeia nacional para todas as emissoras do país. A programação radiofônica era controlada e vigiada e havia um grande empenho por parte do órgão em aumentar o número de ouvintes, de alcançar o maior contingente populacional possível através das ondas do rádio. O esmero do DIP em atrair novos ouvintes era tão grande que, em inúmeras cidadezinhas do interior brasileiro, foram adquiridos com dinheiro do governo aparelhos de rádio, que eram colocados em praças públicas, facilitando a aglomeração do povo para ouvir o noticiário e as músicas oferecidas pelo programa a *Hora do Brasil* (MOREIRA, 1998).

As edições do programa eram bastante variadas e apesar de dar informes políticos, econômicos e culturais, dar notas sobre o cotidiano das cidades, registros policiais, um ligeiro cronismo social e números musicais obedientes às regras rígidas do departamento de censura, tudo era feito de um modo que não aparentasse sisudez. O formato era livremente inspirado nos modelos de comunicação de massa utilizados pelos regimes nazi-fascistas presentes na Europa dos anos 1930. Sem dúvida, a função do programa era propagar a ideologia getulista, publicizando as conquistas do governo, direcionando as atividades sociais, culturais e políticas do país.

Embora o DIP negasse a existência de censura aos conteúdos das demais emissoras e demonstrasse haver uma colaboração espontânea por parte de todas elas, é muito evidente que o rígido controle exercido pelo departamento, pondo em funcionamento toda a máquina estatal a serviço da defesa do Estado Novo, configurava uma situação de restrição e aprovação condicionadas ao crivo governamental. Segundo Sonia Virgínia Moreira (1998, p.37):

Tanto empenho do DIP em atingir uma “unidade nacional” não evitou a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, depois de 15 anos no

---

<sup>24</sup> *Atividades do DIP*. Cultura Política, Ano IV, dez. 1944, p. 115.



poder. Naquela data encerrava-se no Brasil um longo período marcado pelo cerceamento à livre circulação de informação e pela imposição de uma ideologia com a qual o Estado pretendeu assumir o controle absoluto dos meios de comunicação. O regime ditatorial de Vargas coincidiu com o início da consolidação do rádio no Brasil e deixou como herança as primeiras leis instituídas especialmente para o meio. O DIP acabou um pouco antes do governo Vargas: foi substituído pelo Departamento Nacional de Informações (DNI), subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios interiores. (...) Com a queda de Vargas em 1945 e o fim das restrições impostas pelo DIP ao setor radiofônico, os profissionais do rádio brasileiro retomaram o desenvolvimento natural do veículo (sem as amarras do Estado Novo, que interferia constantemente na programação) e adaptaram o rádio às novas formas de concorrência exigidas por um mercado em expansão.

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra em 02 de dezembro de 1945 para a presidência, o assunto mais urgente a que o novo presidente e os congressistas precisavam dedicar-se era à redação de uma nova Constituição, já que a Carta de 1937 revogara importantes direitos que haviam sido conquistados em 1934, principalmente no que tangia às liberdades individuais dos cidadãos e aos seus direitos civis e políticos. Dutra foi bastante pressionado por empresários do ramo da radiodifusão a acabar com a *Hora do Brasil*, mas, de outro lado, convencido por seus conselheiros políticos de que o programa continuaria sendo uma arma importante na propaganda das ações do governo, limitou-se apenas a algumas alterações, representando o momento democrático que o país atravessava. Portanto, em setembro de 1946, criava-se o programa a *Voz do Brasil*, agora com três locutores em vez de um revezando-se na apresentação e um bloco de dez minutos para o noticiário do Congresso Nacional (MOREIRA, 1998). A Agência Nacional, que antes era apenas uma divisão do DNI torna-se autônoma enquanto órgão de comunicação social e responsável pela produção do noticiário, sob a chefia de Waldemar Silveira (PEROSA, 1995, p. 203 apud MOREIRA, 1998).

Na segunda metade da década de 1940, com o rádio livre das amarras impostas pelo regime getulista e pelo controle do DIP, o principal noticiário do governo passa a concorrer com os programas noticiosos de grande prestígio das outras emissoras comerciais – como o Repórter Esso e o Matutino Tupi, por exemplo. Com Getúlio Vargas fora do poder a queda de investimento financeiro no programa estatal foi brutal, que aliada à falta de inovações no estilo de radiojornalismo contribuiu deveras para o declínio do programa. Entretanto, por longo tempo ainda, a *Voz do Brasil* foi o principal contato das ações do Executivo com a população brasileira.

Nas décadas subsequentes – de 1950, 1960 e 1970, das quais trataremos no capítulo 4 – continuaremos observando o entrosamento entre política e poder através das ondas sonoras acrescidos dos aspectos que nos mobilizam nesta pesquisa: os tipos de memória produzidos pelos acontecimentos sociais que ainda repercutem tão fortemente em nossa época. Melhor dizendo: de que modo acontecimentos políticos que marcaram a história recente do país são, em alguma medida, uma distensão reverberativa de um fato? A proposta aqui (como já vimos anteriormente) é pensar no caráter amplo e distendido de um acontecimento; o acontecimento não é apenas um fato histórico digno de registro que, com alguma sorte, repousará eternamente em um acervo organizado. O acontecimento carrega em si – e simultaneamente foi produzido a partir de – todo o complexo campo social, sem, no entanto, reduzir-se apenas a um produto pronto, acabado e finito. O acontecimento repercute infinitamente, produz (e é produzido) sem cessar, já que não é um fenômeno pontual e repetível; sua qualidade ímpar e singular é justamente não ter as bordas duras, marmorizadas e estáveis. O acontecimento é mais como a planta murta<sup>25</sup>: rebelde, capilarizada, incontrolável.

Nessa perspectiva, o acontecimento é processual; não termina, mas engendra outras formas de continuar acontecendo. Algumas coisas escapam, outras se transformam, algumas findam, mas muitas outras sobrevivem e dão frutos impensados e inéditos. Por isso, um registro sonoro que tenha sido encontrado por obra do acaso, ou de outro modo, que tenha sido destruído, ou mesmo um que esteja restrito a determinados círculos, são acontecimentos que produzem (e sempre poderão produzir) memória.

A memória prescinde de estabilidade, de condições idênticas previamente determinadas – porque, nesse caso, o que se buscaria seria o resultado conhecido – e até de registro físico em condições ideais, onde um pesquisador mais conservador pudesse se ancorar. A memória não precisa ser vista apenas enquanto ruína como apontou Pierre Nora (1993), não pode ficar restrita a algo que perdemos pelo caminho ou que tenhamos que nos esforçar para lembrar, criando datas comemorativas, anotando em agendas, demarcando a história dos acontecimentos como uma sina, um destino, algo que se cumpre. Ao contrário, a memória pode ser o hiato, a falta, o esquecimento, a própria perda e também criação, invenção. Por que não? Não há nada fora do lugar ou errado quando criamos algo novo ou também quando nos esquecemos – as duas formas demandam esforço; é possível inverter a

---

<sup>25</sup> O sentido atribuído a planta murta nesta tese é de acordo com o texto *O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem*, de Eduardo Viveiros de Castro e sobre o qual já comentamos em tópico anterior.

acepção negativa da perda e ver que há sim, uma força, um vigor, uma vitalidade que nos empurra para construir outro caminho. Mas, sem dúvida, há também um desassossego presente. Não negamos isso. Entretanto, a busca não é por aquilo que não é mais, pelo que deveria estar na prateleira mas não está e nem uma ausência doída, que se alimenta da inércia ou mesmo do movimento milimetricamente estudado de conservação da perda. É possível que a memória seja uma abertura para o novo, para o desconhecido, uma passagem. A memória não é apenas a paisagem dos caminhos já trilhados, experimentados e que levam o andarilho ao mesmo esconderijo de sempre, desenhado no relevo do mapa das lembranças úteis – filhas de nosso repertório prático. O prisma pode ser outro. A paisagem só é a paisagem que vemos porque é o nosso olho que a vê, impregnado de nós, forjado nas nossas experiências e, ao mesmo tempo, surpreso porque nada está determinado. A única certeza é a de que nunca estivemos ali e nunca mais viveremos aquele momento da mesma forma. Não há representação do caminho que substitua a ação, o percurso. Existe nessa passagem (e nessa paisagem) uma relação única, que é a do nosso olho captando a realidade que é produzida em nós e que volta para o mundo com a nossa marca: só vemos assim porque a paisagem também se ajusta ao nosso foco. Entretanto, não há modelo único de percurso ou uma insípida síntese da tríade “homem-objeto-resultado”. É o vivido que conta e a experiência só é o que é porque há algo que penetra em nós e que por nós também é penetrado; é uma troca, uma relação de forças, mas é muito mais uma distensão no tempo: uma experiência num tempo não-cronológico, não-linear. Se evocarmos Spinoza poderemos dizer que nós (e o objeto) somos a expressão modal de uma mesma substância que compõe o todo, não se tratando do “todo” do senso comum composto de “partes” que se completam, mas sim de expressões diferentes de uma mesma causa. Entendemos que não somos apenas títeres do Universo cumprindo etapas biológicas e reproduzindo valores morais aprendidos; somos agentes no mundo e nos constituímos a partir de nossas experiências no campo social – a isso chamamos ética: uma forma de existir, de ser e de estarmos encarnados na vida, vivendo-a. O caminho é o método e é sobre isso que trataremos agora.

### 3 MÉTODO CARTOGRÁFICO: A PESQUISA DO DESASSOSSEGO

*Toda vida é, obviamente, um processo de demolição.*

*Scott Fitzgerald, in: A Fissura.*

Quando optamos pelo método cartográfico tínhamos em mente justamente a sua qualidade única e singular de adequar-se ao acompanhamento dos processos sociais subjetivos, mas principalmente porque em se atendo ao processual, possibilita-nos que olhemos para a prática e a intervenção como coexistentes ao objeto: é o mergulho na experiência e nas intensidades que nos faz vir à tona transformados. Como em nossa pesquisa não estamos interessados em enxergar um acontecimento apenas como um registro fixo da história – e possivelmente mais distanciado das suas inimagináveis repercussões futuras – escolhemos não trabalhar com métodos consagrados pela historiografia ou pela sociologia, já que estas, de uma maneira geral, se atêm àquilo a que o objeto estudado representa. Mais ainda: há uma distância relativamente segura entre objeto e pesquisador, eles se distinguem e o limite é evidenciado de muitas formas, como por exemplo, na linguagem escrita. As construções frasais privilegiam composições mais curtas e marcadamente objetivas, há um predomínio de termos técnicos e uma secura na construção textual. Como alertam Deleuze e Guattari (2006d, p.15): “[a linguagem] é um demarcador de poder antes de ser um demarcador sintático: você constituirá frases gramaticalmente corretas, você dividirá cada enunciado em sintagma nominal e sintagma verbal (primeira dicotomia)”. Parece haver também algum desconforto (e até desconfiança) na esfera acadêmica com pesquisas que se utilizam de uma linguagem mais fluida, às vezes um pouco mais literária – mas nem por isso menos rigorosa ou científica – ou mesmo com pesquisas que fujam ao ordinário e habitual dos métodos sócio-estatístico-históricos.

Ao falarmos de investigação de processos faz-se necessário que ressaltemos a distinção entre os dois sentidos que o termo oferece. A palavra processo remete tanto a processamento como a processualidade: o primeiro termo é bastante utilizado pela teoria da informação e traduz-se em coleta e análises de dados informacionais processados a partir de regras lógicas, que compõem, em última instância, um método. Nesta perspectiva, o cognitivismo se apresenta como um encaixe perfeito entre competências e habilidades, configurando a lógica do método: objeto tal, em determinadas condições, produz tal e sofre tal

feito. Os fatores extracognitivos – o fenômeno em sua relação com a história, o *socius* e o plano dos afetos – são colocados entre parênteses, como variantes indeterminadas e, por isso, não podem ser alocadas nos espaços do determinado, do previsível, do estável. A segunda possível interpretação do termo – a processualidade – é o cerne, é o espírito da cartografia. Se estamos fazendo uma pesquisa cujo princípio é a investigação no plano da produção das subjetividades<sup>26</sup>, estaremos falando de algo que já está acontecendo, que está em processo. E ainda falamos, sem dúvida, sobre o pesquisador estar mergulhado no acontecimento (BARROS; KASTRUP, 2009).

O método cartográfico possibilita que o pesquisador comece a pesquisa pelo meio, sendo afetado, estando no centro do furacão; nesse caso, não há um contorno mais firme e nem uma blindagem possível para este, posto que não se parte de algo já dado, constituído a priori, definido e fechado; a pesquisa se constrói e se revela na medida em que o pesquisador e o objeto se misturam em meio às pulsações, transsubstanciações, porosidades, articulações e escolhas. Segundo Barros e Kastrup (2009, p. 58) isso se dá “não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador de uma espessura processual”. Nessa cadência, podemos compreender que é essa *espessura processual* que permite um estudo distante dos usos de formas representacionais, dados a serem coletados, resultados a serem obtidos e conclusões.

Sem dúvida, há métodos como os empregados pela Nova História Cultural, por exemplo, que surge num período de virada dos estudos históricos, no fim da década de 1960, e nos oferecem uma perspectiva diferente da tradicional. No entanto, a Nova História Cultural (NHC) é baseada ainda nos estudos de representação social, já que o movimento é proveniente das críticas e das proposições interpretativas do marxismo inglês e da Escola dos *Annales*, na França – embora muitos posicionamentos de ambas as correntes estejam presentes nas inovações trazidas pela Nova História Cultural. Diz Pesavento sobre o surgimento do movimento:

---

<sup>26</sup> Entendemos por produção de subjetividade a noção cunhada por Félix Guattari, que consiste nas diferentes formas de pensar, perceber, agir, estar e ser no mundo e que se constituem enquanto práticas sociais e que de nenhuma maneira se restringe ao campo individual; ao contrário, seu campo é de todos os processos de produção social e material. Cf. GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 32.

(...) com a crise de maio de 68, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da *New Left*, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História (PESAVENTO, 2005, p.8)

As principais mudanças epistemológicas apontadas pela NHC, como uma reorientação da postura do historiador, e o uso de conceitos de outras áreas próximas como a literatura e a sociologia, das quais advêm, por exemplo, representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades, ainda não são suficientes para se romper com o viés das representações coletivas, dos grandes conjuntos estruturais. Os grandes divulgadores do pensamento da NHC foram Roger Chartier e Jacques Le Goff. Mesmo estando em consonância com a visão de que não existe uma verdade única e absoluta, mas apenas regimes de verdade, a forma de trabalhar os temas históricos é ainda vinculada à prática de representar o social, “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 42).

A cartografia possibilita que as etapas de pesquisa – tão propaladas no contexto da ciência moderna com a coleta, análise e avaliação dos dados – sejam vividas sem a justaposição habitual, que é a de uma série sucessiva de momentos separados; a pesquisa cartográfica segue outra escansão, já que na sua própria construção (produção de dados e não coleta apenas e à presença do pesquisador, que está inserido nesse contexto produzindo subjetividade) as notas se sucedem sem se separar; o movimento é musical, sonoro, pois cada novo timbre traz consigo o som do anterior e reverbera nas nuances seguintes. Assim como na criação de uma música, o universo da pesquisa surge no pesquisar: harmonias, desarmonias, tensões e distensões, escalas, abandonos e silêncios.

Como apontam Escóssia e Tedesco (2009, p.92) podemos pensar “a cartografia como prática de construção de um plano coletivo de forças”. Esse plano intensivo, que geralmente é relegado numa perspectiva mais tradicional e conservadora do conhecimento, demonstra o processo de produção das coisas no mundo, entre as quais, os efeitos da subjetivação. No mesmo patamar das coisas que possuem contornos definidos, no qual se encaixam objetos e sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem. É preciso ainda que se faça uma importante observação, segundo Escóssia e Tedesco (2009), pois a expressão “coletivo de forças” remonta a uma noção de coletivo diferente dos conceitos homônimos

utilizados pela psicologia e pela sociologia. Derivado de uma rede conceitual formada por pensadores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Gilbert Simondon, Gabriel Tarde, René Lourau e outros, o conceito de coletivo de forças não pode ser confundido com o conceito de social, que em sua nomenclatura de coletivo, designa grupos, comunidades, povo, coletividades, nação, massa, classe, interações grupais, Estado – todos estes baseados em um modo de pensar a realidade bem característico da Modernidade: a oposição entre indivíduo e sociedade. Aliás, dicotomia presente e observada em outros aspectos da vida: teoria-prática, sujeito-objeto, mente-corpo, trabalho manual-trabalho intelectual, saúde-doença, etc.

No coletivo de forças a oposição é substituída pela relação entre os planos: o das formas, que congrega as coisas definidas, estáveis e corresponde à organização da realidade, e o das forças, que produzem a realidade e corresponde ao estado de movência das coisas. Vejamos o que dizem Escóssia e Tedesco (2009, p. 94):

As formas do mundo constituem-se naquilo que o pensamento da representação reconhece como objetos do conhecimento, com suas regularidades apreensíveis por leis, pelo cálculo probabilístico das ciências. No entanto, afastados desse modelo de conhecimento, os objetos do mundo, diferente de possuírem natureza fixa, de ostentarem invariância, abrem-se à variação, ou melhor, estão em constante processo de transformação. Eles são resultantes de composição do plano das formas com o plano movente das forças ou do coletivo de forças. O que algumas ciências e filosofias tomam por realidades atemporais são, na verdade, efeitos da relação entre dois planos. As formas resultam dos jogos de forças e correspondem a coagulações, a conglomerados de vetores. A delimitação formal dos objetos do mundo resulta da lentificação e da redundância que a configuração das forças assume num momento dado. Ou seja, graças à provisória estabilização dos jogos de força somos convencidos da universalidade do mundo a nossa volta (Deleuze, 1995).

É nesse sentido que as ciências humanas têm falhado recorrentemente ao insistir que o coletivo o é por si mesmo e restringe-se a uma forma fechada de grupo, que se funda e se forja na oposição. Sua dimensão mais ampla é desprezada e ignorada; o conceito de coletivo, também chamado de plano de consistência (DELEUZE; PARNET, 2004) ou imanência (SPINOZA, 2008; NEGRI, 2006) ou ainda de instituinte (LOURAU, 1995) é onde as forças atuam e entram em relação. O plano de imanência comporta diferentes velocidades, intensidades, texturas e não exige formas, elementos e acabamentos perfeitos, ao contrário, é o platô onde partículas, moléculas, matéria pulsante e resíduos se movimentam, compondo e recompondo fluxos.

Nosso esforço será sempre no sentido de conceber a pesquisa como apontam Barros e Kastrup (2009, p.57) “uma relação de co-funcionamento, descrita como um tipo de

*simpatia*. A simpatia não é um mero sentimento de estima, mas uma composição de corpos envolvendo afecção mútua.” A cartografia exige que estejamos todos no mesmo plano intensivo e que nos aproximemos do campo como estrangeiros em território desconhecido; o que o cartógrafo leva em consideração são os odores, os ritmos, a sensibilidade na escuta e a abertura para o novo e para o não experimentado. Faz-se também necessário que não se paralise diante do hiato, da dúvida, do medo. O campo é pura imanência e é nele que todas as forças atuam, se desenvolvem, ou morrem e se reconectam a outros fluxos. Estamos o tempo todo em processo, somos e nos constituímos no objeto. Para Passos e Barros (2009, p.17) na cartografia:

(...) [o] trabalho do pesquisador não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão no sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas pré-fixadas (*metá-hodos*), mas o primado do caminhar que traça no percurso suas metas. A reversão, então, afirma um *hodos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados.

Na primeira parte desta pesquisa empenhamo-nos em demonstrar o quanto era importante desenvolvermos um conceito de política que estivesse alinhado com os nossos propósitos de percebermos o objeto em análise não apenas como resultado de uma observação, mas, ao contrário, como uma possibilidade de criação/ação simultânea. De que modo? A criação das condições de possibilidade e a atitude prática do pesquisador já se configuram num ato político, porque trazem em si a potência expressiva da multidão. Quando podemos abandonar as formas mais rígidas de pensamento – que nos empurram goela abaixo as universalizações, os modelos vigentes e os padrões seculares – e nos lançamos num exercício menor (não num sentido pejorativo e hierárquico, mas mais relacionado mesmo ao campo de ação; mais atento ao que acontece no microscópico do que no macroscópico), sentimos que podemos ter mais liberdade de escolha. Se não estamos demasiado presos às regras estruturais e aos dogmas, podemos desenvolver pequenos comportamentos distintos, mínimas atitudes um tanto diferentes do hábito geral. É uma política microscópica. Pequenos desvios de rota. Partículas de poeira diminutas no meio da tempestade. Diferenças quase imperceptíveis a olho nu. A política nessa perspectiva ganha outro sentido, bem mais aberto e bem mais democrático. Uma democracia da multidão, distante das grandes decisões de Estado, das estruturas político-partidárias, das instituições públicas sustentadas por grandes injeções de verba ou mesmo das privadas, que especulam capital nas bolsas de valores. De



repente, surge uma pequena idéia num lugar comum, num dia comum, por um homem comum (TARDE, 1976).

Tomando o método cartográfico como o mergulho necessário à experiência que nos propomos, que é enxergar o acontecimento produzindo memória, pretendemos desenvolver, no capítulo seguinte, os aspectos concernentes ao campo da memória social em suas variadas dimensões, dos acontecimentos políticos e das reverberações e dos ecos que nós ainda ouvimos em diversos estratos sociais. Mas para isso, será preciso que expliquemos qual a inspiração dos autores para a criação do método, suas relações com a História e o sentido revolucionário do encontro do pesquisador com seu campo de estudo e a propagação das idéias, a criação de mundos e de possibilidades.

### **3.1 O Bergsonismo de Deleuze: o método da intuição**

*“... A senhora me desculpe, mas no momento não tenho muita certeza. Quer dizer, eu sei quem eu era quando acordei hoje de manhã, mas já mudei uma porção de vezes desde que isso aconteceu. (...) Receio que não possa me explicar, Dona Lagarta, porque é justamente aí que está o problema. Posso explicar uma porção de coisas, mas não posso explicar a mim mesma...”*

*Lewis Carrol, in: Alice no país das Maravilhas.*

É Gilles Deleuze o filósofo responsável pela retomada da teoria bergsoniana, que havia caído no ostracismo por conta do predomínio das teses estruturalistas na França. Em seu período lyonês – já que foi professor entre 1964 e 1969 na Universidade de Lyon – Deleuze publicou o *Bergsonismo*, antes mesmo de publicar sua tese secundária sobre Spinoza – chamada *Spinoza e o problema da expressão*. O interesse por Bergson vinha desde os anos 1940 e perdurou por muito tempo, constituindo um dos pilares de sua própria filosofia, baseada na chamada “tríade vitalista”, completada por Spinoza e Nietzsche. Enquanto seus companheiros de formação – como François Chatélet e Olivier Revault D’Allones – consideravam Bergson como extremamente idealista, Deleuze continuava trilhando esse caminho, revelando uma fidelidade impressionante ao autor. Tanto que em 1956, Merleau-Ponty, ao organizar *Les Philosophes Célèbres*, ofereceu-lhe a chance de escrever o capítulo sobre Bergson, o que foi imediatamente aceito (DOSSE, 2010). O texto publicado chama-se

*Bergson, 1859-1941*, no qual Deleuze apresentou em primeiro plano o método filosófico do autor: a intuição. Vejamos o que diz Deleuze (2006a, p. 33):

Em primeiro lugar, entretanto, nós nos propomos estudar somente a intuição, não que ela seja o essencial, mas porque ela é capaz de nos ensinar sobre a natureza dos problemas bergsonianos. Não é por acaso que, falando da intuição, Bergson nos mostra qual é a importância, na vida do espírito, de uma atividade que põe e constitui os problemas<sup>27</sup>: há mais falsos problemas do que falsas soluções, e eles aparecem antes de haver falsas soluções para os verdadeiros problemas. Ora, se uma certa intuição encontra-se sempre no coração da doutrina de um filósofo, uma das originalidades de Bergson está em que sua doutrina organizou a própria intuição como um verdadeiro método, método para eliminar os falsos problemas, para propor os problemas com verdade, método que os propõe então em termos de *duração*. “As questões relativas ao sujeito e ao objeto, à sua distinção e à sua união, devem ser propostas mais em função do tempo do que do espaço”<sup>28</sup>. Sem dúvida, é a duração que julga a intuição, como Bergson lembrou várias vezes, mas, ainda assim, é somente a intuição que pode, quando tomou consciência de si como método buscar a duração nas coisas, evocar a duração, requerer a duração, precisamente porque ela deve à duração tudo o que ela é. Portanto, se a intuição não é um simples gozo, nem um pressentimento, nem simplesmente um procedimento afetivo, nós devemos determinar primeiramente qual é o seu caráter realmente metódico.

Neste trabalho específico sobre Bergson, Deleuze afirma que um grande filósofo se reconhece pela capacidade que ele tem em fabricar conceitos. E, sem dúvida, Bergson contribuiu muito dentro da história da filosofia com suas noções de *duração*, *memória*, *élan vital e intuição*; este último configura-se num dos métodos mais complexos e rigorosos da filosofia. Uma das principais preocupações de Bergson era colocar claramente a questão sobre a qual se debruçaria, ou seja, o método tem como principal imperativo distinguir os verdadeiros problemas dos falsos “graças à doutrina da intuição” (DOSSE, 2010, p. 119). O método bergsoniano torna possível superar os dualismos entre o mundo sensível e o mundo inteligível – fruto da longa tradição platônica ocidental e tomado praticamente como única saída metodológica possível, apoiada ainda nos percursos de seus sucessores. Bergson aponta que os dois mundos não são dois, mas apenas um seguindo movimentos distintos. As futuras obras de Deleuze irão sempre reportar-se ao método bergsoniano, já que substitui os clássicos sem resposta “por que alguma coisa ao invés de nada?”, “por que tal coisa e não outra?” pelo entendimento da questão da diferença de natureza entre as coisas como primeira e não apenas as diferenças de grau entre elas – método da ciência tradicional. A contradição e o dualismo

---

<sup>27</sup> Deleuze está citando BERGSON, Henri. *O pensamento e o Movente*. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

<sup>28</sup> Novamente, o autor cita BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

se configuram como um falso movimento – por que dissociam uma realidade que é indissociável – e não são, portanto, verdadeiros problemas.

Vejamos o que diz Dosse (2010, p.119):

A saída possível da aporia que insiste em opor de maneira binária o uno e o múltiplo é fazer valer a diferença enquanto diferença. Bergson tem uma preocupação particular em operar as cesuras certas, em distinguir bem nas realidades híbridas da matéria os elementos que as compõem. A intuição é o instrumento do filósofo, seu método de divisão, de construção de dualismos pertinentes que não cindem tanto as coisas, mas suas tendências, suas inscrições mutáveis na duração conforme as linhas de diferenciação da matéria. É, portanto, na realização de uma virtualidade que está o impulso vital. Deleuze encontrava ainda em Bergson esse primado da diferença, que será inclusive tema de sua tese: “O impulso vital é a diferença na medida em que ela passa ao ato” (DELEUZE, 1956 apud. DOSSE, 2010).

Para que consigamos explicar melhor como se configura o método da intuição e suas regras, precisaremos apresentar brevemente algumas noções da filosofia bergsoniana, sem as quais se tornará mais difícil compreender o percurso que queremos traçar, já que o nosso principal interesse é o de entender como Deleuze e Guattari constroem o método cartográfico e como este pode nos servir em nossa empreitada. A leitura deleuze-guattariana do método de Bergson é fundamental para entendermos a cartografia como um procedimento de pesquisa, de como ela se forja a partir da produção de subjetividade, ancorada em alguns conceitos-chave bergsonianos, que promovem um tipo de percepção do mundo comprometida com o campo das virtualidades e da multiplicidade.

Bergson se emancipou dos postulados da filosofia moderna e inaugurou uma nova forma de pensar o mundo contemporâneo, escapando da prisão do racionalismo e do cientificismo de sua época, que produzia conhecimento a partir de uma concepção de tempo linear e de uma realidade que fosse apreensível, representável e repetível, desde que se criassem as mesmas condições. É sabido que houve um primado da biologia, que ditou as regras do que podia ser considerado ciência, sedimentando (também) no campo ciências humanas um modo de operação similar: era preciso estabelecer determinadas condições e proceder de determinadas formas, realizando as verificações específicas. Desde o fim século XIX até o início do século XX toda disciplina que “aspirava” pertencer ao campo da ciência devia submeter-se aos cânones consagrados. Bergson foi original e ousado e rompeu com o racionalismo que imperava desde o século XVII, demonstrando que a filosofia não só se distingue da ciência, como mantém com o mundo material uma relação oposta à proposta científica – a primeira é do domínio do absoluto e a segunda do domínio do relativo. A

primeira salta sobre nós, ou melhor, somos tomados pela vida interior do objeto e nos concentramos naquilo que ele tem de inexprimível; a segunda se baseia na análise, ou seja, identifica nos objetos algo de conhecido e liga esses pontos comuns a outros, buscando a expressão da coisa a partir do que ela não é; a coisa não o é em si, mas pode ser expressa através da negação de outra coisa que ela não é. Se este for o procedimento, alertou Bergson, estaremos tomando a realidade como um decalque, uma imagem presa num determinado tempo espacializado e justaposto, mortificando-a e destituindo-lhe o movimento da vida – o racionalismo e seus derivados se ocupam daquilo que não *dura*, do que não tem *extensão repercussiva, reverberação*.

Em *O pensamento e o movente* (2006) o autor inicia o debate em torno das questões no campo científico e de suas derivações para o campo da filosofia referindo-se ao primeiro como o espaço das precisões absolutas, das evidências completas, do tempo já passado – o que lhe confere um certo poder profético de prever o que virá, extraindo e retendo “do mundo material o que é suscetível de se repetir e de ser calculado; conseqüentemente, aquilo que não dura” (AMADOR; FONSECA, 2009, p. 31); Bergson (2006) introduz a discussão em torno do tempo como um tema central para a ciência, já que para reproduzir o mesmo à exaustão faz-se necessário cravar as unhas na materialidade das coisas, esforçar-se para imprimir-lhes um modelo específico, contorná-las até adquirirem a forma desejada; no segundo campo, o filosófico, dentro da perspectiva bergsoniana, não existe a preocupação em agarrar um tempo que escorre, que escapa, o procedimento pode ser por toque, por sensibilidade, numa atenção que se direciona muito mais para o que se esvai e que ele chama de intuição – na esfera da percepção cognitiva – do que daquilo que identificamos a partir do nosso repertório sensório-motor, da nossa inteligência (AMADOR; FONSECA, 2009).

Diz Bergson (2006, p. 103):

A inteligência retém apenas uma série de posições: um ponto parece atingido, depois outro, depois outro. Objeta-se ao entendimento que entre esses pontos se passa qualquer coisa? (...) Nossa ação apenas se exerce comodamente sobre pontos fixos; é, então, a fixidez que nossa inteligência busca; ela se pergunta onde o móvel está, onde o móvel estará, onde o móvel passa. Mesmo se ela nota o momento da passagem, mesmo se ela parece não se interessar pela duração, limita-se a constatar a simultaneidade de duas paradas virtuais: parada do móvel que ela considera e parada de um outro móvel cujo curso, supõe, seja do tempo. Mas é sempre a imobilidades, reais ou possíveis, que ela se relaciona.

Portanto, o que a inteligência busca é a fixidez, os registros materiais corpóreos, é a justaposição conhecida e a linearidade confortável que o tempo cronológico oferece. Não há

susto nem novidade. A inteligência ignora a transição, os espaços e os hiatos, ela objetiva a organização e o encadeamento do pensamento, captando apenas os movimentos homogêneos, detectando e ancorando a passagem do tempo através dos picos de maior relevo – imagem representativa do mundo sedentário. A intuição, por outro lado, se alimenta dos movimentos da matéria louca<sup>29</sup>, que não para de se diferenciar, substância incorpórea e nômade, abismo de amálgama do tempo, onde passado, presente e futuro coexistem na duração.

Mas o que é afinal a duração? Bergson designa a duração como uma passagem, uma transição, uma mudança, um *porvir*, mas um *porvir* durável que concilia duas características fundamentais: continuidade e heterogeneidade. Percebemos então que a duração faz do movimento uma mudança, e acolhe sem problemas a heterogeneidade. Bergson criticava o materialismo mecanicista justamente pela sua concepção rígida de que o movimento é somente quantitativo e homogêneo, como se o mundo material não reconhecesse a imprevisibilidade, a invenção e a novidade. Por sua vez, o filósofo pensou no movimento como heterogêneo, trazendo a um só tempo sua realidade e a temporalidade por ele implicada. Pensar o movimento desse modo não o reduz a um mero deslocamento (mecânico) de partes, já que enquanto duração ele ultrapassa sua dimensão extensiva. Vemos então que Bergson não nega os movimentos extensivos, apenas conjuga a eles uma mudança mais profunda, como se a cada deslocamento correspondesse uma alteração. É como se nos diversos deslocamentos, o todo – e não só as partes – se diferenciasse continuamente e ao infinito.

Como afirmam Amador e Fonseca (2009, p. 32):

A intuição figura, então, diferentemente da inteligência, como via cognitiva para essa esfera de passagem para a duração, tendo sido em virtude dessas considerações que Bergson fez da intuição um método filosófico. A intuição como método é obstinada pela mobilidade, pelo insólito, pelo efêmero.

Logo no princípio do livro *Bergsonismo* (2008), Deleuze afirma que a intuição é o método bergsoniano por excelência, ressaltando sua qualidade singular, seu rigor e suas regras específicas, mas vai além disso, pois aponta um aspecto fundamental: a intuição é o “fio metódico” que nos permite compreender as “grandes etapas da filosofia bergsoniana”: duração, memória e élan vital. Deleuze deixa claro o quanto privilegia a via racional do método, destacando e esclarecendo que a intuição “não é nem um sentimento, nem uma inspiração, nem uma simpatia confusa”. Entretanto, também se pergunta: como poderia a

---

<sup>29</sup> O termo “matéria louca” surge no diálogo *Timeu*, escrito por Platão por volta de 360 a.C., e significa o caos do mundo.

intuição, que se define, antes de tudo, por um conhecimento imediato, constituir-se num método, posto que este implique em mediações? É preciso, então, retornar ao próprio Bergson (2006) que entende a intuição, a consciência imediata, como a visão que não se distingue do objeto visto. O que faz o objeto ser o que ele é depende apenas de quem olha e de como o faz.

A intuição é algo que atinge o espírito, é o movimento da mudança, é mudança pura. À intuição não importa a linguagem nem a manifestação de noções e ideias pré-concebidas, pois a visão do objeto, na consciência imediata, traz em si, de início, algo de obscuro, de inapreensível, de estranho, de fugaz, sendo todo o nosso esforço para organizar e objetivar o pensamento em vão. É preciso abandonar a inteligência e entregar-se à intuição, pensando e agindo na duração. Pensar na duração é algo radicalmente novo, pois implica no esquecimento de dados preexistentes, que habitam nosso repertório prático, compõem a esfera do que conhecemos e designamos como inteligência e que faz com que nos reconheçamos. Pensar na duração nos decompõe identitariamente para nos colocar no plano movediço das multiplicidades – diferença pura, heterogeneidade contínua.

Quando Deleuze toma para si a tarefa de tentar sistematizar a percepção intuitiva de Bergson como método, percebendo-a como o fio condutor de suas posturas filosóficas e sabendo-a mergulhada numa multiplicidade virtual, plano imanente onde elementos irreduzíveis circulam e se atualizam, ele chama atenção para três regras: “a primeira espécie concerne à posição e à criação de problemas; a segunda, à descoberta das verdadeiras diferenças de natureza; a terceira, à apreensão do tempo real” (DELEUZE, 2008, p. 8).

A primeira regra, diz Deleuze (2008), faz-nos pensar que a questão relativa aos falsos problemas não concerne somente às resoluções, mas antes, à colocação dos mesmos. Somos habituados, desde a mais tenra vida escolar, a resolver problemas que nos são apresentados; eles nos dão os problemas prontos e nos ensinam fórmulas de resolução, além de tudo. É uma espécie de servidão. A verdadeira liberdade está em tomar as decisões, constituir os próprios questionamentos – é desse modo, nessa toada “semidivina”, que os falsos problemas morrem no nascedouro e propiciam o surgimento dos verdadeiros. Colocar bem um problema não é descobri-lo, mas inventá-lo. A descoberta pressupõe uma existência prévia de algo e que o filósofo é apenas o vetor, o mediador de uma solução que viria mais cedo ou mais tarde. A invenção é água de outra fonte. Um problema que existe na virtualidade poderia nunca ser atualizado, nunca vir à baila. Como aposta Deleuze (2008, p. 9): “A invenção dá o ser ao que não era, podendo nunca ter vindo.” Quando um verdadeiro problema

é inventado, a solução vem ao mesmo tempo. Isso significa que o problema tem a solução merecida diante da maneira pela qual foi colocado, das condições sob as quais ele emerge enquanto problema, dos meios e dos termos que se dispõe para tal. Um problema bem colocado é detentor de uma potência avassaladora, tornando-se uma força através da consciência imediata. Um verdadeiro problema ignora os dados preexistentes, recusa a sedutora oferta da análise através da inteligência e mergulha nas profundezas da intuição, fazendo emergir soluções inventadas.

Dentro da primeira regra, que detecta os falsos problemas, Bergson (2006) ainda apontou que eles são de dois tipos: os problemas inexistentes e problemas mal colocados. Vejamos primeiramente os problemas inexistentes: quando colocamos a questão “por que algo em vez de nada?” ou “por que ordem em vez da desordem?” ou “por que isso em vez daquilo?” – partindo do princípio de que ambos eram igualmente possíveis – caímos numa verdadeira armadilha, pois tomamos o mais pelo menos, o possível à existência, à desordem à ordem. A isso Deleuze chama de “movimento retrógrado do verdadeiro”, já que na colocação de um falso problema há a suposição de que a ordem, o inexistente e o não-ser fossem anteriores e os seus contrários viessem para preencher as lacunas. Esse é um tema de primeira grandeza na filosofia bergsoniana, pois ao empreender esta bem assentada crítica do negativo (e de todas as formas de negação) também a aponta como a fonte dos falsos problemas (DELEUZE, 2008). No que tange ao segundo tipo de falsos problemas – o que Bergson chama de problemas mal colocados – trata-se de “mistos mal analisados”, onde coisas de naturezas diferentes são agrupadas no mesmo bloco. Tendemos, através da inteligência, a organizar coisas que são irreduzíveis e singulares, em articulações mal ajambradas apenas por hábito, por força do exercício pedagógico com que somos bombardeados desde sempre. Os elementos diferentes se diferem por natureza e não por grau – não é uma questão de mais e menos.

Bergson propõe uma operação em dois planos: ontológico e metodológico. Por um lado trata de determinar as diferenças de natureza entre as coisas, pois só assim pode dar conta de cada uma delas sem reduzi-las a outra coisa, apreendendo-as em seu ser; por outra feita, se o ser de cada coisa está de algum modo ligado às suas diferenças de natureza, podemos prever que a própria diferença tenha uma natureza e que ela nos trará, enfim, o Ser. Portanto, as duas questões, ontológica e metodológica, remetem-se infinitamente uma para a outra: *o problema das diferenças de natureza e o da natureza da diferença.*

Bergson iniciou sua investigação criticando seus antecessores por não terem percebido *as verdadeiras diferenças de natureza*. Para este filósofo, o trabalho da filosofia é estabelecer uma relação positiva e direta com as coisas, e isso só acontece na medida em que ela pretende apreender a coisa a partir daquilo que tal coisa é – ou seja, em sua *diferença interna*. Ele acreditava que o principal problema da filosofia era o de ter retido apenas diferenças de grau e de intensidades onde havia diferença de natureza em si. O que difere por natureza não são as coisas, nem os estados de coisas, mas as *tendências*. As tendências vão se opondo duas a duas e um ser – que não é um sujeito, mas antes e apenas a expressão da tendência – só se expressa como tendência quando é contrariado por outra tendência. A diferença de natureza é uma das duas tendências se opondo à outra.

Vejamos o que diz Deleuze (2008, p.103):

Em *Os Dados Imediatos* Bergson não mostra apenas que a intensidade é um misto que se divide em duas tendências, qualidade pura e quantidade extensiva, mas sobretudo que a intensidade não é uma propriedade da sensação, que a sensação é qualidade pura, e que a qualidade pura ou sensação difere por natureza de si mesma. A sensação é o que muda de natureza e não de grandeza. A vida psíquica, portanto, é a própria diferença de natureza: na vida psíquica há *outro* sem jamais haver *inúmeros* ou *vários*. (...) O movimento é mudança qualitativa, e a mudança qualitativa é o movimento (...) e o que difere não é mais o que difere de outra coisa, mas o que difere de si; (...) o que difere tornou-se ele próprio uma substância. (...) A diferença de natureza portanto não está mais entre duas coisas, entre duas tendências, sendo ela própria uma coisa, uma tendência que se opõe à outra. A decomposição do misto não nos dá simplesmente duas tendências que diferem por natureza, ela nos dá a diferença de natureza como uma das duas tendências. (...) a tendência é a diferença de si para consigo; e o que difere de si mesmo é imediatamente a unidade da substância e do sujeito.

Seguindo o raciocínio proposto por Bergson, se da diferença de naturezas apreendemos o *em si* da própria natureza – sua *natureza interna* – temos então a diferença de natureza tornando-se, ela própria, uma natureza. A diferença de natureza era exterior apenas aparentemente, e nela já se distinguia a diferença de grau, a diferença de intensidade e a diferença específica. Mas percebendo essa diferença como *diferença interna* poderemos distingui-la da contradição, da alteridade e da negação. É nesse ponto que o método bergsoniano se oporá a outro método: o dialético – tanto a dialética da alteridade de Platão como a dialética da contradição de Hegel. O mérito, a originalidade e a beleza da teoria bergsoniana consiste em mostrar que a diferença interna é mais profunda que a contradição, a alteridade e a negação, porque além de mais rasas que ela, estas três noções só podem incidir sobre ela de fora (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2008).



Pensar a diferença como *pura diferença interna*, como o mais cristalino conceito da diferença é o intuito de Bergson. Ele busca o conceito para uma diferença que não se deixa reduzir ao grau, nem à intensidade, nem à alteridade, nem à contradição: é a diferença *vital*; é a *vida* como processo da diferença. Outro ponto bastante reforçado pelo filósofo é o de que a diferença interna não pode ser concebida como uma *determinação*. A diferença vital não só não é uma determinação como é exatamente o contrário disso: é a própria indeterminação. Tratando a diferença como simples determinação, damos ao “acidente de percurso”, a tarefa de promover mudanças em relação à vida; e a tendência para mudar jamais pode ser pensada como obra do acaso; o que não quer dizer absolutamente que seja algo intencional – sendo muito mais da ordem de um impulso vital, de uma vitalidade afetiva. O movimento de diferenciar-se é o movimento de uma virtualidade que se atualiza; é o movimento da vida que, no processo, difere de si mesma (CANELLAS DE OLIVEIRA, 2008).

Ao nos aproximarmos dos conceitos criados por Bergson, podemos entender o quanto a sua filosofia é revolucionária em vários aspectos: o primeiro é o que dá o primado à intuição em detrimento da inteligência, apontando e demonstrando rigorosamente o quanto podemos avançar quando abandonamos as certezas absolutas e as verdades prontas; torna possível superar os dualismos anacrônicos da tradição platônica – mundo sensível / mundo inteligível – sempre tomada como solução metodológica mais adequada. O modo de fazer de sempre, os determinados, a sacralização, não encontra espaço na teoria de Bergson; o segundo ponto é que a distinção feita por Bergson entre os verdadeiros e os falsos problemas traz à tona um questionamento que modifica esse entendimento: esses métodos se prendem a um falso problema, pois dissociam uma realidade que é indissociável. Não esqueçamos que a tradição filosófica sempre amparou-se na contradição e no dualismo como método fundamental – e, arriscamos dizer, praticamente único. A intuição, por outro lado, não cinde tanto as coisas, abandonando a divisão formal do ou “isso” ou “aquilo”; a intuição ocupa-se do entre, daquilo que dura, do que é extensível. O terceiro aspecto é concernente à diferença pura e de como o movimento do diferenciar-se contínuo é que promove o processo de subjetivação, tão presente numa pesquisa que se realiza a partir dos olhos (e entranhas) do pesquisador.

Desse modo, é possível deixar um pouco mais claro, o quanto esse caminho (o método) nos ajudará a demonstrar o rumo que esta pesquisa foi tomando. Como o material sonoro e textual escolhido não se encaixava em muitas regras comuns aos métodos históricos e sociológicos mais tradicionais foi possível ir descobrindo um caminho que não encobrisse a

verdadeira potência daquilo que estava apenas num grau de virtualidade; o material era apenas uma promessa, uma possibilidade. Se utilizássemos apenas os recursos do inteligível, da inteligência enquanto faculdade e instrumento, talvez conseguíssemos achar apenas deficiências nas formas de armazenamento dos áudios, inconsistências técnicas, perdas de conteúdo irreparáveis e paralisantes. Sem dúvida, o material poderia ser analisado tomando por base um ponto de vista mais tradicional, já que o conteúdo em si é bastante rico. No entanto, muitas nuances poderiam não ser levadas em consideração, outros detalhes poderiam nem ser mencionados, sutilezas que teimavam em aparecer poderiam ficar deslocadas ou questões poderiam ser consideradas descabidas. Contudo, é importante ressaltar que a questão aqui não é desqualificar os outros métodos, nem torná-los imprestáveis, ultrapassados ou inúteis, mas demonstrar que a cartografia se adequa às questões propostas como nenhum outro método. Na verdade, durante a análise do material em si e de todo o contexto que envolveu sua seleção – as reviravoltas no meio do caminho, a sensação de que devíamos ir para um determinado lado e não para outro tão mais palatável e simples. Todos esses elementos estiveram presentes no decorrer desta pesquisa e é possível ousar dizer que quando a questão surgia, já havia embutida na própria pergunta a sua resposta. O tema dos verdadeiros e dos falsos problemas foi crucial nesta pesquisa e a profundidade com que este é tratado por Bergson foi para nós fundamental: quando algo se materializa em nossa frente e não é possível parar de pensar sobre isso é porque uma virtualidade, uma potência foi atualizada em nós. Fomos tocados por algo e o caminho, o percurso é uma extensão dessa atualização, é uma reverberação estendida, é um acontecimento. Naturalmente que a intuição bergsoniana não dá conta de todo tipo de pesquisa e nem tem a pretensão de ser o “novo modelo metodológico” para as ciências. Longe disso. A proposta é achar um procedimento de pesquisa que não desconsiderasse, por exemplo, a ligação íntima do pesquisador com o seu objeto – afetando e sendo afetado por ele, sem que isso causasse tanta celeuma, desprezo ou repugnância. Com a intuição nos ajudando, foi possível distinguir o verdadeiro de um falso problema, foi possível entender que o papel do pesquisador é ativar o conceito no plano da realidade; o exercício micropolítico é atuar no mundo, acreditando que pequenas expressões de uma mínima diferença podem criar fluxos outros que servirão de esteio, pasto e túmulo – não necessariamente nessa ordem e nem obrigatoriamente cumprindo as três etapas – para novas possibilidades.

### 3.2 Deleuze-Guattari: multiplicidade, rizoma

Quando Deleuze e Guattari propõem que a cartografia seja um método de pesquisa em que pesquisador e objeto se encontrem e que constituam um território da prática, ambos procuram evidenciar, de muitos modos, o quão distantes estão dos métodos historiográficos em geral; a postura exigida é a que possa contemplar as multiplicidades, sem as demarcações e circunscrições comuns de saberes específicos que assolam as pesquisas acadêmicas e que, apesar de conseguirem transitar entre áreas distintas, produzindo conteúdos dialógicos, não abandonam a estrita formalidade disciplinar. A lógica do método cartográfico não é binária, dualista ou sintética; ao contrário, afasta-se da produção de conhecimento que tem como cerne a lógica arborescente – caracterizada por raízes, hierarquizações e pontos centrais – e inventam outra lógica: a rizomática. Apropriando-se de um termo da botânica, que descreve um tipo de caule que cresce e se alastra horizontalmente, criando diversas ramificações desordenadas, em várias direções e desprovida de um centro gerador, Deleuze e Guattari constroem um conceito que dê conta das questões existentes no mundo a partir das multiplicidades. Vale lembrar o tanto que a questão da fabricação de conceitos é cara aos autores; a filosofia de ambos é caracterizada por esta busca incessante pela criação de conceitos que possam responder aos novos questionamentos que não param de surgir no plano coletivo das forças – habitat do múltiplo. Vejamos o que dizem Deleuze e Guattari (2006, p.8):

(...) as multiplicidades ultrapassam a distinção entre a consciência e o inconsciente, entre a natureza e a história, o corpo e a alma. As multiplicidades são a própria realidade, e não supõem nenhuma unidade, não entram em nenhuma totalidade e tampouco remetem a um sujeito. As subjetivações, totalizações, as unificações são, ao contrário, processos que se produzem e aparecem nas multiplicidades. Os princípios característicos das multiplicidades concernem a seus elementos, que são *singularidades*; a suas relações, que são *devires*; a seus acontecimentos, que são *hecceidades* (quer dizer, individuações sem sujeito); a seus espaços-tempos, que são espaços-tempos *livres*; a seu modelo de realização, que é o *rizoma* (por oposição ao modelo da árvore); a seu plano de composição, que constitui *platôs* (zonas de intensidade contínua); aos vetores que as atravessam, e que constituem territórios e graus de *desterritorialização*.

Partindo dessa perspectiva podemos compreender que – de alguma maneira – a pesquisa a qual nos dedicamos já existia em nós, talvez como virtualidade, como uma potencialidade contraída, e que, ativada pelos afetos, atualizada num plano de imanência, irrompe e nos arrasta consigo, transformando-nos em cúmplices de um devir que anseia fazer aparecer no objeto uma faceta menos aparente, livrando-o da superfície desgastada, polida

sempre da mesma maneira, pelas mesmas substâncias e apresentando (quase sempre) os mesmos resultados. A cartografia nos permite (e exige) que possamos construir o nosso objeto sendo, ao mesmo tempo, constituído por ele; é a relação que nos forja, que cria significado para o *entre*, que nos faz perceber os acontecimentos em sua dupla extensão, que nos transforma pela experimentação do novo e nos traz uma única certeza absoluta: a de que jamais seremos os mesmos.

Deleuze e Guattari acreditam que assim como para a Linguística – citando os estudos de Rosensthiel e Petitot<sup>30</sup> – é possível considerar a “organização a-centrada de uma sociedade de palavras” também seja possível pensar de forma diferente da dominante lógica arborescente em outras situações. A crítica à Freud se encorpa a partir da percepção de ambos de que a Psicanálise lida com projeções do inconsciente hierarquizantes e hierarquizadas, mas principalmente por conta das práticas propagadas de cálculo e tratamento que, segundo os autores, (2006, p.28) “submete o inconsciente a estruturas arborescentes, a grafismos hierárquicos, a memórias recapituladoras, órgãos centrais, falo, árvore-falo”.

Mas o que pretendem Deleuze e Guattari com a lógica rizomática e com a crítica ao pensamento arborescente? Expliquemos. A questão para ambos é que não se reduza o inconsciente a regras de lógicas binárias e hierarquizantes, nem a interpretações, simbolismos ou significações. O rizoma é *produção* de inconsciente. Não se trata portanto de seguir uma lógica já existente e consagrada, mas de *produzir* uma outra lógica. É preciso servir-se de modelos para atingir um processo que recusa modelos.

Os autores argumentam que a “árvore” dominou a realidade ocidental, já que todo o pensamento no Ocidente remete ao fundamento-raiz, nominado como *grund*, *roots* e *foundations*. Ao privilegiar a cultura de plantas e grãos em campos que outrora eram florestas (conquistadas e desmatadas, não esqueçamos), os ocidentais estimularam posturas não só como a da frutificação como também a de uma estratificação, ou seja, há uma matriz principal, de onde tudo provém, que segue uma hierarquia e se acomoda num território fixo. Os orientais, por outra feita, mantinham uma relação cultural diferente com o espaço,

---

<sup>30</sup> Pierre Rosenstiehl, matemático francês e especialista em teoria dos gráficos, e Jean Petitot, também matemático, propõem um modelo matemático em que a propagação dos efeitos se dá de forma não-hierárquica, dentro de sistemas organizados. Pierre Rosenstiehl e Jean Petitot observam serem "os sistemas a-centrados, redes de autômatos finitos, nos quais a comunicação se faz de um vizinho a outro vizinho qualquer, onde as hastes ou canais preexistem, nos quais os indivíduos são todos intercambiáveis, se definem somente por um estado a tal momento, de tal maneira que as operações locais se coordenam e o resultado final global se sincroniza independente de uma instância central" (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 27).

apostando nas estepes, nos jardins, nos desertos e cultivando tubérculos, que podiam ser desenterrados e acomodados em outra parte – o território nômade. Citando Haudricourt<sup>31</sup>, Deleuze e Guattari enxergam uma oposição entre as morais e filosofias da transcendência, férteis no Ocidente, e as da imanência, fecundas no Oriente.

O rizoma é a erva, é aquela que cresce entre os espaços ou nos lugares onde nada é cultivado ou ainda no meio de outras coisas. Sem dúvida que há muito de rizoma em sociedades arborescentes e vice-versa, entretanto, o que buscamos apresentar é a crítica tão pertinente dos autores aos modelos fixos – tomado muitas vezes como único possível e detentor do status de “melhor” ou mais “adequado”. É certo que o rizoma tem sua própria hierarquia e que, certamente, é mais dura ainda porque desprovida de dualismo ontológico, de binaridades ou sínteses. Existem nós, deformações, formações despóticas e entroncamentos, mas o que conta é que a matriz-raiz e o rizoma-capilar não se opõem como dois lutadores no ringue. A ausência de modelo propicia um *percurso*, um *processo* que não para de se alongar, que eventualmente se rompe, que pode morrer ou ainda retornar à vida pra seguir outro curso. Como dizem Deleuze e Guattari (2006, p. 32):

Trata-se de um modelo que não pára de se erigir e de se entranhar (...) nem outro nem novo dualismo. (...) Servimo-nos de um dualismo de modelos para atingir um processo que se recusa todo modelo. É necessário cada vez corretores cerebrais que desfaçam os dualismos que não quisemos fazer e pelos quais passamos. Chegar a fórmula mágica que buscamos todos: PLURALISMO = MONISMO, passando por todos os dualismos que constituem o inimigo necessário, o móvel que não paramos de deslocar.

O rizoma, de forma diferente das formas arborescentes ou de raízes, liga uma coisa qualquer à outra coisa qualquer e não necessariamente coisas da mesma natureza; também põe em evidência regimes de signos diferentes, incluindo estados de não-signos; também não é composto por unidades e nem é o Uno que se torna dois ou mais. Antes, é feito de dimensões e direções moventes, sem começo nem fim e sempre transborda pelo meio, que é onde ele também cresce e se multiplica; é oposto a uma estrutura, que se constitui de pontos e posições binárias. O rizoma é constituído por linhas de segmentaridade e de estratificação, que funcionam como dimensões e comportam diferentes velocidades e densidades. As linhas de segmentaridade e estratificação do rizoma não podem ser confundidas com as linhagens do tipo arborescente, que são apenas pontos e posições localizáveis. Como dizem os autores: “o

---

<sup>31</sup> André-Georges Haudricourt (1911-1996) foi um botânico, antropólogo, lingüista francês e também especialista em línguas orientais. Lecionou em Hanói na École-Française d'Extrême Oriente entre 1948-49. Deleuze e Guattari (2006, p. 29) citam sua obra “*Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui*”, In: *L'Homme*, 1962.

rizoma é uma antigenealogia. (...) O rizoma procede por variação, expansão, conquista, captura, picada.” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 32)

Vejamos ainda o que dizem Parpinelli e Souza (2005, p.1) sobre o conceito:

O rizoma é um conceito que entende a realidade – e dentro dela a própria subjetividade – como uma rede constituída de inúmeras ramificações que se conectam e reconectam continuamente com outras ramificações. (...) procede sempre por alianças, sempre por conexões realizadas pela conjunção de elementos destituídos de pontos de chegada ou de partida, mas embebidos pelo princípio de heterogeneidade e de multiplicidade. Dessa forma, o conceito de rizoma possibilita um entendimento da (auto)constituição da subjetividade irrestrita a um número determinado de elementos. Ou seja, os elementos são múltiplos e mutáveis, eles se "plugam" a outros elementos constantemente, estando eles próprios em constante metamorfose. A partir desses elementos, a subjetividade se funda, põe-se de pé e se faz funcionar. Desse modo ela se configura num devir: é continuamente constituída a partir das ligações e religações que suas ramificações fazem e refazem com elementos intra e extrapsíquicos, individuais e pré-individuais, humanos e não-humanos, orgânicos e inorgânicos...

Quando Deleuze e Guattari chamam atenção para a questão de que a lógica rizomática rompe com o predomínio do arborescente e da transcendência, propõem também que se pense a realidade a partir das multiplicidades, contrariando a perspectiva da história, que sempre foi escrita do ponto de vista dos fixos, dos sedentários, dos vencedores. A questão para ambos é a de uma percepção nômade, uma *Nomadologia*, que é o contrário de uma história. Sem dúvida, é bem mais difícil perceber o mundo pelo meio, sem uma ordem hierárquica, linear ou mesmo inversa que, contudo, é sequencial; o mais importante, segundo eles, é que não é mais preciso dividir o mundo entre *uma coisa ou outra*, pois é possível sentir as nuances e articular agenciamentos. É possível produzir o novo. O meio destitui o fundamento-raiz; ele também não é uma média e não é designação do espaço entre um ponto e outro; não é a ligação dos pontos no sentido mais clássico – como na sentença matemática “a menor distância entre dois pontos é uma reta”. Ele é o lugar de passagem, onde as intensidades se manifestam e as coisas adquirem velocidade (DELEUZE; GUATTARI, 2006).

Foi a partir dos conceitos de Bergson que Deleuze-Guattari incorporaram ao próprio conceito de cartografia os pontos fundamentais como: intuição, verdadeiros e falsos problemas, relação indissociável entre pesquisador e objeto, etc. Sem dúvida, também a filosofia spinozana está presente na análise que leva em consideração a expressão das tendências, a lógica rizomática – que se impõe como uma alternativa à lógica predominante

arborescente – e da ativação do coletivo de forças no plano de imanência; da ação micropolítica que surge da multidão e toma caminhos impensados: às vezes dando em nada, e por outras, forjando novos comportamentos, produzindo novos valores, modificando as tão bem assentadas formas de vida. Desse modo, reiteramos o quanto é inusitado que estejamos falando de documentos que são representativos de uma época e que ainda tenham uma aura de novidade. Os áudios e o documento textual não encerram em si mesmos o acontecimento sobre os quais eles tratam – há uma abertura para que algo se faça a partir deles; ao contrário, sugerem que há muito mais ali do que enxergamos numa análise corriqueira e superficial ou mesmo numa análise mais detalhada mas desprovida de ação. O que para nós se torna muito claro é que a qualidade dos documentos é extensiva e não apenas fixa, representativa e circunscrita à situação histórica e política da época. Os documentos possuem uma espessura processual, pois são mais que meros fatos históricos que sobreviveram como registros sonoros. São acontecimentos. E não são acontecimentos no sentido trivial do termo. São acontecimentos puros, que trazem em si características muito peculiares: são o que são ao mesmo tempo em que se diferenciam infinitamente. São políticos porque atualizam tendências de expressão que se tensionam no plano de imanência, são fluxos que escorrem de pequenos desvirtuamentos. Se reproduzem rizomaticamente, erva daninha que toma as frestas de assalto, incontínência caudalosa que impede as raízes de se fincarem e cumprirem seu destino. Acontecimentos que deslizam na superfície sem apego ao passado e sem projeto de futuro. Acontecimentos puros que são, como veremos: o devir-ilimitado.

### ***3.3 Acontecimento puro ou a lógica do sentido***

*Alice: Quanto tempo dura o eterno?  
Coelho: Às vezes apenas um segundo.*

*Lewis Carrol, In: Alice no país das  
Maravilhas.*

A partir da literatura *non sense* e da série de paradoxos de *Alice no país das Maravilhas*, de Lewis Carrol, Deleuze inicia um percurso em busca de uma outra lógica, uma lógica oposta a dos pré-socráticos, socráticos e platônicos – mas que seja anterior à filosofia corrosiva de Friedrich Nietzsche (1844-1900), que destrói completamente os paradigmas até então sagrados da filosofia – encontrando-a nos estoicos. Em *A lógica do sentido* (2006b) Deleuze demonstra de que modo os estoicos fundaram uma nova lógica, que se contrapôs ao

predomínio da linha pré-socrático-platônica, e que elevou os “incorpóreos” – aquilo que não é material – a ter sua existência reconhecida. Antes, é preciso que se explique de que modo Deleuze enxerga dentro da história da filosofia os pensadores que se ocuparam em construir uma lógica arborescente.

Sigamos suas pistas: Platão é o filósofo das alturas, os pré-socráticos são os filósofos das profundidades; os estoicos, que se opõem aos dois primeiros, são os filósofos da superfície. São três momentos modelares na história da filosofia: aos pré-socráticos atribuímos a imagem das profundezas e das cavernas, pois são o símbolo da *physis*, na qual há a ideia explícita da física, da força corporal e da relação do homem com a natureza; Platão é a imagem perfeita do “filósofo nas nuvens”, aquele que está em ascensão e que vai se purificando a medida em que se eleva mais e mais. É aceito inclusive pela ciência moderna, que usa a sua imagem de filósofo e pensador para defender o lugar do conhecimento, daquilo que é inteligível, ou seja, afastado da *physis*, do corpo. O corpo, nesse caso, é o mal, é a morada das paixões, do sangue, dos fluidos, do descontrole. Os postulados platônicos tendem a analisar a realidade distante dos acontecimentos e dos objetos que os envolvem utilizando a metafísica como seu instrumento filosófico de corte. Afastando-se da realidade dos acontecimentos e julgando ter encontrado as essências das coisas e suas respectivas ideias, os objetos só poderiam ser tomados como sombra ou representação dos ideais perfeitos. Nessa perspectiva, somos submetidos a uma moral legisladora e dualista, que nos leva a acreditar que existe uma ascensão possível a um estágio superior através do exercício do bem e da busca da virtude. Esse processo de busca pelo ideal – e por aquilo que está em outro nível mais alto, e, portanto, acima de nós – passa a ser o principal instrumento de dominação dessa moral, na qual a superfície terrena é apenas o lugar onde os imperfeitos vivem almejando um lugar melhor na eternidade e querendo libertar-se das impurezas do corpo. O uso da inteligência e das faculdades mentais têm importante papel nessa ascensão, pois não são todos que são capazes de conseguir tal façanha, mas apenas os escolhidos – o que faz do modelo platônico um eficiente modelo de exclusão. É desse modelo que surge a ideia de democracia representativa, por exemplo. Existe um escolhido, um eleito, um homem especial, dotado de capacidade e inteligência adequadas, que irá representar o grupo, reconhecendo o que é melhor para este, legislando, aprovando e direcionando os menos aptos para a vida e para as decisões importantes. Há um líder e um rebanho que o segue acreditando que a escolha dele é a melhor escolha para todos.



Os estoicos são os filósofos da superfície; nem as profundezas pré-socráticas nem o céu platônico, mas a efemeridade dos acontecimentos. A filosofia estoica toma a superfície como o plano da vida, onde tudo está relacionado num movimento contínuo de permanente mudança; não há preocupação com o eterno nem com os ideais perfeitos. Para Deleuze, a principal característica do estoicismo é a mistura dos corpos, e indo na contramão da maioria ao insistir que essa percepção não é apenas uma adaptação da filosofia dos pré-socráticos, pois se assim fosse, teriam defendido a cisão completa entre os elementos e os corpos, produzindo uma cosmologia. E não foi mesmo isso que ocorreu. Nos postulados dos estoicos vemos: “(...) a descoberta das paixões-corpos e das misturas infernais que organizam ou sofrem, venenos fumegantes, festins pedófagos” (DELEUZE, 2006b, p. 135). Essa mistura de corpos seria a mais evidente oposição dos estoicos aos dois primeiros grupos de gregos: pré-socráticos e platônicos. Os primeiros, que instalaram o pensamento nas profundezas das cavernas, sondando as águas, aproximando-se do fogo e fazendo filosofia a golpes de martelo; os segundos, crentes nas asas que os levariam ao mais alto ponto do céu sonhando em desfrutar num tempo eterno do sumo mais doce da vida. Os terceiros – os estoicos –, a partir de uma leitura particular de Nietzsche feita por Deleuze, são os que compõem uma nova imagem dos filósofos: a terceira imagem. Vejamos:

(...) é a eles que a palavra de Nietzsche se aplica particularmente: “de tanto serem superficiais, como esses gregos eram profundos!”<sup>32</sup> Esses terceiros gregos não são mesmo mais completamente gregos. A salvação, eles não a esperam mais da profundidade da terra ou da autoctonia, muito menos do céu e da Idéia, eles a esperam lateralmente do acontecimento, do Leste – onde, como diz Carrol, se levantam todas as boas coisas (DELUZE, 2006b, p. 133).

A compreensão do autor é a de que não há mais profundidade nem altura, mas uma nova reorientação do pensamento e do que significa pensar a partir dos estoicos. O intuito dos gregos terceiros é o de demonstrar – muitas vezes através de cinismos e zombarias tendo como alvo preferencial Platão – que o incorporeal não está nas alturas, mas na superfície; de que as Ideias não são a mais alta causa, mas o efeito superficial por excelência; que ele não é essência, mas acontecimento (DELEUZE, 2006b). A nova imagem do filósofo, que surge com os estoicos, não se caracteriza mais pelos símbolos antigos – a águia de Platão (altura) e a sandália de chumbo de Empedócles (profundidade) – mas pelo manto duplo de Antístenes e Diógenes. O manto duplo, que é a tradução perfeita da utilidade das duas faces, remete ao trabalho do novo filósofo, que pode inverter e perverter a filosofia anterior a sua, deslizando

---

<sup>32</sup> *Nietzsche contra Wagner*, epílogo § 2, 1888.

até fazer desaparecer os sulcos, criando uma superfície em que verso e reverso se confundam, sem a distinção do que é anterior ou futuro, mas numa heterogeneidade contínua. Esse novo pensador compreende seus antecessores e sua trabalhosa empreitada filosófica, respeita-os, mas não se submete placidamente; os valores produzidos não ocupam o lugar do intocável e do sagrado. O novo filósofo não se ocupa apenas em estudar os conceitos já existentes e reproduzi-los, mas de retirar as noções que lhe interessam e produzir a partir e contra (ao mesmo tempo) sua própria filosofia. A leitura que Deleuze faz dos estoicos é bem ao seu gosto e estilo: apropriação singular das filosofias de outrem. E ele é um bom ladrão, já que se apropria do que lhe mais apetece para inventar novos usos e conceitos e infinitas e originais aplicações.

Sem dúvida, percebemos que os estoicos fundam uma nova moral, mas não mais determinada por dicotomias do tipo Bem e Mal, vida no céu e vida terrena, maldade e virtude, mas algo talvez mais próximo de uma ética, um modo de estar e existir no mundo, algo que compreende a vida como o lugar da efetuação dos acontecimentos, palco de conflitos, plano dos afetos, platô de intensidades. De acordo com essa perspectiva, não há mais um elemento gerador da natureza (como acreditavam os pré-socráticos), nem uma busca inalcançável por um modelo do Bem, do Ideal de Platão. Também diferentemente do que defendia Aristóteles – que acreditava que o bem devia corresponder a cada ser – os estoicos preferiam um único Bem. Compreendiam através da razão (*Logos*), que o Bem e a virtude existem em cada ser, não havendo nada exterior ao ser, nada a ser buscado, procurado ou alcançado. Para Deleuze “a moral estoica concerne ao acontecimento; ela consiste em querer o acontecimento como tal, isto é, em querer o que acontece enquanto acontece” (2006b, p. 146). Há, portanto, nesse sentido, uma distensão do acontecimento, uma densidade que aparece, há um duplo que se estica criando uma espessura; outra questão que surge relativa à moral estoica é: como perceber o acontecimento como o limite, a concretude, a atualização material e simultaneamente não aceitar a *physis* como a fonte geradora, a matriz-raiz do acontecimento e de toda moral? A resolução do problema é o próprio Deleuze quem demonstra: se a moral estoica não se utiliza de valores dicotômicos e não prevê a cisão na realidade dos acontecimentos, mas somente seu reconhecimento e sua interpretação, é compreensível então, dessa forma, que só se preocupem em buscar o sentido, já que o próprio acontecimento, em sua espessura expressiva, traz o sentido a reboque. Não existe, portanto, necessidade de uma moral fundante e antecessora ao acontecimento, nem de um corpo-árvore-raiz arraigado na terra, na profundidade, que seja tomado como a fonte, como a origem do acontecimento. É

preciso que atentemos ainda para o fato de que o acontecimento também não é limitado à efetuação, ele é o próprio movimento desobediente, não se prende ao tempo ou ao espaço – é, antes de tudo, paradoxo. Como afirma Deleuze (2006b, p. 3): “O paradoxo é, em primeiro lugar, o que destrói o bom senso como sentido único, mas, em seguida, o que destrói o senso comum como designação das identidades fixas”.

O acontecimento segue em dois sentidos ao mesmo tempo, perpassa o sujeito destruindo sua identidade individual, mas oferecendo-lhe uma identidade infinita porque despreendida dos valores fixos, posto que estes se acomodam, formando pontos de reconhecimento estável. A identidade fixa é garantida por um nome, um saber, um substantivo, um adjetivo e até mesmo as paradas e os repousos – os interstícios – são preenchidos por elementos reconhecíveis que conservam as constantes. O que o acontecimento oferece é o puro devir, são pequenos diamantes que mudam apenas pelas bordas, quando corpos estranhos atuam na lapidação, limando umas partes e alongando outras, num deslizamento eterno, sem penetração, suavizando de tal modo um antigo sulco (a profundidade) até que só se reduza a uma superfície inversa, que de tanto deslizar irá passar de um lado a outro infinitamente; no acontecimento há uma desmistificação da falsa profundidade e uma descoberta de que tudo acontece na fronteira. Diz Deleuze (2006b, p. 9):

O devir-ilimitado torna-se o próprio acontecimento, ideal, incorporeal, com todas as reviravoltas que lhe são próprias, do futuro e do passado, o mais e o menos, e o *não*: pois o acontecimento infinitamente divisível, é sempre *os dois ao mesmo tempo*, eternamente o que acaba de se passar, mas nunca o que se passa (cortar demasiado profundo mas não o bastante). O ativo e o passivo: pois o acontecimento sendo impassível troca-os tanto melhor quanto não é *nem um nem outro*, mas seu resultado comum (cortar-ser cortado). A causa e o efeito: pois os acontecimentos, *não sendo nunca nada mais do que efeitos*, podem tanto melhor uns com os outros entrar em funções de quase-causas ou de relações de quase-causalidade sempre reversíveis (a ferida e a cicatriz).

Deleuze afirma que devemos ser merecedores do *acontecimento*, assim como os estoicos o foram. Mas que acontecimento é esse? O acontecimento é um efeito de superfície, é o encontro daquilo que está fora com o sujeito – mas que não tem determinação anterior – e se dá no profundo-raso da pele, sensação corporal dos incorpóreos, é a cura pelo veneno: sutileza na desmedida das intensidades. É certo que Deleuze investiga e se aprofunda no conceito de acontecimento inventado pelos estoicos e, nesse diapasão, desenvolve o seu próprio conceito, construído no limite, na borda e ao mesmo tempo, alimentado em seu âmago (pelo meio) pelas filosofias de Bergson e Spinoza. Sem dúvida, a sua percepção da moral estoica,

entendida como deslizamento na superfície e do surgimento de uma nova imagem do filósofo, inspirada no homem que se apropria de conceitos para fazer sua própria filosofia, remete-nos ao seu modo próprio de fabricar conceitos e de permitir (e até exigir) que assim também o façamos. A maneira pela qual esquadrinha os autores aos quais se dedica, detendo-se rigorosamente na construção de um fio condutor que nos ajude a compreender o conceito ou filosofia em questão, revela muito a respeito do lugar de destaque que ele mesmo – Deleuze – ocupa dentro da tradição filosófica. Crítico mordaz das categorizações aprisionadoras e autor preocupado com o papel da filosofia no mundo, Deleuze nos empresta ferramentas apropriadas para pensarmos a contemporaneidade e todo o complexo campo social sem as delimitações conservadoras, que inibem ou enfraquecem as (já tímidas) tentativas dissonantes do modelo vigente. A força e o vigor de sua filosofia, percebida por muitos de seus pares, como Michel Foucault, por exemplo, – e também por seus adversários teóricos – como um tipo de pensamento revolucionário, sobretudo do ponto de vista da prática, já que não concebia uma vivência que não fosse filosófica, ou melhor, não entendia conceitos que não servissem à vida e que não estivessem encarnados nas pessoas.

É nessa toada, seguindo este caminho, que pretendemos trabalhar a noção de acontecimento proposta por Deleuze e de todos os outros aspectos já apresentados nesta pesquisa como, à guisa de exemplo apenas para recordar o nosso propósito, um conceito de política que não se restrinja apenas às dinâmicas partidário-eleitorais e mesmo de como podemos nos perceber brasileiros, muito mais próximos da alma inconstante e selvagem dos índios do que híbridos adaptados devido a força colonizadora da tradição europeia. Não somos uma síntese de raças nem somos herdeiros ingratos, inaptos e perdulários do império civilizatório. Nada nos falta e nem precisamos aprender a ser algo que não somos. Não buscamos alcançar nada e não há nada fora do nosso ser-estar no mundo.

Há um enorme esforço para que possamos nos perceber menos subjugados aos ditames e às formas conservadoras que dominam as instituições de um modo geral. Entendemos ser possível conjugar dentro de uma mesma instituição registros históricos consagrados, por conta do seu impacto na memória coletiva, e ainda assim fazermos um recorte, nos apropriarmos de um fragmento, enxergando-o como um acontecimento, singular e irrepetível, e que ainda produza ecos *diferentes*, forjando uma nova percepção do futuro. Queremos entender de que maneira um evento político de grande repercussão, como a decretação do AI-5, por exemplo, ainda reverbera nas esferas sociais e que tipo de memória

persiste. E a memória do que não existe mais? E como nos relacionamos e produzimos memória a partir do que não temos acesso, de documentos secretos?

Pretendemos, portanto, amparados em alguns registros – sonoros e textuais – de uma época, trazer à baila algumas questões: a partir de quais premissas e de quais modelos se constituem os acervos; o exercício micropolítico que leva à lona, por nocaute, a dicotomia indivíduo e sociedade através do movimento da turba: a multidão; o trabalho do pesquisador e o caminho da cartografia-intuição; a memória como ética – uma (quase) invenção tupiniquim.

#### 4 POLÍTICAS DA MEMÓRIA E MEMÓRIAS POLÍTICAS

*Eu já deixei de acreditar nos “grandes acontecimentos”  
desde que à sua volta haja demasiado barulho e demasiado fumo.(...)  
Os maiores “acontecimentos” não são as nossas horas mais barulhentas,  
mas nossos instantes mais silenciosos.  
Não é em redor dos novos inventores de barulho,  
mas em redor dos inventores de novos valores,  
que o mundo gravita;  
gravita imperceptivelmente.*

*Friedrich Nietzsche, Assim falou Zaratustra*

Nos capítulos anteriores nos concentramos em construir um conceito de política que pudesse nos servir de alicerce para esta pesquisa. Partimos também em busca de uma metodologia que nos ajudasse em todo o processo e houve, certamente, um cuidado, um zelo em torno não só do tema como também do seu problemático contexto histórico. Avaliamos detidamente a questão referente aos códigos de ética presentes nos acervos consultados, a preservação das fontes – no caso dos documentos classificados pelo Exército em 1964 e que hoje estão no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa do Sistema Globo de Rádio, o Cedope – e de todos os possíveis desdobramentos futuros. Nenhum documento foi usado de forma indevida e todo o material que está disponível nos anexos desta pesquisa poderá ser consultado publicamente. Também a decisão pela demonstração de um conceito de política menos trivial e a opção por traçar um panorama histórico acerca das formas de poder político, da formação da esfera do Estado e de uma visão alternativa sobre a Modernidade, foram calculadas e propositais, tendo por finalidade familiarizar o leitor com a perspectiva teórica e metodológica que utilizamos no trato com os documentos. Por sabermos que tínhamos em mãos um material raro e difícil – e mesmo deficiente em alguns aspectos – precisávamos redobrar o cuidado ao tratá-lo, ao explorá-lo de uma maneira menos convencional e ao torná-lo público. Muitas dúvidas apareceram no percurso e outras tantas dificuldades de ordem legal e questões que envolviam a ética profissional também foram encontradas. Por exemplo: o material doado para a CBN pelos familiares do militar deveria ser entregue para um arquivo público depois de examinado para a tese? Esta e outras questões permearam o trabalho todo o tempo. O próprio método exigia um envolvimento profundo com a pesquisa e algumas decisões a respeito das diretrizes políticas do Centro de Documentação e Pesquisa, o Cedope, do Sistema Globo de Rádio, foram revistas em função da chegada desse material. Assim como outros tantos que chegaram até nós ao longo dos anos e nos fizeram repensar e

reorientar algumas práticas arquivísticas. Há mudanças que só são possíveis (e plausíveis) a partir de um documento novo e de uma nova questão ou problema que se configure; o objeto também pode definir regras num centro de documentação e não somente o velho e cansado oposto: centros de documentação criam regras e objetos selecionados apenas passam (ou não) pelo filtro.

A questão é que o apego excessivo ao domínio do relativo, às rígidas normas documentais – de fonte, data precisa, origem comprovada ou mesmo das interpretações desvirtuadas da lei, etc. – podem impedir a revelação de algo muito precioso. Se os pesquisadores estiverem aprisionados pela norma e pela regra, selecionando o material automaticamente, sem dúvida muito do que existe – e que sobreviveu, sabe-se lá como – poderá desaparecer, extraviar-se ou nunca mesmo ter o seu brilho singular enxergado, valorizado, reconhecido.

#### ***4.1 Por uma outra memória***

Comumente ao ouvirmos falar de memória nos deparamos com as definições da ordem do senso comum: é lembrança, é reminiscência, é algo que vez por outra acionamos em nós. Ou mesmo que nós, brasileiros, “não temos memória”, “não valorizamos nossa memória”, “não sabemos de onde viemos e, por isso, não sabemos para onde vamos”. As opiniões e teorias são muitas, mas quase todas partem do princípio de que a memória é algo relativo ao nosso passado, a um passado comum de um grupo ou até da humanidade como um todo. Existe também a ideia corrente de que precisamos nos esforçar para não esquecermos ou de que nos esquecemos justamente porque somos incompetentes ou desprovidos de uma capacidade adequada ao tratamento da memória que julgamos ser o correto. Quase que invariavelmente nós, brasileiros, somos considerados vilões neste quesito. E parece sempre haver um padrão de julgamento, uma ordem universal imutável da qual *vergonhosamente* escapamos. Nosso modo de proceder nunca parece ser o suficiente e, em geral, nos sentimos devedores. Devedores de memória. É como se tivéssemos uma meta a alcançar: uma economia da memória em que boas aplicações rendem bons resultados. E se observarmos a produção de memória pelo viés das representações, sem dúvida, isso se agrava, pois ficamos subordinados às esferas de decisão jurídico-política e nos vemos roubados da nossa capacidade de agir *in loco*.

Entre as opiniões correntes, há ainda a questão relativa ao tempo: a memória é o registro de algo que vivemos de forma individual ou coletiva e se situa no passado. É algo que já ocorreu e que eventualmente acessamos. Há inúmeros clichês em torno do tema e muitos são derivados das formas seculares e institucionalizadas de pensamento às quais estamos habituados. É quase como se existisse um consenso universal em torno do assunto e tudo que escapa a esse modelo pudesse ser considerado desviante. Dizendo mais diretamente: é como se tivéssemos aberto mão dos processos de criação em prol da emergência de um coletivo bem assentado, que se fortalece na medida em que as singularidades são sufocadas, dando lugar a uma parecência, a uma similitude supostamente capaz de garantir uma estabilidade, uma homogeneidade social e uma justaposição dos fatos. Nessa perspectiva parece haver um excesso de convergência; tudo é demasiadamente congruente.

Quando se trata de um fato ou evento que está gravado no imaginário das pessoas, imediatamente surgem especialistas para opinar sobre este ou aquele aspecto, para teorizar sobre as implicações relativas ao fato; assim, produzem-se séries de reportagens, documentários e toda sorte de registro documental, mas quase que invariavelmente tratando do episódio como algo acabado, como algo já findo. É certo que inúmeras vezes se comenta sobre as repercussões futuras do fato, o que nos leva a ter uma sensação de *prolongamento* do acontecimento. No entanto, precisamos estar atentos à questão de que esse prolongamento costuma ser tratado apenas como a consequência do fato ocorrido. Ou seja: a partir de uma determinada causa, tivemos uma determinada consequência. É um tanto sutil, mas podemos observar uma dominância da perspectiva determinista sobre os fatos. Existe uma falsa premissa de que as coisas acontecem sob certas condições que praticamente não mudam: um fato acontece e depois outro em função deste último, e assim sucessivamente. Há uma naturalização de algo que não é absolutamente natural: a justaposição do tempo e dos fatos é tão construída quanto o seu contrário.

No entanto, aquilo com que nos deparamos é sempre múltiplo: há muitas coisas acontecendo e se transformando em outras todo o tempo. Tomemos como exemplo um evento de proporções globais como o atentado ao World Trade Center, ocorrido em 11 de setembro de 2001, que gerou enorme quantidade de notícias, de análises políticas, de opiniões de todos os segmentos da sociedade, enfim, que impactou a vida de milhares de pessoas em vários âmbitos. Logo se criou uma efeméride. Anualmente, promove-se o histórico do acontecido, analisa-se mais uma vez outras possibilidades ou falhas que possam ter facilitado o atentado, procura-se no passado explicações para o ocorrido, normatiza-se o presente em função dos



possíveis problemas futuros. E o que também é importante: a maioria dessas informações é arquivada e servirão por anos a fio como fonte de pesquisa para novas análises. Sabemos que os arquivos de modo geral têm papel preponderante na preservação da memória e na ausência deles nos perguntamos: quais seriam nossas fontes? Naturalmente a existência dos arquivos é primordial na vida do pesquisador. Contudo, entendemos que estes não são os únicos caminhos possíveis para a memória, já que nem toda memória pode ser compreendida apenas a partir de um registro documental. Memória não é apenas documento, monumento, data e registro. Nem é tampouco uma coleção de objetos resgatados em ruínas. Sabemos que existem memórias sendo produzidas fora do âmbito monumental-arquivístico. E mais ainda: existem muitos tipos de memória sendo produzidas sob as mais diversas e variadas condições.

Em nossa perspectiva, todos estes tipos de memória poderiam ser entendidos como produções de subjetividade e, no sentido que Foucault confere a essa expressão, como fabricações que se fazem a partir do poder e de seus jogos políticos; nesse sentido, sua produção é fruto dos estados de conflito que se manifestam como expressão das tendências. Pensamos que memória é processo e nunca resultado apenas. Deste modo, existem múltiplas memórias e nem todas são passíveis de serem capturadas, rememoradas, transformando-se em amálgama, elo e representação de um grupo social.

Outra ideia importante de ser considerada diz respeito ao esquecimento. O senso comum o entende como antípoda da memória. Mas entendemos que a memória, sendo de natureza dinâmica, o inclui; entendemos ainda que nem todo esquecimento é negativo e nem toda memória é benéfica. Esquecer pode ser saudável, ecológico. A volatilidade e a instabilidade são características da memória que nos proporcionam outra perspectiva do esquecimento: os desaparecimentos e os hiatos fazem parte dos processos. Muito do que em um momento possa ser considerado absolutamente imprescindível e importante, em outro poderá passar ao largo do registro documental. Desse modo percebemos que o campo da memória é muito mais complexo e amplo do que supuseram os que vieram antes de nós. Ao nos distanciarmos de um padrão memorialístico ainda predominante, calcado em preceitos e formas de gestão alinhadas ao modelo de Estado liberal, poderemos enxergar a memória criada pelos homens ordinários, que contrariando os princípios da história dos vencedores, realizam suas próprias escolhas, seguindo o provérbio africano: *“Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”*.

Como demonstrou Nietzsche existe a memória feita de sangue, que transformou o homem, um bicho feito para esquecer, num ser que promete lembrar, que num jogo perpétuo entre o lembrar-esquecer, estabeleceu uma *memória da vontade*, como vemos:

Precisamente esse animal que necessita esquecer, no qual o esquecimento é uma força, uma forma de saúde *forte*, desenvolveu em si uma faculdade oposta, uma memória, com cujo auxílio o esquecimento é suspenso em determinados casos – nos casos em que se deve prometer (NIETZSCHE, 1998, II, [1], p. 48).

Existe também a memória institucional, que como disse Deleuze (2006a, p.26) “é longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo”. Esse é um tipo de memória que todo pesquisador conhece bem – é uma memória do pertencimento e das identidades fixas. Existe ainda a memória que criamos, fundada a partir dos conflitos, dos jogos de força. Uma memória que é social não apenas porque sustentada por grupos sociais, mas sobretudo porque é uma memória criada pela composição de forças, por um vitalismo afetivo, por uma multiplicidade que transborda e que não se limita às regras de pertencimento. Ao contrário, é uma memória que não pertence, que não se restringe, mas se cria e se transforma. Esta é uma questão complexa e merece que nos detenhamos nela, já que o problema da *criação* dentro do campo da memória social não se constituiu enquanto tal desde sua fundação enquanto disciplina.

Os estudos em memória social se firmam como disciplina com o sociólogo Maurice Halbwachs – discípulo do também sociólogo Émile Durkheim – que introduz no cenário das ciências sociais o conceito de *memória coletiva* ou social, claramente influenciado pela teoria durkheimiana. Por sua feita, Durkheim é também considerado um dos fundadores das ciências sociais – ao lado de Max Weber e Karl Marx – e o precursor da normatização desta ciência como disciplina. Em dois de seus principais textos *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (1893) e *As Regras do Método Sociológico* (1895), o pensador apresentou o fio condutor de sua teoria baseada no “fato social”<sup>33</sup> e também demonstrou que poderia haver

---

<sup>33</sup> O “fato social” durkheimiano se configura como um processo de socialização dos indivíduos que dá o tom da ordem social e determina o modo de funcionamento – como agir, sentir ou pensar – por meio da coerção social, sob a forma de deveres, obrigações e punições. As principais características do “fato social” são: coercitividade, exterioridade, independência e anterioridade. Ou seja: o “fato social” é anterior ao indivíduo, já existia antes mesmo dele nascer. Todas as crenças e modos de viver, que são exteriores e independentes do indivíduo, também já existiam e servem para formatá-lo, imprimindo-lhe uma marca identitária e reconhecendo-o socialmente, através das instituições ou grupos aos quais ele irá pertencer, que, por fim, sem dúvida, tecerão julgamento e punição para qualquer atitude diferente do convencional. Ver: DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martin-Claret, 2001.

uma ciência sociológica objetiva e científica, como nas ciências físico-matemáticas. Para que houvesse tal categoria de ciência eram necessárias duas coisas: um objeto específico que se distinguisse dos objetos das outras ciências e um objeto que pudesse ser observado e explicado, como se faz nas ciências de um modo geral. É a partir dessa perspectiva de ciência tradicional que a memória social surge, se desenvolve e se firma. Em *A Memória Coletiva* (1950, publicação póstuma) Maurice Halbwachs percebeu a memória social construída sob a égide da coletividade. Segundo esta concepção nossas lembranças, mesmo as que consideramos mais pessoais, foram forjadas quase que inteiramente por narrativas e depoimentos de outrem que chegam até nós. Para o autor haverá tantas memórias quantos grupos sociais existirem. Entretanto, os grupos que compõem o corpo social e que, por sua vez, também são responsáveis por sua coesão, parecem não se confrontar a ponto de haver desavenças ou rupturas, fundando a memória coletiva em *quadros sociais*<sup>34</sup> estáveis (capazes de representá-los coletivamente) e apoiados na integração harmônica das diversidades (HALBWACHS, 1952).

É curioso e instigante observar que o modelo de ciência do qual parte Halbwachs para falar de memória social – inteiramente inspirado por Durkheim e em toda a concepção racionalista da época – é aquele que prioriza os universais, as representações sociais e minimiza o conflito. Estes aspectos nos parecem um tanto anacrônicos e requerem uma efetiva problematização desse estudo em particular e de seus desdobramentos enquanto cânon da atualidade<sup>35</sup>. Entretanto, não pretendemos aqui nos deter nem de forma breve nem longamente no texto fundante da disciplina memória social, contudo é possível ampliarmos a discussão para a qualidade dos desdobramentos de seu uso *ad nauseum* e, muitas vezes, de forma a-crítica. Isso também parece ser recorrente na sociologia, na filosofia, na psicologia, na antropologia, na história e não apenas na memória social. É como se só pudéssemos enxergar o mundo a partir de *quadros sociais* bem definidos, das lutas de classe, da diferença de gêneros, dos grupos identitários e da dicotomia indivíduo-sociedade.

---

<sup>34</sup> O conceito de “quadros sociais” foi desenvolvido por Halbwachs no livro *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925) onde o autor estabelece os princípios fundamentais de sua teoria, claramente inspirada no modelo durkheimiano de representações coletivas. Para um maior aprofundamento da questão, ver: DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 1989.

<sup>35</sup> Para aprofundar a discussão em torno da teoria da memória social proposta por Halbwachs e seus sucessores e uma perspectiva mais contemporânea, baseada na sociologia de Gabriel Tarde, que vai além das representações sociais, ver: MELO, Danilo Augusto Santos. *Memória Social e Criação: uma abordagem para além do modelo de representação*. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

#### 4.1.1 Gabriel Tarde: monadologia, diferença, imitação

*Não se pode conceber uma realidade sem virtualidade, isto é,  
sem um certo excesso de potência sobre o ato.*

*Gabriel Tarde*

A “grande” sociologia – a escola durkheimiana – alertou Gabriel Tarde<sup>36</sup>, em *As Leis da Imitação* (1976?), tinha como objeto privilegiado de estudo as grandes representações coletivas. Essa “similitude de milhões de homens” não levava em conta aquilo que faz do homem um ser que promove a criação – a *diferença* – e não levava em consideração suas singularidades, não se ocupava do fervilhamento que existe no campo social. Para Tarde (1976) o que existe sempre são fluxos de crença e desejo, que se agitam, se compõem e se decompõem – forças incontroláveis do processo vital. Ao deter-se nas mínimas inovações do homem ordinário, em suas infinitesimais criações burocráticas ou linguísticas o autor inventa a microssociologia, que será rebatida com virulência pelos durkheimianos, que afirmavam que o que Tarde fazia era psicologia ou interpsicologia e não sociologia. Tarde já antecipava – o que posteriormente será um tema de estudo para Deleuze e Guattari – que as microimitações que passam de um indivíduo ao outro compõem, na verdade, um *fluxo* ou uma *onda* e que não dizem respeito apenas ao indivíduo, mas que se *propagam* com e a partir deles. Tarde introduz no campo da sociologia uma *teoria dos afetos*, ou seja, o vitalismo afetivo é que move os processos a partir dos quais os homens – como seres sociais – entram em composição com a natureza. Os homens se unem em grupos ou sociedades seguindo o mesmo princípio de atração das partículas atômicas ou dos compostos orgânicos no ramo da química. Não há nenhuma superioridade dos humanos sobre as bactérias ou os elétrons nesse campo. Desse modo, Tarde (2007) opõe-se veementemente aos ditames da sociologia clássica, que se funda na oposição indivíduo-sociedade e, no qual, o homem é sobredeterminado por uma instância superior – é o modelo da transcendência sobre o qual já falamos nesta tese. Ao mesmo tempo, Tarde apresenta o campo social como um plano de imanência, onde as dicotomias se esvaem em prol de uma emergência contígua das formas: não há cisão ou sobreposição entre natureza e cultura, entre indivíduo e sociedade. O que há é um processo,

---

<sup>36</sup> Gabriel Tarde era filósofo, sociólogo e jurista francês, contemporâneo e rival de Émile Durkheim. Sobre vida e obra de Gabriel Tarde ver: MILET, Jean. *Gabriel Tarde et la philosophie de l'histoire*. Paris: J. Vrin, 1970. VARGAS, Eduardo Viana. *Antes tarde do que nunca: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

uma luta de forças, uma expressividade das potências. Sem dúvida, há uma ressonância, uma reverberação spinozana na teoria dos afetos de Tarde.

O argumento fundamental de Tarde (2007, p.105) se dá em torno da questão: “se tudo vem da identidade e se tudo visa e dirige-se a ela, qual a origem desse rio de variedade que nos deslumbra?” O filósofo não se cansa de repetir que a diferença é o princípio das coisas e que a variação, a mudança é o que não deixa de acontecer – se há algum tantinho de estabilidade na diferença, é o próprio princípio de variar continuamente. Ou seja: “a identidade é apenas um mínimo, e portanto apenas uma espécie, e uma espécie infinitamente rara, de diferença, assim como o repouso é apenas um caso do movimento, e o círculo uma variedade singular da elipse” (idem, p.105). A diferença é, portanto, a única coisa que temos em comum. O abismo entre a teoria do infinitesimal, do processual e do “diferir diferindo” e a teoria das representações sociais e identidades é grande. Desse modo particular de enxergar o mundo, Tarde se distancia da ideia de que o caminhar das sociedades consiste num processo generalizante e inelutável de diferenciação, que há estágios, etapas, de que partimos de semelhanças antropomórficas e geográficas até chegar “no ponto determinado”, caracterizado por uma intensa divisão do trabalho; ou que a diferença aumenta ou diminui – como nas teorias econômicas ou de massificação. A diferença apenas difere, sem se opor a nada, sem servir também para nada, pois não se encaixa no território das coisas úteis; não é semelhante ou assimilável, é inapreensível. Talvez esse seja o horror que a diferença cause a tantos desde sempre: ela escapa, transborda, vira outra coisa, não se estabiliza – diferença é afirmação sempre. Diz Tarde sobre a diferença (2007, p.178): “tem o privilégio único de poder voltar-se contra si mesma, enfrentar-se, dar-se por finalidade ela mesma.”

Se tomarmos o princípio da diferença como primeiro, somos capazes de recusar que a reunião de elementos díspares forme um conjunto unívoco de expressividade política. Assim como em Spinoza, Tarde não acredita que possamos abrir mão de algo que nos é inalienável: a inconstância da própria alma. O direito natural de cada indivíduo é ter reconhecida e assegurada sua liberdade, sua potência e nenhum estado de direito ou contrato social pode fazer subsumir esse desejo. Resumindo: Tarde não reconhece a sociedade transcendente. O que há é sempre uma associação imanente, fluxos que se compõem e se recompõem; não há existência fora da relação e nem relação sem diferença. Como observou Milet, Tarde propõe uma teoria social em que a continuidade homogênea e a descontinuidade eventual sejam tomadas em vez de entidades finitas como singulares processos infinitos, situações de inércia como suspensão temporária de movimento, estados eternos como

agenciamentos transitórios de processos em devir (e não o inverso). Ou seja: uma teoria social em que o exercício de composição social seja a atividade política por excelência, aquela que está sempre sendo (re)feita. (MILET, 1970, p.158-59 apud VARGAS, 2007, p.38)

O tipo de pensamento projetado por Tarde opera no diferenciar-se contínuo, no elemento da diferença essencial, a diferença sempre diferente de si mesma. Tomando de empréstimo o termo “mônada” do filósofo Leibniz, que era contemporâneo de Spinoza, Tarde apostou que as partículas elementares – as substâncias mais simples de que os compostos são feitos – são diferenciadas e diferenciantes. Explicando melhor: diferenciadas porque são singulares em relação umas às outras e diferenciantes porque possuem uma potência imanente de movimento contínuo em direção à mudança. As partículas elementares que compõem as mônadas refletem aquilo que é infinitamente pequeno, as nuances, o infinitesimal. Entretanto, a mônada tardeana não é a mesma mônada leibniziana. Se para Leibniz a mônada é um todo, um microcosmo fechado, que mantém relações de subordinação com o cosmo e existe numa harmonia preestabelecida, para Tarde a mônada é aberta, se afeta e se deixa afetar uma pela outra, trocando fluxos e se diferenciando continuamente – tudo ao mesmo tempo.

A partir de Tarde, podemos pensar na mônada como agente, como a tendência de expressão da potência infinitesimal, que chega até o limite de sua própria potência. O limite não é a parede de tijolos, o obstáculo ou a membrana cerceadora, mas o limite do que a força monadológica pode. A mônada, para aumentar sua força, tende a se reunir com outras mônadas e também a lutar entre si, perpetuando o diferente que se diferencia sempre, numa tensão eterna e contínua. Assim como para Spinoza a potência de agir (*potentia agendi*) aumenta ou diminui em função dos encontros – bons encontros resultam em paixão alegre, capacidade plena de agir; maus encontros resultam em paixão triste, diminuindo a potência e levando à inércia – para Tarde a mônada tende a compor com outras para aumentar sua potência, que é o que ele nomeia de *lógica da possessão* (TARDE, 2007). Buscando escapar das marcas identitárias, que se esforçam por encontrar uma essência identificável do ser em cada coisa, algo de comum a todos, Tarde prefere se ocupar das singularidades e das forças agentes, das virtualidades que as mônadas possuem. A ação monadológica é, antes de tudo, uma tensão, é a expressão da força no ato. Não há nenhuma determinação anterior e nem uma intenção de agir. Se invocarmos Bergson e seu método intuitivo, entenderemos que quem se esforça para dividir a ação do agente é a nossa inteligência, separando a ação dicotomicamente: um suposto sujeito e sua vontade de agir. Tarde, assim como Bergson, não reconhece esta divisão nem esta subordinação. Não esqueçamos que as mônadas atuam

sempre num jogo de forças e a força de agir está relacionada diretamente ao campo de troca estabelecido com as outras mônadas. Só pensamos numa mônada *em relação* umas com as outras. Nesse caso, o que varia é o *quanta* de força que cada uma delas pode expressar. A partir da expressão das diferentes quantidades de força, mônadas que comandam e mônadas que obedecem, constituindo-se uma relação de poder (TARDE, 1976).

Entretanto, é bom ressaltar que Tarde considera sempre a relação de poder estabelecido a partir de trocas afetivas, de diferenças potenciais se expressando na relação, o que é bem diferente da configuração de poder coercitivo ou escravagista. O que aproxima Foucault do pensamento de Tarde no que se refere à constituição das formas de poder, como podemos ver: “o poder é um modo de ação que não age diretamente e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. (...) O poder é uma ação sobre a ação” (1984, p. 313). As mônadas são abertas e livres, expressam suas potências na relação, criando fluxos, correntes – situações que comportam sucessos e fracassos. Sobretudo é preciso que se entenda que o poder se exerce sobre homens livres; a liberdade é condição do exercício do poder. Um aspecto importante sobre a relação de poder que se institui entre as mônadas é o que demonstra que as “mônadas-seguidoras” não subsumem, não são extintas pela “mônada-comandante”; a relação entre elas não pressupõe um domínio pela força destrutiva, violenta. Ou seja, as trocas afetivas, além de instituírem as relações de poder, oferecem uma face de resistência, pois não são engolidas, digeridas, exterminadas (TARDE, 1976).

Basta que nos recordemos da perspectiva de Viveiros Castro (2002) sobre o abraço da cultura exterior pelos índios Tupinambá – característica ininteligível e inconcebível para os padres europeus. Dentro de sua cultura, os Tupinambá não eram compelidos a reduzir o Outro a sua própria imagem. Para esses ameríndios o Outro, o que vem de fora, é necessário à própria sobrevivência de sua cultura, que prioriza a troca, a relação e não o esmagamento, a imposição de sua própria forma de viver como única possibilidade. Os europeus forjavam sua própria identidade a partir da sentença negativa: eu me reconheço no que sou em função daquilo que o outro não é. Com os índios Tupinambá isso se dava de modo diferente: para as inconstantes almas selvagens, o valor primordial a ser afirmado era a troca, a afetação de uma cultura pela outra e não de aferrar-se à própria identidade como forma única de existência. O senso de alteridade e o outramento fundavam o seu complexo de crenças e o fluxo ininterrupto de diferenciação de sua cultura manifestava uma possibilidade de autotransfiguração, uma atualização de suas virtualidades. O diferente como fundamento necessário à própria existência.

Desse modo, podemos pensar: de que maneira essas composições se manifestam e criam memória? Na teoria social de Gabriel Tarde, existe uma concepção de memória social – que certamente se contrapõe ao pensamento de Halbwachs, que inspirado por Durkheim, funda a teoria pelo viés das representações sociais e da identidade – na qual as noções de diferença e criação se tornam os conceitos-chave para enxergar o plano de imanência onde estamos mergulhados. Mais do que apenas uma teoria que se opõe a outra teoria contemporânea, Tarde ofereceu-nos uma perspectiva de memória social ética, no sentido de que tudo se dá no âmbito dos processos vitais, da própria existência. Não existe um descolamento artificial como na proposição da sociologia tradicional, que trabalha as questões do campo social pré-determinando situações, pressupondo contraposições e estabelecendo relações de hierarquia ou de subordinação ancoradas em diferenças de grau: “isso é mais valoroso do que aquilo, então passará a ser a medida”. A composição de forças tardeana funciona a partir de outro registro, como já vimos: é uma luta de forças, são potências em conflito. E justamente o que está em jogo não é o subsumir de uma coisa pela outra, tornando tudo mais homogêneo, aplainando as diferenças; ao contrário, são diferenças diferenciando-se infinitamente sem a intenção de produzir um padrão correto, ou uma diferença “mais poderosa” que assume o controle, engole as diferenças outras e torna tudo mais equânime e mais estável. Em suma: é uma diferença que apenas difere e que, distante da oposição, se afirma (TARDE,1976).

Tarde, como já vimos, percebe a todos os reinos como sociais, não considerando o social apenas como primazia do humano. Nessa cadência, estabelece três grandes leis universais que se aplicam a todos os fenômenos que acontecem na natureza ou mesmo que são passíveis de se produzirem, isto é, que são virtualidades. As três leis conceitualmente são: *repetição, oposição e adaptação*. Desse modo, os fenômenos na natureza iriam se propagando, se contrapondo e se associando, posto que Tarde distingue três domínios na natureza nos quais estas leis encontrariam seus termos referentes – nas composições físico-químicas, na biologia e no mundo social. A partir desses domínios distintos e de seus fluxos é que emergem estas características que são consideradas o fruto de um longo processo de criação. Se analisarmos os processos tomando por princípio os mundos específicos em que acontecem, teremos: ondulação, interferência e emissão no universo da química e da física; na biologia veremos os fenômenos de reprodução, seleção e mutação; e no social veremos estes dois conjuntos anteriores acontecendo como *imitação, hesitação e invenção*.



A *repetição* para Tarde é a causa de todas as semelhanças observáveis que existem na natureza. Portanto, sua perspectiva é distinta das que tomam como ponto de partida os determinados, os dados existentes, pois ele os considera apenas como meros resultados de processos repetitivos. A *repetição* tardeana não é a repetição de um dado que já existia. Tarde toma a repetição como aquilo que repete uma diferença e não como ela própria, baseada numa essência imutável. Lembremos que, para o autor, a única estabilidade que existe é o próprio processo de diferenciação – continuidade na (e da) heterogeneidade. Se cairmos na armadilha do senso comum e perguntarmos: “Onde estava a origem dessa diferença, antes da repetição acioná-la?” Estaremos, sem dúvida, diante de um falso problema, como diria Bergson. Tarde não projeta sua teoria sobre um modelo transcendente – e é a partir desse modelo que caberia uma pergunta deste tipo, posto que percebe os acontecimentos do mundo como preexistentes à ação, subordinando-os a uma divisão sujeito-objeto. Ao desconsiderar esta opção, Tarde nos permite pensar que tudo o que existe, todas as coisas são repetições de uma diferença e, por isso, somente a diferença pode ser pensada como uma repetição do que é diferente, constituída com e a partir de outras diferenças repetidas e diferentes ao infinito. A diferença tardeana se aproxima da substância spinozana – ambas são *causa sui*. Só existe repetição pela diferença. E não existe diferença sem repetição.

Diz Tarde (1976, p. 28): “Qualquer repetição, social, orgânica ou física, não importa, isto é, *imitativa, hereditária, vibratória* (para ligarmos unicamente às formas mais impressionantes e mais típicas da Repetição universal), procede uma inovação”. Essa inovação (ou diferença) emerge por meio das combinações das outras diferenças que se encontram ao acaso levadas por fluxos reverberativos. Por isso, o que existe para Tarde é a diferença como repetição e a repetição como diferença, que contém a potência da diferenciação como a própria atualização da repetição, propagando-se ao infinito<sup>37</sup>. É, portanto, a partir da congregação entre diferenças que se encontram e se associam, que novas conjugações de semelhanças se produzem, provocando interferências que modificam as similitudes já constituídas e minimamente estabilizadas. Assim, num espectro universal, há uma dinâmica de formações, conformações e deformações causadas por relações incansáveis de diferenças e repetições, que se configuram e transfiguram num território fixo que comporta todo o movimento – o plano de imanência.

---

<sup>37</sup> Sobre os conceitos de diferença e repetição na obra de Gabriel Tarde, ver: DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

Segundo Tarde, a propagação de uma invenção ou de uma diferença se dá quando as emissões, multiplicações e transmissões se espalham como uma onda sonora ou luminosa. Seja uma gíria, numa derivação da linguagem corrente; seja um caminho mais curto e perigoso, escolhido por uma família de formigas ousadas; seja um novo tipo de tatuagem, exibido pelos mais diferentes grupos de jovens – a propagação de tudo isso é o que ambiciona a repetição da diferença. Toda singularidade tende a uma potência máxima de propagação pela repetição. Diz Tarde (1999b, p133-34):

(...) a lei da repetição, quer se trate da repetição ondulatória ou gravitacional do mundo físico ou da repetição hereditária e *habitual* do mundo vivo, ou da repetição imitativa do mundo social, é a tendência para passar por via da amplificação progressiva de um infinitesimal relativo a um infinito relativo.

Entretanto, chamamos atenção para o fato de que não devemos confundir amplificação com homogeneização, já que a última se concentra em pôr em evidência identidades e similitudes; a amplificação, por sua feita, constitui-se a partir do movimento heterogêneo gerado pelas diferenças em conflito, que se atualizam sem cessar e tornam-se múltiplas, percorrendo e ganhando amplidões cada vez mais vastas. As ações de repetição e associação podem ser definidas na instância do social como as formas de *imitação* e *invenção*. Tarde, ao contrário de seu adversário teórico, o sociólogo Durkheim, toma o campo social como o plano fixo cheio de movimentos ondulatórios, vibrantes e circulantes, no qual a propagação dos fluxos – animada por forças imitativas e inventivas – dissemina as singularidades que, devido às associações sempre constantes, podem alcançar proporções muito grandes de adeptos pela via da imitação. Desta maneira, podemos entender que no campo social, a Repetição universal, a imitação – ação equivalente ao papel que a hereditariedade desempenha no mundo orgânico e que a ondulação produz sobre corpos brutos na circunscrição da física – se compõe por fluxos ou irradiações advindos de hecceidades (individuações sem sujeito) que se realizam e operam pela forma do rizoma, capilarizada, incontrollável. É a fundação do político, já que nas próprias irradiações e reverberações há sinais de luta, de conflito, inovações que tomam força e se ampliam ou mesmo de caminhos que são abandonados.

Como diz Tarde (1999b, p.70): “o entrave maior que detém a expansão de uma inovação social e sua consolidação em costume tradicional é alguma outra inovação paralelamente expansiva que encontra sobre seu caminho e que, para empregar uma metáfora física, interfere nela”. As interferências são encontros que, assim como já vimos em Spinoza,

resultam em aumento ou diminuição das potências, ou seja, ou as inovações se propagam ou se tornam desistências ou dissidências, mas sempre formando novos fluxos ao infinito. Desse modo, partindo dessa lógica social rizomática em que uma pequena invenção humana ou uma mínima interferência individual repercutem ao ponto de produzir semelhanças sociais, na medida em homens vão imitando uns aos outros estabelece-se uma espécie de contaminação social, se expandido dos menores para os maiores grupos e até admitindo romper fronteiras (TARDE, 1999b).

Podemos compreender a partir da perspectiva de Tarde que a invenção e a imitação são os atos sociais elementares. Melhor dizendo: os fenômenos sociais e os elementos culturais – as pequenas invenções do ordinário: uma variação linguística, um ritual, uma lei – são as efetuações desses atos. Devemos sempre ter em mente que um ato é a efetuação das potências monadológicas. Então perguntamos: o que é esse ato inventado ou imitado? “É sempre uma ideia ou um querer, uma opinião ou um desígnio, em que se exprime certa dose de *crença* e *desejo*” (TARDE, 2001, p. 203-204). A crença refere-se à afirmação ou negação e o desejo diz respeito ao movimento de conservar ou repelir. Desse modo, criam-se ideias às quais existe uma aderência ou ao contrário, que tendemos a recusar. Assim, os *quantas sociais* são associações e acumulações de crença e desejo que se constituem, se ramificam e se reproduzem no meio social em função encontros e desencontros entre as correntes de imitação. Portanto, as imitações, oposições e as invenções microscópicas são como um *quanta de fluxo* que propiciam a propagação, a binarização e a conjugação de um ou mais fluxos diversos. Apesar do esquema de Tarde ser à primeira vista dualista, a partir da binaridade constatada nos conceitos de imitação e invenção (entendidos respectivamente como repetição e diferenciação), se emprendermos uma análise acurada vamos nos deparar com uma *oposição* que é apenas aparente, já que invenção e imitação são as partes processuais do movimento de diferenciação que se esparrama no âmbito social, na natureza e na vida em geral.

Deleuze e Guattari (1996) retomam posteriormente a ideia inicial de Tarde e criam os conceitos de molar – campo das representações individuais ou coletivas – e molecular – campo das crenças e dos desejos. Vejamos:

Enquanto as representações definem de antemão grandes conjuntos ou segmentos determinados numa linha, as crenças e desejos são fluxos marcados de *quanta*, que se criam, se esgotam ou se modificam, e que se somam, se subtraem ou se combinam (DELEUZE;GUATTARI, 1996, p. 99).

A partir da afirmativa de que o homem é um animal segmentário, os filósofos definem três figuras de segmentaridade que organizam o espaço vivido e a sociedade: *a segmentaridade binária*, que funciona por grandes oposições duais; *a segmentaridade circular*, que delineaia círculos progressivos; *a segmentaridade linear*, que traça linhas retas, onde os segmentos representam episódios que se sucedem. É importante destacar que as três figuras não se excluem, mas, ao contrário, coexistem, entrecruzam-se, remetem umas às outras, transformam-se umas nas outras. Assim, indivíduos ou grupos sociais podem atravessar (e se deixar atravessar por) diferentes segmentos. Estabelecem ainda uma distinção entre dois modos de organização social: uma "primitiva" ou *flexível* e outra *dura* ou "moderna" e ambas recortando as três figuras da segmentaridade.

As funções de flexibilidade e dureza são atuais e inseparáveis, que atravessam tanto as sociedades primitivas quanto as sociedades modernas e contemporâneas. A segmentaridade flexível e primitiva, denominada molecular, coexiste com a segmentaridade dura e moderna, denominada molar. Flexível e dura, primitiva e moderna, molar e molecular e também micropolítica (fluxo de quanta) e macropolítica (linha de segmentos). Portanto, dizem Deleuze e Guattari:

Se elas se distinguem, é porque não têm os mesmos termos, nem as mesmas correlações, nem a mesma natureza, nem o mesmo tipo de multiplicidade. Mas, se são inseparáveis, é porque coexistem, passam uma para a outra, segundo diferentes figuras como nos primitivos ou em nós - mas sempre uma pressupondo a outra (2007, p. 90).

Entre o molar e o molecular existe uma diferença de natureza, entretanto como elas coexistem, nomeá-la-emos como "linhas" e "segmentos" a organização molar, enquanto "fluxo" passa a ser utilizado para tratar da composição molecular. É preciso esclarecer que embora haja distinção entre as linhas molares e os fluxos moleculares, não há uma cisão entre os planos, mas um *prolongamento* da linha em fluxo e numa conversão mútua. Se tomarmos como exemplo a antiga dicotomia indivíduo-sociedade, veremos que não se trata de uma oposição, já que ambos são transpassados pelas duas segmentaridades simultaneamente. Indivíduos e grupos sociais são constituídos e atravessados por linhas e fluxos: linhas de segmentaridade dura, linhas flexíveis, linhas de fuga (ou fluxos).

Mesmo que as linhas da segmentaridade dura operem com segmentos bem determinados, como instituições, família e religião, e as linhas flexíveis operem com fluxos ou devires, não se pode dizer que as últimas sejam da natureza interior e anímica; elas

atravessam, da mesma maneira, as sociedades, os grupos e os indivíduos. As linhas duras e flexíveis se prolongam e se interpenetram; são imanentes umas às outras. Nessa perspectiva, não nos cabe investigar se as *afetações* pelas quais nos interessamos são individuais ou sociais, pois aqui indivíduo e sociedade deixam de ser unidades, ou campos opostos de uma análise. Percepções e devires, fenômenos freqüentemente analisados sob o prisma da dicotomia indivíduo-sociedade, passam a ser considerados processos que se constituem a partir do entrecruzamento de duas segmentaridades, a molar e a molecular, ambas co-extensivas a todo campo individual e social (ESCÓSSIA; KASTRUP,2005).

Tomemos a percepção e o sentimento como dois conjuntos molares e veremos então que estes não só coexistem com um campo perceptivo molecular, mas que eles próprios incitam uma molecularização da percepção e do afeto. O mesmo se dá nos grandes conjuntos binários, como sexo e instância burocrática. Sempre existe uma flexibilização, uma ação micropolítica e molecular que coexiste com a separação e a totalização dos segmentos duros. Nós – indivíduos ou grupos – somos atravessados por linhas, meridianos, trópicos que não seguem a mesma cadência, não vêm do mesmo lugar e não têm a mesma natureza. São conjuntos de linhas, que em maior ou menor estado de tensão, se enroscam, se esticam e nos cortam, nos ferem ou nos seguram. Algumas linhas nos são impostas pelo lado de fora, do exterior, outras nascem de nós, de um nada de vontade, meio por acaso, e outras são por nós inventadas, criadas, tracejadas de uma forma nunca antes tentada, desprendida de modelos – essas últimas são as *linhas de fuga*.

A *linha de fuga* não deve ser entendida como uma maneira pela qual um indivíduo empreende uma fuga do mundo ou das suas ‘responsabilidades’. Seria também ingênuo acreditar também (e somente) que os segmentos duros são predeterminados socialmente e sobrecodificados pelo Estado e ainda que a segmentaridade flexível fosse uma prática interior, anímica. As coisas do mundo não são tão bem arrumadas e compartimentadas assim. Deleuze e Guattari apontam a esse respeito que,

a segmentaridade maleável não tem nada a ver com o imaginário, e a micropolítica não é menos extensiva e real do que a outra. A grande política nunca pode manipular seus conjuntos molares sem passar por essas microinjeções, essas infiltrações que favorecem ou que lhe criam obstáculo; e mesmo, quanto os maiores conjuntos, mais se produz uma molecularização das instâncias que elas põem em jogo. Quanto às linhas de fuga, estas não consistem nunca em fugir do mundo, mas antes em fazê-lo fugir, como se estoura um cano, e não há sistema social que não fuja/escape por todas as extremidades, mesmo se seus segmentos não param de se endurecer para vedar as linhas de fuga. Nada de imaginário ou simbólico em uma linha de fuga. Não há nada mais ativo que uma linha de fuga, no animal e no homem.

E até mesmo a História é forçada a passar por isso, mais do que por ‘cortes significantes’. A cada momento o que foge em uma sociedade? É nas linhas de fuga que se inventam armas novas para opô-las às armas pesadas do Estado. [...] Nas linhas de fuga os nômades varriam tudo à sua passagem, e encontravam armas novas que deixavam o Faraó estupefato (DELEUZE; GUATTARI, 2007, p. 78-79).

Desse modo, Deleuze e Guattari alongam a teoria tardeana trazendo-a para o mundo contemporâneo, reiterando a importância de pensarmos a vida ordinária mais livre das limitações da potência e das dicotomias imperativas e naturalizadas. Vimos, segundo Tarde (1976), que um fluxo é sempre de crença e de desejo, verdadeiros *quantas sociais* – porque são quantificáveis mesmo – onde as sensações são qualitativas e as *representações são simples resultantes* dessa combinação. É pela imitação que as quantidades sociais tanto se constituem, crescem e se tornam dinâmicas; bem como podem decrescer, em função da quantidade de potência implicada, nos usos das forças ou nos atravessamentos às quais estão sujeitas. Diz Lazzaratto (2002, p.223) sobre a teoria social de Tarde: “a imitação é uma memória em ato, uma força de difusão e conservação; é uma ação psicológica que, pouco a pouco, difunde uma invenção (uma diferença) e a conserva”. Em *La logique sociale* Tarde aponta para uma definição de memória enquanto memória social que, ancorada nos processos imitativos, propaga e retém as invenções criadas no meio social. Ou seja: é um processo pelo qual uma invenção é repetida e refletida nos espíritos, tornando-se uma semelhança social. Para Lazzaratto (2001), a memória é uma dobra, uma arte de lançar e reter ao mesmo tempo algo no mundo, a partir de uma lógica rizomática de irradiação mútua. Vejamos o que ele diz: “toda dobra é um núcleo de uma nova expansão, de uma nova circulação. Esta dobra é a memória que produz, acumula e retém a diferença” (LAZZARATTO, 2001, p.200).

Desse modo, Tarde opera uma importante substituição: as grandes pelas pequenas coisas, a sociedade pelos indivíduos, as totalidades e unidades pela multidão; tudo que foi precocemente unificado é substituído pelo infinitesimal. Como diz Vargas (2007, p. 15): “Em poucas palavras, se a ação é a essência da mônada é porque cada mônada já é multidão.” Sob esse prisma, o movimento de conservação e criação da memória garante, enquanto exercício político, suas características de dinamismo e transformação.

Ao tomarmos a teoria social de Gabriel Tarde como ponto de partida para compreendermos de que modo a memória pode ser produzida no seio social, nos deparamos com a sua surpreendente contemporaneidade. Tarde propõe que pensemos a memória como criação, desprendida das práticas formais às quais esteve submetida desde o momento de seu surgimento enquanto disciplina e das teorias derivadas deste mesmo modelo de pensamento

que tem sido a corrente dominante. A intenção de Tarde é demonstrar que o que existe são sempre reinos sociais – seja no universo da física, da biologia ou na sociedade – e que não há prevalência de um domínio sobre outro; existe uma coexistência dinâmica desses universos num mesmo plano. Ora há conflito e ora existe harmonia e a produção sempre ocorre através de correntes de invenção e imitação, que por sua vez, se propagam ao infinito; são composições sociais que fundam o plano político.

Desse modo, o nosso desafio aqui será o de primeiramente pensar nos tipos de memória política criados no período da ditadura e os efeitos que ainda podemos sentir nas esferas sociais. Sabemos que muito do que foi produzido – e tem a chancela do “oficial” – foi construído a partir da lógica dominante, tanto do ponto de vista do regime militar enquanto sistema de governo, quanto da ordem de sua propagação e conservação. O que nos leva diretamente às discussões contemporâneas em torno da documentação oficial produzida no período do regime militar e das políticas de acesso estabelecidas. A questão é que o regime produziu um tipo de subjetivação (e memória) que até hoje reverbera: é a perspectiva do que é oficial e dos usos de todos os meios possíveis para combater os opositores do regime; além disso, estamos impedidos de acessar grande parte dos documentos produzidos sob estas condições. E ainda encontramos obstáculos de várias ordens em relação aos materiais que já têm seu acesso público garantido por lei.

Em segundo lugar, pretendemos demonstrar que a criação de memória prescinde do acesso aos registros históricos oficiais, ou melhor, prescinde dos registros, pois sua ancoragem é outra: não se encontra nas formas estáveis dos acervos nem é relacionada à fixidez presente nos estratos sociais. O que absolutamente não nega ou invalida a luta legítima pela abertura dos arquivos e dos documentos produzidos no período militar. Em nossa perspectiva, a memória se produz com e a partir dos jogos de força, isto é, antes de qualquer coisa é a expressão de tendências que se conflitam, de ideias e invenções que tomam caminhos inusitados e se propagam com a força inerente ao próprio poder de criação. É uma invenção que repete uma diferença, é memória social porque já nasce política. Sem dúvida, a perspectiva de política que propomos – e que foi apresentada anteriormente – toma a potência da multidão, os fluxos de crença e desejo que se formam e se propagam, a subjetividade e a memória produzidas sob estas condições, compondo-se num plano de imanência. Assim, a memória social numa perspectiva criadora é mais afinada com a ideia de coletivo de forças, não se tornando subordinada ou dependente do que lhe permitem acessar – e do que já vem escolhido e determinado enquanto modelo ou fonte – para que possa existir.

Os métodos narrativos-históricos se concentram nos dados e nas suas relações de subordinação e contextualização. A cartografia se constitui enquanto método no encontro entre pesquisador e objeto; é um engendramento mútuo, pois ao mesmo tempo que reconhece a instabilidade inerente ao processo como a qualidade singular e promulgadora da relação, identifica os dados determinados e pré-existentes como apartados de sua processualidade, e por isso, reduzidos a uma espécie de figura de representação, tomando a relação de forma secundária, ou seja, a relação entre duas coisas que já existiam. A partir desses conceitos, poderemos então enxergar acervos e documentos por seus aspectos singulares, reconhecendo-lhes suas potencialidades e suas intensidades afetivas – no sentido em que Spinoza e Tarde propõem – fazendo-os escapar dos modelos previamente estabelecidos e tradicionais adotados por instituições, que reduzem tanto as práticas arquivísticas quanto os próprios documentos em si a meras expressões de modelo e forma: são os documentos-monumentos. Entendemos que é possível olhar para a produção de memória e no trato dos documentos de uma outra forma: como acontecimento político.

#### ***4.2 Memórias, acervos, políticas e poderes***

Tratar do período do regime militar no Brasil ainda é um tanto difícil, posto que há muitas lacunas, perguntas sem resposta e, principalmente, porque se trata uma ferida que ainda está aberta. A criação do projeto Memórias Reveladas<sup>38</sup> gerido pelo Arquivo Nacional é um passo importante, mas ainda pequeno, perto do tanto que precisa ser feito. Há um enorme e louvável esforço de algumas instituições públicas – que em sua maioria detêm o material relativo aos acontecimentos do período do regime – em tratar tecnicamente, organizar e

---

<sup>38</sup> Em 2007 foi criado no âmbito do CNIC/Minc do PRONAC 07-6040, “Projeto Memórias Reveladas”. O projeto permitiu captação, por intermédio da Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), na modalidade mecenato, dos recursos necessários ao tratamento dos acervos dos extintos Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) e Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgãos centrais no aparato repressor do regime militar, que tinham como missão espionar e reprimir opositores. Além desses, foram tratados outros acervos de interesse, públicos e privados. Os recursos patrocinados são utilizados para a contratação e para o treinamento de equipes, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, de forma a caracterizar o “Memórias Reveladas” como um investimento na preservação documental do País. Atualmente, são catorze ações patrocinadas, desenvolvidas em treze estados. Em maio de 2009 criou-se o Centro de Referência de Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas por intermédio da portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, assinada pela Ministra Chefe da Casa Civil Dilma Rousseff. Ainda em maio de 2009 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 5228, de 05 de maio de 2009, que regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal de 1988. Em agosto de 2009 instala-se a o Conselho Consultivo e a Comissão de Altos Estudos do Memórias Reveladas. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=3&sid=2> Acesso em: 10 fev. 2012



disponibilizar os documentos, mas que não parecem ser ainda suficientes para que tudo esteja ao alcance do cidadão que se interesse pelo assunto e deseje obter informações por quaisquer motivos. Contudo, a lei nº 12.528, que criou a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação, nº 12.527, ambas sancionadas por Dilma Rousseff em 18 de novembro de 2011, colocou o Brasil num patamar no qual o Estado subordina-se aos direitos humanos, segundo as palavras da própria presidente:

Tratam de assuntos distintos, mas (as duas leis) estão ligadas uma a outra. São um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira. Tornam o Estado brasileiro mais transparente e garantem o direito à memória e à verdade. Portanto, o direito à cidadania. Se somam ao esforço e dedicação de brasileiros que lutaram e lutarão para fazer o Brasil mais justo e menos desigual. Uma geração de brasileiros que morreram, que nós homenageamos. Acredito que a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação e da Comissão da Verdade colocam nosso país num patamar superior, um patamar de subordinação do Estado aos direitos humanos (O GLOBO, 2011)<sup>39</sup>.

A Comissão da Verdade tem por objetivo apurar violações dos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988; entretanto, na prática, o foco será o período do regime militar (1964-1985). Alguns opositores da medida dizem que haverá estímulo ao revanchismo, mas faz-se necessário destacar que a Comissão não revogará a Lei da Anistia<sup>40</sup> e nem terá poderes punitivos. No entanto, ainda há muita discussão e polêmica em torno do sigilo dos documentos produzidos à época do regime militar. A Lei de Acesso à Informação põe fim ao sigilo eterno de documentos oficiais e regula o acesso a informações do governo. O Senado, ao aprovar o projeto em outubro de 2011, manteve o texto da Câmara e desconsiderou as alterações sugeridas pelo senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL). Como presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado, Collor de Mello foi o principal opositor à imposição de um limite temporal de 25 anos – prorrogáveis por mais 25, totalizando 50 – para o sigilo de documentos oficiais. Seu principal argumento era o de que documentos que ameacem a segurança nacional e que exponham cicatrizes de conflitos passados, como a Guerra do Paraguai (1864-1870), não deveriam ser divulgados. A lei já poderia ter entrado em

---

<sup>39</sup> Dilma Rousseff sanciona lei que institui Comissão da Verdade. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/dilma-rousseff-sanciona-lei-que-institui-comissao-da-verdade-3265626>. Acesso em: 10 fev.2012.

<sup>40</sup> Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm) Acesso em: 10 fev. 2012

vigor não fosse justamente a oposição de Collor, que por meses segurou o projeto. A própria presidente Dilma Rousseff ensaiou atender a demanda de Collor e do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). Ambos, ex-presidentes da República, defendiam o sigilo eterno para alguns documentos. Entretanto, após a má repercussão do fato, a presidente recuou e voltou a defender a proposta de limitar a 50 anos o sigilo dos documentos oficiais (O GLOBO, 2011).

Em comunicado oficial divulgado no dia 18 de novembro 2011, a alta comissária de Direitos Humanos da ONU, Navi Pillay, elogiou a sanção da lei que criou a Comissão da Verdade. Ela afirmou que a norma demonstra “o compromisso do Brasil em lidar com os direitos humanos em casa e também no resto do mundo”. No entanto, Pillay defendeu que o Brasil deve tomar medidas adicionais para facilitar o julgamento dos autores de violações dos direitos humanos, o que inclui a revogação da Lei da Anistia, de 1979, que impede a punição de tais crimes (O GLOBO, 2011).<sup>41</sup>

Sem dúvida, a partir da sanção (e da regulamentação efetiva, após 180 dias) das novas leis, o avanço no que se refere às políticas de arquivos será inevitável e muito bem-vinda e, talvez, possa gerar frutos impensados, já que com o aumento do número de pesquisadores e cidadãos acessando os materiais até então restritos, outras demandas surjam, como por exemplo, uma revisão mais apurada ou mesmo a extinção da Lei da Anistia, que não permite que se puna os desmandos e abusos cometidos durante o período do regime militar. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2010, pedindo a revisão da Lei da Anistia, para que torturadores não continuassem tendo direito ao benefício, e para que crimes comuns cometidos naquela época – como homicídios, desaparecimentos, abusos e torturas – se tornassem puníveis. No entanto, em 29 de abril de 2010, a revisão da lei foi recusada por 7 votos a 2 pelos ministros do STF. O ministro Eros Grau, relator do processo, ressaltou que não cabia ao Poder Judiciário rever o acordo político que, na transição do regime militar para a democracia, resultou na anistia de todos aqueles que cometeram crimes políticos e conexos a eles no Brasil, entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979<sup>42</sup>. Um relatório da Anistia Internacional, de 2010, constatou que, das quarenta comissões da verdade instaladas em todo

---

<sup>41</sup> Faz-se necessário apontar que há outras posições sobre a Comissão da Verdade, como, por exemplo, o artigo publicado pelo GTNM *Algumas Verdades sobre a Comissão da Verdade* de Cecília Coimbra, 2012. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigos.asp?Refresh=2012081310062677904971&Codartigo=125>

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=125398&tip=UN> Acesso em: 13 fev. 2012

o mundo entre 1974 e 2010, a grande maioria rejeitou as leis de anistia concedidas a agentes do Estado. Das comissões analisadas, apenas cinco recomendaram a anistia a funcionários encarregados da repressão (DIEGUEZ, 2012).

Em 20 de maio de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) reuniu-se na Costa Rica, em San José, para analisar a responsabilidade do Estado brasileiro na morte de militantes na Guerrilha do Araguaia<sup>43</sup>. A Corte é a última instância a que se pode recorrer em casos de graves violações de direitos humanos em países signatários da convenção da OEA. E este pedido só pode ser feito ao se esgotarem todas as medidas legais nos países de origem para que se esclareça o assunto e se obtenha justiça. Com a negativa do Estado em ajudar no esclarecimento do caso brasileiro, em 1995, o Centro pela Justiça e Direito Internacional, que tem sede em Washington, acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O Ministério das Relações Exteriores emitiu oito pedidos de arquivamento alegando que a Lei de Anistia perdoara tanto os agentes do governo quanto os guerrilheiros. Portanto, não se tratava de uma autoanistia dos militares. Apenas um mês antes de a Corte se reunir, no entanto, o STF derrubou, em Brasília, a ação de inconstitucionalidade impetrada pela Ordem dos Advogados. Para a OAB, a Lei de Anistia não poderia beneficiar agentes do Estado que praticaram crimes dessa natureza – no entendimento do órgão, os crimes de sequestro, tortura e desaparecimento forçado não estão na mesma categoria dos outros. No entanto, a decisão do STF foi pela manutenção da lei (DIEGUEZ, 2012). Em 14 de dezembro de 2010, o Brasil foi condenado pela CIDH, integrante da OEA, pelo desaparecimento de mais de 62 pessoas no Araguaia. Essa foi a primeira condenação internacional do Estado brasileiro em um caso envolvendo a ditadura. O órgão segue a linha tradicional de condenar as violações de direitos humanos por considerar que os crimes sobre os quais as denúncias se tratam são imprescritíveis. O juiz designado para o caso, Roberto de Figueiredo Caldas, alertou que os preceitos da Corte funcionam como uma Constituição supranacional e que, portanto, cabe ao Brasil, signatário do Pacto de São José, respeitá-los, inclusive realizando adaptações à Constituição nacional para estar de acordo com os textos aceitos internacionalmente. O juiz Caldas lamentou a

---

<sup>43</sup> A guerrilha do Araguaia foi um movimento formado, em sua maioria, por militantes do PCdo B contrários ao regime militar, que acreditavam que a revolução socialista só aconteceria se fosse forjada a partir do interior do Brasil. Desse modo, escolheram a região Sul do estado do Pará para montar acampamentos de treinamento e táticas de guerrilha. Entre 1972 e 1975, a Guerrilha do Araguaia foi alvo de ações do governo militar, com o intuito de reprimir e extinguir o movimento. Há inúmeras denúncias sobre graves violações cometidas pelos militares contra os guerrilheiros e as famílias de camponeses da região – as acusações envolvem os crimes de tortura, estupro, mutilações, sequestro e desaparecimento forçado de pessoas.

postura do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidiu que a Lei de Anistia, assinada em 1979, não permitia a condenação penal de agentes da repressão. O juiz compreendeu que o Estado brasileiro usou a lei como um obstáculo à investigação e ao julgamento dos crimes. "Todos os poderes públicos e esferas nacionais, bem como as respectivas legislações federais, estaduais e municipais de todos os Estados aderentes estão obrigados a respeitá-la (*a Convenção Americana*) e a ela se adequar"<sup>44</sup>, anotou o juiz Caldas, em seu voto. Os demais juízes manifestam que os dispositivos da Lei de Anistia são incompatíveis com a Convenção Americana, "carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos"<sup>45</sup>. De um modo geral, os juízes não aceitaram a argumentação apresentada pelo Brasil de que "está sendo construída no país uma solução compatível com suas peculiaridades para a consolidação definitiva da reconciliação nacional"<sup>46</sup>. O Estado brasileiro, com isso, foi condenado pelo desaparecimento de 62 pessoas na guerrilha, por ter usado a Lei de Anistia como empecilho para as investigações que se faziam necessárias, por ter promovido a proteção de infratores, violado o direito dos parentes à informação sobre as vítimas do regime e não ter promovido a justiça – entendida como reparação dos erros. Os petionários da ação foram o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, o Centro Pela Justiça e o Direito Internacional (Cejid) e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos de São Paulo. Essas entidades avaliam que o Estado brasileiro se equivocou ao não punir os crimes cometidos pelo regime militar (O GLOBO, 2010).

Podemos perceber a partir dos fatos apresentados que não basta conseguirmos implementar leis e reivindicarmos o seu cumprimento recorrendo até a última instância. A lei e as regras institucionais são contingenciais, são tentativas de regulamentar as ações presentes e futuras ou reparar danos já causados – mas para cada captura há algo que sempre escapa, no bom o no mau sentido. Por exemplo: a mesma Lei da Anistia, que possibilitou a volta dos exilados políticos para o Brasil anistiou agentes do regime. É legítimo que se defenda a criação de leis e que se use os recursos constitucionais disponíveis, mas é pertinente pensar que apenas a lei não basta. Há uma recusa explícita e manifestada publicamente por parte dos militares<sup>47</sup> em tornar acessível a documentação que porventura ainda exista; quanto ao

---

<sup>44</sup> Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) VS. Brasil. (Exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf) Acesso em: 10 mar. 2012. p. 120.

<sup>45</sup> Idem. p. 65.

<sup>46</sup> Idem. p.5

<sup>47</sup> LEITÃO, Miriam. Anos de Chumbo: general lança suspeita sobre a participação de Dilma em atentado e

funcionamento e as formas de apuração e ação da Comissão da Verdade, também se mostram refratários, insistindo que tudo o que aconteceu no período militar foi “perdoado” pela Lei da Anistia. Os militares tentam justificar sua oposição aos trabalhos da Comissão da Verdade utilizando o argumento de que se forem investigar as ações do Estado, os opositores do regime também deveriam ser investigados e punidos pelos crimes cometidos, passando ao largo da discussão em torno da desigualdade das condições entre as partes e da responsabilidade civil das instituições envolvidas nos crimes de sequestro, tortura e desaparecimento dos militantes.

Em recente entrevista à jornalista Miriam Leitão – colunista de O GLOBO, TV Globo, GloboNews e Rádio CBN – para o programa Espaço Aberto Especial da GloboNews, o general Luiz Eduardo da Rocha Paiva, ex-comandante da Escola de Comando do Estado-Maior do Exército e secretário-geral do Exército, disse porque é contra a Comissão da Verdade:

**O GLOBO:** Por que o senhor é contra a Comissão da Verdade?

**GENERAL LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA:** Ela busca a reconciliação nacional depois de 30 anos, e não há mais coisa alguma que tenha ficado do regime militar. Se há alguma coisa a investigar, é só usar a Polícia Federal, e, com vontade política, a presidente tem autoridade para ir até onde ela quiser, respeitada a Lei de Anistia. A Comissão da Verdade não é imparcial. É maniqueísta. O objetivo é promover o esclarecimento de torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres. Por que não promover também o esclarecimento de atentados terroristas e sequestros de pessoas e aviões, e de execução e justicamento até de companheiros da luta armada?

**O GLOBO:** Quem era contra o regime foi punido, preso, torturado, exilado. O que o senhor acha desse argumento?

**ROCHA PAIVA:** Acho que não cola. Nem todos os assassinos, terroristas, sequestradores são conhecidos. Os que planejaram ou estiveram no apoio logístico e no financiamento, não são conhecidos. O ministro Ayres Britto, do STF, reconheceu, em parecer, à revelia da Lei da Anistia, o direito dos que se sentiram vítimas do regime militar de mover ações civis indenizatórias contra ex-agentes do Estado. No momento em que se abre esse precedente, quem for ouvido na Comissão da Verdade poderá estar produzindo provas contra si próprio. Os que sofreram com a luta armada também deveriam ter o mesmo direito.

Neste caso específico, conseguimos perceber que os conflitos atuais do mundo contemporâneo demandam outra forma de se lidar com as questões políticas. Não é mais possível fugir do debate e das repercussões que até hoje ecoam na esfera pública por conta de uma “abertura política” conduzida pelos componentes do regime militar nos idos de 1979. A lei e o aparato jurídico funcionam com e a partir do poder disciplinar e a questão do acesso aos documentos revela que os meios tradicionais são insuficientes para dar conta dos processos atuais, que transbordam, se espalham por toda parte.

Se lembrarmos da proposta de Tarde (1976) reconheceremos as composições sociais se efetuando no plano da imanência através de correntes de invenção e imitação, que por sua vez, se propagam em forma de ideias ou mesmo de ações, podendo se transformar num desejo coletivo, numa vontade coletiva que se exprima com tanta força que seja capaz de promover a mudança. Mais do que apenas uma oposição às teorias que percebem o mundo a partir de estratos e quadros sociais, Tarde oferece uma perspectiva de memória social ética, no sentido de que tudo se dá no âmbito dos processos vitais, da própria existência. Diferentemente da sociologia tradicional, que arruma artificialmente o campo social estabelecendo e pré-determinando situações, pressupondo contraposições e reduzindo as relações a meras diferenças entre objetos que já existiam, a microsociologia tardeana funciona a partir de outro registro: é uma luta de forças, são potências em conflito. E certamente a composição de forças não intenta fazer desaparecer uma ideia ou variação para que outra mais ajustada tome o seu lugar. Não há um imperativo pelo homogêneo nem a intenção de produzir um modelo correto; de outro modo, o que Tarde propõe é que as diferenças possam ir se diferenciando ao infinito e produzindo uma nova forma de existência. Em suma: é uma diferença que difere ambiciosamente ao infinito e distante da oposição, se afirma (TARDE, 1976).

Podemos perceber que existe uma mobilização de vários segmentos da sociedade impulsionando ações que ultrapassam as fronteiras institucionais e territoriais. É nesse espaço que a memória política se inscreve, trazendo à tona uma importante questão: a criação e a produção de memória não estão vinculadas apenas aos instrumentos de recuperação formais e institucionais. Falar de “resgate da memória” é considerá-la factual, circunscrita a um tempo de ocorrência e aos fatos em si. Também acreditamos que as famílias dos mortos e dos desaparecidos, que com toda razão clamam por justiça e solicitam a abertura dos documentos da ditadura, produzem, sem dúvida, um tipo de memória política, que independe do acesso à documentação. Longe do viés representacional – que se ancora muito mais nos dados e no que

é pré-determinado e institucionalizado – a memória política produzida nessa perspectiva ganha um contorno singular: é memória porque é a propagação de uma ideia, que numa composição de forças vai se alargando e transformando-se numa onda.

Tarde (1976) chamará sempre a nossa atenção para o fato de que a amplificação não pode ser confundida com o processo de homogeneização, já que a última opera na esfera dos fixos, dos estáveis, das identidades e similitudes; a amplificação, ao contrário, constitui-se a partir do movimento heterogêneo gerado pelo fervilhamento das diferenças, que se transformam sem cessar abrindo leques de feixes, percorrendo e ganhando vastidões cada vez maiores. A memória produzida nesta perspectiva não pode ser contida, aprisionada ou estar condicionada apenas a representar um recorte temporal da história, decalcado e fixado como registro. A qualidade de sua propagação é proporcional ao quanta de força envolvido na expressão dos conflitos. O aplainamento das diferenças – tão usado nas práticas arquivísticas – funciona como uma espécie de mumificação da memória: é o estado da morte que se conserva.

Entendemos então que vincular a produção de memória principalmente ao que se encontra nos arquivos é submetê-la a mesma lógica usada para fazer desaparecer os documentos, ou seja, é reduzir um acontecimento político complexo a um registro contido em suportes físicos, que podem ou não ser acessados. Porém não é isso que vem acontecendo. O clamor popular pela abertura dos arquivos é apenas uma parte – certamente legítima e importantíssima – do movimento pelo direito à memória. Contudo, a inacessibilidade com que já convivemos há tanto tempo nunca foi impeditiva para que a memória emergisse por outros caminhos, rompesse em fluxos pelas fendas existentes.

É preciso ainda que reconheçamos que os documentos oficiais da época têm a peculiaridade de terem sido produzidos a partir de uma ótica do poder dominante em ato; as informações das forças repressoras da época expressam a tendência que vingou e, por isso, se caracterizam principalmente por serem a representação da memória oficial. Certamente que seus conteúdos podem revelar as táticas utilizadas, o registro e o paradeiro de pessoas, dados contundentes e preciosos na montagem do panorama político. No entanto, queremos chamar atenção para o fato de que os registros documentais produzidos pelos militares se configuram como a representação de um poder transcendente, traduzindo um princípio subjetivo de subordinação de forças: dominantes e dominados. Os documentos da ditadura ainda existentes

– e pelos quais empreendemos grande esforço pela sua necessária, ampla e irrestrita divulgação pública – devem ser compreendidos como importante fonte de consulta, sem perdermos de vista que são documentos produzidos sob determinadas condições, registros selecionados que são a voz e a alma do regime, seu *modus operandi*.

De acordo com esta perspectiva, a memória política produzida com e a partir destas premissas se conflita com as memórias produzidas de outra maneira, fruto dos afetos e das forças sociais. O direito de acesso aos documentos nos tem sido negado reiteradas vezes, mas o direito a criar memória nos é inalienável – não há contrato, ato institucional ou desvio legal que nos prive disso. Somos nós que a produzimos e, certamente, não existe uma forma totalmente eficaz de contenção e desaparecimento pleno. Essa fórmula já foi utilizada diversas vezes por regimes totalitários sem sucesso absoluto. Há sempre algo que resiste e se propaga.

Isso nos remete ao sentido que Foucault (1997) propõe de uma resistência por afirmação. Se num primeiro momento a produção de uma contra-memória apenas consegue denunciar os estados de dominação aos quais somos submetidos, a partir das práticas existentes nas instituições, num segundo momento o que irá aparecer é a resistência por afirmação, fruto das práticas da relação a si. A relação a si produz um tipo de memória que é afirmação das diferenças e ao se repetirem e se diferirem por todo o tempo e ao infinito, se propagam, fundando uma espécie de política da resistência. Aqui, ao combinarmos os aspectos da resistência foucaultiana e a processualidade da memória a partir da perspectiva de Tarde (1976), observaremos que o uso da violência, do silenciamento, do desaparecimento de pessoas e outras formas de abuso foram perpetradas pelas forças dominantes, mas nunca impediram totalmente que a memória se estabelecesse enquanto acontecimento político.

Essa é a força do acontecimento que tem uma distensão, é a linha de fuga que perpassa a instância do molar e do molecular, que se propaga, expressão da potência da multidão. Como Deleuze (2006b; 2007) apontou, o acontecimento traz em si uma intensidade, que segue em dois sentidos ao mesmo tempo, atravessando sinuosamente o campo social – percebido como plano de imanência – e corroendo as estratificações e as identidades individuais, mas oferecendo-lhe simultaneamente uma identidade infinita porque despreendida dos valores fixos, que forjam pontos de reconhecimento estável. Os pontos estáveis operam na instância do molar – as identidades, representações sociais e os quadros sociais – e são garantidos por um nome, um saber, um substantivo, um estrato, um adjetivo e até mesmo as



rupturas, que são os cortes temporais de caráter didático, são tornados elementos apreensíveis e reconhecíveis que conservam as constantes. O que o acontecimento propaga é o puro devir. Como aqui estamos pensando em termos de acervos e documentos, a proposta é entendê-los não apenas como a prateleira correta ou como um registro sonoro ou textual de um tempo espacializado, recortado e findo – uma memória adaptada. O que queremos enxergar é a sua dimensão selvagem, sua temporalidade, suas virtualidades. No encontro do pesquisador com o documento o que se percebe é uma luta, um estranhamento, um tipo específico de barbárie, uma capacidade de incitar um ao outro produzindo um tipo de molecularização, de ação no campo material – uma micropolítica (DELEUZE, 2007). É o acontecimento que produz memória.

Essa memória é o efeito da micropolítica, são pequenas variações e invenções que sobrevivem a processos diversos – que variam da destruição ao apagamento, da perda acidental à corrosão do tempo –, mas onde a força da vida se impõe, alterando rotas e corroendo fortes estruturas sem simplesmente derrubá-las ou substituí-las. A memória sobre a qual falamos tem a qualidade única de não se ater aos fixos e aos estáveis e nem de funcionar apenas a partir de uma natureza anímica, mas antes de tudo constitui-se enquanto tal por operar justamente em ambos os segmentos, deslizando e criando um efeito de superfície, se expressando no plano da imanência. É uma memória dos atravessamentos – política em ato.

Partindo dessa perspectiva, veremos a seguir como são forjadas as políticas institucionais baseadas na proteção aos documentos e como o modelo de Estado influi tanto na construção arquitetônica dos arquivos quanto no tipo de tratamento, qualificação e nível de acessibilidade dos documentos.

#### ***4.2.1 Políticas institucionais e dimensões da memória***

O seminário *Arquivos da ditadura e democracia: a questão do acesso*<sup>48</sup>, que aconteceu entre 11 e 13 de maio de 2010, no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, teve como principal objetivo discutir a normatização das políticas de acesso aos documentos do regime militar sob a guarda de instituições públicas e privadas, constituindo-se em um fórum

---

<sup>48</sup> Os vídeos de todas as palestras e comunicações estão disponíveis em: <http://zequinhabarreto.org.br/?p=15503>. Acesso em: 12 fev. 2012

privilegiado para a transferência de informações e o incentivo à padronização dos procedimentos adotados pelas entidades custodiadoras. Contou com a participação de gestores de acervos públicos e privados, de pesquisadores do Brasil e do exterior e ainda de advogados e de funcionários da administração pública atuando na área de Direitos Humanos; todos eles prestaram esclarecimentos sobre suas práticas e sugeriram formas mais participativas de gestão a atuação da esfera pública. Em abril de 2011, quase um ano depois do seminário e apenas alguns meses antes da sanção das duas leis que criariam a Comissão da Verdade e regulamentariam o acesso à informação, o ex-ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, em entrevista ao *Jornal do Comércio*<sup>49</sup>, afirmava que já haviam sido desclassificados – como secretos, ultrassecretos, sigilosos, reservados e outros termos congêneres da classificação arquivística – em torno de 8 milhões de documentos, estando estes, inclusive, com acesso público garantido. O ex-ministro disse ainda que já havia visitado países como Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e África do Sul e que nenhum deles abria tantos documentos quanto o Brasil. Contudo, Vannuchi afirmou que a maior parte desses milhões de páginas é de arquivos civis; havia também arquivos militares, mas acreditava-se que a maior parte deste último grupo havia sido destruída (JORNAL DO COMÉRCIO, 2011).

O Ministério da Justiça, através da portaria nº 417, de 05 de abril de 2011, regulamentou o procedimento de acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos e entidades integrantes, direta ou indiretamente, do extinto Serviço Nacional de Informações e Contrainformação - SISNI<sup>50</sup>, relacionados ao regime militar que vigorou entre os anos de 1964 e 1985, que estejam sob a guarda do Arquivo Nacional. Mas a pergunta é: e os documentos produzidos pelo regime que não integram os conjuntos dos órgãos regidos pela portaria? Não há menção aos documentos de outros órgãos que já estejam no Arquivo Nacional. Há, sem dúvida, excessos burocráticos que dificultam ao máximo o acesso aos documentos. Os pesquisadores se deparam também com alguns exageros presentes nos requerimentos do Arquivo Nacional, como, por exemplo, a necessidade do solicitante assinalar no pedido que está ciente de que pode ser processado, etc. caso alguém se sinta exposto. A questão não é apenas sobre a responsabilidade do pesquisador, mas o prévio juízo sobre o “mau uso” da documentação, mesmo que só estejamos consultando e sabendo que,

---

<sup>49</sup> *Grosso dos arquivos da ditadura foi destruído, diz Vannuchi*. *Jornal do Comércio*, 11.04.2011. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=59315>. Acesso em: 12 fev. 2012.

<sup>50</sup> O nome correto do órgão é Serviço Nacional de Informações (SNI), que continha um departamento chamado Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI) e é possível que o redator da portaria tenha se confundido na nomeação dos órgãos.

para qualquer tipo de reprodução e/ou publicação, seriam necessários outros trâmites, autorizações e procedimentos legais adicionais. Parece que, mesmo à primeira vista, somos todos suspeitos. Com certeza a questão da privacidade e da ofensa à honra é uma preocupação legítima; por isso, com a portaria citada, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tentou resolver a celeuma criada pelo Arquivo Nacional, que vinha proibindo a consulta a documentos que contivessem até (e apenas) o nome de uma pessoa. Se fôssemos, por exemplo, fazer uma pesquisa sobre Golbery, não teríamos acesso à sua documentação; poderíamos apenas fazer consultas “temáticas”. A recusa do acesso se faz em nome da privacidade. José Eduardo Cardozo fez autorizar o acesso à documentação com tarja sobre os nomes. Melhor essa decisão do que a restrição total, mas ainda assim, caracteriza-se como uma exorbitância (FICO, 2011).

A Lei de Acesso à Informação, que deverá entrar em vigor em 18 de maio de 2012 prevê a transparência de toda documentação pública e já tem gerado controvérsias dentro da própria administração pública: seja porque a maioria dos órgãos não se encontra aparelhado em termos tecnológicos, seja porque há dúvidas ainda sobre o “que deve ou não” ser público. Parece-nos que, embora a lei seja clara, o seu cumprimento efetivo ainda vai ser objeto de discussões na esfera pública. Para o historiador e professor da UFRJ Carlos Fico, o envio – cumprido o prazo da lei que esteja em vigor – de documentos públicos ao Arquivo Nacional deveria ser “rotina da administração pública regulamentada por normas claras, livre das idiossincrasias dos governantes do momento”<sup>51</sup>. No entanto, Fico – que coordena um grupo de estudos sobre a Ditadura Militar na UFRJ – também chama a atenção para a questão de que a maior parte do material que foi enviada para o Arquivo Nacional compõe-se de pastas do Serviço Nacional de Informações (SNI), processos de cassação com base no AI-5 que foram ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e inquéritos contra supostos corruptos abertos pela Controladoria Geral de Informações (CGI). Vejamos o que ele diz:

Os dossiês e processos contra pessoas específicas costumam chamar a atenção dos próprios envolvidos e, por vezes, trazem curiosidades, como acusações absurdas e outros desacertos da comunidade de segurança e informações. Também é possível encontrar-se, no meio de uma dessas pastas, papéis mais informativos abordando questões mais gerais. Mas é certo que o alcance histórico de fontes desse tipo é menor. Por exemplo, um estudo feito pela secretaria-geral do CSN sobre a implantação do Sistema CODI-DOI traria informações muito mais significativas do que as

---

<sup>51</sup> FICO, Carlos. *Documentos secretos*. Rio de Janeiro: UFRJ. s/d. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Documentos%20secretos.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2012

presumíveis acusações levianas presentes nos inquiridos que resultaram na cassação do mandato de um parlamentar. No caso da CGI, será curioso verificarmos o que há de novo na documentação porque parte do acervo da Comissão já é conhecido. No que se refere ao SNI, talvez esteja em jogo apenas a transferência da responsabilidade pela emissão das certidões que a ABIN fazia (que passaria ao Arquivo Nacional). Ademais, convém não esquecer que o acesso aos dossiês envolvendo pessoas depende da autorização expressa das próprias ou seus descendentes. Caso essa informação se confirme, ficará evidente que os acervos foram saneados, isto é, foram retirados os estudos, relatórios, planos etc. e mantidos apenas os dossiês (FICO, s/d).

Fico foi mais além e criticou fortemente a decisão do governo – na pessoa da então Ministra da Casa Civil Dilma Rousseff – de transferir à população a responsabilidade da localização dos arquivos militares e do comunicado e envio para um acervo público do material encontrado. Com a sua longa experiência de pesquisador da área, Carlos Fico ressaltou que uma das principais características dos arquivos sigilosos era o seu modo de difusão. Por isso, é possível encontrar documentos originários de um estado ou cidade em outro e de uma esfera superior em um acervo público de menor importância. Ou seja, fazia parte da estratégia do regime “espalhar” os documentos produzindo várias cópias e distribuindo-as, tornando, desse modo, quase impossível que todas elas – e de todos os lugares – pudessem ser liquidadas. Diz Fico:

Os documentos da ditadura militar estão espalhados por inúmeros acervos e alguns já são públicos, como os das polícias políticas estaduais (que estão nos arquivos públicos estaduais) e os da repartição do SNI que funcionava no Ministério da Justiça (sob a guarda do Arquivo Nacional). Uma das características principais dos documentos sigilosos da ditadura era sua difusão. Os diversos órgãos de informações e de segurança do período trocavam informações e análises entre si. É corriqueiro encontrar-se documentos do CIE, por exemplo, nos acervos dos DOPS estaduais. Do mesmo modo, documentos do SNI eram enviados a todas as repartições do órgão nos diversos ministérios civis. Em função disso, é tecnicamente infundada qualquer afirmação sobre a completa eliminação de documentos relativos, por exemplo, à decisão militar de aniquilar os guerrilheiros do Araguaia. Ficamos, agora, na dependência da vontade das autoridades para que tenhamos, algum dia, todo o acervo de documentos secretos da ditadura no Arquivo Nacional (FICO, s/d).

Como vemos, a polêmica parece ainda longe de terminar. E os efeitos dos acontecimentos políticos continuam se propagando, reverberando em todas as esferas da sociedade. O campo é bastante complexo e profícuo para suscitar muitos tipos de discussão mas, sem dúvida o que nos mobiliza é perceber a extensão e a distensão de um evento político dessa natureza. Longe de encerrar-se em si mesmo, como fato histórico que teve um registro documental, a própria ausência ou perda da pista produz uma reverberação que ainda

podemos ouvir. Leva-nos a pensar também nos tipos de diretrizes políticas que temos na criação e manutenção de um acervo e na responsabilidade em dar acesso aos materiais disponíveis já tratados, sem discriminação de pessoa ou uso – principalmente no caso dos acervos públicos e dos documentos que já foram desclassificados. Há de existir um compromisso ético, por parte dos gestores de acervos públicos (e também privados) em atender às demandas, às solicitações dos pesquisadores. Como disse Carlos Fico, durante o seminário no Arquivo Nacional, não são os gestores de acervos públicos que devem arvorar-se em julgar um pedido de pesquisa em função do demandante – se for de jornalista o tratamento é um, se for de um pesquisador “renomado” o tratamento é outro. De fato, existem acervos públicos no Rio de Janeiro que “analisam” o pedido e dão respostas diferentes de acordo com o demandante. Paulo Knauss, historiador e diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), durante o mesmo seminário no Arquivo Nacional sobre os documentos da ditadura, confirmou que há mesmo uma espécie de “triagem” em relação aos pedidos de acesso ao material do DOPS. Nesta instituição, é necessário que o pesquisador se cadastre, formalize o pedido e aguarde a avaliação da equipe acerca da sua demanda. E, segundo o próprio Knauss, há um certo receio por parte dos membros de sua equipe de que sejam “processados” por perseguidos políticos ou por seus familiares pelo “mau uso” que, porventura, pesquisadores possam fazer do material pesquisado. Embora confirmando que o tipo de acesso dado aos pesquisadores esteja embasado por lei, respeitando os procedimentos em vigor, foi possível perceber, durante o seminário, que algum tipo de discriminação existe no processo de triagem, pois foi dito que “não se podia permitir que jornalistas em busca de escândalos tivessem acesso a determinados materiais”<sup>52</sup>.

Fico voltou a falar no assunto para a Revista *Época*, em 03 de novembro de 2010, reafirmando o que já denunciara no seminário em maio do mesmo ano, logo depois de pedir exoneração do cargo que ocupava no projeto *Memórias Reveladas*: que, em alguns arquivos, há uma prática discriminatória, pois o argumento é o de que jornalistas tendem a fazer “mau uso” dos documentos, publicando matérias escandalosas e de grande repercussão midiática. Disse ele: “Se está no arquivo, é para todo mundo ter acesso a essa informação, independentemente de qual seja o propósito, o objetivo. Não é o arquivo que tem de julgar se vou fazer um uso “mais sério”, “menos sério”, acadêmico, jornalístico” (ÉPOCA, 2010).

---

<sup>52</sup> Participei do seminário como ouvinte e gestora de arquivo privado e fiz anotações sobre questões que me interessavam, portanto, algumas falas reproduzidas na tese, foram ouvidas por mim durante as palestras.

O que é necessário ressaltar é que um pesquisador pode ser responsabilizado civil e criminalmente por uso indevido de um material e, por isso, ao acessarmos documentos em arquivos e copiá-los (se houver esta possibilidade), costumamos assinar termos de responsabilidade e havendo um compromisso legal de respeito aos usos – ao menos em São Paulo e no Paraná funciona desse modo, como tivemos a oportunidade de ver no seminário. Nossa posição, contudo, é a de que a censura prévia ao que “pode ou não pode” ou “de quem pode ou não pode” acessar e obter documentos é equivocada. Mais recentemente, em um blog que mantém na internet, o *Brasil Recente*<sup>53</sup>, Carlos Fico reiterou sua opinião relativa à questão dos usos dos documentos e do receio infundado da equipe do APERJ em serem processados devido à possíveis publicações de imagens que firam à integridade pessoal ou privacidade dos retratados. Em sua opinião, basta que o governo do estado do Rio de Janeiro crie uma lei específica para o caso, como já existe em outros estados do Brasil, e que proteja as partes envolvidas: pesquisadores e pesquisados e gestores de acervos.

Segundo Maurício Lissovsky (2004), os arquivos vêm se ancorando durante séculos em propostas e diretrizes que combinam quatro dimensões: a historiográfica, a republicana, a cartorial e a cultural. Sua proposta é para que pensemos que os arquivos numa outra dimensão, a poética, e por este motivo nos ateremos a comentar brevemente as demais. Partindo do primeiro artigo da lei 8.159, que diz: “é dever do Estado a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”, o autor pergunta: “Proteger de quem? Proteger de quê?” (LISSOVSKY, 2004, p.48)

A dimensão historiográfica “protege” os documentos de arquivo da corrosão do tempo, não admitindo o destino para o qual nascem todas as coisas: a ruína. Em grande medida, os arquivos derivam do projeto iluminista, tendo como figura arquitetônica o neoclassicismo, que representa a ressurreição heróica do passado na edificação de uma sociedade sem ruínas. Afirma Lissovsky (idem): “Estamos hoje de tal modo “desligados” da origem iluminista da disciplina que perdemos de vista a sensibilidade estética em que ela se conformou.” A dimensão republicana procura proteger os documentos de arquivo da apropriação privada daquilo que por direito é público. No entanto, o autor alerta para o fato de

---

<sup>53</sup> O blog *Brasil Recente* do historiador Carlos Fico é dedicado a acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais que tiveram lugar no Brasil a partir do golpe militar de 1964. Neste espaço, você encontrará documentos históricos, pesquisas acadêmicas, artigos, referências bibliográficas, vídeos e, claro, textos exclusivos, atualizados semanalmente e que discutem a formação do Brasil nas últimas cinco décadas. Disponível em: <http://www.brasilrecente.com> Acesso em: 11 fev. 2012

que a delimitação entre público e privado, já prevê disputa entre os atores. Diz Lissovsky (2004, p. 50): “Quando aquilo do qual a sociedade deve proteger-se é o administrador público que *mãe-joaniza* “sua” repartição, autarquia ou ministério, os limites parecem razoavelmente claros.” A crescente publicização democrática da documentação produzida e acumulada pelo Estado fez emergir a delimitação legal das partes reservadas da administração pública, que outrora se constituíam por assuntos ligados às práticas diplomáticas e de guerra e atualmente versam sobre assuntos econômicos e financeiros. Existe aquilo que é público por natureza – produzido e acumulado na esfera do Estado – e aquilo que é de interesse público. No entanto, se as próprias delimitações têm variado em função do que o Estado classifica como mais ou menos público, é possível também avaliar o grau de variação do interesse público, a julgar pelos que mais comumente o representam como pesquisadores e jornalistas. Desse modo, há certa dificuldade em responder à pergunta: “Proteger de quem?”, pois é preciso proteger o público da voracidade do privado e o privado dos avanços do público. Já que as demarcações dos campos não são fixas ou permanentes, sendo elas mesmas objeto de disputa no campo social e a partir das quais o próprio campo se define, podemos admitir que “proteger” se torna mais um modo de atuar no jogo de forças que impõe o limite entre os campos e as normas de ultrapassamento e engendramento mútuo. Diz Lissovsky (2004, p. 53): “A fluidez e a velocidade desses embates nunca poderão ser inteiramente subsumidas pela lei. O melhor que se pode desejar aqui é que a luta seja justa. Nas tensões entre o público e o privado, entre o cidadão e o Estado, o arquivo assume a sua segunda dimensão: a republicana”.

A dimensão cartorial, talvez a mais antiga e objetiva de todas, é a que nos “protege” da mentira, da fraude e da falsificação – ela produz e registra a verdade. Os regimes de produção do verdadeiro se utilizam de marcas identitárias, pelas quais possamos identificar a veracidade e autenticidade dos fatos: assinatura, cifra, número e senha. Neste regime soberano – pois é de soberania que tratamos aqui – todo mundo é Um único e inimitável, empenhado em defender sua própria identidade de usurpadores, estelionatários, imitadores sem escrúpulos e ladrões. Nesse caso específico, sob a insígnia da assinatura, o domínio é estritamente privado. Aponta Lissovsky (2004, p.55): “As soberanias se superpõem e subsumem umas às outras em função de sua extensão relativa. Eventualmente, o próprio espaço “público”, como soberania do Estado, emerge aí como efeito de uma soberania extensamente absoluta”.

A dimensão cultural é a que nos “protege” do esquecimento. Acostumamo-nos a pensar nas instituições-memória como o “medicamento” mais adequado contra o

esquecimento. Também nos conformamos com uma suposta naturalidade desse esquecimento. Durante o percurso de transição entre o que entendemos por sociedades tradicionais até as modernas, houve um deslocamento do passado para o passado, ou seja, houve uma cisão entre o passado e a “experiência”. O tempo que avança – e substitui o ciclo pela seta – também vai deixando tudo mais homogêneo e mais pacificado. Esse fenômeno, na atualidade, toma uma forma similar, mas em relação ao futuro, tornando-o quase indiscernível do presente, pois a aceleração do tempo, advinda com as inovações tecnológicas, tem alterado paulatinamente a relação que se estabelecera desde a modernidade. Ao longo do século XIX, no forjamento do modelo de instituições-memória houve um processo de exteriorização das memórias coletivas: vide os projetos de museu, bibliotecas, institutos patrimonialistas e afins. No entanto, fala-se muito pouco que esse processo de exteriorização da memória é fundamentalmente um processo de espacialização, ou seja, de destemporalização dos acontecimentos, arrancando seu movimento distensivo e sua potência, tornando o homem moderno um “esquecido” por definição, justificando o monumentalismo-documentalista ao qual temos nos apegado como tábua de salvação. As instituições-memória nos lembram que esquecer é um problema para o qual existe solução: a devoção ao documento e ao registro histórico. Dessa forma, afirma Lissovsky (2004, p. 58):

(...) a função compensatória de instituições como museus, por exemplo, tão bem descrita por Andreas Huyssen, teria sido calcada em um movimento ainda mais profundo de naturalização do esquecimento, sem o qual não seria possível pacificar o passado, evitando que o seu eventual retorno selvagem viesse a perturbar a marcha do progresso. O passado pode então tornar-se objeto de um respeito especial, podendo ser cultuado. Mas esta “religião do passado”, tão característica do final do século XIX, observada agora de uma certa distância, soa como lamento formal (e, eventualmente, hipócrita) das carpideiras diante de ídolos que perderam sua potência. O caráter devocional do arquivo vai conferir uma aura especial aos cultores eruditos do passado, encobrando assim o processo que permitiu fundar essas instituições: a naturalização do esquecimento. Graças a este processo, o historiador profissional, como um domador de circo, pode ensinar ao passado pacificado alguns truques; e conquistar assim a atenção de uma audiência mais ou menos culta para o espetáculo mais ou menos monótono da narrativa histórica.

Muitos pensadores na passagem do século XIX para o XX se ocuparam de demonstrar o caráter conflituoso da memória – como Walter Benjamin, Proust, Freud, Bergson e Nietzsche, que são as referências clássicas – e também o tipo de jogo dinâmico travado com o esquecimento. As obras destes autores refletem os processos de transformação social de uma época, ancoradas em suas próprias experiências diante dos acontecimentos. Certamente suas abordagens são distintas no que se refere às dinâmicas do lembrar-esquecer.



Cabe-nos chamar atenção para a acepção de Nietzsche, que além de ter percebido a memória se engendrando no seio do social, sendo chamada por ele eminentemente de memória social, em sua obra *Genealogia da Moral* (1887), também considerou que o esquecimento é uma atividade que demanda esforço e energias vitais em seu cumprimento. Benjamin, que criticou Hegel por ter tomado o Estado como o mediador apropriado da narrativa histórica, fazendo a equação entre ideia e paixões humanas, colocando o arquivo a seu serviço, e produzindo, primordialmente, a história política dos Estados. Nessa perspectiva, alerta Lissovsky (2004, p.60): “E nem que o arquivo tenha sido colocado a seu serviço e a serviço da intriga, da metábole (mudança de sorte), e de outras piruetas que o historiador vai representar com os “acontecimentos” e os “quase-acontecimentos” que dispõe para contar sua história.”<sup>54</sup>

Para Lissovsky a dimensão poética do arquivo não se estabelece a partir do viés contrastante e opositivo da narrativa histórica de cunho quimérico e romanesco. Esta dimensão poética não se funda num antagonismo entre memória e esquecimento, mas antes se reencontra com sua extensão agreste, selvagem, como “a reserva poética constituída pelo esquecimento.” (2004, p. 60). Desse modo, quando os acontecimentos ganham apenas o simples recorte temporal do registro histórico, mais de acordo com as normas institucionais, que os tornam mais facilmente reconhecíveis, classificáveis e estáveis, eles tendem, por outro lado, a perder sua potência, já que nesse modelo destemporalizante e espacializante são apartados de sua processualidade, de sua dimensão poética. Os arquivos que provêm de um modelo mais centrado no narrativismo histórico retiram dos documentos sua distensão temporal, que é indissociável de seu encravamento na experiência, ao tentar alinhá-los justapostamente, pacificando-os, homogeneizando-os e tornando-os representantes de uma verdade. As outras dimensões do arquivo têm por função aplainar a heterogeneidade que a dimensão poética insiste em manifestar e trazer à tona: a de que só existe multiplicidade e diferença, e que estas, vêm antes das similitudes, identidades e estabilidades. Tarde (1976) apostava no princípio da diferença como primeiro, contrariando as correntes sociológicas dominantes. Como sua teoria social não se projeta sobre um modelo transcendente, que toma os acontecimentos do mundo como preexistentes à ação, subordinando-os a uma divisão sujeito-objeto, nos permite compreender que tudo o que existe, todas as coisas são repetições de uma diferença que tende ao infinito e que todos os acontecimentos têm uma reverberação contínua.

---

<sup>54</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo1. Campinas, Papirus,1994.

Sem dúvida, que ao tomarmos um arquivo e um documento em sua dimensão poética e reverberativa, podemos enxergar não apenas uma mudança de orientação no que se refere ao âmbito cultural e acadêmico – já que aqui tratamos de material de acervo e de suas repercussões no campo social – mas de uma nova perspectiva sobre a política, melhor dizendo: sobre a micropolítica. Segundo Deleuze e Guattari (2007) ao pensarmos em ações micropolíticas estamos desenhando uma cartografia dos fluxos de crença e desejo que atuam no campo social, sem desconsiderar a existência dos segmentos duros, da macropolítica. O que existe é um atravessamento mútuo de ambas as expressões de segmentaridade dura e flexível e estas são, na mesma medida, constitutivas do processo. Não há, nesse caso, a substituição de uma coisa por outra; existe a coexistência dos modos molar/molecular, duro/flexível e multiplicidades processuais.

Não defendemos aqui simplesmente o extermínio das estratificações presentes nas instituições e das práticas arquivísticas: trata-se mais de problematizar a imposição de uma determinada corrente como o único caminho possível, posto que a realidade na qual estamos imersos é produzida no espaço do múltiplo que comporta tanto interferências extensivas (molares) como intensivas (moleculares) que se engendram em um mesmo movimento. Dessa maneira, não cabe pensarmos nas diferentes práticas arquivísticas como opostas, boas ou más, úteis ou inúteis e apartadas das relações que as constituem, já que ambas se atravessam e sofrem ações distintas de um tipo pelo outro. É somente nas relações e nos processos que as constituem que podemos avaliar os movimentos que elas promovem ou suprimem. Gestores de acervos, pesquisadores, cidadãos, instituições são apenas classificações da ordem estrutural, do universo molar. A experiência em si e as processualidades é que engendram os acontecimentos, as dinâmicas trocas e conflitos do campo social é que criam memória, uma memória que não é escrava de nenhum Estado soberano e que não se produz apenas a partir do que é selecionado como registro incontestável da verdade e como fonte oficial e acessível.

Todo o nosso esforço nesta pesquisa tem o intuito de valorizar o tipo de memória – enquanto acontecimento político – que pode ser produzida sem os anteparos considerados habituais, ou melhor, que pode ser produzida a partir dos graus de virtualidade existentes nos documentos. Todo acervo e todo documento têm uma dimensão poética que é recorrentemente abafada pelos modelos formais e narrativos. Ao considerarmos a dimensão poética de um acervo e de um documento, estamos atualizando no plano social o caráter experiencial da pesquisa, fundado na relação que se estabelece entre o objeto e seu pesquisador, deixando emergir através de uma cartografia o exercício micropolítico.

Se pudermos compreender que o documento possui virtualidades que podem ser atualizadas e de que o encontro entre essas forças produz um tipo de subjetividade diferente, que não se submete ao que é imposto, já estaremos percebendo o mundo como o campo onde manifestamos nossas escolhas. Somos atravessados por diversas instâncias – e, entre elas, forças de repressão e políticas de dominação –, mas não somos apenas (e inescapavelmente) subordinados a elas; juntamente com isso também conseguimos estabelecer um *modus vivendi* que é uma ação, produzindo um tipo de subjetividade diferente das que nos são impostas sem que nos demos conta. Para Foucault (1997) a produção de subjetividade criada a partir dos atritos e dos jogos de força possibilita-nos escapar das imposições perpetradas por regimes totalitários, instituições e estratos que de tal modo aplainam os conflitos para que tudo pareça mais homogêneo e harmonioso; as práticas da relação a si tomam as relações de conflito como constitutivas do processo. As diferenças não são tornadas idênticas, compatíveis, mas antes são percebidas como a fundação do político.

Reforçamos mais uma vez o quanto consideramos importante que os documentos – sejam eles quais forem – estejam disponíveis para serem acessados por qualquer cidadão que os queira, sem distinção de nível educacional, profissão ou qualquer outra classificação social ou biológica. Os documentos têm de estar acessíveis em cumprimento à lei e a recusa, a triagem ou o impedimento é que devem causar estranheza. E nos perguntamos: por que há dificuldade no cumprimento da lei nessa questão? Por que apenas a lei não basta? Segundo Deleuze (2007) o Estado, enquanto forma ou modelo operacional, se constitui como capturador dos estados de efervescência do campo social. Ao capturar o movimento também o codifica e o arruma nos estratos demarcados, numa espécie de modelização de ações. Para cada modelo há regras e normas a serem seguidas, ou seja, existem derivações dos estados de coisas que acontecem no mundo, que são capturadas por esses procedimentos de estratificação social.

Talvez se pensarmos que a lei é o resultado de uma captura, de algo que se inscreve na instância do molar e que é resultado de um tipo de memória longa, institucional, conseguiremos perceber de onde pode estar partindo a recusa ou a dificuldade da acessibilidade: há um limite bem demarcado nas instituições e hierarquias distintivas; existe, sem dúvida, dentro dos acervos públicos um esforço louvável em matéria de classificação dos espaços, dos assuntos, das origens e dos destinos. A estratificação, a compartimentação, a catalogação, o controle e o registro são atividades fundantes da arquivística e é compreensível quando estas práticas ultrapassam a esfera restrita da atividade burocrática. Há uma

valorização legítima das regras e do controle sobre o acervo. Naturalmente, as classificações arquivísticas são instrumentos utilitários que facilitam a resposta às nossas demandas, sendo extremamente úteis e profundamente necessários. De certo modo, não há pesquisa tão eficaz sem classificação arquivística. Não negamos a importância do registro nem o cuidado com o acervo, apenas sugerimos aqui que possamos olhar para as práticas arquivísticas e para os documentos de uma maneira diferente. Um acervo não precisa comportar apenas objetos classificados e classificáveis, podendo ser um espaço que abrigue até o inclassificável. O mesmo se dá na esfera específica do documento: mesmo que este pertença a um acervo formal, tendo sido tratado da maneira habitual e esteja servindo ao propósito para o qual foi concebido inicialmente, nunca perderá sua aura e sua dimensão poética. As virtualidades do documento não param de existir apenas em função de seu tratamento ou de sua forma de armazenamento e nível de acessibilidade, já que suas potencialidades virtuais se atualizam a partir das relações que nós, pesquisadores, mantemos com esses objetos. Melhor dizendo: daquilo que surge como uma questão de pesquisa com e a partir do objeto, num engendramento mútuo. Pesquisador e objeto são potências advindas de uma mesma natureza e, por isso, apenas se encontram, não havendo uma supremacia de um sobre outro: ambos só existem a partir da relação.

Acervos que abrigam materiais fora dos padrões ou até mesmo um pouco distantes do seu foco principal tornam-se mais ricos em função da diversidade no sentido mais literal: acolhem a diferença. O viés identitário é ainda predominante, principalmente em virtude dos preceitos que fundam as instituições arquivísticas públicas brasileiras, derivadas em sua maioria, do modelo monumental-documental francês. Certamente a escassez de investimentos ou de recursos humanos tende a diminuir consideravelmente a vontade e a simpatia pelo acolhimento de materiais fora da zona de convergência temática dos acervos. Conseguir financiamento e pagar os custos de um projeto permanentemente ainda é uma realidade distante. Talvez quanto mais fácil se torne manter um acervo tradicional, maiores chances existem de que os novos modos de gestão (e de formas de pesquisa) comecem a romper o bloqueio. É possível também que a partir de pequenas mudanças advindas dos movimentos sociais contemporâneos, as práticas que começam a acontecer – algumas até já amparadas pela lei – promovam algum grau de mudança, uma maior flexibilização. Chamamos atenção, entretanto, para o fato de que a modificação que ocorre no nível molar, no nível das instituições e dos grandes conjuntos representativos são apenas resultantes da molecularização, que incita o repetir diferente de uma ideia – uma micropolítica. Tarde (1976)

e Deleuze (2007) apontam para o movimento da mudança como sendo sempre processual. A processualidade carrega em si todos os movimentos sinuosos e conflituosos, que são o esteio do acontecimento. A lei já é o produto final de uma invenção-imitação que repercute no campo social e percorre segmentos diversos, tendo sido capturada e se estabilizando na instância do representativo.

#### ***4.2.2 Políticas documentais e memória social***

Quando falamos de políticas de acervos, incluímos aí todo tipo de regras relativas à guarda, aos usos documentais, aos tipos de suporte materiais existentes e às técnicas e tecnologias utilizadas no departamento – a política documental é um conjunto de documentos físicos, regras e tecnologias que visam à preservação e ao acesso do patrimônio em questão. A maior parte dos acervos públicos é composta por vários tipos de suporte documental: texto, imagem, áudio. E cada um desses tipos pode ser subdividido em categorias compostas por vários subtipos. Hoje tornou-se comum que os acervos mantenham uma constante atualização tecnológica, envolvendo não só o uso de sistemas operacionais capazes de organizarem a informação – e de torná-la facilmente acessível do ponto de vista da eficácia da pesquisa – como também no que se refere à digitalização sistemática dos materiais, garantindo, em muitos casos, uma maior durabilidade e consistência dos materiais. Há divergências, como existem em todas as áreas do conhecimento, mas de modo geral os acervos tomam basicamente as mesmas providências em relação aos aparatos técnicos e usos tecnológicos para a preservação, catalogação e disseminação do material arquivístico. Embora haja sempre discussões no âmbito da técnica, este não parece ser o pior dos problemas envolvendo os acervos. Naturalmente guardadas as proporções relativas ao volume de verbas destinado a este ou aquele acervo, o grau de investimento técnico fará diferença em termos de recuperação, manutenção, acessibilidade e uso de recursos na capacitação técnica dos recursos humanos.

Muitos de nós sabemos das dificuldades em manter um determinado projeto cultural que dependa de verba pública e da burocracia institucional. Isso não é novo e nem está restrito à área dos acervos documentais. Entretanto, quando se ultrapassa esta barreira financeira e logística é que se dá o verdadeiro emperramento: a questão do acesso público. É preciso alertar que não estamos levando em consideração a questão dos acervos privados, que não precisam ser obedientes às mesmas regras de publicização de seus documentos. À guisa de esclarecimento, tomemos como exemplo, o acervo do Cedope, que é eminentemente

composto por áudio. Toda a produção de conteúdo do Sistema Globo de Rádio, que tem quatro emissoras próprias e mais de 65 afiliadas veiculando diariamente 24 horas de programação, só precisa manter as gravações para consulta por apenas 60 dias. O que se faz com o conteúdo dos acervos privados de áudio – após terem passado os 60 dias de praxe em cumprimento da lei – dependerá exclusivamente de cada empresa. Cabe a cada uma a manutenção e o cuidado com o seu acervo, refletindo o seu empenho em manter viva sua memória.

Voltando à questão do acesso público para acervos públicos: parece-nos que ainda há – mesmo com todos os passos que já foram dados em outra direção – algum emperramento nessa estrutura. Como vimos no subitem anterior, após a sanção da nova Lei de Acesso à Informação poderemos questionar as restrições que nos são impostas, já que a impossibilidade de pesquisar em documentos desclassificados por decisão moral de um gestor pode ser considerado censura prévia. E é isso que também nos inquieta. Como lidamos hoje, dentro e fora das instituições, com um modelo de gestão desse tipo? Como é que isso perdura? Como é possível que instituições que parecem engajadas na abertura dos arquivos do regime militar – que participam e/ou promovem eventos com este intuito – restrinjam a pesquisa aos documentos já desclassificados, já “livres dos rótulos” e com seu acesso garantido por lei? Não poderíamos pensar que instituições que foram fundadas segundo um modelo disciplinar adaptado ao nosso solo fértil, estejam ainda presas, amarradas e reféns de um modelo político que não se sustenta mais?

Sem dúvida que enxergar uma outra forma de gerir acervos, de flexibilizar o acesso aos documentos e de perceber que com a nova lei algumas políticas deverão ser mudadas, configura-se num processo longo, numa transição difícil, árdua, cheia de acidentes. A passagem não é regular, previsível, estável. Os acervos brasileiros são fundados num modelo disciplinar de funcionamento e na contemporaneidade os modelos mais estáveis e bem assentados já não se sustentam tão bem. Desse modo, surge o conflito: surge uma demanda e aprova-se uma lei, que através da exigência de seu cumprimento garantirá (em tese) que a mudança aconteça; de outro lado estão as instituições, que são extremamente rígidas em sua conformação e têm enormes dificuldades operacionais, facilitando o não cumprimento da nova lei – ora em função da incapacidade técnica e ora por conta das possíveis brechas ou limitações de alcance existentes. Numa perspectiva mais conservadora, uma mudança dessa natureza resulta numa monstruosidade, num desvio. Por esse motivo, seria preciso controlar o uso que será feito de um documento. Seria perigoso que um

pesquisador pudesse ver tudo o que foi produzido sobre uma pessoa ou situação. Documentos são fontes de pesquisa e as pesquisas propagam ideias, pois circulam em todo o campo social, sejam através de uma matéria jornalística, um livro, um *post* num blog ou uma palestra. Como se pode controlar, então, a repercussão de uma ideia? Talvez, apenas, controlando o acesso à fonte. A questão aqui é que o poder disciplinar, fundante das estruturas institucionais tais como as conhecemos, ainda dá o tom a certas atitudes e a determinados procedimentos que vigoram institucionalmente – a despeito de seu anacronismo. Lembremos que o poder disciplinar funciona a partir de dois princípios estratégicos: primeiramente com a docilização dos corpos – que os adentra, extenua suas forças e os integra em sistemas de controle eficazes e econômicos; em segundo lugar controlando os processos biológicos e capturando a “vida”, tornando-se um “biopoder”. Entendemos a partir de Foucault – e como já vimos mais detalhadamente no subitem 2.4 desta tese – que o poder não se personifica ou se coisifica, pois não está atrelado a uma pessoa que o detém ou a um cargo que se ocupe. De outro modo, o poder se caracteriza por ser um conjunto de procedimentos, de mecanismos que têm por objetivo “conservá-lo”, isto é, manter justamente o poder – mesmo que efetivamente isso não se realize.

Essa teoria pode ser utilizada para o nosso propósito. Nossa questão não se encontra restrita ao âmbito jurídico-político, já que não estamos enfocando apenas uma decisão legal, encoberta pelo verniz da autoridade impactando a vida de muitos, mas principalmente nos diz algo sobre o sentido político que percebemos nas práticas arquivísticas e nas diretrizes institucionais. Certamente que não é somente a promulgação de uma lei, a exigência de seu cumprimento por um pesquisador ou ainda as tecnologias e a logística disponíveis que nos farão acessar os documentos. Esses aspectos nos revelam sobretudo que o poder está por toda parte e se funda nas relações. Relembrando o que diz Paul Veyne a respeito de Foucault e do seu método revolucionário: é preciso enxergar o entorno, já que fatos em si não existem, como também não existem objetos em si. Ao invés de procurarmos objetos na história, devemos observar as práticas que nos levam a nos aproximar dos objetos, a criá-los. É a partir dessa percepção foucaultiana, concernente às práticas e mecanismos do poder – calcados em preceitos políticos, econômicos, que se transformam quando tensionados e distensionados, modificando as formas de existência da multidão – que entendemos os processos que ocorrem nos acervos. Em última instância, o modelo de Estado hobbesiano – tendo por finalidade aplainar as diferenças através do contratualismo e do constitucionalismo –, sobre o qual se apoiou todo o mundo ocidental durante séculos, repercutindo até hoje em

nossas instituições, parece estar esgotado e em desacordo com as novas demandas. Há uma discrepância entre o que se prevê nas novas formas de atuação e o que se pratica cotidianamente na esfera institucional.

Grande parte dos acervos públicos se constituiu a partir de modelos institucionais disciplinares. Por isso, muitos dos exageros cometidos sobre os quais já comentamos anteriormente – e mesmo a conformação das formas estruturais e de funcionamento – têm origem nessa premissa. Entretanto, o campo para discussões em torno da temática ainda é bastante fechado e raramente acha-se espaço para as manifestações mais contundentes e contrárias aos ritos e procedimentos-padrão comuns. A própria formação dos profissionais é demasiado técnica e há desconforto, principalmente por parte de bibliotecários e arquivistas, quando consultados sobre atuação de historiadores e sociólogos como gestores de acervos e gerentes de projetos que envolvam material arquivístico<sup>55</sup>. Na iniciativa privada o procedimento é outro, mas não nos determos nesta especificidade aqui. Há ainda algum grau de dificuldade em torno da questão da transdisciplinaridade dentro das práticas arquivísticas. Talvez seja um resquício dos modelos de ciência que sequer nos dão o direito de questionar: as áreas podem dialogar, mas cada uma responde por seu quinhão – é a triste sina dos especialistas.

Se continuarmos olhando o poder, seus mecanismos e práticas à velha moda – mais personificado e dividido dicotomicamente entre quem manda e quem obedece ou quem dita a regra e quem a cumpre ou ainda entre quem pode desejar e quem não pode – perderemos a oportunidade de entrar em contato com uma outra forma possível de poder: o poder constituinte, que é reflexo do desejo e da potência da multidão. Como diz Chaloub (2008, p. 7700) referindo-se à visão negriana sobre o *poder constituinte*: “o pensamento político moderno (...) é um esforço de contenção do *demos*, almejando usurpar o poder constituinte da multidão”. Lembremo-nos que um dos eixos fundamentais do poder constituinte conceituado por Negri (2002) é exatamente demonstrar que a maneira mais explícita de controle da expressão da multidão é na forma, através de sua *juridiscização*. O aparato jurídico já é de captura, pois normatiza o processo e, de muitos modos, limita a democracia absoluta da multidão. A lei já é em si mesma uma expressão representativa de uma captura exercida sobre a efetuação de um ato da multidão (NEGRI, 2002).

---

<sup>55</sup> A informação consta numa entrevista feita por mim, em 28.12.2011, com alguns profissionais da área, atuantes tanto em acervos públicos quanto em entidades privadas. Áudio original, Cedope, Sistema Globo de Rádio, 2011.



Sabemos que o poder judiciário tenta garantir a existência harmoniosa entre as pessoas, intervindo em eventuais conflitos e protegendo as disposições constitucionais de violação, no entanto, também entendemos que a própria criação desse limite também traz problemas. É extremamente delicado, pois muitas leis são criadas a partir de ideias autoritárias ou fundadas em premissas anteriores à demanda pela criação da própria lei. Há um caráter de pré-concepção que permeia a instância jurídica. Naquilo que tange à lei dos arquivos, como vimos no subitem anterior, existe uma preocupação evidente de proteção não só de “de quem se deve proteger os documentos” como “do que se deve proteger os documentos”. As dimensões historiográfica, republicana, cartorial e cultural promovem através das restrições classificatórias, temáticas e dos graus de acessibilidade da documentação uma sobrecodificação dos códigos já conhecidos. O conceito de documento fica mais reduzido ainda, pois todas as dimensões se ocuparam de roubar – cada uma à sua maneira – um tanto das potencialidades existentes. Como esclarece Dodebei (2011, p. 7):

O documento não pode representar, ao mesmo tempo, tanto a memória instituída quanto a memória em criação. O conceito de documento deve, sim, ser apreendido como um “constructo” que reúna as seguintes proposições: Primeira proposição: *Unicidade* - Os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência ou seja, não se agrupam em categorias específicas, tal como os exemplos tradicionais: o livro para bibliotecas, o objeto tridimensional para museus e o manuscrito para arquivos.

Segunda proposição: *Virtualidade* - A atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto.

Terceira proposição: *Significação* - A transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial.

O conceito tradicional de documento - todo o suporte material da informação - deve ser revisto, uma vez que não encontraremos seu sentido e seu significado tomando, apenas, sua forma e seu potencial informativo, sem considerar a interlocução e, mais especificamente, a intenção de preservação no âmbito da memória social.

A memória social rompe, muito mais até que a ciência da informação<sup>56</sup>, com esse dialogismo restritivo ao ampliar e politizar o conceito de documento, entendendo que tudo

---

<sup>56</sup> A ciência da informação é uma ciência social que investiga os problemas, temas e casos relacionados com o fenômeno info-comunicacional perceptível e cognoscível através da confirmação ou não das propriedades inerentes à gênese do fluxo, organização e comportamento informacionais. *É a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e os meios de processamento da informação para a otimização do acesso e uso. Está relacionada com um corpo de conhecimento que abrange a origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.* Embora válida e atual, pode e deve ser melhorada e liberta de algumas contradições, como a aceitação sem crítica da natureza interdisciplinar *derivada e relacionada*

que acontece no campo social se faz a partir de um jogo de forças e que, mais ainda, não existem somente papéis determinados, disciplinas formais e normas técnicas a serem cumpridas. O campo da memória é mais aberto e proporciona experimentações inéditas – e bastante rigorosas do ponto de vista conceitual e acadêmico –, inaugurando novos questionamentos, novos campos do saber. Ao derrubar as poderosas cercas das formalidades disciplinares, promovendo o surgimento de novas questões, cria-se simultaneamente um novo campo de problemas e, com eles, novos conceitos aparecem, já que os antigos não nos respondem mais. A partir desses elementos, podemos pensar que, no campo da memória, tudo tende a ser político. Político enquanto expressão de tendências que se atritam, se batem, fazem eco. Político porque se tratam de forças atuando: ora vencendo, ora sendo vencidas. No plano da imanência não há apenas modelos fechados, instituições autóctones e viés representativo; não há apenas um ou outro eleito que possa agir em nome de muitos. O que temos são forças vitais que, por isso, carregam muitas possibilidades de surgimento do novo.

Outro ponto que precisa ser ressaltado é que a política e o poder político sobre o qual nos debruçamos não configuram um projeto utópico de mundo, uma democracia romântica dos bons vencendo os maus e os antigos representantes de oligarquias, ou de experiências forjadas a partir de palavras de ordem nascidas dentro de partidos políticos ou doutrinas religiosas. Também não se trata de um sistema político como estamos acostumados a pensar: comunista, socialista, democracia representativa, teocracia. Essa política já existia, existe e está acontecendo agora mesmo, a todo momento, em muitos lugares. É apenas um modo diferente de perceber e de lançar outra visada sobre os acontecimentos. Nessa política não há a simples substituição de uma estrutura por outra – não é isso que apresentamos ou defendemos. Temos o velho hábito de pensar que as coisas só podem funcionar de um jeito ou de outro, sob formas opostas e excludentes, mas não é assim que elas acontecem. A lógica arborescente, a partir da qual é fundado grande parte de nosso mundo social, coexiste com a lógica rizomática. Entretanto, como nos alertaram Negri e Hardt (2006), subvertendo uma visão mais tradicional da história, o movimento dos homens ordinários na modernidade se

---

com vários campos como a matemática, a lógica, a linguística, a psicologia, a tecnologia computacional, as operações de pesquisa, as artes gráficas, as comunicações, a biblioteconomia, a gestão e outros campos similares ou como o postulado de uma componente de ciência pura, que indaga o assunto sem ter em conta a sua aplicação, como uma componente de ciência aplicada, que desenvolve serviços e produtos. *A assunção de uma natureza interdisciplinar contradiz a necessidade patente, no início da definição, de dar contornos específicos e claros ao objeto específico de estudo.* (grifo original do verbete)

Cf. *Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação – Ciência da Informação*. [em linha]. Vitória-ES: Porto: DCI - CCEJ da UFES, SAJCC da FLUP - CETAC.Midia, 2007. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/def.asp?cod=15>>. Acesso em: 10 fev.2012.

encontra em primeiro lugar e as formas embrionárias do Estado capturam esta potência da multidão. Desse modo, o exercício político da multidão pode subverter determinadas práticas e efetuar outras escolhas mais livres e menos deterministas. Política, nesse caso, é ação, repercussão e processo: é o acontecimento que dura.

### ***4.3 Política e meios de comunicação***

No Brasil e no mundo os meios de comunicação tiveram (e ainda têm) papel preponderante naquilo que reverbera nas esferas sociais. Para Tarde (1976) o que existe são reverberações contínuas de ideias que são produzidas no plano social, se propagando por feixos e ondas, ora ganhando força e ora subsumindo. Nesse caso, já vimos o quanto e de que modo o rádio foi utilizado durante o governo Vargas enquanto poderoso propagador das ideologias do Estado Novo através de programas noticiosos, de emissoras próprias e controladas pelo DIP e pelo DNI, órgãos criados justamente com o intuito de regular os meios de comunicação. Com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945, o fim do Estado Novo e a chegada de Eurico Gaspar Dutra ao poder em dezembro do mesmo ano, o programa *Hora do Brasil* se transforma em *Voz do Brasil* e a Agência Nacional – que antes era apenas uma subdivisão do DNI – passa a funcionar como o órgão de comunicação social oficial do governo, sob a direção de Waldemar da Silveira (MOREIRA, 1998).

No entanto, nos anos subseqüentes, a ausência de um projeto governamental que regulasse a radiodifusão, abriu espaço para que os políticos da época usassem o meio como palanque (MOREIRA, 1998). Na primeira metade da década de 1940 o rádio já havia demonstrado sinais evidentes da sua potência política, mas no fim da década é que o uso do “rádio-palanque” se consolidou. Adhemar de Barros, dono da Rádio Bandeirantes, foi um dos que mais soube usar o rádio para destruir adversários políticos e para apoiar campanhas que saíram vencedoras – como nos casos de Lucas Garcez para governador de São Paulo e de César Vergueiro para o Senado. Vejamos:

Quando ainda estava no comando da Bandeirantes, Adhemar de Barros chegou a participar de um movimento liderado por empresários do rádio paulista para fazer frente à expansão dos domínios de Assis Chateaubriand, empresário da área de comunicação e fundador da primeira cadeia de jornais diários do país – os Diários Associados. Nos anos 40, Chateaubriand criou uma rede de rádios – as Emissoras Associadas – lideradas pelas rádios Tupi do Rio e de São Paulo (MOREIRA, 1998, p.43).

Outra experiência importante desta década, que aconteceu em 1949, no Rio de Janeiro, foi o programa “Grande Jornal Fluminense” que, idealizado pelos irmãos e jornalistas João Batista, Sebastião e Antônio Rodrigues da Costa, funcionou como um canal de comunicação entre os políticos do estado e a população – inclusive do interior, pois o programa era veiculado por várias emissoras reunidas pela Rede Fluminense de Notícias. Num estilo ágil e de formato jornalístico, a emissora era responsável por transmitir inclusive os Atos Oficiais do estado, e esta foi uma das principais marcas deixadas pelo programa: tudo virava notícia nos microfones do “Grande Jornal” (CÖHEN, 1992).

Nas eleições de 1950, Getúlio Vargas volta ao poder e, com ele, chegam também mais investimentos para o setor de radiodifusão oficial. A partir de 1952, a Rádio Nacional, comandada por Victor Costa e líder de audiência, mais uma vez levou a palavra do presidente à população através do noticiário diário chamado “Aconteceu no Catete” sobre todas as atividades de Getúlio e a subdivisão de radiojornalismo da emissora que, segundo o Anuário do Rádio de 1956 “cuidava dos comentários e da orientação política das notícias que todos os dias chegavam aos milhões de ouvintes da rádio no Brasil e no exterior”<sup>57</sup>.

O segundo governo Vargas foi bem diferente do primeiro em relação ao controle do sistema de radiodifusão, precisando enfrentar forte oposição do setor empresarial de comunicações. Vejamos o que diz Alzira Alves de Abreu<sup>58</sup>:

A oposição a Vargas se intensificou a partir de 1953 e teve na imprensa a liderança dos jornalistas Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*, e Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados. Carlos Lacerda utilizou, além do seu jornal, a Rádio Globo e a Rede Tupi de televisão, esta pertencente aos Diários Associados. O clima de confronto entre a oposição e o governo culminou no atentado a Carlos Lacerda, e 5 de agosto de 1954. A partir desse episódio deu-se a mobilização da imprensa, que de modo geral manifestou-se em editoriais contra a permanência de Vargas à frente do governo. (...) Jornais como o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã*, mesmo adotando um discurso de defesa dos preceitos formais do regime democrático e buscando soluções dentro da lei, nunca aderindo, portanto, a um golpe declarado, fizeram dura oposição ao governo Vargas, antes e depois do atentado a Carlos Lacerda. Esses jornais evoluíram ao longo da crise, passando, logo após o atentado, a acusar o presidente da República de responsável pelo

---

<sup>57</sup> *Reportagem ao vivo*. Anuário do Rádio 1956, Publicidade e Negócios, p.46.

<sup>58</sup> ABREU, Alzira A. de. *Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa*. Dossiês CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa> Acesso em: 14 fev. 2012.

crime da Tonelero e a pedir sua renúncia. Já os jornais *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã* tiveram um comportamento menos emotivo e mais objetivo no tratamento dos acontecimentos. Em nenhum momento esses jornais atribuíram a Vargas a responsabilidade direta pelo atentado, e muito menos advogaram uma solução unilateral ditada pelas Forças Armadas. O apelo à renúncia só ocorreu às vésperas do suicídio. A população foi informada do suicídio de Vargas pelo rádio. Foi o *Repórter Esso*, da Rádio Nacional, que, em edição extraordinária, deu a notícia. Foram as estações de rádio de todo o país que divulgaram os detalhes do episódio e a Cartatextamento deixada por Vargas. No Rio de Janeiro, o jornal *Última Hora* foi o primeiro a sair com a notícia, em duas edições extras. *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa* tiveram dificuldade de circular, pois a população tentou impedir sua distribuição, mas de toda forma noticiaram com destaque o ocorrido. Analisando a posição de *O Globo* durante esse período, parece incompreensível a reação popular desencadeada contra o jornal, que mantinha uma orientação mais moderada, se comparada à dos demais. Entretanto, a Rádio Globo, pertencente ao mesmo proprietário, mantinha uma posição extremamente radical contra Vargas, expressa através do programa *Parlamento em Ação*, do radialista Raul Brunini, que dava cobertura às posições de Carlos Lacerda e da UDN. O jornal acabou sofrendo represálias por conta das posições da rádio.

Sem dúvida, com a morte de Getúlio Vargas, chegava ao fim um dos mais importantes capítulos da política brasileira embalada pelas ondas sonoras. Victor Costa, que era o diretor geral da emissora, três dias depois do acontecido, passou o cargo a Heron Domingues – a voz mais conhecida do *Repórter Esso* –, que teria a dura missão de adaptar a Nacional à forte concorrência trazida pela televisão (MOREIRA, 1998).

O rádio viveria anos bastante turbulentos no restante da década de 1950 e ainda nos anos de 1960. No Brasil de Juscelino Kubitschek, também conhecido como o presidente *bossa-nova* – já que o estilo musical que fora criado justamente no período de seu governo, entre 1956 e 1961 – a palavra de ordem era progresso. JK criou o Plano de Metas, que consistia em concentrar os esforços desenvolvimentistas em quatro áreas: alimentação, energia, indústria de base e transportes e, além disso, construir a nova capital, Brasília. Desse modo, o principal uso da *Voz do Brasil* era a divulgação do Plano de Metas e, posteriormente, com a transferência da capital do Rio para Brasília, para garantir a mesma qualidade e eficiência no processo de radiodifusão oficial, a Agência Nacional sugeriu a compra de um potente transmissor com a capacidade de (50/100 kls), o que foi prontamente providenciado (MOREIRA, 1998).

Por esta ocasião, o uso político do rádio já tinha se espalhado por todo o Brasil e alguns políticos e jornalistas da época, como por exemplo, Paulo Mincarone, Aluizio Alves, Walfredo Gurgel, Fernando Ferrari e Carlos Lacerda, utilizavam o meio para pronunciamentos inflamados, campanhas políticas e debates calorosos. É bem sabido que JK foi um dos políticos mais alinhados com a democracia no país, entretanto, a Portaria 899 de 1958, impusera censura no rádio, já que as aparições de Lacerda na televisão e no rádio incomodavam sobremaneira a cúpula do governo. Embora em 1960, o General Olímpio Mourão Filho, tenha declarado que não havia censura nos meios de comunicação, sem dúvida, havia ainda restrições aos indesejáveis e polêmicos, mesmo que de maneira camuflada (MOREIRA, 1998).

Carlos Lacerda nasceu no Rio de Janeiro e foi um dos jornalistas e políticos mais importantes de sua época. Iniciou sua carreira no jornalismo em 1929, escrevendo artigos para o *Diário de Notícias*. Entrou no curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1932, mas abandonou-o sem completá-lo em 1934, passando a integrar, no ano seguinte, o grupo da Aliança Libertadora Nacional (ALN) – um movimento popular que tinha como intuito mobilizar as massas trabalhadoras propondo uma luta contra o integralismo, o imperialismo e o latifúndio. A ANL foi fechada em julho de 1937, por decreto de Getúlio Vargas, que também destituiria em 10 de novembro do mesmo ano, o Congresso Nacional e ordenaria a extinção de todos os partidos políticos brasileiros, instaurando o Estado Novo (DHBB, 2001)<sup>59</sup>.

Em 1945, com os ventos da redemocratização soprando, Lacerda começou a trabalhar como *free-lancer* no *Correio da Manhã*, onde criou, em 1946, a seção intitulada "Na tribuna da imprensa". Em janeiro do ano seguinte, elegeu-se vereador pelo Distrito Federal na legenda da União Democrática Nacional (UDN). No ano de 1949 afastou-se do trabalho cotidiano no *Correio da Manhã*, mas conservou o direito de usar o título de sua coluna. Em dezembro de 1949, fundou a *Tribuna da Imprensa* que, representando as principais propostas da UDN, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo (DHBB, 2001).

Apesar de ter sido redator e ter escrito artigos e colunas para diversos jornais impressos, Lacerda sempre usou o rádio para amplificar suas opiniões como deputado e seus pronunciamentos como governador. Disse ele: “o rádio se mostra muito mais, ele se deixa ver

---

<sup>59</sup> Carlos Lacerda. Verbete *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx> Acesso em: 18 fev. 2012

por dentro, ou antes, ele finge que se deixa ver por dentro, e por isso mesmo, é o predileto dos simples e, também por isso, o favorito dos corruptores”<sup>60</sup>. De certo modo, o rádio sempre esteve presente na trajetória de Lacerda. Em 1947, Antenor Mayrink Veiga, que detinha a concessão da Rádio Mayrink Veiga, convidou-o para fazer crônicas sobre o cotidiano da cidade no ar e, numa dessas falas, Lacerda criticou duramente o prefeito, o General Mendes de Moraes, que queria instituir touradas no Rio, no que o primeiro se opôs. Logo depois disso, num dia em que chegava à emissora, foi atacado por um grupo de sujeitos que o espancaram, arrebatando-lhe todo o rosto. Os bandidos ainda tentaram levá-lo para dentro de um automóvel, mas ele conseguiu desvencilhar-se e logo foi para o microfone da Mayrink fazer a denúncia. De outra vez, e alguns anos depois, Lacerda, que ainda mantinha suas crônicas na Rádio Mayrink, após uma viagem ao Nordeste, constatou que a população estava sofrendo com uma terrível seca, que era negada oficialmente pelo Departamento Nacional de Obras contra a Seca, o DNOCS. A Mayrink começou uma campanha intitulada “Ajuda Teu Irmão” e arrecadou uma soma considerável em dinheiro, em gêneros alimentícios e roupas (MOREIRA, 1998). Em 1953, Carlos Lacerda, que parecia nunca se cansar, comprou nova briga com o governo de Getúlio Vargas, por conta do favorecimento político e econômico ao jornal *Última Hora*, de Samuel Weiner. O caso ganhou projeção nacional, tendo inclusive se transformando numa CPI. Desse modo, Lacerda conseguiu espaço para falar também sobre o assunto nas rádios *Globo*<sup>61</sup> e *Tupi* do Rio de Janeiro.

Vejamos o que diz o DHBB (2001) sobre os acontecimentos de 1954, que levariam Getúlio ao suicídio e da participação de Lacerda no episódio:

Em 1954 a situação política se agravou quando, na madrugada do dia 5 de agosto, ao voltar de um comício no Colégio São José, Lacerda foi alvejado na porta de sua casa, à rua Toneleros, em Copacabana. O atentado que se tornou conhecido como “Atentado da Toneleros”, resultou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que dava proteção a Lacerda, que escapou com um ferimento no pé. No dia 12 Lacerda lançou um editorial na *Tribuna da Imprensa* exortando as forças armadas a exigirem a renúncia de Vargas. Com a confirmação do envolvimento da guarda pessoal do presidente no atentado, a oposição intensificou sua campanha. No dia 22 a exigência da renúncia de Vargas começou a generalizar-se nos meios militares. Isolado politicamente e na iminência de ser deposto, Vargas suicidou-se no dia 24.

---

<sup>60</sup> Carlos Lacerda. *A Missão da Imprensa*. São Paulo: Com-Arte: EDUSP, 1990. p.47 (apud, MOREIRA, 1998).

<sup>61</sup> Há dois longos depoimentos de Carlos Lacerda sobre o caso do jornal *Última Hora* no Centro e Documentação e Pesquisa (Cedope) do Sistema Globo de Rádio. Cf: Cedope, 2012.

É inegável a maestria com que Lacerda conduzia seus discursos radiofônicos. Dono de uma retórica invejável e de uma capacidade singular de fazer o ouvinte acompanhar seu raciocínio através da narração dos fatos, Lacerda imprimiu um novo estilo de comunicação radiofônica, diferindo enormemente do uso do meio feito por seus colegas de política e de microfone – os políticos da época sempre faziam discursos longos, empregando linguagem de difícil compreensão pela maioria da assistência e, muitas vezes, em tom monocórdio e cansativo, lembrando a prática dos antigos comícios de palanque (MOREIRA,1998).

Muito do que se produziu em cadeia radiofônica à época não sobreviveu nos arquivos nem das próprias emissoras e nem em outro lugar. Primeiramente porque nas próprias emissoras, a prática não existia por não haver obrigatoriedade. Em segundo lugar, os equipamentos tecnológicos disponíveis tinham um custo muito alto e os suportes de gravação eram escassos nas empresas; uma fita magnética era utilizada e reutilizada infinitamente, não podendo fixar programas ou trechos de programação permanentemente. No entanto, pelo menos em algumas poucas emissoras, os próprios produtores e comunicadores se ocuparam de guardar algumas preciosidades, que hoje se encontram disponíveis em alguns desses acervos. A Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Tupi, a Rádio Globo Rio de Janeiro e mais algumas outras de São Paulo como a Bandeirantes, a Eldorado e a Guaíba, do Rio Grande do Sul, dispõem de materiais dos anos 1950 para cá. Não são acervos contínuos e homogêneos, mas possuem muitos materiais que servem à pesquisa sobre o meio, sobre a construção das linguagens e sobre muitos outros assuntos. Tantos quantos formos de capazes de criar. Sem dúvida, os acervos em questão conseguiram, de muitas formas, ultrapassar a barreira do convencional, acolhendo fragmentos de programação, espelhos de programação, vozes do rádio, fichas funcionais e tantos outros tipos de documentos diferentes. Nesses casos específicos podemos pensar que talvez não tenha havido uma intencionalidade formal em armazenar esses fragmentos, mas o fato é que estes compõem atualmente acervos nos quais conseguimos enxergar sua dimensão poética. O acervo da Rádio Globo já foi objeto de nossa dissertação de mestrado<sup>62</sup> e tratou da memória do Cedope como processo de criação. Os fragmentos que hoje fazem parte do acervo do Cedope sobreviveram a todo tipo de

---

<sup>62</sup> CANELLAS DE OLIVEIRA. Wanessa M. *Memória, subjetividade e afeto nos bastidores do rádio*. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.



adversidade e atualmente é composto por mais de 82.000 áudios<sup>63</sup> – entre o material que é produzido diariamente e o material antigo que está sendo tratado pelo Projeto Memória. O acervo dispõe de consulta pública e cede material sob determinadas condições e critérios, em função das autorizações legais exigidas para veiculação em outros tipos de produção como cinema, documentário, televisão e publicidade. A questão legal é sempre complexa em torno da divulgação das vozes antigas do rádio ou de trechos de programas, narrações de gols ou partidas esportivas, já que demanda um acordo entre requisitantes e familiares – no caso de personalidades já falecidas – sendo mediado pela empresa detentora do áudio. Muitas vezes detém-se o áudio mas não a sua divulgação pública, posto que a publicização envolve a questão de direitos autorais, de imagem, etc. Os pesquisadores têm mais sorte nesse quesito, pois para o âmbito acadêmico somente um termo de compromisso é assinado, no qual o requisitante se compromete a usar o material de forma restrita ao trabalho de pesquisa e também para sua divulgação no meio acadêmico. Eventualmente somos procurados por pesquisadores que descobrem que a posição que hoje a Rádio Globo ocupa no *dial* (1220 AM) já foi da Rádio Mayrink Veiga e vêm em busca de registros sonoros do seu acervo. Conforme veremos nos tópicos que se seguem, do acervo da Rádio Mayrink Veiga só restaram em torno de 300 reclames, que hoje se encontram no Arquivo Nacional.

#### ***4.3.1 Mais rounds políticos através do rádio***

Se nas décadas anteriores o rádio serviu como propagador oficial das ações do governo Vargas e de arena para debates de toda ordem, em 1961, voltou a desempenhar o papel de aliado à resistência política – assim como já o fizera em 1932 no período da Revolução Constitucionalista e já apresentado nesta tese. Lembremos que Tarde (1976) chama a nossa atenção ao demonstrar que a propagação de uma ideia, de uma ideologia se dá quando as emissões, multiplicações e transmissões se espalham como uma onda sonora ou luminosa, que percorre todo o campo social, produzindo efeitos distendidos.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961– que se elegera no final de 1960, tendo como vice-presidente João Goulart, o Jango – e o veto imposto pelos ministros militares à posse de Jango, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, convocou gaúchos e brasileiros a exigirem o cumprimento da Constituição. Brizola então

---

<sup>63</sup> Números atualizados em fevereiro de 2012. Cf: Cedope, 2012

entrincheirou-se no Palácio Piratini, mobilizou a Brigada Militar e, através da “*Cadeia da Legalidade*”<sup>64</sup>, formada por dezenas de emissoras de rádio, convocou o país a resistir ao golpe. Segundo o DHBB (2001, p. 839):

Esse movimento teve seu ponto mais alto no Rio Grande do Sul, sob a liderança de Brizola, que depois de ocupar militarmente as emissoras das rádios Guaíba e Farroupilha permitiu ao governo gaúcho formar a "cadeia da legalidade", rede de informações que integrou 104 emissoras dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a transmitir os sucessivos discursos de Brizola exortando a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart.

A situação tomou um vulto tão grande que o comandante do Esquadrão de Combate da FAB da capital gaúcha, reuniu pilotos e revelou a ordem que recebera do comando geral da Aeronáutica: que haveria um prazo curto para tentar demover Brizola de continuar com o movimento de rebeldia através da cadeia. Se não se conseguisse isso rapidamente, bombardeariam o Palácio Piratini. Segundo o escritor Oswaldo França Júnior, que era um dos pilotos convocados, já havia 16 aviões preparados para executar a operação. Mas uma contra-operação de alguns oficiais da Aeronáutica – que esvaziaram os pneus das aeronaves durante a madrugada – impediu o ataque para a hora planejada que, naturalmente, daria fim à vida de Brizola, de sua família e de alguns funcionários que mantinham a rádio no ar (MOREIRA, 1998).

O episódio da “Cadeia da Legalidade” alçou Brizola ao patamar de figura pública reconhecida nacional e internacionalmente e sempre ligado à campanha pela legalidade e pelo cumprimento da Constituição. No entanto, os anos subsequentes seriam de muita instabilidade política e incertezas no Brasil. O governo de Jango não era bem visto por setores mais conservadores da sociedade civil e de uma boa parcela dos militares; a insatisfação logo se transformaria na ação que culminou com o golpe militar de 31 de março de 1964. Nos anos que sucederam o fenômeno da “Cadeia da Legalidade” e que antecederam o golpe militar, algumas emissoras de rádio tomaram para si a tarefa de mediar os acontecimentos políticos e

---

<sup>64</sup> O movimento durou mais ou menos duas semanas e foi ganhando tanta proporção que as rádios de outros estados, inclusive de outros países, começaram a entrar em cadeia com a Rádio Guaíba. Aí se formou a "Cadeia da Legalidade" ou a "Rede da Legalidade". Os discursos do Brizola eram ouvidos até no Paraguai. Brizola era bom de microfone e ficava discursando por horas e horas. Esse movimento projetou a Rádio Guaíba e a sua programação em nível nacional e internacional. Fonte: Projeto Memória da Rádio Guaíba, 2010.

mobilizar a opinião pública. Uma das mais importantes foi, certamente, a Rádio Mayrink Veiga. A emissora que já tivera uma participação digna de registro nos eventos da Revolução Constitucionalista de 1932 e que, nas décadas seguintes, foi uma concorrente de peso no mercado carioca ao lado da gigante Nacional e de outras menores, mas não menos importantes como Tupi, Continental e Jornal do Brasil (DHBB, 2001).

Com o volume de investimentos que a Rádio Nacional recebia do governo federal, todas as outras emissoras sofriam uma concorrência desproporcional e cada uma tentava se sobressair de algum modo, criando programas num determinado estilo ou priorizando um ou outro tipo de música. A Rádio Mayrink Veiga, por exemplo, tinha como trunfo Ademar Casé, um fenômeno da comunicação de massa da época. Também investia pesado na vinda de cantores estrangeiros – sobretudo mexicanos e cubanos – para apresentações musicais na emissora e também nos cassinos. Com a proibição do jogo e o fechamento dos cassinos no Brasil, decretado por Eurico Gaspar Dutra em 1946, a linha de shows da Mayrink ficou muito prejudicada. Depois de alguns anos tentando manter-se no mesmo nível das concorrentes, o herdeiro da emissora, Antenor Mayrink Veiga, vendeu “metade de suas ações à Organização Victor Costa que, por sua vez, vendeu essa metade à Assis Chateaubriand, que executou um projeto de transformação da sua parte da rádio em canal de televisão, criando a TV Excelsior”<sup>65</sup> (MOREIRA, 1998).

Em 1962, Antenor Mayrink Veiga, vendeu o restante que ainda lhe pertencia para o grupo de comunicação do senador paulista Miguel Leuzzi, aliado político de Jango e proprietário da Rede Piratininga, expressiva no interior paulista. A Mayrink, portanto, passou a dividir o comando da cadeia de mais de 37 emissoras com a Piratininga e os dois filhos de Leuzzi – Miguel Jr. e José – assumiram a chefia em ambas as redes. Nessa nova fase da Mayrink, os programas jornalísticos ganharam destaque e logo, logo quem voltou ao microfone foi Leonel Brizola. Houve uma série de boatos, que se transformaram em notas e artigos, afirmando que Brizola era o proprietário da Mayrink Veiga. Vejamos o que diz Moreira (1998, p.63):

Pelo menos dois radialistas atuantes na época confirmam esta hipótese: segundo Ademar Casé, a Mayrink foi comprada por Brizola para ajudar a promover o governo João Goulart e divulgar um tipo de política sindical. Para Hélio Tys, o grupo da família Leuzzi não possuía recursos suficientes

---

<sup>65</sup> Estácio Brugger Lacerda, diretor da Rádio Mayrink Veiga até o seu fechamento. Depoimento em 26.03.1982, arquivos particulares do Arquivo Nacional.

para investir na emissora, facilitando a intervenção de Brizola, que teria passado a financiar a rádio. Isaac Zaltman, entretanto, afirma que no inquérito policial militar (IPM 709) realizado depois do golpe de 1964, representante das empresas do senador Miguel Luzzi provou com documentos que Leonel Brizola apenas alugava regularmente horários na programação da Mayrink Veiga para veicular seus discursos<sup>66</sup>

De qualquer maneira, importa-nos pouco a questão da propriedade acerca da Rádio Mayrink Veiga por esta época. O que realmente para nós tem valor (e possivelmente nos diz alguma coisa sobre o que pode ter ocorrido com o acervo da emissora) é que não encontramos nenhum registro sonoro desses discursos de Brizola, que se configuram como o material ausente desta pesquisa. No entanto, a ausência dos registros sonoros não nos impossibilitou de encontrar um caminho para tentar entender de que modo a memória se criou a respeito desse acontecimento. Como já dissemos anteriormente, a análise que empreenderemos a seguir gira em torno de três documentos: 1) um conjunto de documentos textuais classificados como secretos, que nos foi enviado por uma ouvinte da CBN; 2) a gravação não-oficial da reunião do AI-5, encontrada na garagem do Golbery do Couto e Silva; 3) o registro de um pequeno trecho de uma entrevista do último presidente militar, João Figueiredo, falando da abertura política. Os três documentos nos ajudarão a pensar em como diferentes acontecimentos políticos criaram diferentes tipos de memória e, principalmente, que as suas repercussões futuras também criam novas possibilidades de memória.

---

<sup>66</sup> AUGUSTO, Monica M. et tal. *Rádio Mayrink Veiga*. Rio de Janeiro: ECO-UFRJ, 1985, p.139.

## 5 A MEMÓRIA COMO ATO POLÍTICO OU ACONTECIMENTOS

Podemos resumir agora o percurso que fizemos para falar dos acontecimentos políticos que marcaram a vida nacional e os estratos sociais envolvidos – e de que modo isso reverbera ainda nos dias de hoje. A memória social sobre a qual tratamos, baseada na proposta de Tarde (1976), nos possibilita pensar nos acontecimentos ganhando força e se amplificando, perspectiva que se distancia da abordagem que se estabeleceu como dominante a este respeito, e que reduz o acontecimento ao fato acontecido. A reverberação, em nossa perspectiva, é fruto de uma força intensiva que não cessa de se reproduzir no campo social. Essa reverberação põe em jogo uma memória que se produz com e a partir dos conflitos, que não se intimida pela perda e que está sempre a caminho, em marcha, circulando. Nesse caso, haveria uma abertura para pensarmos que a ausência de registros documentais também poderia nos revelar memórias, articuladas à perda ou o apagamento.

O que fica no lugar do que não existe? É preciso que se coloque algo nesse lugar? São questões que, invariavelmente, aparecem quando a memória está em discussão. Alguns dos pensadores nesse campo tendem a lamentar o apagamento e a perda, ou a buscar compensações pela sua ocorrência (NORA, 1993). Essas abordagens dão grande valor ao passado e apresentam um colorido nostálgico, nos deixando presos a um tempo mais-que-perfeito, porque livre da corrosão inevitável. Contudo, é possível olharmos para a perda como algo que pode produzir uma nova forma de entendimento sobre os acontecimentos, se redimensionarmos o alcance de sua materialidade. O valor do acontecimento não está atrelado apenas ao seu registro físico, mas à sua distensão como acontecimento em si – algo que contém uma vitalidade própria, que a despeito de sua volatilidade, pode continuar ecoando. Nada nos obriga a enxergar a ausência de um registro físico como a configuração definitiva da impossibilidade de memória.

Nossa perspectiva é a de que podemos criar memória. Não existem pessoas, normas ou instituições que nos impeçam de fazer isso. É um ato da vontade. É um ato político. A questão que propomos é pensar no acontecimento político como ato em efetuação, em processo e não apenas como algo que aconteceu, que passou. Muitas vezes nos ocupamos em nossas pesquisas da análise de fatos históricos que possuem, supostamente, um “certificado de garantia, de procedência e de término”. Nesse caso, mesmo que contextualizemos o episódio e tenhamos em vista as circunstâncias de ocorrência, tenderemos

sempre a olhá-lo como algo acabado, um acontecido. E mesmo quando consideramos que o que acontece depois tem relação direta com o que ocorreu antes, ainda assim, estaremos justapondo os fatos e tornando-os consequência um do outro, utilizando a velha fórmula da causa e do efeito ou, como diria Bergson, do “determinismo” e do “causalismo”. Estas práticas por se deterem num recorte temporal, decalcando a realidade como a uma figura de decupagem sobre a madeira, roubam-lhe o movimento, privam-lhe de sua extensão, daquilo que *dura*. É como se o entre, esse amálgama do tempo que nunca cessa e não para de se atualizar, fosse reduzido a um conector operativo – apenas um elo artificial.

A escolha que fazemos nesta tese é outra. Vejamos: ao considerar que a ausência dos registros fonográficos não impossibilitaria nossa pesquisa, pudemos nos utilizar dos documentos textuais que recebemos da ouvinte e que foi de extrema valia para construirmos o percurso do que aconteceu. Esse é o ponto: estamos amparados por uma metodologia que possibilita ausências ao mesmo tempo em que proporciona a criação de um percurso político do acontecimento. Ou melhor: percurso do acontecimento político, já que é processual e comporta distensões e multiplicidade.

Ao nos depararmos com a ausência do registro dos discursos de Brizola tentamos imaginar qual o tipo de mensagem contida que pudesse causar tanta convulsão social. Os documentos textuais aos quais tivemos acesso – que apesar de serem considerados oficiais não foram pesquisados e cedidos por instituição governamental e não fazem parte do acervo da ditadura disponível para consulta – nos serviram como base para pensar de que modo se criou uma memória em torno desse acontecimento, que, sem dúvida, ainda repercute até hoje. Perguntamo-nos: por que os militares recorreram aos mesmos artifícios usados por Getúlio – como veremos mais detalhadamente à frente – para fechar a Rádio Mayrink Veiga e desaparecer com todo o acervo das transmissões? Não tivemos a oportunidade de ouvir as gravações, entretanto, os documentos textuais dão-nos pistas. Mais uma vez é preciso repetir: não estamos em busca do registro do fato histórico ou apenas do documento oficial. Nesse caso, sua importância diminui consideravelmente.

No segundo caso, o registro sonoro da reunião do AI-5 já é de suma importância, posto que o áudio não é oficial – foi feito com o consentimento do presidente e dos ministros e permaneceu na garagem de Golbery do Couto e Silva por mais de 20 anos – mas nunca constou na documentação arquivada sobre o episódio, embora haja uma ata descritiva da reunião já disponível para consulta pública (constando o carimbo de desclassificado). Um ato

político – com o sugestivo nome de Ato Institucional – de consequências duradouras, que criou um tipo de fissura, de divisor de águas na vida dos brasileiros. Comparar a versão oficial – o ato escrito, representado por alguns tópicos, que mudariam milhares de vidas por gerações – com a versão oral e as defesas dos votos é um exercício de construção de memória: de um lado a memória oficial, representada, institucionalizada e mediada (no sentido literal do termo, já que foi veiculada em rádio e televisão e permanece disponível nos arquivos públicos com acesso irrestrito e garantido); e de outro o registro sonoro das vozes, o discurso de defesa do voto de cada componente da reunião, as frases que ficaram famosas, como a de Jarbas Passarinho: “Senhores, às favas com os escrúpulos de consciência”. Há também a memória de quem desapareceu; a memória de quem ficou; a memória de quem nunca conheceu quem desapareceu. Enfim, há muitas memórias possíveis, quantas consigam se relacionar num redemoinho de propagação de ideias.

No terceiro e último documento, a frase de Figueiredo dá a tônica do paradoxo que há na base da “abertura [política] lenta e gradual” promovida pelos militares. O “lento e gradual” institucionalizado é o ponto de partida para percebermos que a multidão – continente e fruto do movimento de propagação - não podia mais ser contida. Aqui poderíamos falar de uma memória do futuro: uma memória ética, a democracia absoluta da multidão.

Nosso esforço, portanto, é o de percebermos de que modo todos esses acontecimentos criam memória. E assim chegamos a possibilidade de entendermos a memória social no plano da imanência, a partir da perspectiva spinozana da ética e das modulações do afeto tardeanas que, enquanto forças combinatórias, nos conduzem ao movimento da vida como criação. Spinoza criou um novo modo de existência, arrancando o sujeito do terreno da consciência (ideia vaga) e do *cogito* (razão), plantando-o na vida, num determinado plano, mas numa vida além da vivência fenomenológica e da forma. Vida que compreende o erro, a perda, a dúvida, a hesitação – *vida enquanto movimento, processo*. Já que o aparato tradicional primava pela divisão mente e corpo, mundo inteligível e mundo sensível, a questão do conhecimento para Spinoza era: como pensar conceitos que servissem à vida e que não estivessem aprisionados aos modelos da tradição filosófica? Na perspectiva clássica, só existimos quando pensamos e o corpo é o mal, é o que nos trai; as sensações são perigosas e nos toldam a visão. Spinoza parte do ponto de que tudo o que existe é advindo de uma única substância, então Deus, o homem, as plantas, a razão, as coisas são apenas modos diferentes de expressão dessa substância. Não haveria mais dicotomias e não seríamos prisioneiros da moral; ao invés disso, haveria um plano de imanência, um plano fixo no qual todas as

expressões desta substância se ativam a partir dos encontros, das afecções, dos afetos. Spinoza nos possibilita pensar a vida como percurso ético e micropolítico (SPINOZA, 2008).

Ao enxergarmos a memória social como um campo de estudos transdisciplinar, onde os saberes se interpenetram e não se excluem e, no qual esses mesmos saberes, enquanto pensamento, são um tipo de afecção que ativam no homem – que é uma das expressões modais da substância única – seu conhecimento intuitivo, já estaremos no plano de imanência, arraigados na vida, no processo vital e no movimento. Ao abandonarmos as práticas excludentes que criam identidades fixas e grupos sociais estáveis, podemos pensar numa memória que se cria a partir dos fluxos, que concebe a diferença como pura e primeira (SPINOZA, 2008). A memória social numa perspectiva da imanência é causa e produto de si e se constrói a partir dos jogos de força – afecções em tumulto e combate. É uma memória viva, processo de criação e nunca resultado, mas uma passagem.

É a partir dos conceitos de memória enquanto criação, de suas relações com o poder e de sua faceta de resistência, que produz novos modos de existência, que pretendemos entender o percurso de suas reverberações no seio social, tomando-as como acontecimentos políticos. A princípio, a escolha por materiais sonoros deveu-se a familiaridade com o tipo de suporte e com o gosto por trabalhar com algo que tem uma materialidade mais volátil e, talvez por isso mesmo, tenha sido menos valorizado ou creditado. A opção pelo material em áudio certamente trouxe algumas dificuldades, mas apresentou, por outro lado, a possibilidade de sairmos da rotina da pesquisa textual e, sem dúvida, do lugar comum.

### ***5.1 Rádio Mayrink Veiga: a memória apagada (1964)***

Faz-se necessário primeiramente que expliquemos como se deu a escolha do material textual com o qual iremos trabalhar e que nos foi enviado por uma ouvinte da CBN. Em fevereiro de 2009 recebemos um pedido de pesquisa da diretora de jornalismo da CBN, Mariza Tavares, solicitando áudios dos discursos de Leonel Brizola pelos microfones da Rádio Mayrink Veiga, nos meses que antecederam o golpe militar de 31 de março de 1964, para servir de ilustração e suporte documental para o material que ela havia recebido de uma ouvinte exigindo sigilo sobre a origem deste. Depois do acordo acertado com a ouvinte, que previa a publicação de uma matéria exclusiva no site da CBN (mas não a revelação da fonte), partimos para buscar registros históricos que corroborassem o farto material textual. Como de



hábito, rastreamos os discursos proferidos por Brizola pela Rádio Mayrink Veiga nos lugares mais conhecidos e efetuamos pedidos em praticamente todos os acervos de áudio no Brasil que possuem atendimento público e não obtivemos nenhum sucesso no empreendimento. Foi então que ao chegar ao Arquivo Nacional soubemos que só havia restado, de todo o acervo da emissora, apenas os reclames e nada referente à programação em formato áudio ou mesmo os espelhos dos programas. Até no acervo particular de Brizola – que se encontra na sede do PDT, no Rio de Janeiro – o material foi procurado, mas não havia rastro. Sem dúvida, como aponta Sonia Virgínia Moreira (1998, p.69):

A Mayrink foi uma das primeiras vítimas do novo regime que se instalou no país. Com seus transmissores lacrados no dia 1º de abril de 1964, a rádio permaneceu fora do ar durante três semanas, período em que todos os funcionários foram obrigados a prestar depoimento em um Inquérito Policial Militar (IPM). Na última semana de abril, a Mayrink voltou a funcionar sob a chefia do jornalista Oduvaldo Cozzi, que algumas semanas depois devolveu a direção da emissora a Miguel Leuzzi Junior. Apesar do retorno da rádio aos seus legítimos donos, a Mayrink alterou radicalmente sua forma de envolvimento político, adaptando a programação à nova realidade do país. “Em 1964, mais uma vez o rádio esteve à tona como manchete das notícias que marcavam a atuação da rádio Mayrink Veiga e das emissoras a ela coligadas, na rede que denominaram Rede Democracia, onde Carlos Lacerda, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro e outros instituíram uma tribuna radiofônica”<sup>67</sup>.

No mesmo estilo da *Cadeia da Legalidade*, encabeçada por Brizola nos idos de 1961, a *Rede Democracia* consistia num *pool* de emissoras – da qual faziam parte a Rádio Globo, o Jornal do Brasil e Diários Associados – que veiculavam discursos de Carlos Lacerda que, apoiado pelos empresários do setor de comunicações, por boa parte da sociedade civil e por muitos militares, disseminou a ideia do golpe militar e de um governo militar provisório para acabar com a instabilidade do governo de Jango. Ironicamente, após o golpe, Carlos Lacerda, que era fortemente criticado por Brizola pelos microfones da Mayrink, com a remodelagem da emissora passou a veicular os discursos do próprio Lacerda apoiando o golpe militar. O tiro de misericórdia na emissora veio com a publicação do decreto 56.614, de 26 de julho de 1965, expedido pelo Marechal Castelo Branco, nomeado Presidente da República em seguida ao golpe (MOREIRA, 1998).

O governo militar não queria que a Rádio Mayrink Veiga continuasse operando, mesmo que todas as exigências de reformulação de conteúdo político e ideológico veiculados tivessem sido feitas. Utilizando-se de um antigo decreto da época de Vargas, o 21.111, de

---

<sup>67</sup> FEDERICO, Maria Elvira B. *História da Comunicação – Rádio e TV no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982, p.87

1932, que versa sobre a intransferibilidade direta ou indireta sobre concessões públicas como o mote para o fechamento definitivo das transmissões da emissora. Assim, em 3 de novembro de 1965, os transmissores que ficavam no bairro de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, foram lacrados em obediência à ordem do Conselho Nacional de Telecomunicações. Era um capítulo da história do rádio que se encerrava.

Algum tempo depois, Roberto Marinho entraria com o pedido de concessão para o uso do espaço no dial que pertencera a Rádio Mayrink Veiga, já que a Rádio Globo funcionava a partir de uma frequência retransmissora emprestada do Chile. Em 1965, o Sistema Globo de Rádio consegue a concessão e passa a transmitir a programação da Rádio Eldorado e somente em 1974 – dois anos depois de ocupar em definitivo o prédio da Rua do Russel, na Glória – é que a Rádio Globo ganha a frequência que ocupa até hoje no AM, o 1220<sup>68</sup>. Entretanto, o Sistema Globo de Rádio obteve somente a frequência da Rádio Mayrink Veiga, mas nenhum arquivo da emissora esteve ou está no acervo. Segundo Moreira (1998, p. 71): “O prédio onde estavam os transmissores foi vendido para a Sociedade Anônima de Engenheiros e Economistas Consultores, que por sua vez, doou ao Arquivo Nacional os três mil discos encontrados no local”. Contudo, o material da Rádio Mayrink Veiga a que hoje temos acesso no Arquivo Nacional, resume-se apenas aos reclames. Nenhum espelho de programação, nenhuma gravação de programas ou discursos de Brizola.

Quando ainda estávamos no processo de busca pelo material da Rádio Mayrink Veiga – em função do pedido de pesquisa que já relatamos – e não conseguíamos encontrar pistas sobre o que ocorrera, aventamos a possibilidade de tomar a ausência dos áudios como um hiato que não inviabilizasse o reconhecimento que tanto desejávamos pelo valor daquele acontecimento político. Amparados pelo método cartográfico e pela teoria social de Gabriel Tarde, percebemos que era possível nos ancorarmos numa pista que fora descoberta a partir da leitura dos documentos que nos foram enviados pela ouvinte da CBN. Seguindo essa pista, poderíamos tecer a trama que envolveu o desaparecimento do acervo da Rádio Mayrink Veiga, procurando demonstrar a importância de pensarmos que as decisões tomadas à época – e em vários âmbitos – ainda repercutem de forma vigorosa.

Quando tomamos a teoria social de Gabriel Tarde como ponto de referência para pensarmos as memórias produzidas a partir destes acontecimentos políticos, foi buscando

---

<sup>68</sup> Cf. Cedope, 2012.

primeiramente algo que não se prendesse ao viés das representações sociais, posto que essa corrente teórica aposta mais fortemente em análises calcadas em dados pré-existentes, oposições explícitas e determinações históricas. Em segundo lugar, precisávamos de uma metodologia que comportasse a privação de um registro histórico e a utilização de um terceiro elemento não-oficial como fonte de pesquisa. No entanto, a questão fundamental era que a pesquisa pudesse ir sendo construída a partir da própria constituição da relação entre objeto e pesquisador, já que entendemos esse aspecto metodológico como bastante relevante. O material de que dispúnhamos tinha um forte componente de descontinuidade, de heterogeneidade e principalmente uma acentuada verve marginal – no sentido literal de estar à margem mesmo; o material simplesmente não se encaixava nas regras clássicas. Foi preciso admitir este fato e assumir o risco desta escolha, posto que o tratamento teórico e metodológico deveria ser tão singular quanto o objeto que enxergávamos ali. Portanto, a própria pesquisa já estabeleceu um tipo de subjetivação afastada das práticas dominantes e congruente com o tanto de forças implicadas na relação pesquisador-objeto. Esta tese é, por assim dizer, um exemplo do próprio coletivo de forças; é o mergulho na experiência que pôde nos trazer à tona uma vez, outra vez e incessantemente, transformados.

O conjunto documental foi enviado para a regional da emissora em São Paulo acompanhado do seguinte bilhete: "Este é o documento a que me referi. O Exército não sabe que este dossiê ainda existe, porque foi dada uma ordem para que fosse destruído." Contendo 65 páginas já envelhecidas e um carimbo onde se lê em caixa alta "SECRETO", datado de 30 de setembro de 1964, e assinado pelo general-de-brigada Itiberê Gouvêa do Amaral, o conjunto documental ostenta a classificação A-1, que ainda é utilizada pela área militar. A classificação varia de A até F para a confiabilidade da fonte; e de 1 até 6 para a confiabilidade do conteúdo – o que nos diz, portanto, que o documento está no nível mais alto para ambos os critérios.

Já tivemos oportunidade de saber – através de reportagens jornalísticas e de pesquisas acadêmicas – que os governos militares brasileiros destruíram centenas, talvez centenas de milhares de documentos classificados e produzidos no período. Estes documentos estavam em poder de um militar que preferiu desobedecer à ordem e decidiu guardá-los consigo. O texto de abertura da circular de número 79-E2/64 informava que havia sido identificada a criação de diversas células dos chamados "*Grupo de onze companheiros*", mais conhecido como *Grupos dos Onze ou Grupos de Onze ou Gr-11*, no interior do Paraná e de Santa Catarina.

## Grupos de Onze Fig. 1

"Os grupos constituíam a célula de um grande contingente, no qual seriam arregimentados homens das mais variadas categorias e profissões para servirem de instrumento a um pseudolíder, **Leonel Brizola**, em sua política de subversão do regime e implantação de um Governo de tendências antidemocráticas", explicava o documento.



O professor titular de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autor do livro *O Imaginário Trabalhista*, Jorge Ferreira, explicou em entrevista para a CBN – e que teve trechos publicados na matéria sobre os documentos secretos – que um dos raros documentos que existem sobre os *Grupos de Onze* é a ata de adesão. Vejamos o que ele disse:

Há poucos estudos sobre este movimento e praticamente não há documentação a respeito. As atas, com os dados dos participantes, eram enviadas para a Rádio Mayrink Veiga e depois ficaram em poder da repressão. Como os Grupos de Onze foram criados no fim de 1963, o clima de radicalização já se generalizara. A imprensa também supervalorizava sua capacidade de ação, mas a verdade é que houve quem se inscrevesse apenas porque gostava de Brizola e nunca teve participação efetiva. No Sul, muitos achavam que iam ganhar terra, sementes. Teve gente que pôs até o nome de filhos pequenos nas fichas de inscrição<sup>69</sup>.

O dossiê descreve minuciosamente a cartilha que deveria ser utilizada para formar e sustentar a ação dos militantes e que foi criada justamente no período em que Brizola ocupava os microfones da Rádio Mayrink Veiga diariamente – entre 1962 e 1963, como já vimos no capítulo anterior. O papel da emissora era tão importante na propagação das idéias de Brizola e dos *Grupos de Onze* que uma cópia de todos os documentos assinados pelos integrantes dos recém-criados grupos deveria ser enviada para a sede.

O conjunto de documentos é composto por anexos que esquadrinham o *modus operandi* dos *Grupos de Onze*. Um deles tem cinco páginas dedicadas aos "companheiros nacionalistas", numa espécie de manual para a promoção e construção de um comando nacionalista. Logo na abertura, a certeza da vitória:

<sup>69</sup> Áudio original no acervo do Cedope, Sistema Globo de Rádio. Cf. Cedope, 2009.

Grupos de Onze Fig. 2

A ideia de organização do povo em Comandos Nacionalistas (CN) ou em Grupos de Onze (Gr-11) está amplamente vitoriosa. Milhões e milhões de patriotas integram os Comandos Nacionalistas formados em todo o território pátrio: a palavra de ordem, ‘organizados venceremos’, penetrou na consciência de todos os nacionalistas brasileiros.



[clique para ampliar](#)

Sem dúvida, o objetivo era reunir 11 pessoas e de preferência “procurar os companheiros com os quais têm convivência e ligações de confiança”. Amigos próximos, vizinhos e colegas de trabalho eram as escolhas mais acertadas, e sempre tendo cuidado nas táticas de convencimento, fazendo o convite para grupos reduzidos, de três ou quatro pessoas. Diante da aceitação do grupo, “tal decisão significará um verdadeiro pacto de solidariedade e confiança entre os companheiros.” No entanto, por se saber que a arregimentação de 11 pessoas de cada vez era bem difícil, o Gr-11 poderia passar a funcionar com um quorum mínimo de sete pessoas. Escolhia-se então o dirigente, o assistente – que substituiria o dirigente em caso de necessidade – e um secretário-tesoureiro. A fundação do grupo tinha uma cerimônia especial com direito a assinatura de compromisso. Os integrantes deviam assinar seus nomes logo abaixo da assinatura de Vargas e do seguinte texto: “O presidente Vargas sacrificou sua vida por nós. Nosso sacrifício não conhecerá limites para que o nosso povo, de que ele foi escravo, conquiste definitivamente sua libertação econômica e social.”

Grupos de Onze Fig. 3

A primeira reunião formal do grupo tinha objetivo formal e burocrático: montar a estrutura do Gr-11. As funções estão bem detalhadas e cada integrante tem um papel específico (transcrição da descrição das tarefas):



[clique para ampliar](#)

Líder, dirigente ou comandante: representa, orienta e coordena as atividades do grupo, de acordo com as instruções partidárias e os objetivos da organização. Está previsto que seu mandato será a duração de um ano;

Assistente: prestar colaboração direta ao dirigente ou comandante do grupo, substituindo-o em seus impedimentos;

Secretário-tesoureiro: responsável pela gestão dos recursos financeiros e guarda de papéis e documentos (líder, assistente e secretário-tesoureiro formam a comissão executiva do Gr-11);

Comunicações: dois integrantes ficam encarregados das comunicações, que englobam a troca de informações entre os elementos do Gr-11, inclusive no caso de ser preciso avisar aos companheiros sobre a necessidade de esconderijo ou fuga;

Rádio-escuta: acompanhamento pelo rádio dos acontecimentos nacionais e locais;

Transporte: coordenação das possibilidades de transportes para os membros do grupo no caso de atos e concentrações públicas;

Propaganda: responsável por faixas, boletins, pichamentos, notícias para a imprensa;

Mobilização popular: contatos e ligações com o ambiente local, visando a formar um círculo de relações e colaboração em torno do grupo, principalmente para garantir o comparecimento em comícios ou outros atos públicos;

Informações: atribuição de fazer contatos e o levantamento de informações sobre a situação política e social, além de outros problemas que interessem o grupo. Também fica responsável pela organização partidária local;

Assistência médico-social: o companheiro deve ser, se possível, médico, enfermeiro ou assistente social, "ou no mínimo com alguma noção ou treinamento para prestar assistência ou orientação a todas as pessoas necessitadas no ambiente onde atuar o Comando Nacionalista (por exemplo, aplicar injeção, conseguir medicamentos, curativos de emergência)".

A intenção era criar progressionalmente grupos de 11 integrantes até atingir 11 células com estas características, quando, como relata o documento, "seus onze líderes formarão um *Gr-11-2*, isto é, um grupo de onze de 2º nível, reunindo um total de 121 companheiros." Esta seria a matriz de multiplicação dos comandos nacionalistas: os 11 líderes escolheriam, entre si, um comandante de segundo nível, cuja responsabilidade seria a coordenação dos onze grupos; e os outros dez companheiros deste *Gr-11-2* dariam apoio ao novo líder. O processo deveria se propagar sem cessar, porque cada nova célula deveria almejar sua reprodução ao infinito:

Grupos de Onze Fig. 4

(...) se num município, numa cidade, área ou bairro, se organizarem onze grupos de onze, portanto um Gr-11-2 e depois onze grupos de 2º nível, teremos um total de 1.331 companheiros na organização, os quais serão orientados e dirigidos por um Gr-11-3, ou seja, um grupo de onze de 3º nível, integrado pelos onze líderes dos grupos de 2º nível."



O tópico "recomendações gerais" do manual tático sugere que os *Gr-11* deveriam ser formados inicialmente por companheiros de "maior capacidade de direção e liderança". Os demais grupos seriam compostos por militantes de capacidade "aproximada ou igual". O documento ressalta que o movimento recebe, de braços abertos, pessoas de todas as origens: "No mesmo *Gr-11* poderão estar um trabalhador da mais modesta atividade, ao lado de um médico; um trabalhador ou técnico especializado, um estudante, um agricultor, um intelectual, um motorista, ao lado de um camponês, um militar."

Grupos de Onze Fig. 5

O delegado de ligação (DL) era o elo de ligação com a liderança nacional; enquanto não chegavam novas recomendações e/ou instruções, cabia ao *Gr-11* realizar reuniões para aprofundar a relação entre seus militantes e analisar a conjuntura, além de buscar adesões em sua área de atuação. *"Os companheiros devem estimular, particularmente, a formação de Gr-11 entre a mocidade e estudantes. É da maior significação esse ponto das presentes instruções. A nossa causa depende fundamentalmente do apoio e da integração dos jovens e das classes trabalhadoras."* Embora não fizesse restrições a analfabetos, a estrutura dos *Gr-11* praticamente ignorava uma militância integral das mulheres: *"As companheiras integrantes do Movimento Feminino ou simpatizantes devem formar seus próprios Gr-11. Oportunamente serão enviadas instruções especiais sobre a estrutura desses grupos de companheiras."*



O Anexo C é composto por documentos de Leonel Brizola com o seguinte título "Subsídios para a Organização dos Comandos de Libertação Nacional" e é composto por oito seções, todas subdivididas num detalhado roteiro para a militância. E começa pelo nome a ser

dado ao grupo. No capítulo "Denominação", há cinco sugestões, por ordem preferencial: Comandos de Libertação Nacional (Colina); Comando Revolucionário de Libertação Nacional (Corlin); Comando Revolucionário dos Onze (Cron); Comando de Libertação Brasileira (Colb); e Comando dos Onze Revolucionários (Core). O capítulo seguinte é o da "Justificativa": "A palavra revolucionária, como é sabido, exerce poderosa atração nas pessoas entre 17 e 25 anos – fator que servirá à etapa de arregimentação". O texto aposta no magnetismo do termo: "A sigla onde aparece a ideia de revolução pode, com maiores possibilidades, ser difundida com certo mistério e mística de clandestinidade, complementada por instruções secretas, senhas, códigos, símbolos etc...", diz o texto que exhibe rudimentos de técnica de marketing e motivação.

Antes da publicação da matéria de Mariza Tavares no site da CBN, a jornalista conseguiu localizar dois remanescentes de um dos Gr-11 e, em depoimento, o gaúcho de Alegrete, Vítor Borges de Melo, afirmou que a arregimentação de jovens era muito comum: "Eu e meus companheiros éramos simpatizantes de Brizola desde a *Cadeia da Legalidade*, em 1961. Eu já tinha me apresentado como voluntário nesta época. Depois passei a acompanhar os discursos na Rádio Mayrink Veiga e decidi entrar para o *Grupo dos Onze*. Todos usavam nomes de guerra e o meu era Tavares." Vítor, que atualmente tem mais de 65 anos só se lembra de ter participado de uma reunião, embora conste como ex-integrante do movimento e tenha ficado preso e incomunicável por 31 dias: "Os militares queriam saber como pretendíamos envenenar o reservatório de água de Alegrete e perguntavam onde estavam os sacos de veneno. Não sei de onde tiraram isso, como é que faríamos uma coisa dessas?"

Grupos de Onze Fig. 6

No terceiro capítulo, sobre a ação preliminar, os companheiros são estimulados a tentar conseguir o quanto antes armamentos para o "Momento Supremo". E a lista contempla desde espingardas a pistolas e metralhadoras. Com um lembrete: "*Não esquecer os preciosos coquetéis Molotov e outros tipos de bombas incendiárias, até mesmo estopa e panos embebidos em óleo ou gasolina.*" A instrução reconhece a escassez de armas no movimento, mas conta com aliados militares (segundo o documento, "*que possuímos em todas as Forças Armadas*") e garante ter o apoio da população rural. "*Os camponeses virão destruindo e queimando as plantações, engenhos, celeiros e armazéns.*"



[clique para ampliar](#)



A discrepância entre as prováveis táticas a serem seguidas e a realidade existente era grande. Vejamos o que diz Juarez Santos Alves, de 61 anos, que é contemporâneo e amigo de Vitor Borges de Melo até hoje: "Considero mais um grupo poético, porque nunca demos um passo além das reuniões. Falava-se em tomar o quartel, mas como é que iríamos resistir se no máximo tínhamos armas pessoais ou de caça?" O pai, que era dono de farmácia, e o tio, militar, eram militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e foram sua fonte de inspiração. No entanto, no que diz respeito à sua passagem pelo Grupo dos Onze, a monotonia era a tônica das reuniões. Juarez, que depois ingressou na Vanguarda Popular Revolucionária, foi preso e torturado e foi beneficiado pelo programa do governo federal, recebendo uma indenização de R\$ 100 mil.

Grupos de Onze Fig. 7

Ainda no terceiro capítulo vemos que nos centros urbanos, a tática adotada seria, em tese, de guerra suja, com a utilização de escudos civis, principalmente mulheres e crianças. *"Nas cidades, os companheiros (...) incitarão a opinião pública com gritos e frases patrióticas, procurando levantar a bandeira das mais sentidas reivindicações populares, devendo, para a vitória desta tática, atrair o maior número de mulheres e crianças para a frente da massa popular."* A tática sugerida é a de se criar confusão, depredando de estabelecimentos comerciais, promovendo saques e incêndios de edifícios públicos e de empresas particulares. Também estão incluídos ataques a centrais telefônicas, emissoras de rádio e TV. O objetivo? *"Com as autoridades policiais e militares totalmente desorientadas, estaremos, nesse momento, a um passo da tomada efetiva do Poder-Nação."*



clique para ampliar

Sobre a tática geral da guerrilha nacional, tema do item quatro, a ênfase recai sobre o processo de transmissão de informação. Depois de as ações previstas terem provocado o caos, o passo seguinte seria cortar a comunicação entre as cidades e divulgar apenas o que interessasse ao movimento. "Difundindo-se notícias falsas, tendenciosas e inteiramente favoráveis aos nossos Gr-11 e aos nossos planos, com interceptação de comunicações telefônicas isolamento das cidades e de seus meios de comunicação."

Em "O porquê da revolução nacional libertadora", a explicação de cartilha revolucionária: a exploração do capital monopolista estrangeiro, principalmente americano; e a estrutura agrária baseada na concentração latifundiária. No capítulo sobre "o aliado comunista", não resta dúvida de que Brizola não via o Partido Comunista Brasileiro (PCB) com simpatia. *"Devemos ter sempre presente que o comunista é nosso principal aliado mas, embora alardeie o Partido Comunista ter forças para fazer a Revolução Libertadora, o PCB nada mais é que um movimento dividido em várias frentes internas em luta aberta entre si pelo poder absoluto e pela vitória de uma das facções em que se fragmentou."* E continua, aumentando o tom da crítica: *"São fracos e aburguesados esses camaradas chefiados pelos que veem, em Moscou, o único sol que poderá guiar o proletariado mundial à libertação internacional. Fogem à luta como fogem à realidade e não perderão nada se a situação nacional perdurar por muitos anos ainda."*

Grupos de Onze Fig. 8



Há ainda no tópico das "instruções secretas" aos comandantes regras e normas que dizem respeito à guarda e ao julgamento dos prisioneiros. Para esta situação, a orientação é clara: "Deverão ser escolhidos companheiros de condições humildes mas, entretanto, de férreas e arraigadas condições de ódio aos poderosos e aos ricos". Além da prisão, está previsto o julgamento sumário de oponentes ao movimento, onde se incluem autoridades públicas, políticos e personalidades.

Grupos de Onze Fig. 9

*No caso de derrota do nosso movimento, o que é improvável, mas não impossível (...) e esta é uma informação para uso somente de alguns companheiros de absoluta e máxima confiança, os reféns deverão ser sumária e imediatamente fuzilados, a fim de que não denunciem seus aprisionadores e não lutem, posteriormente, para sua condenação e destruição.*



Segundo Jorge Ferreira, entre 1961 e 1964, houve uma profunda mudança nos interesses que alimentavam a correlação de forças entre militares, partidos políticos e sociedade. Diz ele:

Em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renuncia, os militares deram um golpe que foi rechaçado pelo Congresso, pelos partidos e pelas entidades civis. Os grupos progressistas e legalistas venceram. A sociedade brasileira não queria romper com o processo democrático.

O período parlamentarista manteve o equilíbrio, ainda que precário, entre essas duas forças do campo social. Jango sabia que precisava de maioria no Congresso ou não

governaria, mas o plebiscito que lhe devolveu o presidencialismo acabou dando outro rumo aos acontecimentos, como afirma Ferreira:

(...) a Frente de Mobilização Popular, encabeçada por Brizola, havia unificado praticamente todas as esquerdas, englobando o Comando Geral dos Trabalhadores, Ligas Camponesas, UNE, Ação Popular, a esquerda do Partido Socialista Brasileiro, a esquerda mais radical do PCB, os movimentos de sargentos e marinheiros. E a exigência dessas esquerdas era o rompimento com o PSD (Partido Social Democrático), a convocação de Assembléia Nacional Constituinte e o questionamento das instituições liberais vigentes. É quando se estabelece o confronto.

A partir destas informações contidas neste conjunto documental podemos supor que o acervo sonoro da Rádio Mayrink Veiga foi destruído pelo regime militar.

#### Grupos de Onze Fig. 10

Um desejo das comissões descriptivas de grupo para a luta e resistência contra qualquer tentativa de golpe vem da direita vier, / pela instituição de um decoroso mandato e nacionalista, pela imediata concretização das reformas e, em especial das reformas agrária e urbana, e sagrada determinação de luta pela libertação de nossa Pátria da exploração imperialista, mas, também, compromisso de solidariedade e companheirismo em qualquer circunstância, um verdadeiro ponto de confiança e lealdade. Os seus compromissos a partir desse momento, passará a agir como se fossem: honrosos, dignos e solidários; à disciplina, à fidelidade, e árduo, sem jamais poderão existir entre os compromissos a partir desse compromisso de honra.

2.6 - Além da ata, os companheiros integrantes do grupo também deverão assinar a Carta-Declaração, abaixo da assinatura do Presidente Veiga, colocando acima dos seus nomes os seguintes palavras de compromisso: "O Presidente Veiga assinou sua vida por nós. O nosso sacrifício não conhecerá limites para que o nosso povo se que ele foi enviado, enquanto definitivamente não libertação econômica e social!" (Assinar abaixo destas palavras).

2.7 - Após a assinatura de todos os integrantes do Gr-11 na ata de fundação, um das vias desse documento (ata) ficará com o secretário-tesoureiro; outra será enviada ao Deputado Leonel Brizola, aos cuidados da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro.

2.8 - A partir desse momento, estas assinações deverão ser dedicadas à distribuição das diversas tarefas e funções entre os demais compromissos do grupo, sua organização e próximas atividades.

2.7 Após as assinaturas de todos os integrantes de Gr-11 na ata de fundação, uma das vias desse documento (ata) ficará com o secretário-tesoureiro; outra será enviada ao Deputado Leonel Brizola, aos cuidados da Rádio Mayrink Veiga, no Rio de Janeiro.

Sem dúvida, o material documental é muito mais extenso e presta-se a inúmeras formas diferentes de análise. É preciso que alertemos para o fato de que o documento foi produzido pelo Exército, tratando todas as situações políticas da época por um viés dicotômico: de um lado os militares tentando impedir um golpe e de outro a germinação de grupos armados liderados por Leonel Brizola. Longe de percebermos o conflito político como uma luta entre os bons e os maus, seguindo a ritualidade dos campos de batalha, admitiremos que o que existe são sempre os jogos de força. Ao pensarmos o plano político como um plano de imanência (DELEUZE, 2007), ou seja, onde os atos efetuados não aconteçam apenas como reação a algo feito anteriormente, mas como uma tendência expressiva atualizada, como uma efetuação por afirmação de uma vontade, conseguiremos nos afastar das determinações aprisionadoras, que nos levam a caminhos restritivos como: “os fins justificam os meios” e “só há dois lados em uma moeda”. Ou seja: justifica-se o desaparecimento forçado de documentos produzidos à época por quem fosse contrário ao regime, ou contivesse algo classificado como perigoso pela perspectiva dos militares, tendo sempre presente como pano

de fundo a regra de “quem não está conosco está contra nós”. Esta dicotomia forçada das relações parece reduzir demais a complexidade daquilo que se produziu tanto à época quanto na atualidade. Em vez de nos apoiarmos apenas na cronologia dos fatos e nos aspectos narrativo-históricos, que basicamente produzem um tipo de subjetividade mais afinada com a luta entre opostos, nos concentraremos em entender como podemos produzir um tipo de memória que não é resultado de uma luta factual, mas é um processo político (ainda) em andamento. A circunstância do desaparecimento do acervo não é política apenas porque foi uma medida (supostamente) tomada pelo sistema de governo em vigência – no caso, a ditadura militar – mas se torna um acontecimento político porque é a expressão de uma tendência em ato no campo social.

O rádio, que desde a década de 1930, fora usado como meio de propagação de ideologias políticas, mais uma vez estava envolvido no processo de lutas ferrenhas travadas no campo social. Podemos supor que o governo militar forçou o apagamento de uma memória, que de outra maneira – senão pelo esquecimento forçado – poderia traduzir-se em provas físicas do movimento que ora se propagava. O desaparecimento do acervo, antes de qualquer coisa, fortalece a nossa hipótese de que o que existe é sempre o poder atuando, em múltiplas formas e se recompondo em todos os segmentos. O poder não se extingue por um corte, por uma fissura vertical que lhe arranque a raiz; ao contrário, por não se encontrar concentrado em parte alguma, mas principalmente por se esparramar, encontra outras partes onde se ramificar, formando novos nódulos de tensão. A tentativa de impor uma determinada ação com o intuito do extermínio total não funciona da forma pretendida, pois a intenção do apagamento, nesse caso, não consegue dar conta de todas as composições temporais. A dimensão poética do documento (LISSOVSKY, 2004) permanece a despeito de sua perda física. O apagamento pretendido pelos militares está circunscrito às outras dimensões do documento: o seu caráter de registro, de expressão da verdade, de prova.

O apagamento (e o esquecimento produzido) do acervo foi uma ação apenas, no meio de tantas outras. A descoberta de outro material e o uso que dele fazemos aqui também é apenas uma ação no meio de milhões – e, por isso, entendemos que toda ação é política porque forjada em meio às tensões, distensões, encontros e desencontros, desenvolvimento e enfraquecimento de ideias. Agimos em meio à multiplicidade de outras ações e a circulação do poder. Todos os percursos que estivemos acompanhando ao longo desta pesquisa demonstram que o acontecimento político não possui um contorno fechado, não é um fato isolado ou recortado que possa simplesmente desaparecer em função de um desejo de poder

absoluto sobre sua existência ou seu desaparecimento. Apesar do nível de truculência, violência e destruição sistemática que os governos militares submeteram uma nação inteira em vários âmbitos, há sempre algo que escapa. Esse algo é o acontecimento político, que distante da sua falsa sina de registro histórico – passível de ser destruído apenas (e enquanto) suporte material físico – pode ressoar e produzir ecos que ainda escutamos.

De acordo com o bilhete da ouvinte, a ordem foi dada para que se efetuasse a destruição do conjunto de documentos. No entanto, os documentos sobreviveram e ora nos servem como fonte alternativa para a comprovação de que um dia o acervo da Rádio Mayrink Veiga abrigou materiais que podem ser considerados como importantes pistas de uma oposição ou de um embate político entre forças que se quis apagar. Nesse caso, houve um desejo de assenhoreamento sobre os caminhos da memória – ainda que essa tarefa, de modo completo, se configure impossível. Apaga-se efetivamente o que não se quer que apareça ou o que não se quer que fique marcado, registrado. Então, apaga-se o registro e, assim, toma-se por princípio que aquilo não existiu. Isto nos parece um equívoco. No que tange à memória torna-se tarefa inglória, já que esta se produz e não se ancora somente no registro histórico. A memória produzida pelo acontecimento, ecoa, reverbera e viaja no tempo, repousando ou acelerando processos, mas sempre em movimento.

Outro ponto que vale ressaltar é que os documentos textuais aos quais tivemos acesso só sobreviveram porque um oficial do Exército não cumpriu uma ordem do regime, o que nos leva direto à questão da constituição do poder político – e de que todo poder, que teoricamente tende a querer conservar-se, também é constituído com e a partir das forças contrárias: o que existe é sempre o poder circulando e concomitantemente sua face de resistência. A resistência sobre a qual falamos não é uma resistência por oposição, mas uma resistência por afirmação (FOUCAULT, 1997). A ordem foi dada mas não foi cumprida e os documentos estiveram sob a guarda dos familiares do militar até o ano de 2009. Não sabemos se o oficial fazia parte do grupo de simpatizantes militares de Leonel Brizola – havia um grande grupo na região Sul do país e o conjunto documental é originário do Paraná –, não sabemos se ele não destruiu apenas por perceber que se tratava de uma análise detalhada das operações de escuta militares e pudesse servir a algum outro propósito no futuro. Enfim, poderíamos imaginar dezenas de hipóteses, mas a verdade é que a razão pela qual os documentos não foram destruídos é praticamente impossível de ser revelada. O fato é que os documentos apareceram e, hoje, podemos analisá-los enquanto registros produzidos nos primeiros meses após o golpe militar, sem no entanto, restringi-los ao período e tendo em

vista o tipo de produção de subjetividade implicados tanto na sua produção quanto na sua destruição. Percebemos tanto este conjunto documental quanto o desaparecimento do acervo da Rádio Mayrink Veiga como uma relação entre produção de memória, poder e resistência, no sentido que Foucault poderia fornecer a esta relação (1997).

Conseguimos compreender que as forças que atuaram tanto no apagamento do acervo da Rádio Mayrink Veiga quanto na produção dos documentos do Exército produziram memórias derivadas de relações de poder e assujeitamento (FOUCAULT, 1997). A partir de práticas que selecionaram e escolheram o que devia ser lembrado e o que devia ser esquecido, também foi fabricada uma memória própria. Todos os procedimentos e mecanismos do poder políticos foram postos à serviço da destruição, do apagamento e também da fabricação própria de lembranças – lembranças oficiais, que ora continuam sendo objeto de disputa. Os registros documentais militares são a expressão das subjetividades produzidas a partir da esfera dominante: são um misto de documento-monumento – a memória artificial e oficial, intencionalmente produzida e propagada entre os arquivos militares – e a contra-memória, que foi produzida a partir de lutas que opunham dois estratos – de um lado a atuação dos sistemas de submissão, que funcionam a partir do modelo metafísico; de outro, as forças sociais que já denunciam que o que há são descontinuidades e heterogeneidades, mas que ainda se evidenciam por resistir por oposição (idem).

O conjunto documental do Exército registrou a movimentação em torno da construção de um grupo de guerrilha armada chefiado por Brizola e é bem representativo do ponto de vista do poder sobre o qual falamos: de um lado o Exército seguindo os passos dos grupos e (possivelmente) colocando escuta nos estúdios da Rádio Mayrink Veiga; de outro Brizola inflamando e manipulando a massa de ouvintes através dos discursos prolixos e convocatórios para uma revolução popular. Os depoimentos dos membros dos *Grupos de Onze* que foram entrevistados pela CBN, revelam que a estrutura da revolução era precária e que as pessoas envolvidas eram, em sua maioria, pessoas simples e humildes, que não tinham a dimensão exata de como era a proposta do movimento. A tônica dos discursos (sobre os quais versam os documentos do Exército) é a de uma resistência por oposição e sabemos o quão desigual era a disputa política travada à época por Brizola e por tantos outros. O que vimos até aqui corrobora a nossa tese de que o poder está em toda parte e se manifesta no campo social através da produção de verdades e memórias. No entanto, podemos observar que a atitude do militar em não seguir a ordem e destruir a documentação nos sugere que aí se construiu um tipo de resistência por afirmação. Ele não destruiu e guardou. Não revelou a

ninguém e nem denunciou nada. Também não entregou a documentação ao arquivo do estado do Paraná – que é um dos pioneiros na abertura dos documentos da ditadura sob sua guarda. A única exigência era que os documentos nunca tivessem a fonte revelada. O caminho que o documento seguiu para chegar até aqui também nos revela o seu caráter poético. Há uma dimensão nesse documento, há uma espessura processual, que nos fez entender que essa memória poderia ser criada, já que ele, enquanto documento havia escapado da sina de ser apenas mais um registro histórico, tornando-se um acontecimento político.

Ainda conseguimos ouvir os ecos das memórias produzidas com e a partir dos dois objetos sobre os quais nos debruçamos: o desaparecimento do acervo e o conjunto documental do Exército. O desaparecimento do acervo é a expressão de um projeto totalitário em ação; é o desejo de propriedade e controle sobre o que foi produzido à época, mas também um desejo de se controlar ainda o futuro, numa tentativa de coibir as reverberações possíveis. No entanto, como este tipo estratégia de assenhramento da memória se afina mais com uma lógica arborescente – onde se pretende exterminar a planta arrancando-lhe as raízes, mas esquecendo-se do impulso de propagação vital, que é a sua natureza primeira – o sucesso da empreitada é apenas temporário e percebemos que se encontra no domínio do relativo, circunscrita aos aspectos de estratificação, de ordenação moral do mundo e de uma prevalência longa e institucional do caráter vencedor (estabelecido *a priori*) dos instrumentos de dominação. E, certamente, não é somente desse modo que os acontecimentos se produzem. Sem dúvida, fazem-nos acreditar que a lógica do extermínio, da repressão e da subordinação é inescapável. Entretanto, compreendemos que é possível produzir outra lógica que nos proporcione uma nova forma de existência. A lógica da dominação é um sistema operacional binário: um lado que domina e outro que é dominado. Como já vimos em tópico anterior, há uma outra lógica sendo produzida, em muitos lugares, por todo o tempo. É a lógica rizomática, que se entranha no tecido social e se espalha e tal qual erva daninha, é praticamente impossível de exterminar. Os piores venenos já foram experimentados para proceder no seu combate, mas como os insetos ancestrais, que dizem sobreviver até as hecatombes nucleares, o rizoma segue se espalhando, sendo a expressão mais notável da força da vida (DELEUZE, 2006d).

Como nos alertou Foucault (2008), o poder não é algo confinado entre paredes, não é uma entidade ou um bastão que passa de um soberano a outro; o poder se produz, se espalha e se conserva através de estratégias e mecanismos que têm por objetivo regular e controlar as formas de existência, sendo calcados em regimes morais, econômicos e

religiosos, ou seja, eminentemente, regimes políticos. Quando um apagamento forçado é realizado por um regime político, o seu objetivo é claro: controlar a memória e a produção de subjetividades inerentes à própria força de existir. Tanto o apagamento do acervo quanto o conjunto documental têm uma dimensão que não pode ser desprezada, são objetos que não podem ser somente observados à luz excessiva dos projetos iluministas. Do nosso ponto de vista, parece impossível apagá-los completamente ou enxergá-los apenas como “registros sonoros que desapareceram” ou como “conjunto documental do Exército que não foi destruído e que continha informações estratégicas da formação dos *Grupos de Onze*”. Há uma processualidade nesses documentos-acontecimentos que os tornam não apenas insubordináveis à lógica da dominação mas coexistentes a todas as tentativas de extermínio e apagamento, pois se afirmam enquanto memória e produção de subjetividade, atravessando as instâncias do molar e do molecular (DELEUZE, 2007).

Por que as estratégias de domínio, extermínio e repressão não dão conta de dominar, exterminar e reprimir absolutamente? Se retornarmos a Bergson (1999) entenderemos em primeiro lugar porque a lógica da dominação se inscreve na esfera do relativo, ou seja, funciona a partir do que já está estabelecido, dos estratos, dos fixos, das identidades, das regras – não nos esqueçamos dos projetos de Estados-nação, dos contornos bem marcados, das fronteiras bem delimitadas, dos documentos-monumentos e do reconhecimento científico – e mantêm com o mundo material uma relação baseada na análise, na identificação de pontos comuns, buscando ligá-los a outros – é como se tudo já estivesse pré-determinado e os dados fossem anteriores, pré-existent à relação. Esse descolamento da realidade provoca uma ilusão de pureza, como se o seu contrário, isto é, um objeto que se constitui na relação, estivesse contaminado, poluído. Nessa perspectiva dicotômica e dualista, o objeto não o é em si, mas pode se exprimir através da negação daquilo que ele não é. O objeto só é alguma coisa quando em relação de comparação com outro, isto é, perdendo sua singularidade. A construção de uma identidade, nesse caso, só faz a partir da imposição de um padrão ao qual todas as diferenças estejam submetidas, avaliadas e mais ou menos valoradas de acordo com o que foi previamente estabelecido. Se o procedimento for este – baseado na relação entre duas entidades fixas e estabelecidas *a priori* – estaremos tomando a realidade como um decalque, aprisionando-a num tempo espacializado e consequencial, que lhe rouba o movimento da vida, tentando exterminá-la e condicioná-la a uma representação social, a um registro estratificado e desprovido de processualidade (DELEUZE, 2008).



Em segundo lugar podemos perceber que os documentos-acontecimentos – tanto a tentativa de apagamento como o conjunto de documentos do Exército – resguardam sua dimensão poética, ou seja, produzem um tipo de subjetividade (e de memória), que se constitui a partir da lógica rizomática, que atualiza tendências (age) no campo social. Desse modo, consideramos que a relação é primeira, sendo a partir dela que se produzem os sujeitos e os objetos, ao invés de pensarmos que a relação é apenas condicionada e subordinada a padrões fixos ou a objetos pré-existentes.

Nessa perspectiva, os objetos surgem ao mesmo tempo em que surge o questionamento – ou seja, a memória que surge já é fruto do exercício micropolítico; é ação. A memória produzida a partir de uma lógica rizomática não pode ser exterminada porque não toma nenhum dado como pré-existente, ela se faz a partir do que surge, do que escapa, do que fulgura e do que se compõe em uma relação. Por não se prender ao dado, ao registro, ou às raízes que lhe asseguram um lugar sagrado e morto (um *locus mémoire*), a memória social criadora se configura a partir dos afetos, dos encontros e desencontros, dos jogos de força, dos conflitos. A memória social que surge a partir do acontecimento político é o próprio coletivo de forças, que substitui a oposição da lógica de dominação por uma relação entre os planos: o dos fixos, que organiza as coisas definidas e estáveis e corresponde a uma segmentação estratificada da realidade e o plano das forças, que produzem a realidade, captando as modulações e os estados de movência das coisas. Portanto, torna-se impossível controlar e exterminar completamente algo que não se sabe quais caminhos irá percorrer (TARDE, 1976).

O apagamento dos registros sonoros e a ordem para destruir um conjunto documental que sobreviveu demonstram que a tentativa de extermínio se passou no âmbito do relativo, ou seja, o regime procurou controlar o acesso à documentação produzida pelo Estado, classificando-a, dando-lhe prazos para abertura conforme o grau de importância atribuído, e decidindo que algumas coisas não deviam sequer permanecer sob a guarda das instituições públicas. Então, escondem-se os arquivos, apagam-se os registros e se pratica – até hoje - o controle de acesso: decide-se na esfera governamental o que se pode ou o que não se pode abrir da documentação ou no âmbito institucional, que seleciona quem pode ou não ter acesso, a despeito das garantias existentes na forma da lei. Entretanto, a lógica de dominação só alcança o registro, que vive sob o domínio relacional dos arquivos, extremamente ocupados com as dimensões da verdade, da prova, da assinatura, do lugar da memória oficial, de natureza intencional. A dimensão poética acolhe os vazios, os hiatos, o

não-lugar; é a memória criadora, força vital sempre em processo de diferenciação, efeito de superfície, que toca o profundo-raso da pele. É a lógica do sentido (DELEUZE, 2006b).

O acontecimento político tem milhares de nuances, de distensões que ultrapassam dicotomias maniqueístas e a circunscrição formal do tempo cronológico, ajustando-se mais a uma espécie de composição social. No entanto, todo movimento, toda ação, todo acontecimento tende também a ser capturado. Como é um jogo de forças que se dá no campo social, há tendências que se atualizam enquanto movimento de escape e outras tendências que se atualizam enquanto captura, mas sempre alimentando e sendo alimentado pelas potências que, em se atritando, produzem memória e subjetividade. É o que veremos a seguir.

## 5.2 AI-5: a memória amordaçada (1968)

*Às favas, senhor presidente, com todos os escrúpulos de consciência.*

*Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho e da Previdência Social, durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional que promulgaria o AI-5, votando a favor.*

*Senhor Presidente, da leitura que fiz do Ato Institucional cheguei a sincera conclusão de que o que menos se faz nele é resguardar a Constituição que no artigo primeiro se declara preservada. Estaria faltando a um dever para comigo mesmo se não emitisse com sinceridade esta opinião, porque a Constituição é antes de tudo um instrumento de garantias de direito da pessoa humana e da garantia dos direitos políticos e não sobra, nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa realmente ser apreciável como sendo uma caracterização de um regime democrático.*

*Pedro Aleixo, vice-presidente da República, durante a reunião do Conselho de Segurança Nacional e único voto contrário à promulgação do AI-5.*

Em 13 de dezembro de 1968, às 20 horas de uma sexta-feira, as cadeias de rádio e televisão levariam a público o resultado de uma reunião que durou cerca de duas horas – e que aconteceu no Palácio Laranjeiras, no Rio de Janeiro – reunindo o presidente da república Costa e Silva e todos os seus ministros. O Ato Institucional 5, o AI-5 – o quinto ato institucional<sup>70</sup> promulgado desde o golpe militar de 31 de março de 1964 – seria o passo mais radical no recrudescimento de uma política altamente repressora que se instalara no país desde a deposição de Jango. O AI-5, entre outras medidas arbitrárias, promulgou a cassação dos

---

<sup>70</sup> Normas de natureza constitucional expedidas entre 1964 e 1969 pelos governos militares que se sucederam após a deposição de João Goulart em 31 de março de 1964. Ao todo foram promulgados 17 atos institucionais, que, regulamentados por 104 atos complementares (AC), conferiram um alto grau de centralização à administração e à política do país. Cf. DHBB, 2001.

direitos civis de quem fosse contra o regime ou pudesse ser considerado como tal – e a partir de critérios bastante duvidosos. Se relembrarmos o que propõe Foucault (1997), as práticas de assujeitamento têm por objetivo controlar e, de alguma maneira, produzir uma versão oficial dos fatos. A promulgação de atos institucionais desde que o regime militar se estabeleceu, tornou-se atividade corriqueira; cada movimento da oposição ao regime ou mesmo a própria movimentação da sociedade, era observada de perto pelos órgãos do governo, que através de instrumentos de vigilância espalhados pelo corpo social, operavam uma varredura sistêmica nas vidas das pessoas. Parece-nos que o objetivo era produzir provas de supostas atividades subversivas. Produzir documentos que pudessem ser usados para prender, cassar e interrogar alguém. E, certamente, produzir documentos sobre isso: uma versão oficial.

O ano de 1968 foi marcado por protestos políticos no Brasil e no mundo inteiro. O movimento estudantil tomava as praças e legiões de jovens, donas-de-casa, minorias sexuais, intelectuais, desempregados – enfim, a sociedade civil – reuniu-se para levar adiante reivindicações por mais liberdade. Na França, estudantes liderados por Daniel Cohn-Bendit ocuparam a torre administrativa da Universidade de Nanterre e criaram o “Movimento 22 de Março”. Em 04 de abril, Martin Luther King, o pastor negro e Prêmio Nobel da Paz em 1964, que era o mais atuante ativista contra a segregação racial nos EUA, foi assassinado por um segregacionista branco em Memphis (Tennessee). Os distúrbios que se seguiram atingiram as grandes cidades americanas, entre elas Washington. Pouco tempo depois, o presidente americano Johnson assinaria a lei dos direitos cívicos, proposta por King. A agitação universitária se transformou em insurreição na madrugada de 10 de maio, com barricadas e incêndios de viaturas policiais no bairro Quartier Latin, em Paris. Uma greve geral convocada para o dia 13 do mesmo mês paralisaria o país. Atônito a princípio, o governo se reorganizou e, no dia 30, uma grande manifestação de apoio ao presidente Charles de Gaulle, declarava: "Não sairei". Em julho, De Gaulle venceu as eleições legislativas e se fortaleceu novamente. Enquanto isso a agitação causada pelos protestos contra a Guerra do Vietnã (1959-1975) se instalou nos campi norte-americanos. O maio parisiense se estenderia a países como a Itália, a Alemanha, o Brasil, a Turquia e o Japão. Em agosto explode um movimento de repressão à Primavera de Praga, na Tchecoslováquia. Nomeado secretário do Partido Comunista tcheco em janeiro, Alexander Dubcek instaura a experiência original do "socialismo com face humana" e liberaliza o regime, algo inaceitável para Moscou, que, no dia 21, envia os tanques do Pacto de Varsóvia (aliança militar dos países do Leste Europeu) para reprimir os anseios por democracia. Em outubro, num massacre no México, morreram entre 200 e 300 estudantes

que realizavam protestos após serem atacados pelas forças de ordem, no dia 2 de maio, na praça das Três Culturas, na Cidade do México. O massacre ocorreu dez dias antes da abertura dos Jogos Olímpicos, quando, diante das câmeras de TV do mundo todo, dois atletas afro-americanos sobem ao pódio com os punhos erguidos com luvas negras, uma saudação do grupo (americano) de defesa dos direitos civis aos negros, os “Panteras Negras” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008).

A repercussão tardeana tem como premissa que as composições do corpo social podem criar um movimento de propagação de ideias que rompem e ultrapassam fronteiras. Circulam no corpo social fluxos de crença e desejo, verdadeiros *quantas sociais*, se entranhando, se imiscuindo, formando uma onda de propagação – a onda não diz respeito apenas aos indivíduos, mas se *propaga* com e a partir deles. A teoria social de Tarde (1976) introduz no campo social uma perspectiva afetiva, ou seja, um vitalismo afetivo que alavanca processos a partir dos quais os homens – como seres sociais – entram em composição com a natureza. Os homens se unem em torno de uma ideia e, agindo por imitação, criam outros fluxos, num processo de propagação ilimitado e ao mesmo tempo sempre singular, posto que este tipo de imitação-propagação é sempre sobre o processo de repetição das diferenças *ad infinitum*. No entanto, mesmo as ideias que correm o mundo e se desenvolvem de formas diferentes em vários lugares por onde se propagam (TARDE, 1976), tendem também a ser contidas ou capturadas (DELEUZE, 2007).

No Brasil, o movimento estudantil que já protestava contra os ditames da política tradicional, passou a lutar a favor da liberdade civil e de costumes, e numa virada mais radical, surgiram grupos mais organizados para combater as arbitrariedades impostas pela ditadura. Desde o final de 1967, Carlos Lacerda, que era um dos líderes da Frente Ampla – movimento nacional de oposição civil ao regime militar iniciado em meados de 1966 e que congregava ainda seus antigos rivais como Juscelino Kubitschek e João Goulart – deflagrou uma dura campanha contra o presidente Costa e Silva. Lacerda mudara de lado, já que fizera parte do grupo que apoiara o golpe de 31 de março de 1964, assim como tantos outros que haviam feito o mesmo e que posteriormente seriam alvo das sanções da ditadura. No início de 1968, a Frente Ampla que intensificara suas investidas contra o governo militar, apoiando inclusive as manifestações estudantis – que por sua vez, contavam com a simpatia da classe média e de segmentos da Igreja Católica – teve suas atividades proibidas. A portaria nº 177 de 5 de abril de 1968, expedida pelo ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, proibiu

as atividades do movimento sob a forma de manifestações, reuniões, comícios e passeatas. Pouco tempo depois, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho afirmou que os eleitos para a direção de sindicatos teriam a sua posse condicionada à apresentação de um “atestado de ideologia”. Segundo Maria Celina D’Araújo (2001, p. 1) outras medidas começaram a ser tomadas em função da movimentação popular:

Uma greve dos metalúrgicos em Osasco, em meados do ano, a primeira greve operária desde o início do regime militar, também sinalizava para a “linha dura” que as medidas mais enérgicas deveriam ser tomadas para controlar as manifestações de descontentamento de qualquer ordem. Nas palavras do ministro do Exército, Aurélio de Lira Tavares, o governo precisava ser mais enérgico no combate de “ideias subversivas”. O diagnóstico militar era o de que havia “um processo bem adiantado de guerra revolucionária” liderado pelos comunistas.

Isso nos remete àquilo que Negri e Hardt (2005) se esforçam para nos chamar a atenção: que o que existe é um movimento primeiro da multidão. A manifestação da potência democrática é o que acontece nas ruas, nas casas, nas ideias, nos modos de vida – já organizadas porque a multidão tem uma organização ontológica; o movimento da multidão funda o político em vez de ser uma representação, uma situação mediada. O objetivo do Estado é tentar aplacar, às vezes, através de instrumentos autoritários – como os atos institucionais, por exemplo – as forças mais potentes da multidão (NEGRI, 2002). Certamente grande parte do movimento oposicionista já estava organizado em diversos segmentos e em vários níveis, mas ainda assim, a luta era desproporcional, posto que nesses casos, não falamos do ponto de vista da imanência e sim dos poderes transcendentais. Sem dúvida, que mesmo no plano da imanência há campos de força mais potentes e outros mais fracos. Entretanto, como o plano não comporta estratificação, o embate se dá por disputas entre feixes de fluxos, ou seja, a luta é processual e baseada no vitalismo afetivo (TARDE, 1976). Já no modelo de Estado hobbesiano a lógica é da dominação, da digestão dos conflitos. O objetivo é equalizar, pasteurizar, homogeneizar, igualar os desvios através do constitucionalismo e do contratualismo, que prevêem uma forma de funcionamento unificada, personificada num representante que media as vontades (NEGRI; HARDT, 2005). Os estados totalitários ignoram o valor dos acordos constitucionais e criam medidas sobrecodificadas, revogam direitos e legislam à revelia do poder legislativo constituído. É a instalação de um regime ditatorial.

No início de setembro, o deputado Márcio Moreira Alves<sup>71</sup> (MDB) fez um apelo na Câmara dos Deputados para que o povo não participasse das comemorações militares e dos desfiles de 7 de setembro, pedindo ainda que as moças “ardentes de liberdade” se recusassem a sair com oficiais militares. O deputado reagira com este discurso por conta dos abusos praticados numa invasão que ocorrera na Universidade de Brasília. Esse discurso tornou-se o principal pretexto para a que os militares promulgassem o AI-5. O pronunciamento foi acompanhado por uma minoria no plenário da Câmara e só mereceu uma pequena nota na Folha de São Paulo, sem ter repercutido eloquentemente em outros jornais ou meios de comunicação. Na mesma época, o deputado Hermano Alves, também do MDB, escreveu uma série de artigos no *Correio da Manhã*, que foram considerados “ameaçadores e provocativos”. Diz Celina D’Araújo (2001, p. 1):

O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram "ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis". O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político, entrecortados pela visita da rainha da Inglaterra ao Brasil, e no dia 12 de dezembro a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves. No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas-corpus.

Ainda no dia 13 de dezembro, o ato complementar 38, ou AC-38, decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Logo após a divulgação do AI-5, foram presos diversos jornalistas e políticos que haviam manifestado sua oposição ao governo dentro ou fora do Congresso. Entre eles incluíram-se o ex-presidente Juscelino Kubitschek, e ex-governador Carlos Lacerda e vários deputados federais e estaduais da Arena ou do MDB. Em 30 de dezembro, foi divulgada a primeira lista de cassações posterior ao ato. Onze

---

<sup>71</sup> Márcio Emanuel Moreira Alves nasceu no dia 14 de julho de 1936, no Rio de Janeiro e iniciou sua carreira profissional como repórter no *Correio da Manhã*, sendo premiado, em 1957, com o prêmio Esso de reportagem por sua matéria a respeito da crise política de Alagoas naquele ano. Entre 1958 e 1963 cursou a Faculdade de Direito da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Adversário do governo de João Goulart (1961-1964), apoiou inicialmente o golpe militar de 31 de março de 1964, voltando-se contra o regime de força por ele instituído a partir da edição, em abril, do Ato Institucional nº 1. No mesmo ano, juntamente com os jornalistas Oto Maria Carpeaux, Edmundo Muniz, Hermano Alves e Carlos Heitor Cony, comandou forte campanha em defesa dos presos políticos, denunciando a prática de torturas em prisões brasileiras. Cf. DHBB, 2001

deputados federais — encabeçados por Márcio Moreira Alves, seguido de Hermano Alves e Renato Archer — tiveram seus mandatos cassados, enquanto Carlos Lacerda teve seus direitos políticos suspensos. No dia seguinte, 31 de dezembro, o presidente Costa e Silva fez um pronunciamento através de uma cadeia de rádio e televisão declarando que o AI-5 não fora “a melhor das soluções, mas sim a única” para combater a “ansiada restauração da aliança entre a corrupção e a subversão”. Afirmou ainda o presidente: “Salvamos o nosso programa de governo e salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário.” (DHBB, 2001).

Dois aspectos na fala de Costa e Silva – alguns dias depois da promulgação do AI-5 – nos chamam atenção: o primeiro é o que se refere às decisões contidas no ato terem sido consideradas como única saída viável devido ao grau de periculosidade das forças subversivas; o segundo aspecto é o concernente à instauração de procedimentos de cassação, revogação de direitos, vigilância e outros como uma medida democrática. O discurso é dúbio, pois estabelece igualdade de condições entre a força do Estado autoritário, que se instalara em 1964, e os opositores do regime; ao tomar a promulgação do ato como “única saída possível”, os militares passaram por cima da Constituição e abandonaram o frágil diálogo que ainda se mantinha com o Congresso Nacional ao decretar o seu recesso. As práticas e os mecanismos de poder utilizados na promulgação e no cumprimento do AI-5 foram muito além dos dez anos que ele esteve em vigor. A propagação dessas ideias tomou um vulto assombroso e permaneceu viva no imaginário de muitos brasileiros por muito tempo. Houve uma repercussão no campo social do tipo de subjetividade criada a partir da lógica da dominação (FOUCAULT, 1997): os militares até hoje chamam o golpe militar de “Revolução de 64”, comemoram a data e se autointitulam revolucionários.

A reunião do Conselho de Segurança Nacional (CSN) que antecedeu a promulgação do AI-5 aconteceu a portas fechadas e foi gravada pelo chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, com o consentimento de todos os presentes – todas as reuniões do CSN eram gravadas. A gravação em fita de rolo magnético foi a fonte usada para a redação da ata oficial da reunião e o formato escrito se encontra disponível para consulta pública, assim como também é possível acessar o próprio texto do ato institucional através dos sites oficiais do governo federal. Entretanto, até meados da década de 1980 não se sabia se a fita havia sido destruída ou se estava escondida em algum lugar. O mistério em torno da fita se desfez quando Heitor Aquino Ferreira, ex-secretário da Casa Civil, encontrou uma cópia em formato cassete em caixas que haviam ficado na garagem de Golbery, em Luziânia (DF), por mais de

20 anos. Contudo, a fita original em rolo nunca apareceu e também se desconhece quem fez a transferência de um meio físico para outro. Heitor Ferreira doou vários documentos que haviam sido guardados por Golbery para o jornalista Élio Gaspari e boa parte do material serviu de fonte documental para sua quadrilogia de livros sobre a ditadura brasileira. Gaspari fez cópias da fita cassete e as entregou para o SEDAU (Centro de Documentação de Audiovisual da Câmara dos Deputados, em Brasília). Também há uma cópia da mesma gravação no Instituto Moreira Salles (IMS), em São Paulo, já que em determinada ocasião alguns técnicos do IMS-SP tiveram que recuperar partes do áudio que desaparecera do suporte físico em circunstâncias confusas. A cópia que obtivemos foi através do SEDAU e via atendimento eletrônico. Todo o processo foi razoavelmente simples e sem grandes burocracias. O SEDAU, que é uma instituição pública federal, cumpriu sua tarefa com presteza e eficiência. Devemos ressaltar que o órgão recebeu o material de uma fonte não oficial, tratando-a tecnicamente e tornando seu acesso público, sem manifestações de temores infundados ou cometendo arbitrariedades por suposto excesso de zelo. Um bom exemplo para os arquivos públicos brasileiros.

É possível pensar, a partir da proposta de Maurício Lissovsky (2004), que existam instituições públicas que reconheçam a dimensão poética e o caráter distendido do documento. Ao acolher uma documentação fora dos padrões tradicionais – já que a fonte não era oficial e a gravação não era original – o SEDAU garantiu a muitos pesquisadores o acesso público e irrestrito a um tipo de material que poderia estar inacessível se estivesse ainda classificado ou mesmo desclassificado mas sujeito à licença especial ou critérios de triagem para pedidos de cópia ou pesquisa. Desse modo, compreendemos que mesmo uma instituição pública, que certamente foi forjada partindo de um modelo tradicional, pode romper um ciclo de reprodução quase imutável de gestão da informação. As informações e os documentos, que no sentido proposto por Lissovsky (*idem*) habitam a esfera das representações sociais (função historiográfica, republicana, cartorial, cultural), podem continuar se mantendo estáveis e encontráveis, sem, no entanto, perderem suas auras e suas dimensões poéticas.

A divulgação da gravação da reunião, sem dúvida, produz um tipo de subjetividade diferente da que produziu a leitura do ato em si em cadeia nacional de rádio e televisão. Ambas são a expressão de um tipo de memória política produzida pelo regime, no entanto, são distintas do ponto de vista de sua natureza: a gravação é o registro sonoro do embate entre as forças de oposição e conciliação sobre a promulgação ou não do ato; a redação e a divulgação do ato institucional em si já são os produtos finais da luta que houve



anteriormente. Segundo Tarde (1976) podemos pensar que mesmo dentro de uma tendência dominante – a discussão do CSN naquela tarde demonstrava uma fraca corrente opositora, na pessoa do vice-presidente Pedro Aleixo, compondo com outra corrente mais forte, defendendo a promulgação do ato – há expressões coincidentes, dissidentes e desistentes e esta é a mais genuína expressão do político (TARDE, 1976). De outro lado, esta tendência opositora que estava desequilibradamente dividida, compôs-se e fortaleceu-se, produzindo uma oposição mais forte, ganhando a tendência à propagação e resultando na promulgação do AI-5. Mesmo dentro dos estratos dominantes, que são molares e, por condição de existência, são afinados com a estabilidade e a homogeneidade, enxergamos a dimensão do conflito e a luta entre pequenas variações e quantas de força envolvidos nas ações (DELEUZE, 2007).

A reunião do Conselho foi presidida pelo presidente Costa e Silva e pelo vice-presidente Pedro Aleixo e os votos dos ministros ouvidos na gravação a que tivemos acesso são de: Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha), Aurélio de Lyra Tavares (Exército), José de Magalhães Pinto (Relações Exteriores), Antônio Delfim Netto (Fazenda), Mário David Andreazza (Transportes), Ivo Arzua Pereira (Agricultura), Tarso Dutra (Educação e Cultura), Jarbas G. Passarinho (Trabalho e Previdência Social), Márcio de Souza e Mello (Aeronáutica), Leonel Tavares de Miranda Albuquerque (Saúde), José Costa Cavalcanti (Minas e Energia), Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão (Planejamento), Afonso A. Lima (Interior), Carlos F. de Simas (Comunicações), Emílio Garrastazu Médici (Chefe do Serviço Nacional de Informações – SNI), Orlando Geisel (Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas), Adalberto de Barros Nunes (Almirante-chefe do Estado-Maior da Armada), Adalberto Pereira (Chefe do Estado-Maior do Exército), Huet Sampaio (Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica), Luís Antônio da Gama e Silva (Ministro da Justiça), Rondon Pacheco (Chefe do Gabinete Civil), Jayme Portella (Chefe do Gabinete Militar).

No início da sessão, o presidente faz uma longa exposição explicando as medidas contidas no texto justificando o ato, reconhecendo-se como herdeiro da “Revolução de 64” – como os militares chamam até hoje o golpe militar – e afirmando que “ou a revolução continua ou se desagrega”<sup>72</sup>. Sua defesa se faz sempre em torno do cumprimento da Constituição e da democracia e fala em tom mais alterado que o ato será uma reação, uma medida enérgica por conta das ofensas proferidas dentro da Câmara dos Deputados e do

---

<sup>72</sup> Áudio original da reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 13 de dezembro de 1968. Originário do arquivo particular de Golbery do Couto e Silva, e atualmente disponível no SEDAUI (Setor de Audiovisual da Câmara dos Deputados, DF), 2009.

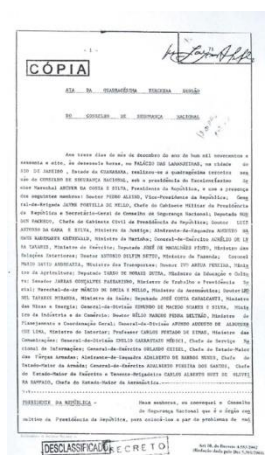
Congresso Nacional [referindo-se ao pronunciamento de Márcio Moreira Alves em 2 de setembro no plenário da Câmara]. Diz Costa e Silva (SEDAU, 2009):

Vamos tomar no sentido de uma manifestação ou uma expansão ou uma estrapolação de recalques, que porventura tenha sido pela hostilidade do poder público em relação à área política? Não creio. Porque não creio que a área política tenha merecido de quaisquer poderes, de quaisquer chefes de Estado as considerações que tivemos que prestar a essa raça. A ponto de até me comprometer na minha área militar de onde eu estou ausente, da minha área revolucionária, de onde eu surgi, e onde pretendo manter-me à custa de qualquer sacrifício.

Quase no fim da preleção, o presidente afirma que a decisão já está tomada, mas que ele pretende ouvir cada um dos membros do Conselho porque ele “não os despreza” e também “precisa saber o que cada um sente, o que cada um pensa e o que está errado”. Costa e Silva passa a palavra para o vice-presidente Pedro Aleixo, que num discurso de defesa longuíssimo, manifesta sua recusa em admitir que o ato seja a única saída. Aleixo chegou a propor que se tomasse providências legais em torno da questão de Márcio Moreira Alves, mas na sequência de sua fala sugere que ao invés de se promulgar o ato, que se pense na possibilidade de decretar “estado de sítio”. Vejamos:

Nesta oportunidade, pois, o que me parece aconselhável, seria antes do exame de um Ato Institucional, a adoção de uma medida de ordem constitucional que viesse a permitir o melhor exame do caso em todas as suas consequências. A medida seria a suspensão da Constituição por intermédio do recurso do Estado de Sítio. Acrescento, senhor presidente, que da leitura que fiz do Ato Institucional, cheguei à sincera conclusão de que, o que menos se faz nele é resguardar a Constituição que no seu artigo 1º declara-me preservada. Eu estaria faltando um dever comigo mesmo se não emitisse, com sinceridade, esta opinião. Da Constituição, que é, antes de tudo, um instrumento de garantia dos direitos da pessoa humana e da garantia de direitos políticos, não sobra nos artigos posteriores, absolutamente nada que possa ser realmente apreciada como uma caracterização do regime democrático. Há, desde logo, a possibilidade de ser decretado um recesso do Congresso e, também, de todas as Assembléias Legislativas até mesmo as de caráter municipal. Confia-se, imediatamente, ao Poder Executivo, a faculdade de legislar. Ressalva aí, e nisso até me parece a recordação de alguma coisa feita indevidamente, a questão da percepção da parte fixa dos subsídios, o que, no meu entender, seria o de menor importância para ser defendida pelo próprio Congresso, ou por qualquer deputado ou senador digno, que seria o fato de receber subsídios indevidos, durante um recesso, que não se sabe qual a sua duração. De outra parte, as demais garantias constitucionais, são de tal modo suspeitas, que nem os próprios tribunais poderiam realmente funcionar para preservar, realmente, quem quer que seja, do abuso do mais remoto, do mais distante, e vamos dar ênfase assim, usando uma linguagem vulgar, do mais ínfimo de todos os agentes da autoridade. Pelo Ato Institucional, o que me parece, adotado esse caminho, é que estaremos com uma aparente ressalva da existência de vestígios dos poderes constitucionais decorrentes da

#### Ata do Ato Institucional nº 5



Constituição de 24 de janeiro de 1967, e instituindo um processo equivalente a uma própria ditadura. Se é necessário fazê-lo, se esta é uma contingência da necessidade, então o problema se apresenta sob um outro aspecto do ponto de vista jurídico. No entanto, eu entendo que, realmente, o Ato Institucional elimina a própria Constituição. (...) Nessas condições, respeitando, como me cumpre respeitar a opinião contrária, compreendendo como pude compreender todas as altas razões de Estado que inspiram vossa excelência, e inspiraram os elaboradores deste documento, eu, muito humildemente, muito modestamente declaro que a ter que se tomar uma medida desta natureza que precisa ser tomada em virtude da necessidade de uma afirmação, eu começaria exatamente pela declaração do Estado de Sítio. O Estado de Sítio preveniria todas aquelas perturbações que decorreriam exata e rigorosamente daquele ato de recusa da licença para processar o deputado Marcio Moreira Alves.

Após o discurso de Pedro Aleixo, seguem declarando os votos: o ministro da Marinha, Rademaker, e do Exército, Lyra Tavares. Ambos são bastante contundentes na defesa da promulgação do ato e sobem o tom de voz; Rademaker avisa que “não temos que debater juridicamente, legalmente ou constitucionalmente a questão” e que as ofensas pronunciadas pelo deputado Márcio Moreira Alves atingiram as instituições militares em seu âmago. E, ainda segundo o ministro da Marinha, não apenas as Forças Armadas sofreram calúnias, mas a democracia enquanto instituição também foi atacada. Argumenta ele: “os atos que se passaram não foram apenas de palavras, foram de ofensas a uma instituição, e não a uma pessoa. A instituição da democracia, creio que não fica defendida assim, e os meios de repressão não têm defesa por esta Constituição.” Lyra Tavares, por sua vez, é bastante irônico ao comentar o voto contrário do vice-presidente Pedro Aleixo afirmando que “se ele tivesse, diretamente, a responsabilidade de manter esta nação em ordem, ele não se aterias tanto aos textos respeitabilíssimos do direito e das leis.” E afirma que o episódio do deputado é reflexo do desenvolvimento da subversão que está em marcha e que deve ser contida com o estabelecimento de duras medidas. O voto seguinte é o do ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, que aponta que desde o início da “Revolução de 64” ele percebia que “estávamos vivendo uma certa *contradição*. Nós depressa demais instituímos assim uma legalidade que não correspondia à realidade.”

Faz-se necessário ressaltar que os conceitos de “revolução” e “democracia” utilizados durante toda a reunião do CSN encontram-se distantes daqueles com os quais trabalhamos aqui. Compreendemos revolução e democracia como expressões da potência da multidão e na perspectiva retomada por Negri (1993a, 2002), a partir da obra de Spinoza, como já vimos em capítulo anterior. Embora saibamos que o termo democracia é comumente

utilizado para explicitar o sistema de governo de ordem representativa, comportando sistemas de candidatura e eleição diretos e indiretos, nos parece que a situação governamental brasileira não era esta: um presidente eleito democraticamente foi deposto e um governo militar foi instaurado. O panorama político nos revela que vivíamos uma ditadura. No entanto, aparece com frequência nas falas de defesa dos votos a queixa de que a Constituição não dava “aos meios repressores” a total segurança jurídica para agir contra as forças de oposição e que existia a “necessidade premente” de se coibir as atividades subversivas espalhadas por todo o seio social. Os usos dos instrumentos do Estado pelos meios de repressão são colocados como “legítima defesa” em função da “ameaça comunista”. Alguns ministros alegam que a situação é tão grave que consideram as medidas propostas pelo AI-5 insuficientes, pleiteando, inclusive, a realização de mudanças constitucionais. Percebemos, portanto, que o poder dominante, sob a assinatura do Estado totalitário instaurado no país, força a situação ao limite para promulgar o AI-5.

O ministro da Fazenda, Delfim Neto, relata em seu voto que concorda com a proposta do ato institucional e ainda acha que a medida é insuficiente, devendo-se outorgar ao presidente da república o poder de mudar a constituição: “Ela não é suficiente. Acredito que deveríamos atentar e dar a Vossa Excelência a possibilidade de realizar certas mudanças constitucionais, que são absolutamente necessárias para que este país possa realizar o seu desenvolvimento com maior rapidez”. Ivo Arzua, ministro da Agricultura, declara que “nós estamos realmente num momento que podemos denominar de encontro com a verdade nacional.” Todo o seu discurso se faz em torno dos poderes constituídos do Estado, que age em nome do povo, sendo o primeiro responsável pelos direitos que o segundo lhe transfere. Diz ele (SEDAU, 2009):

(...) quem constitui um Estado é o povo, então o povo no ato da Constituição deve dizer daqueles direitos que transfere ao Estado e daqueles direitos que ele conserva para si. As nossas Constituições, senhor presidente – infelizmente eu sou obrigado a dizer isso – foram, tiveram sempre um cunho artificial. Foram sempre Constituições encomendadas a meia dúzia de juristas, naturalmente os mais dignos, os mais capazes, mas isto é o ato final de uma Constituição, é sua forma jurídica. Acredito que a Constituição deve nascer espontaneamente e representar a verdadeira índole de um povo e suas aspirações. A nossa primeira Constituição foi encomendada ao grande gênio nacional, Rui Barbosa, que a copiou da América do Norte. E sucessivamente nossas Constituições foram emendadas e nós temos, nós tivemos, na realidade, colchas de retalhos que não espelham nem a índole nem as aspirações nacionais. E acredito que se esta forma está defeituosa, esta forma irá gerar sempre atos imperfeitos.

A questão que se configura a partir da fala de Ivo Arzua é bastante interessante de se observar: embora ele julgue como adequado que a Constituição nasça do povo e tenha como função primeira representá-lo e dar-lhes garantias plenas, ele não explica de que modo se daria a necessária transferência de alguns direitos para a esfera do Estado (supostamente democrático) e dos direitos inalienáveis do indivíduo. Seria por meio de plebiscitos? Como fazer uma nova Constituição para substituir esta tão imperfeita e que, por isso, gerava ações imperfeitas? – segundo Arzua. A Constituição é sempre algo artificial, mediado, pois opera no segmento duro, molar, institucional (NEGRI, 2002; DELEUZE, 2007). Nas perspectivas de Negri e Deleuze – ambos inspirados por Spinoza – existe um *jurisdicismo* que tende a capturar as forças de produção que *de per se* são espontâneas, o que torna possível seu desenvolvimento no campo social sem mediadores, ou seja, seguem agindo por composição. O aparato jurídico quer dar forma e conteúdo, aplainar os conflitos promulgando uma lei. Por um lado, a demanda de Arzua por uma Constituição que represente um povo é legítima, que as discussões devem ultrapassar a esfera dos juristas e compreensível e desejável, que o povo seja consultado é imperativo e justo; por outro lado, nos parece um discurso deslocado, que tenta justificar uma medida autoritária em função da inconsistência e insuficiência constitucionais. O AI-5 era mais um remendo imperfeito para uma Constituição imperfeita desde o nascimento? A revogação de vários direitos inalienáveis deu conta das inconsistências constitucionais? Quando Foucault (1984, 1997, 2005b) empreende suas análises em torno dos procedimentos e mecanismos do poder através do método genealógico, é com o intuito de afastar-se de uma compreensão *juridiscizada* do poder, posto que a forma da lei é uma apreensão de cunho organizacional e logístico do Estado. Além das regras de direito que organizam e delimitam o poder estão as técnicas, os instrumentos e as instituições e é sua intenção compreender o que se situa nas bordas, ultrapassando a forma jurídica. Trata-se, nas palavras de Foucault (1997, p.33) “de não analisar o poder no nível da intenção ou da decisão”, mas de percebê-lo em sua externalidade, na relação que estabelece com o seu objeto, com o seu campo de aplicação. Trata-se, afinal, de buscar o poder naquele exato ponto no qual ele se estabelece e produz efeitos.

Um dos votos mais contundentes a favor da promulgação do AI-5 é o do ministro do Trabalho Jarbas Passarinho e sua frase foi a que ficou mais famosa quando da descoberta da gravação no início dos anos 1990 (SEDAU, 2009):

Eu seria menos cauteloso do que o próprio ministro das Relações Exteriores, quando diz que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem

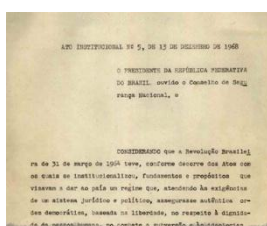
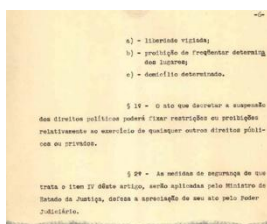
jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. **Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, com todos, todos os escrúpulos de consciência.** E quando nós encontramos a necessidade de tomar uma decisão fundamental, tudo aquilo que fundamental é em condições normais, passa a ser secundário em condições anormais. Eu creio que nós estamos aqui pagando uma penitência, que foi a penitência do auto... da autolimitação, com o açodamento que a revolução de março de 1964 se impôs.

Jarbas Passarinho é tão objetivo quanto Delfim Neto em seu voto. Para ambos a justificativa era simples: havia forças contrárias que precisavam ser exterminadas e era preciso agir rapidamente. O ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, cita em sua declaração de voto o próprio pai e toda a luta deste contra a ditadura de Getúlio Vargas, afirmando que ele mesmo, em sua “obscura vida pública”, sempre procedeu visando salvaguardar a democracia. No entanto, declara que seu voto seria pela promulgação do ato, pois nenhuma “consideração formal” ou “argumento de ordem abstrata” poderia servir como prerrogativa para que a baderna continuasse no país. O general Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI – e que em outubro de 1969 tomaria posse como presidente da República – explicita em seu voto a satisfação com que daria a sua “aprovação” ao ato, já que o que ele pudera verificar a partir dos relatórios encaminhados para o SNI corroboravam a tese de que a contrarrevolução estava nas ruas. O general Orlando Geisel, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em seu rápido voto, fala uma das frases que também ficou famosa: “Concordo inteiramente e corroboro as palavras do Excelentíssimo senhor chefe do Serviço Nacional de Informações. Se não tomarmos, neste momento, esta medida que está sendo aventada, amanhã vamos apanhar na cara”. Carlos Alberto Huet de Oliveira Sampaio, Chefe do estado-maior da Aeronáutica, chama atenção para um ponto-chave no discurso dos militares que votaram naquele dia: “A revolução de março de 64 teve um início, a meu ver, melancólico, quando deixou-se envolver pela preocupação de não se afastar do preceito constitucional. Não entendo revolução em termos de Constituição.”

Todos os discursos produzidos pelos membros da mesa intentam produzir uma verdade e, sem dúvida, uma memória. A produção da verdade, que sempre foi um tema explorado por Foucault (1997); essa busca pela “verdade” passa a justificar todo tipo de arbitrariedade: criam-se mecanismos de inquisição, condenação, classificação, coação. Sob esta ótica, o AI-5 justifica-se sobretudo por ser uma reação legítima de salvaguarda da democracia e de respeito ao governo militar no comando do país. E é essa a memória que se propaga e produz efeitos no campo social. A produção de um tipo de memória longa e institucional (DELEUZE, 2007).

Um dos maiores e mais importantes discursos a favor da promulgação do ato é de Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça, pois foi o idealizador e redator do AI-5. Gama e Silva foi também reitor da Universidade de São Paulo durante um curto período e elaborou a lista dos professores que viriam a ser processados no IPM da USP, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Isaías Raw, Mário Schenberg, Paul Singer e Florestan Fernandes (GASPARI, 2002). Gama e Silva ao divulgar seu voto, ironiza as considerações de Pedro Aleixo no que tange à questão da afirmação deste no quesito do “respeito à Constituição” e de que “bem pouco sobrara dela na redação do ato”. Vejamos:

#### Ato Institucional Nº 5 - Art. 5 Fig. 1 e 2



Considerandas apresentadas justificam as razões determinantes do Ato Institucional. Motivos de natureza política, motivos de segurança, motivos de defesa da ordem revolucionária. O eminente senhor vice-presidente da República, grande mestre de direito constitucional, especialista em problemas de imunidades parlamentares, com uma clássica monografia, fez algumas observações de natureza jurídica, embora Sua Excelência não entrasse a fundo no problema, para entender que outro procedimento poderia ter sido adotado na representação encaminhada à Câmara dos Deputados. Responsável pela justificativa de natureza jurídica da decisão que foi adotada por Sua Excelência o senhor presidente da República e cujas ordens cumprindo, encaminhei ao senhor procurador geral da República, reafirmo meu ponto de vista, eminente vice-presidente Pedro Aleixo, em que, pelo texto constitucional, a representação do Poder Executivo tem todo o seu fundamento. Vossa Excelência observou, reiteradamente, que o ato... a minuta de Ato Institucional apresentada à apreciação deste conselho praticamente nada deixa da Constituição. Mais uma vez lamento divergir de Vossa Excelência, porque, lendo-se o ato, até mesmo na matéria do estado de sítio, os preceitos constitucionais são respeitados. Há um sem número de normas da própria Constituição que são mantidos. Fala Vossa Excelência que estabelece-se uma ditadura. Também não acredito que se estabeleça uma ditadura, porque não se dá a Sua Excelência o senhor presidente da República um poder discricionário que é a nota qualitativa dos regimes ditatoriais. Investe-se, Sua Excelência, de poderes necessários, que, por assim dizer, se tornaram tradicionais, apesar de tão curtos os prazos em que nasceram, na revolução de março de 1964. A atual Constituição não correspondeu às necessidades revolucionárias. A subversão que surgiu nos mais variados setores infelizmente atingiu também o Congresso Nacional. (...) A subversão está nas ruas. (...) A Revolução foi feita exatamente, como um dos seus pontos fundamentais, para impedir a subversão e assegurar a ordem democrática. Se essa ordem democrática corre risco, outra razão não existe senão nos socorrermos de instrumentos revolucionários adequados para que possamos restaurar a verdadeira democracia, autêntica democracia, que é o desejo de todos nós. Porque outra coisa não desejamos senão isso.

Foucault (2002) demonstra que a constituição de leis é condição de existência do Estado – incluindo o aparato institucional de que ele dispõe para fazê-las funcionar –, enquanto que o poder se engendra e se imiscui de diversas formas, percorrendo todos os

âmbitos de uma sociedade: o primeiro se impõe e o segundo circula. Desse modo, compreendemos que a demanda pela lei, mesmo quando pressupomos um poder soberano por detrás de sua aplicação, também surge a partir de diversas aderências e resistências produzidas na sociedade. A lei funciona como um dispositivo de *dominação*, um aparato vertical, sujeitando todos os que vivem sob sua vigência a um *modus vivendi* determinado.

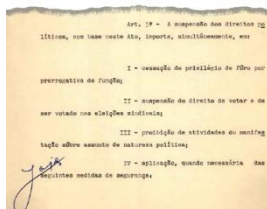
O ministro Rondon Pacheco, chefe de gabinete civil, é um dos últimos a falar e faz um apanhado de todos os pontos considerados relevantes pelos ministros e que constam no rascunho do AI-5 – incluindo a discussão sobre a cassação dos direitos políticos dos deputados e a suspensão do habeas corpus. Toda a construção de sua defesa retórica consiste em afirmar que há um movimento contrarrevolucionário assolando o país e que os líderes desse processo estão no Congresso Nacional:

(...) tenho o depoimento dos membros responsáveis pela ordem pública neste país de que existe uma guerra revolucionária em marcha, como existe também um processo contrarrevolucionário instaurado neste país. Não constitui também novidade de que alguns membros do Congresso Nacional são os líderes desse processo contra-revolucionário. Diante dessa conjuntura, diante desta encruzilhada, e diante do depoimento dos órgãos responsáveis pela segurança nacional, dos órgãos responsáveis pela ordem pública do país, em face dos compromissos anteriormente assumidos, eu não tive outro rumo a tomar, outro caminho a escolher, de acordo com a minha consciência, senão aquele de aceitar, em princípio e em tese, a sugestão de se aprovar perante este Conselho a edição ou édito de um Ato Institucional. Entretanto, no curso da discussão da matéria, fui honrado por vossa excelência para tomar conhecimento da primeira proposta encaminhada, e de outras subseqüentes. Então considerei e agora o faço, novamente, em face das discussões aqui travadas, e das sugestões aqui apresentadas, a conveniência política de se estabelecer prazo, no Ato Complementar – porque pelo o Ato Institucional o recesso do Congresso deverá ser fixado através de um Ato Complementar, de se estabelecer prazo para o recesso, bem como um prazo também para o Ato Institucional. Prazo que poderia ser de um ano, medida política que poderia, segundo meu ponto de vista, dar, nos limites da contingência humana, os elementos para que governo pudesse debelar a subversão e o processo da guerra revolucionária ora em marcha.

Após o voto de Rondon Pacheco, o presidente Costa e Silva retoma a palavra e dá seguimento às considerações finais, ponderando sobre os comentários terem sido (em sua maioria) favoráveis a aprovação do ato em oposição ao único voto diferente que partiu do vice-presidente Pedro Aleixo. Costa e Silva ressalta que mesmo não tendo obtido a unanimidade, o ato seria promulgado com base nas opiniões da maioria dos conselheiros ali reunidos, mas que o voto do vice-presidente deveria ser respeitado e registrado. Diz Costa e Silva:



**Ato Institucional nº 5**  
**Art. 5 Fig. 3**



(...) eu prefiro me louvar no voto quase unânime de todos os membros do conselho, tendo em conta, em muita conta, o voto poderosíssimo de Sua Excelência, o senhor vice-presidente da República. Eu bem sei que Sua Excelência, por uma, um escrúpulo natural, está vivendo um momento tão dramático quanto nós outros, porque quero revelar ao conselho que Sua Excelência, há poucos minutos, em confiança com o presidente da República, apresentou a sua indiscutível solidariedade às decisões do presidente da República, incorporando-se à sua própria situação. Isso me trouxe um grande conforto. Porque eu compreendo perfeitamente que Sua Excelência poderia, a qualquer momento, em face de qualquer decisão do presidente da República, de entregar-se a uma decisão que não fosse a sua própria decisão, ele estaria ocupando este lugar, com as mesmas responsabilidades e talvez com muito maior brilho e maior competência para resolver esse problema de ordem política e institucional. Sua Excelência acabou de me dizer que a sorte dele é a minha sorte, e isto me dá uma grande autoridade para emitir o seu voto com toda a lealdade e com toda a convicção. Devemos, portanto, respeitar o seu voto, embora não seja o da maioria do Conselho, eu prezo muito a sua opinião. E peço a Deus que não me venha amanhã convencer de que ele é que estava certo, porque ele admitiu mesmo a hipótese do ato final. Entendemos, como entende o conselho na sua sabedoria de maioria, quase unanimidade, de que essa escalada, esse degrau se torna evidentemente e necessário. Nós aceitamos essa deliberação. Eu confesso que é com verdadeira violência aos meus princípios e idéias que adoto uma medida como essa. Mas adoto porque estou convencido que é do interesse do país, é do interesse nacional, que ponhamos um "basta" à contra-revolução.

A redação final do AI-5 é composta por 12 artigos. O artigo quinto suspende os direitos políticos e o décimo suspende a garantia de *habeas corpus* por crimes políticos, como podemos observar:

**Art. 5º** - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

- I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:
  - a) liberdade vigiada;
  - b) proibição de freqüentar determinados lugares;
  - c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

**Art. 10º** - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.



Ministro Gama e Silva e locutor Alberto Curi, no Palácio Laranjeiras, durante a leitura do AI-5, veiculada em cadeias de rádio e televisão. 13.12.1968

Foto: Agência O GLOBO

Em depoimento à revista *Época*, o locutor Alberto Curi, contou como foi a convocação da presidência da República para a locução do AI-5. Às 17 horas daquele 13 de dezembro, um carro oficial parou à porta de sua casa em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro (*ÉPOCA*, 1998):

**Ajudante-de-ordens:** O presidente mandou chamar o senhor **Curi**: Mas o que está acontecendo?

**Ajudante-de-ordens:** Não sei, mas o próprio presidente Costa e Silva pediu para levá-lo ao palácio.

O locutor tomou banho, fez a barba, pôs terno e gravata e somente depois do asseio dirigiu-se ao Palácio Laranjeiras. Chegou ali ao redor de 18h30. Enquanto esperava, lhe ofereceram bife a cavalo com fritas. O presidente mandou convocá-lo ao gabinete, no andar superior do palácio, apenas às 21h45. Era a primeira vez que o locutor oficial e o chefe de Estado se encontravam pessoalmente.

**Costa e Silva:** O senhor parece mais jovem do que na televisão.

Costa e Silva, habituado a acompanhar Curi pelos anúncios oficiais, na telinha em preto-e-branco, e também pela Voz do Brasil e pela leitura do Diário de um Repórter, de David Nasser, ambos no rádio. Costa e Silva fez o comentário sobre a boa aparência de Alberto Curi, abriu uma pasta e lhe entregou 18 laudas batidas à máquina, em tipografia maior que a normal, com anotações a lápis nas laterais. Era o Ato nº 5.

**Curi:** Presidente, posso me preparar? Gostaria de lê-lo antes. **Costa e Silva:** Não, senhor, não temos tempo - as câmeras de TV e os microfones das rádios já estão a postos, vamos entrar ao vivo em cadeia nacional.

Curi foi imediatamente levado ao Grande Salão de Visitas, no andar térreo do Palácio Laranjeiras. Ali o colocaram atrás de uma mesa de mármore. Às suas costas, pontificava uma tela a óleo de Luís XIV, pintada pelo francês Hyacinthe Rigaud. Eram 10 da noite quando o ministro da Justiça, Luiz Antonio Gama e Silva, chegou à sala e sentou-se ao lado do locutor. O AI-5 seria finalmente anunciado ao país inteiro. Gama e Silva fez uma rápida introdução de 5 minutos e passou a palavra a Alberto Curi. Foram, então, 18 minutos sem um único erro, em tom monocórdio e solene. Sem "boa-noite". À frente da mesa, na outra ponta do salão amparado por colunas de ônix claro, estava o ministério inteiro, em pé - os ministros militares à frente. "Os olhares me fuzilavam, a tensão naquela sala era imensa", disse Curi a Época há um mês, dez dias antes de morrer de infarto, aos 72 anos. Era a primeira vez, em 30 anos, que ele voltava ao Salão de onde o Brasil viu e ouviu o Ato Institucional no 5. "Enquanto lia, tomava conhecimento das medidas - no início, quando estava nos 'considerando', achei normal, sereno. Quando comecei a ler o ato propriamente dito, com os 'decido', é que me dei conta do que se anunciava. Mas não podia gaguejar. Ali eu era apenas uma voz com salário mensal de 300 cruzeiros. O dono da voz era o presidente da República."

O AI-5 foi o instrumento responsável por levar ao exílio uma geração inteira de políticos, artistas e intelectuais, estabeleceu a censura e facilitou o uso da tortura como medida de combate àqueles que lutavam contra o regime. Na definição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, foi uma noite escura: "Foi uma noite escura porque houve repressão, censura e violência de todo tipo, o que gerou o terrorismo e uma série de movimentos que tinham o objetivo de mudar o regime autoritário mas que acabaram contribuindo, de alguma maneira, para o contrário e foram esmagados violentamente, também por tortura e morte" (ÉPOCA, 1998).

Márcio Moreira Alves, em depoimento à revista *Época*, por ocasião dos 30 anos do AI-5, revelou que na manhã de 12 de dezembro de 1968, ele pronunciara seu derradeiro discurso, escrito a quatro mãos com o jurista Oscar Pedroso Horta, em que defendia seu mandato e a honra do Congresso Nacional. À tarde, ao fim da sessão, os deputados vitoriosos (entre eles 76 da Arena) começaram a entoar o Hino Nacional e, nas últimas estrofes, Márcio Moreira Alves já saía correndo pelos corredores do Congresso em companhia do deputado Martins Rodrigues, também do MDB. Os dois foram até o aeroporto de Brasília e Márcio entrou num monomotor e seguiu para Ribeirão Preto, no interior do estado de São Paulo. "Naquele momento, era questão de vida ou morte", disse. "Sabia que, tendo sido escolhido como bode expiatório pelo regime, seria uma das primeiras vítimas dele." O último político a deixar a Câmara dos Deputados, naquele dia 12, foi o então líder do MDB, Mário Covas, que saiu do prédio somente depois de rasgar e atear fogo aos documentos que guardava em sua gaveta. De Ribeirão Preto, Márcio Moreira Alves foi levado num Fusca 68 para uma fazenda em Campinas, de propriedade do conselheiro Antônio Prado, com quem tinha parentesco distante. Na manhã de 13 de dezembro, Márcio foi resgatado na fazenda pelo deputado Francisco Amaral. É o próprio Moreira Alves quem descreve a cena em seu livro *68 Mudou o Mundo*, publicado em 1993: "Encontrei-me trepado em uma jabuticabeira na beira da piscina, tranquilo, na certeza de que os entrelaçamentos das relações de parentesco da classe dominante brasileira, que eu aproveitara, eram impenetrável mistério para a polícia política". Márcio Alves assistiu à veiculação do AI-5, na voz de Alberto Curi, num televisor na casa de Francisco Amaral, tomando cerveja quente e comendo sanduíche. Terminado o anúncio, virou-se para Amaral e disse: "É, não dá mais". Imediatamente Amaral telefonou para um amigo dentista militante do MDB, já falecido (José Roberto Teixeira, ex-prefeito de Campinas), e pediu ajuda. Teixeira, conhecido como Grama, tinha uma "garçonnière" no centro da cidade – Márcio Moreira Alves permaneceu ali uma semana e depois fugiu para o exílio. Retornaria ao Brasil, já como jornalista apenas em setembro de 1979, depois de promulgada a Lei de Anistia (ÉPOCA, 1998).

Em uma coluna de O GLOBO, de 06 de dezembro de 1998, o jornalista Márcio Moreira Alves declara:

Em dezembro de 1968 eu tinha a perfeita consciência de que havia um golpe em marcha e de que, tendo sido usado como pretexto para a abolição de todos os direitos da cidadania, correria sério risco de vida caso fosse preso. Graças a essa premonição, estou vivo. O que não podia imaginar era a selvageria da repressão, que dominou os anos seguintes fazendo-os passar

para a História como os Anos de Chumbo. O tempo esclarece muitas coisas. Sabemos hoje, graças ao livro do general Jaime Portela, chefe da Casa Militar do general Costa e Silva, que os militares totalitários, capitaneados por ele e pelo chefe do SNI, general Garrastazu Médici, planejavam o golpe desde o início do ano, quando aconteceram as primeiras ações de guerrilha urbana. Buscavam apenas uma desculpa para concretizá-lo. Sabemos, ainda, que os dois golpes, o de 1964 e o de 1968, apoiados pelo Governo dos Estados Unidos, foram os primeiros filhos da Guerra Fria na América Latina. Antes uma brutal ditadura de direita que o risco de uma outra Cuba, pensavam o presidente Richard Nixon e seu conselheiro de segurança, Henry Kissinger. No Brasil, a Guerra Fria enlouqueceu militares e jovens opositoristas. O que na época não sabíamos e o que agora parece claro é que havia um poderoso grupo de empresários e tecnoburocratas que queriam instaurar no país um modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas, sócio da inflação, que prosperaria melhor na ditadura do que na democracia. A única explicação para a inflação ter durado 30 anos é a correção monetária, inventada pelo ministro do Planejamento, Roberto Campos. A correção monetária implantou duas moedas no Brasil: a moeda dos ricos e remediados, que era indexada, e a moeda do pobres, que a inflação corroía. Caso não existisse essa invenção maquiavélica a inflação teria durado poucos meses, como na Alemanha ou na Hungria (ALVES, 1998, p.10).

De acordo com o livro *A Revolução e o governo Costa e Silva*, de 1979, o general Jaime Portela, chefe da Casa Militar do general Costa e Silva, explica que os militares já planejavam tomar medidas mais duras desde o início de 1968 para conter o movimento de guerrilhas urbanas, que vinha tomando mais força desde meados de 1966. A ideia de refrear os opositoristas circulava entre os membros do governo e toda documentação produzida a partir das reuniões do CSN daquele ano, segundo os militares Rademaker, Lyra Tavares, Geisel e Médici, comprovava que havia um “perigoso movimento subversivo em marcha”. A propagação da ideia de contra-ataque ganha contornos mais definidos e começa a se imiscuir lentamente entre a cúpula do governo militar. Extensos e minuciosos relatórios são produzidos sobre as supostas ações subversivas em marcha – como pudemos observar no subitem anterior a partir dos documentos produzidos pelo Exército acerca dos *Grupos de Onze* – e muitos instrumentos de produção de “prova” e “verdade” foram postos em funcionamento para justificar as duras intervenções que viriam. Se retomarmos a ideia de Tarde (1976) de propagação, perceberemos que reverberação de alguma coisa é o movimento dinâmico entre a força potencial de uma crença ou desejo no encontro com outra força de natureza similar, que iniciam sua relação por aproximação ou conflito. É preciso que atentemos para o fato de que o movimento propagatório não é intencional e nem personificado, e por isso mesmo, não faz distinções do ponto de vista moral, ou seja, boas ideias se propagam e más ideias tendem a não vingar, ou o seu contrário. A questão é ética e se ancora no plano da existência: quanto mais força tiver a ideia, mais chance de aderência ou

repulsão puder movimentar, mais poderá se propagar. O que está em jogo é uma disputa no plano das forças vitais e não uma relação de subserviência, aparente nos modelos transcendentais. No modelo de transcendência, apenas a lógica da dominação se sobressai – estamos todos adaptados em nossas castas e todo movimento rebelde é imediatamente abafado. Se, de outro modo, tomarmos os acontecimentos a partir de uma perspectiva imanente, veremos que é possível apostar que a memória que estava sendo posta em marcha, documentada e comprovada pelos militares, era apenas uma faceta do que estava sendo produzido. Uma ideia de repressão, de produção de documentação e prova estava sendo criada com o intuito de justificar a conservação do regime e da defesa dos “interesses nacionais” contra os opositoristas. Uma memória oficial estava sendo produzida. Mas outros tipos de memória também estavam sendo engendrados.

Três outros episódios relatados sobre a noite (e o dia seguinte) da promulgação do AI-5 merecem registro: o caso do encontro de Mário Lago e Carlos Lacerda na mesma cela do quartel Caetano de Farias, a capa do Jornal do Brasil e a inauguração do Bar Bip-Bip, um típico “boteco” carioca, em Copacabana. Mário e Lacerda eram inimigos ferrenhos desde os tempos do rádio, tendo trocando acusações publicamente. Mário Lago chegou ao quartel Caetano de Farias ainda maquiado e com a calça de veludo de um de seus personagens. No sábado, dia 14, seria a estreia para o público da peça *Inspetor, Venha Correndo* no Teatro Princesa Isabel, em Copacabana. Era uma comédia em que Lago fazia o papel do inspetor. Antes do início do espetáculo dois inspetores foram buscá-lo no teatro e Mário Lago teve que atravessar o corredor da plateia ao lado dos agentes policiais. Um deles era o censor que, na véspera, assistira ao ensaio final para a censura. Ao chegar em casa, depois da sessão para os censores, Mário Lago escutou ao lado da mulher, na TV, o anúncio do AI-5. Comentou: "O caldo ferveu, vem chumbo grosso por aí". Na manhã seguinte, ela o aconselhou a pedir o cancelamento do espetáculo alegando não estar se sentindo bem, mas o marido não quis. Ao chegar ao quartel Caetano de Farias, ele foi informado de que ali já se encontrava o ex-governador Carlos Lacerda, seu inimigo há décadas. "Não falo com ele", disse Lago. Lá dentro, na cela, Lacerda disse o mesmo: "Não falo com ele." Os dois descumpriram o acordo ao se encontrarem. O que aconteceu foi um fraternal abraço e um comentário de Carlos Lacerda: "Estamos no mesmo barco agora" (ÉPOCA,1998).

Às 22 horas de 13 de dezembro de 1968, o editor-chefe do Jornal do Brasil, Alberto Dines, reunira-se com alguns de seus editores mais próximos para ouvir o AI-5 no

alto-falante sintonizado na Rádio Jornal do Brasil. Ao final do comunicado, Dines saiu da sala e subiu para falar com o dono do jornal, Manoel Francisco Nascimento Brito. Disse ele: "Vem censura aí, e não será por poucos dias. Quero a autorização do senhor para alertar nossos leitores de que estaremos sob censura". Nascimento Brito limitou-se a responder: "Vá em frente, mas não quero bagunça". Quando retornou à redação, já próximo das 23 horas, Dines foi recepcionado por dois majores do Exército que ali estavam como censores. Ambos os censores foram enganados por uma inventiva primeira página que sairia no dia seguinte, dia 14 de dezembro:

**Jornal do Brasil,  
14.12.1968**



Canto superior direito lia-se o seguinte: "Ontem foi o Dia dos Cegos". No canto superior esquerdo, tradicional espaço da previsão do tempo, o leitor era apresentado à seguinte situação climática: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38 graus, em Brasília. Mín.: 5 graus, nas Laranjeiras". Na manhã do dia 14 já não eram dois - e sim sete - os censores do Jornal do Brasil.

O chefe deles, um major gaúcho, entrou na redação gritando: "Você me fez de palhaço". Dines gritou mais alto: "O senhor saia da minha sala, comporte-se". Outro major ainda tentou pedir calma. No domingo, dia 15 de dezembro, o Jornal do Brasil não circulou porque um de seus diretores, o diplomata José Sette Câmara, tinha sido procurado pela polícia – e Nascimento Brito anunciou que tiraria o jornal de circulação caso isso acontecesse. Alberto Dines foi preso no dia 22 de dezembro (ÉPOCA, 1998).

O dia 13 de dezembro de 1968 não foi mesmo um bom dia para festa. Mas houve, sim, quem tenha insistido em fazê-la. Naquela noite foi fundado o Bar Bip-bip, em Copacabana, no Rio de Janeiro, ainda hoje um famoso reduto de samba e chorinho da cidade. Uma placa à entrada do bar informa: "Bip-bip, fundado em 13-12-1968 em homenagem à Mocidade Brasileira". O atual proprietário do botequim, Alfredo Melo, anos depois cruzaria sua vida com a do bar e a do AI-5. Em 13 de dezembro daquele ano, Melo preparava-se para estar na inauguração do recinto como mero frequentador. Ao ouvir no rádio o anúncio do Ato

Institucional nº 5, logo intuiu que não era boa ideia ir à festa. Pegou um táxi e foi para Bangu, bairro onde moravam seus pais e ele mesmo passara toda a vida até alugar um apartamento em Copacabana. Em Bangu, acionou o Fusca azul que costumava ficar parado na garagem e iniciou um périplo: foi à casa dos amigos que, naquele ano de 1968, estavam envolvidos com a militância política e eram potenciais vítimas do AI-5. Um de seus amigos, assustado, chegou a rasgar uma carta que o poeta Carlos Drummond de Andrade enviara celebrando a criação de um centro acadêmico com seu nome. Em 1998 foi a primeira vez que o Bip-bip de Alfredo Melo comemorou sua inauguração exatamente no dia 13 de dezembro. "Não festejávamos de raiva – era uma espécie de resistência silenciosa" (ÉPOCA, 1998).

A partir da promulgação do AI-5, o presidente da república poderia, em caráter excepcional – ou seja, sem as devidas apreciações do Judiciário – decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos dos parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão – incluindo a liberdade vigiada e a proibição de participar de qualquer manifestação de caráter político; confiscar bens considerados ilícitos; suspender a garantia do *habeas corpus*. Após a implantação dessas medidas, a repressão política recrudesceu ferozmente. Até o fim de dezembro de 1968, onze deputados federais já haviam sido cassados, inclusive Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. Em janeiro do ano seguinte as cassações já haviam chegado ao Supremo Tribunal Federal.

O AI-5 se tornou um divisor de águas no país e se impôs no cenário político como um representante da polarização ideológica que já se desenhava desde muito antes do golpe militar. O modelo econômico seguido por Delfim Neto previa um crescimento econômico vertiginoso, calcado no binômio baixa inflação e equilíbrio no setor externo, mas à custa de um baixo nível de empregabilidade. Apesar das incríveis taxas de crescimento – em torno de 11% ao ano e que ganhou a alcunha de “milagre econômico” –, as altas concentrações de renda em apenas uma pequena parcela da população aumentaram mais ainda a diferença já existente entre os estratos sociais.

Certamente que todas as tensões do campo social se agravaram com a instituição das medidas impostas pelo AI-5. A população em geral passou a viver numa atmosfera de terror de Estado. Todos eram suspeitos: estudantes, operários, camponeses, intelectuais, jornalistas, artistas, religiosos, donas-de-casa, prostitutas e também militares. Centenas de pessoas desapareceram sob a responsabilidade do Estado. Muitas foram levadas para quartéis



para prestar depoimento sobre suas “atividades subversivas” e nunca mais retornaram. Outros sobreviveram porque conseguiram fugir e viveram exilados por muitos anos. Alguns tantos sobreviveram às inúmeras arbitrariedades cometidas pelo Estado. Para cada ação do Estado: escuta ilegal, investigação da vida privada, prisão, interrogatório, tortura e morte, um ou mais documentos eram produzidos e distribuídos para os vários centros de informação dos comandos militares. Não há consenso sobre o destino que foi dado aos conjuntos documentais produzidos pelo Estado. Parte está liberada para o acesso público e outra parte ainda não está e há um movimento, que envolve várias esferas da sociedade, para que a abertura “ampla, geral e irrestrita” também aconteça com os documentos. Em nossa perspectiva, compreendemos que a memória produzida sob o comando militar se encontra no âmbito da informação processada, cartorial, ou seja, produzida a partir de dados existentes – uma referência identitária como nome, grupo social ou profissional ao qual pertencia o cidadão – e tinha por objetivo fazê-lo reconhecível, identificável; o intento é “desmascarar” uma identidade falsa, incriminá-lo como impostor (LISSOVSKY, 2004). Todas as dimensões tradicionais do documento se encontram presentes nesse tipo de memória: o dado biográfico, a prova da certeza, o formato de ficha, as senhas de acesso, os níveis de restrição. A memória que também sabemos ter sido produzida fora do âmbito institucional militar possui outro tipo de relevo – esta é do tipo processual, guarda sua diferença e se dá no plano da imanência (TARDE, 1976).

Logo imediatamente à promulgação do AI-5, outras memórias já estavam sendo produzidas pelos indivíduos – enquanto coletivos de força – e diferentemente do que era oficial, produzia-se *resistência*. Uma memória é diferente porque não se ancora no que é estável (TARDE, 1976), mas porque incita e alavanca o próprio processo de diferenciação e mudança. Vejamos a situação: uma pequena variação (diferença) sob acentuada desigualdade de condições em termos de força, pode resultar em algo novo: ou seja, em vez de se enfrentar o inimigo opondo sua força à dele, usa-se a própria força que assujeita para construir uma resistência (FOUCAULT, 1997). Se pensarmos na primeira página do Jornal do Brasil do dia 14 de dezembro entenderemos esse processo: o editor burlou os dois censores com uma pequena mudança na primeira página em duas seções consideradas desimportantes: a efeméride e o clima: “Ontem foi o Dia dos Cegos”; “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38 graus, em Brasília. Mín.: 5 graus, nas Laranjeiras”. O aviso aos leitores fora dado.

Em 2008, no aniversário de 40 anos do AI-5, o Instituto Datafolha fez uma pesquisa para saber o que os brasileiros pensavam sobre a promulgação do ato. Foram entrevistadas 3.486 pessoas com 16 anos ou mais, em 180 municípios de 25 Unidades da Federação, de 25 a 28 de novembro. Resultado da amostra: 82% da população marcou a opção "nunca ouvi falar"; 18% "já ouvi falar" e 67% "não sei o significado da sigla" (DATAFOLHA, 2008). Embora os dados da pesquisa não nos surpreendam do ponto de vista do conhecimento dos fatos, entendemos que as repercussões do AI-5 ultrapassam a esfera do fato histórico, tendo se transformado num acontecimento político. Os efeitos do AI-5 ainda podem ser sentidos em algum momento da vida contemporânea, são ecos que ainda podemos ouvir. Por conta do debate recente em torno da criação da Comissão da Verdade e da homologação da Lei de Acesso à Informação, militares da reserva têm se manifestado publicamente e organizado comemorações dedicadas à celebração da "Revolução de 64", declarando que a decisão sobre o AI-5 foi acertada e afirmando que todas as ações efetuadas durante o período do regime militar (para ambos os lados: militares e militantes) foram anistiadas em 1979 com a Lei da Anistia. A questão do acesso aos documentos – que já foi vista aqui nesta tese – também fomenta a discussão. Voltamos a afirmar o quanto consideramos relevante que a sociedade torne evidente as arbitrariedades que ainda acontecem e o quão é importante que familiares de mortos e desaparecidos obtenham respostas. No recente caso de condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em dezembro de 2010, pelos crimes cometidos na Guerrilha do Araguaia, o então ministro da Justiça Nelson Jobim, declarou que a condenação era apenas de cunho político sem efeito jurídico, tendo sido rebatido pelo ministro dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, afirmando que a sentença da Organização dos Estados Americanos (OEA) deveria ser cumprida. Somente em março de 2012 – mais de catorze meses depois da decisão da Corte – é que um movimento para a reabertura do processo sobre os mais de 70 desaparecidos ganhou força e desaguou em nova polêmica envolvendo o âmbito jurídico. O Ministério Público Federal entrou com uma denúncia contra o coronel da reserva do Exército do Brasil, Sebastião Curió Rodrigues de Moura, pelo crime de sequestro contra militantes capturados durante a repressão à guerrilha do Araguaia na década de 1970. Os procuradores acusam Curió de ser responsável pelo sequestro de cinco pessoas: Maria Célia Corrêa (Rosinha), Hélio Luiz Navarro Magalhães (Edinho), Daniel Ribeiro Callado (Doca), Antônio de Pádua Costa (Piauí) e Telma Regina Cordeira Corrêa (Lia), que teriam sido capturados e levados às bases militares em setembro de 1974. Desde então, nunca mais foram vistos. A denúncia é resultado da abertura de um processo de investigação, em 2009, sobre os sequestros no

período da ditadura. O MPF diz que Curió é um dos poucos envolvidos na operação contra a guerrilha do Araguaia que tem conhecimento da atual localização das vítimas sequestradas. A denúncia relata documentos e depoimentos que comprovariam que a última operação contra a guerrilha do Araguaia, chamada de Operação Marajoara e comandada por Sebastião Curió, que à época detinha a patente de major, como tendo sequestrado militantes e guerrilheiros, que estavam fora de combate e não ofereciam ameaça ou risco. “As violentas condutas de sequestrar, agredir e executar opositores do regime governamental militar, apesar de praticadas sob o pretexto de consubstanciarem medidas para restabelecer a paz nacional, consistiram em atos nitidamente criminosos, atentatórios aos direitos humanos e à ordem jurídica”, relata a denúncia (ÉPOCA, 2012).

Um dos exemplos mais expressivos de resistência foi a criação do Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM); fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos, que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. O GTNM atua em defesa dos direitos humanos e atualmente é uma referência importante no cenário nacional em favor do esclarecimento das circunstâncias de morte e desaparecimento de militantes políticos, pela recuperação da memória histórica, pelo afastamento imediato de cargos públicos das pessoas envolvidas com a tortura, pela formação de uma consciência ética, apostando que estas são condições são indispensáveis na luta hoje contra a impunidade e pela justiça. Muitas conquistas foram alcançadas: torturadores foram afastados de cargos públicos, profissionais de saúde nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo que colaboraram com práticas de tortura – como médicos que emitiram laudos falsos – tiveram seus registros cassados e foram impedidos de exercer suas atividades profissionais. Sistemáticamente a entidade tem denunciado antigos e novos casos de tortura, exigindo punição para aqueles que violam os direitos humanos, apontando sempre em direção à construção de uma rede social que contribua para romper definitivamente com as práticas de violência e impunidade (GTNM, 2012).

Desse modo, percebemos que as ações efetuadas no campo social, compreendido com plano de imanência, vão se engendrando a partir dos encontros, das sinuosidades, das processualidades, das diferenças que se propagam (TARDE, 1976). Sem dúvida que os ideólogos do AI-5 tentaram impedir de todas as maneiras que as forças opostas ao regime conseguissem se organizar. As táticas de perseguição, tortura e desaparecimento foram amplamente utilizadas, mas como vimos anteriormente, há sempre algo que escapa e resiste.

Desde o primeiro momento foi o que aconteceu: a mudança de perspectiva quando dois inimigos se encontram na mesma cela; uma página de jornal que se transformou num símbolo de luta contra a censura que nos amordaçava; um dono de bar que não comemorava o dia da inauguração do seu estabelecimento porque coincidia com a data de promulgação do AI-5, alegando ser um dia impossível de se comemorar qualquer acontecimento. São pequeníssimas invenções, derivas mínimas que demonstram a força infinitesimal da mudança e a insistência da memória criadora (TARDE, 1976). Ao tomarmos o plano de imanência como o campo das efetuações, rompemos com várias determinações tornadas naturais: estamos sempre subordinados aos poderes políticos, não temos força suficiente para o embate, precisamos ser regidos e tutelados pelo Estado. Segundo Foucault (1997), quando percebemos que as narrativas históricas valorizam o fato e o registro e subordinam as relações é que conseguimos entender que o máximo que produzimos a partir disso é uma contra-memória; a contra-memória denuncia a versão oficial, revela o empenho das forças dominantes na construção dos fatos – o que já é muita coisa, mas ainda nos encontramos presos em ações reativas, por oposição. No entanto, ao abandonarmos a perspectiva transcendente, que relega os acontecimentos ao mero registro, fazendo-os participar de uma espécie de ritual de assepsia temporal e de uma outra série de pré-requisitos para entrar no mundo da história comprovada e dos acervos controlados, enxergaremos onde a memória política se inscreve: no espaço da liberdade. A resistência só acontece no espaço da liberdade, posto que o próprio poder para se exercer também precisa dela. A constituição das relações é dinâmica e o poder não é um domínio de um soberano ou de um Estado. Como nos alertaram Negri e Hardt (2005, p. 415-16): “Sempre que tiranos tentaram transformar a soberania em algo unilateral, os governados acabaram se revoltando e restabelecendo a natureza bipolar da relação. Os que obedecem não são menos essenciais ao conceito e ao funcionamento da soberania do que aquele que comanda”.

Em Spinoza (2009) encontramos o poder político como o exercício pleno das liberdades individuais – atividade que não exclui a construção do coletivo. Ao contrário, as potências individuais, que são corpos e mentes que se exprimem num sujeito coletivo – a *multitudo* – cujo direito natural é o direito civil. Desse modo, acredita Spinoza, é possível atuar cooperativamente, unindo forças, sem precisar lançar mão da ideia de pacto ou contrato, que traz embutida em si mesma a alienação ou a transferência de direitos – estes tomados como inalienáveis e intransferíveis. O corpo político instituído pela *multitudo* é constituído a partir do fortalecimento do *conatus* (intensidade, força) individual e a cooperação que se

processa é baseada nos atravessamentos afetivos – desejos e paixões alegres que se tornam ação; os homens se reconhecem como semelhantes em seus desejos e crenças e se unem em torno de um propósito coletivo, já que compreendem a importância de cada um individualmente e de todos ao mesmo tempo (CHAUI, 2003).

Assim, entendemos que as ações de resistência criativa e coletiva criaram um tipo de memória totalmente diferente da memória oficial, que é apartada do que acontece no plano dos afetos. A memória criadora não nega o conflito, ao contrário, ele é parte do processo. A despeito de qualquer decisão tomada no âmbito jurídico-político ou institucional, os processos continuam acontecendo; a processividade é imanente, jamais é fruto da pressão de circunstâncias exteriores, de uma história linear e objetiva que refletisse sua orientação, mas é reflexo de uma crise, é uma espécie de fratura, que põe em evidência um duplo movimento advindo de um desentendimento interno. O poder político se organiza nessa distensão: é a força da multidão. É o que veremos a seguir.

### ***5.3 “É para abrir, e quem não quiser que eu abra, eu prendo e arrevento” (João Batista de Oliveira Figueiredo): a memória encurralada (1979)***

O processo de transição para o regime democrático começa com a chegada do general Ernesto Geisel à presidência da República, em 1974, tendo como pano de fundo duas situações graves: fortes sinais de esgotamento da política econômica – ancorada por alguns anos no chamado “milagre econômico” – como do próprio regime ditatorial em si, que recrudescera a política de repressão desde a promulgação do AI-5 e durante todo o período de governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O projeto de abertura “lenta, gradual e segura” e de “transição controlada” foi proposto pelos militares considerados “castelistas” – em referência ao presidente Castelo Branco – e entre os quais se destacavam além do próprio Geisel, o general Golbery do Couto e Silva; o grupo “castelista” sofria forte oposição dos militares identificados como “linha-dura”, notoriamente ligados aos centros de informação, como o SNI, por exemplo. O objetivo inicial de Geisel era começar um processo paulatino de liberalização do regime, extinguindo os instrumentos comuns ao estado de exceção e reconduzir os militares de volta aos quartéis sem o risco de serem punidos. Mas não foi isso que aconteceu. Havia uma luta crescente entre as tendências de liberalização e de continuidade da repressão durante todo o governo Geisel até o seu final, em 1979. Por conta do incessante movimento entre o apregoamento de uma abertura e o maior número registrado

de cassação de políticos de todos os governos militares, Geisel, recebeu do *Jornal do Brasil*, a alcunha de “ditador da abertura”. Contudo, foi ainda em seu governo que o AI-5 seria substituído por medidas denominadas “salvaguardas institucionais”, que terminaria a censura prévia no rádio e na televisão e onde foi restabelecida a garantia de *habeas corpus* para crimes políticos (SILVA, 2003).

Vejamos o que diz Borges (2003, p.21) sobre essa alternância de tendências dentro do próprio regime:

Durante os 21 anos de regime militar não houve nenhum tipo de alternância partidária de poder, mas somente entre as correntes militares que trafegavam no seio das Forças Armadas. O general Hugo Abreu, chefe da Casa Militar do presidente Ernesto Geisel, quando da escolha do general João Figueiredo como presidente seguinte, assim se expressou: “nesta ocasião eu não havia bem compreendido por que a saída do presidente Castelo Branco e a transmissão da presidência ao general Costa e Silva eram consideradas como a chegada ao poder de um partido adversário (ABREU, 1979, p.17). Foram 21 anos de continuidade ininterrupta de generais na direção do Estado brasileiro, mas de *partidos diferentes*. Há uma corrente de pensamento entre os cientistas brasileiros que apresenta o regime militar pós-1964 com duas características consideradas contraditórias: a durabilidade e a mutabilidade. “O duradouro tem sido a permanência no poder da coalizão que, desde 64, assumiu o controle do Estado. O mutável tem sido a forma assumida pelo Estado, vale dizer, o regime propriamente dito, ou seja, ora endurecendo, ora progredindo em direção à abertura política. “À primeira vista essas características podem levar a uma compreensão contraditória do regime, mas, na verdade, a mutabilidade viabiliza a manutenção do poder pelos militares” (CRUZ e MARTINS, 1983, p.13 apud BORGES, 2003, p.21). Seguindo à risca os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, na qualidade de força dirigente, as Forças Armadas assumiram a função de partido da burguesia, manobrando a sociedade civil através da censura, da repressão e do terrorismo estatal para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social. Enquanto o aparelho militar fortalecia o Estado, neutralizando as pressões sociais e buscando atingir um elevado crescimento econômico, as Forças Armadas atingiam um alto grau de autonomia institucional. O núcleo do poder militar estava embutido naquilo que chamavam de *sistema*: um órgão informal que agrupava os generais do Alto Comando Militar. Ao sistema cabia a tarefa de, em última instância, decidir sobre as questões políticas, tanto de política interna quanto de política externa. Nada de importante deixava de passar pelo crivo e pelo *nihil obstat* do *sistema*.

Embora o que esteja em jogo seja uma disputa no âmbito de um estrato social dominante – ambas as correntes são de militares se alternando num governo ditatorial visando uma conservação e estabilidade nas relações constituídas – o que enxergamos é a luta pela expressão de duas tendências opostas (ideias), dentro de um mesmo segmento. Dois movimentos nos chamam a atenção: o primeiro é o que reforça a percepção de Foucault (1997) de que o poder circula e se imiscui por toda parte e não se encontra fixo ou

personificado; o segundo é sobre a expressão do conflito, que aparece em primeiro plano mesmo em um estrato social bem marcado, numa instituição forjada em princípios rígidos, numa tendência já, de certa forma, vencedora. A mutabilidade à qual se refere o general Hugo de Abreu é a própria faceta de conservação do poder; na verdade, o que existe é uma circulação entre duas tendências, que em um momento tende a flexibilizar as determinações e em outro se torna mais rígida, interrompendo ou desacelerando processos. Ou seja, se não tomarmos o campo social apenas como o espaço onde um poder soberano conduz as vidas numa espécie de subordinação ancestral, atávica, e já determinada, enxergaremos com mais facilidade que mesmo nas situações de maior estabilidade, sempre haverá conflito (TARDE, 1976). Na estabilidade já existe uma homogeneização artificialmente criada, um assentamento, um acordo – e este é sempre baseado numa espécie de alienação de uma vontade em detrimento de outra. A desavença, o jogo de forças e o conflito e a mudança é que são os fundadores do político.

Alguns momentos refletem bastante bem o embate que havia dentro do governo na expressão dos conflitos entre as duas correntes: a “linha-dura” pretendia que a ditadura se conservasse inalterada, atuando com pulso de ferro em nome da segurança nacional e do combate ao comunismo e às práticas subversivas. Essa corrente, dentro da lógica de dominação presente nas estratégias de conservação do poder, procurava desestabilizar o chamado “processo de transição controlada”, proposto pelos “castelistas”, utilizando-se de táticas de terrorismo, explodindo bombas em comércios, igrejas e atacando instituições importantes como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ameaçando sequestrar personalidades expressivas da sociedade civil. A tensão de forças entre essas duas correntes dentro do regime militar pôde ser observada de perto a partir de dois casos de grande repercussão nas esferas sociais: os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho – o primeiro em outubro de 1975 e o segundo em janeiro de 1976 –, ambos nas dependências do DOI-CODI paulista (SILVA, 2003). Os dois casos provocaram inúmeros protestos e grande comoção social, que resultaram na substituição do Comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávila Melo, que admitiu que ambos haviam perdido a vida nas dependências do DOI-CODI sim, mas por suicídio. Algum tempo depois o ministro do Exército, Sílvio Frota, também foi demitido por ter questionado a autoridade de Geisel e por ter dúvidas – e manifestá-las publicamente – sobre a continuidade do processo de abertura sob o seu comando.

Em matéria recente do jornal *Estado de Minas*, publicada em 31 de março de 2012, a historiadora do Centro de Documentação e Pesquisa (CPDOC) da fundação Getúlio Vargas (FGV), Maria Celina D'Araújo, revela que em entrevista concedida no ano de 1993, o general Ernesto Geisel afirmou que tanto Vladimir Herzog quanto Manuel Fiel Filho foram torturados e assassinados nas dependências do DOI-CODI paulista. Alguns trechos da entrevista, feita pela própria historiadora e por Celso Castro, também historiador da mesma FGV, fazem parte do livro *Dossiê Geisel*, publicado em 2002. No entanto, outras partes importantes da entrevista, continuavam inéditas e somente foram divulgadas agora porque farão parte da documentação que será analisada pela Comissão da Verdade, que deverá iniciar seus trabalhos de apuração ainda no primeiro semestre de 2012. Segundo Maria Celina, Amália Lucy Geisel, também historiadora e filha do general, deu o aval para a liberação do documento pela FGV para serem enviados à Comissão da Verdade. Maria Celina afirma ao repórter que na entrevista Geisel confirma que, ao contrário da versão oficial difundida à época, Fiel Filho foi, sim, morto por militares: "Num fim de semana, ele (o então comandante do Exército em São Paulo, general Ednardo D'Ávila Mello) não estava em São Paulo e mataram o operário" (ESTADO DE MINAS, 2012).

Segundo Maria Celina, mais importante até do que os depoimentos dos comandantes militares coletados pela FGV é ter acesso às táticas do regime na constituição dos aparelhos de terror do Estado. Diz a historiadora: "Os militares, inclusive Geisel, defenderam a repressão, mas o regime de terror de Estado teve participação ativa da mídia e de empresários. Essa é a história que falta levantar. Espero que a Comissão da Verdade avance nesse sentido". Ernesto Geisel, segundo a pesquisadora, tentou driblar e dismantelar a esquerda e a extrema direita durante o seu governo e obteve "êxito no primeiro combate, pois a esquerda se dismantelou, mas a extrema direita se manteve ativa e operante até o atentado no Riocentro, em 30 de abril de 1981, durante o show do 1º de Maio", esclarece. Faltaria ouvir, portanto, empresários que estão vivos e podem esclarecer o funcionamento integrado destas duas esferas: "A sociedade que participou dessa repressão precisa e deve ser ouvida, como ocorreu na Alemanha pós-Hitler e como ocorre hoje na Espanha em relação à ditadura de Franco." A professora Maria Celina está convencida de que, assim, a anistia estará em xeque e poderá ser revista. "O governo do general João Baptista Figueiredo foi o governo dos órgãos de inteligência e o texto da Lei de Anistia levou em conta essa realidade". A historiadora assevera que não acredita na instituição da Comissão da Verdade como um sinal



de revanche, mas como dever de Estado, em nome da verdade histórica (ESTADO DE MINAS, 2012).

A ressalva feita pela historiadora – de que parte da sociedade civil compactuou com as práticas escandalosas dos governos militares – é extremamente importante de ser observada por que demonstra que os militares não estavam sozinhos na condução do governo. A dimensão da memória produzida no âmbito do regime tem sido estudada, como aponta o historiador da Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Aarão Reis (GAZETA DO POVO, 2008):

A dimensão militar da ditadura está bem estudada. Mas ainda falta, e muito, estudar e refletir sobre a dimensão civil da ditadura. Pois a ditadura brasileira, sem nenhuma dúvida, em todos os seus momentos, foi uma ditadura militar e civil. Sem os civis, ela simplesmente não teria existido.

Outra historiadora da UFF, Denise Rollemberg também afirmou que poucos setores da sociedade eram total e manifestadamente contra os militares. Segundo a professora, a maioria intercalou momentos de apoio e de contestação, sem assumir uma posição clara:

Fala-se em anos de chumbo. Mas para quem? Para os que apoiaram e ganharam com isso, foram anos de ouro. Lançou-se um foco grande em relação à resistência, mas não à colaboração. A sociedade, depois que tudo passou, reconstruiu um passado de forma a se afastar do comprometimento com o regime. Mas a maior parte da sociedade estava em uma espécie de zona cinzenta (GAZETA DO POVO, 2008).

Todos os aspectos corroboram nossa tese de que o que há são sempre jogos de força atuando no campo social e que o campo é um plano. As estratificações são apreensões, capturas que facilitam as trocas dentro do sistema operacional. Porém, mesmo quando a captura se faz e uma ideia se transforma numa fixidez, numa figura, as forças, as potências em conflito continuam se atritando, demonstrando que a incitação molecular transpassa os planos molares e moleculares, pondo em evidência as ondas propagatórias da diferença e do múltiplo, assim como Tarde (1976; 1999b) propõe em sua teoria social. Existe ainda um fortalecimento de determinadas correntes e o enfraquecimento de outras. Segundo Deleuze e Guattari (1996), indivíduos ou grupos sociais podem atravessar (e se deixar atravessar por) diferentes segmentos, estabelecendo dois modos de organização social: uma "primitiva" ou *flexível* e outra *dura* ou "moderna", e ambas recortando as três figuras da segmentaridade. As funções de flexibilidade e dureza são contíguas e atravessam tanto as sociedades primitivas quanto as sociedades modernas e contemporâneas. A segmentaridade molecular, mais flexível e selvagem, é a micropolítica (fluxo de quanta), que coexiste com a segmentaridade dura e

moderna, denominada molar, a macropolítica (linha de segmentos). É preciso esclarecer que embora consigamos distinguir as linhas molares dos fluxos moleculares, não há uma separação entre os planos, mas um *prolongamento* da linha em fluxo e numa conversão mútua. Se retomarmos a antiga dicotomia indivíduo-sociedade, veremos que não se trata de uma oposição, já que ambos se atravessam e se interpenetram pelas duas segmentaridades simultaneamente. Indivíduos e grupos sociais são constituídos e transpassados por linhas e fluxos: linhas de segmentaridade dura, linhas flexíveis, linhas de fuga (ou fluxos).

Se utilizarmos o método cartográfico, veremos que as linhas da segmentaridade dura funcionam a partir de segmentos bem determinados, como instituições, família e religião, e as linhas flexíveis lidam com fluxos ou devires, mas ressaltamos que não se pode dizer que as últimas sejam da natureza interior e anímica; elas atravessam, da mesma maneira, as sociedades, os grupos e os indivíduos. As linhas duras e flexíveis se prolongam e se interpenetram; são imanentes umas às outras. Nessa perspectiva, não nos cabe mais investigar apenas se as *afetações* pelas quais nos interessamos são individuais ou sociais, pois indivíduo e sociedade deixam de ser unidades, ou campos opostos de uma análise. Também as percepções e devires, fenômenos frequentemente observados sob o prisma da dicotomia indivíduo-sociedade, são considerados processos que se constituem a partir do embricamento de duas segmentaridades, a molar e a molecular, ambas co-extensivas a todo campo individual e social (ESCÓSSIA; KASTRUP,2005).

A questão é que os métodos tradicionais não dão conta da processualidade dos acontecimentos. Há um esforço demasiado pela coerência, pela justaposição e pela congruência que acabam por apagar as processualidades e por reduzir os afetos envolvidos às classificações temáticas e dualidades morais. Se nos propusermos a enxergar não apenas dois mundos, dois polos opostos ou dois tipos de lógica e, de outro modo, colocarmos os acontecimentos no plano da tensão, poderemos perceber que o que existe é sempre o conflito permeando e fundando as relações e as forças atuando de forma a estabelecer alianças vitoriosas ou de declínio (TARDE, 1999b). Sabemos também que não existem apenas dois lados de um mesmo acontecimento, mas o próprio acontecimento é que possui uma distensão, uma capacidade de se exprimir de forma múltipla. Como podemos verificar, memórias são construídas a todo momento e diferentemente da versão oficial que perdurou até hoje, Geisel, em entrevista à Maria Celina D'Araújo, revelou que a tortura matou Herzog e Fiel Filho.

Maria Celina contou que, de sua parte, não houve surpresa quando Geisel defendeu a prática de tortura, porque segundo ele: "o fez em nome da corporação, do Exército". Ao defender a tortura, tratou de dizer que um grupo de militares aprendeu as táticas na Inglaterra durante o governo de Juscelino Kubistchek de Oliveira e que, para evitar outros males piores, a tortura se justificava. A confissão, dita em tom seco, tenta justificar a prática ainda negada pelos militares, e será alvo da apuração da Comissão da Verdade. Disse Geisel: "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões". O general, apesar de manter a visão corporativa da tropa, disse a historiadora, não se recusou a falar de temas cruciais, como as mortes, durante o seu governo, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. Geisel atribuiu os dois enforcamentos nas dependências da repressão em São Paulo à ausência de comando e diz que o general Ednardo D'Ávila Mello, do II Comando Militar em São Paulo, teria abandonado a tropa para atender a convites da alta sociedade de São Paulo. Segundo o general: "Ele ia passear no fim de semana, fazendo vida social, e os subordinados dele, majores, faziam o que queriam. Ele não torturava, mas, por omissão, dava margem à tortura" (ESTADO DE MINAS, 2012).

Como dito anteriormente, ambos os casos de tortura e morte foram bastante rumorosos e os movimentos sociais começaram a espocar por toda parte. A opinião pública se manifestava e a sociedade já se organizava desde o início da década de 1970. Alguns destes movimentos se tornaram muito importantes, como o Movimento do Custo de Vida (MCV). Em sua primeira manifestação o MCV reuniu pouco mais que 40 donas-de-casa e, em 1976 seguindo uma onda de protestos, conseguiu reunir mais de vinte mil pessoas na Praça da Sé, em São Paulo, levando às autoridades um abaixo-assinado contendo mais de um milhão de assinaturas contra a carestia dos preços, o que denotava um processo emergente e crescente de organização social. O governo estava atento e, dentro da lógica do grupo "castelista" de uma transição "controlada e segura" para o regime democrático, não estava previsto um levante popular. No ano de 1977 dezenas de milhares de estudantes ocuparam ruas e praças realizando encontros, manifestações e protestos em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte. A grande força de mobilização estudantil em São Paulo e a pauta das reivindicações dos alunos por mais liberdade nas esferas sociais, culminou com a invasão da PUC-SP, comandada pelo coronel Erasmo Dias, secretário de segurança do Estado de São Paulo à época. O episódio da PUC foi marcado por uma ação tremendamente violenta, na qual as forças policiais depredaram as dependências físicas da universidade, ferindo estudantes, professores e funcionários, repercutindo de forma bastante negativa na imagem da corporação e angariando

simpatia e solidariedade pelo movimento em prol de mais liberdade democrática (SILVA, 2003).

Em 1978, o início de um movimento grevista na região do ABC paulista envolveu dezenas de milhares de trabalhadores, conhecido como “braços cruzados, máquinas paradas”. As ações espalharam-se por locais de produção em paralisações de curta duração, reivindicando um índice maior de reajuste de salários, questionando abertamente a política econômica instituída pela ditadura. Já em 1979 há um processo generalizado de greves em todo o país, envolvendo milhões de trabalhadores de várias classes profissionais: médicos, professores, metalúrgicos, enfermeiros, lixeiros, motoristas de ônibus, bancários, mineiros, operários da construção civil, etc. são 340 greves e mais de três milhões de trabalhadores parados. Por causa do tamanho do movimento grevista, vários segmentos da sociedade se organizaram, advindos principalmente das camadas mais populares, criando fundos de apoio aos grevistas e uma ampla rede de solidariedade aos que estavam envolvidos no movimento. As assembleias tornaram-se acontecimentos vultosos, contando com mais de cem mil pessoas reunidas no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. O presidente do sindicato dos metalúrgicos, Luiz Inácio da Silva, tornou-se uma liderança política conhecida nacionalmente depois da “greve dos 41 dias”. A reação dos militares foi imediata e brutal, prendendo centenas de trabalhadores e líderes sindicais, intervindo nos sindicatos e cassando líderes mais combativos, além de violências de todos os tipos contra os trabalhadores, demissões e listas de nomes de procurados. Apesar de todas as ações orquestradas pelo regime militar com o intuito de conter os movimentos da multidão, o que se pôde observar foi um fortalecimento crescente da organização popular buscando o enfrentamento com o poder constituído. A atuação coletiva reivindicava muito além do que os militares pretendiam com o seu projeto de “transição controlada” (SILVA, 1990).

É nesse contexto de *incontinência da multidão* que o general João Baptista de Oliveira Figueiredo assume a presidência da República, em março de 1979, com a tarefa de dar continuidade ao processo de “transição controlada” de Geisel. Logo nos primeiros tempos de seu governo, quando perguntado por um repórter de televisão sobre o encaminhamento do processo de abertura política Figueiredo responde num misto de cruzeza e humor negro:

**Repórter:** General, é verdade que o senhor vai promover a abertura?

**Figueiredo:** Você acha que sou mentiroso? Pois se estou falando isso há quatro meses! Imagina se chego aqui hoje e digo: ‘Vou ver, vou pensar

melhor?. É pra abrir mesmo, e quem quiser que eu não abra, eu prendo, arrebento.

A resposta de Figueiredo nos fornece pistas significativas sobre a incongruência do período, já que uma abertura “controlada” pelos militares pressupunha uma transição para a democracia calcada ainda na forma da brutalidade consentida, na violência e em articulações que favoreciam não apenas os governos militares anteriores, mas também todos os estratos da sociedade civil, que apoiaram a mantiveram relações proveitosas do ponto de vista financeiro ou se beneficiaram de algum outro modo. Mais do que um controle sobre a abertura, a ideia era que o governo Figueiredo oferecesse uma certa segurança de continuidade das relações que haviam sido estabelecidas durante os governos anteriores. Sem dúvida, a abertura traria consequências de responsabilidade sobre o que havia sido feito antes em todas as esferas do governo – de concessões de benefícios até a prática de tortura e assassinato de opositores do regime – e, por isso, começou-se a articular um movimento protecionista dentro do governo. Nas ruas, a população cada vez mais organizada saía em busca de respostas e luta por mudanças na esfera política.

Durante o primeiro ano do governo Figueiredo dois acontecimentos importantes marcaram a vida política no Brasil, a partir do envio para o Congresso Nacional de dois projetos já anteriormente aprovados: o primeiro de reformulação partidária e o segundo de concessão de anistia política. O bipartidarismo foi instituído pelo AI-2 em 1965, diluindo todos os partidos políticos e criando apenas duas agremiações políticas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que reuniu os governistas, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que reuniu as oposições consentidas. Durante o governo Geisel o MDB conseguiu expressiva vitória nas eleições gerais de novembro de 1974, conquistando 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e a maioria das prefeituras das cidades mais importantes. Desse modo, a reivindicação pela extinção do bipartidarismo, que já era razoavelmente antiga, logo se concretizou. O pluripartidarismo então se restabeleceu: a Arena mudou sua denominação para Partido Democrático Social (PDS); o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) passou a ser Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgem outros partidos, como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em relação à anistia política, Figueiredo procurou acelerar a aprovação da Lei de Anistia, que permitiu o retorno ao país de milhares de exilados políticos e perdoou crimes políticos. A anistia foi mútua, e por isso, também livrou da justiça os militares envolvidos em ações repressivas e criminosas como tortura, morte e o desaparecimento de cidadãos.

Enquanto isso, os grupos militares de extrema-direita continuavam empenhados na manutenção do regime ditatorial utilizando-se de práticas terroristas como explosões de bombas em bancas de jornal ou no ataque direcionado a determinadas instituições – como no caso da carta-bomba, que matou a funcionária Lyda Monteiro da Silva e feriu José Ramiro dos Santos, nas dependências da OAB, na chamada Operação Cristal, em 27 de agosto de 1980 – e aumentando a voltagem da violência quando planejaram a explosão de uma bomba no dia da festa do 1º de Maio, em homenagem aos trabalhadores, que aconteceu na noite de 30 de abril de 1981. O ataque acabou não acontecendo, pois o artefato, que seria instalado no edifício, explodiu antes da hora, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Dias Machado.

Em entrevista ao repórter Geneton Moraes Neto, da GloboNews, em 10 de abril de 2010, o general Newton Cruz, contou passagens sobre a noite do atentado “frustrado” do Riocentro e revelou, entre outras coisas, que um outro atentado estava sendo planejado:

**Geneton Moraes:** Horas antes do atentado no Riocentro, o senhor recebeu um telefonema de um militar avisando que uma bomba iria explodir lá. Por que é que o senhor não se dirigiu imediatamente para o Riocentro?

**Newton Cruz:** “Não, não, não, não. Meu Deus do céu. Primeiro: o Riocentro é no Rio. Eu estava em Brasília. “Imediatamente” não podia ser, nem que eu viesse de avião. Não é nada disso. Eu estava no meu gabinete de trabalho, na Agência Central do SNI. Ficava até tarde. Trabalhava feito um desesperado. Trabalhava de noite. Não tirava férias. Não fazia nada. Cheio de papel. Sempre fui muito centralizador. Sempre fui responsável, eu, pessoalmente – e também garantir que cumpram aquilo que digo, como mando fazer. Eu estava no meu gabinete, já à noite, quando um oficial meu – da Agência Central do SNI – me disse: “Chefe, recebi um telefonema lá do Rio de Janeiro, de fulano de tal, analista de nossa agência, que disse o seguinte: tinha ido ao DOI do I Exército para fazer contato, saber se tinha alguma novidade e se informar...”. Somos órgão de informação. Era um homem da nossa seção de operações. “Quando chegou lá, ele se assustou, porque viu um grupo reunido cuja ideia era partir para o Riocentro. E ele ficou assustado. Falou: ”Como é isso?”. O oficial da agência do Rio de Janeiro tentou influenciar: ”Vocês não podem fazer isso, ir pra lá!”. E eles: “Mas nós vamos!”. A ideia desse grupo não era matar ninguém: era moda aquele negócio de bomba em banca de jornal. Era pegar uma bomba – uma bombazinha – e jogar lá fora, nas imediações. Era um ato de presença: “Nós estamos aqui. Vocês estão aí, no evento de comemoração do 1º de Maio. Nós estamos aqui!”. Não era para matar ninguém. Era um grupinho. Não era nada comandado por ninguém de cima. Eram eles mesmos, por conta deles. Quando este oficial soube, se assustou: “Não podem fazer isso lá”. Faz o seguinte: “Vai, mas joga a bomba mais afastada”. Ele avisou isso. E saiu com o grupo: foi junto, para assegurar a bomba fora, para não incomodar ninguém, porque eles estavam com gosto de sangue na boca. Sangue, não. Sangue nada: era jogar bomba. Eu falei: “Mas não há meio de parar?”. E ele: “Não, porque eles já saíram”. Quando eu soube, este grupo já tinha saído. E

a bomba foi lançada meio afastada, na proximidade da casa de força. Não adiantava nada, porque se apagasse, o gerador daria eletricidade. Não ia incomodar ninguém. Ele agiu com a cabeça, para evitar. Muito bem. Eu não podia fazer mais nada. Paciência. Fui para casa. Quando cheguei em casa – e liguei a televisão – é que soube da bomba que tinha explodido. O que é que foi? Os dois que foram lá – o capitão e o sargento – por conta própria, fora daquele grupo – para o estacionamento. E a bomba explodiu no colo do sargento. É o que houve”.

**GM: O senhor se arrepende de não ter tentado fazer alguma coisa ?**

**Newton Cruz** (levantando a voz): “Tentar o quê?”

**GM: Telefonar para o general Medeiros para mobilizar...**

**Newton Cruz:** “Medeiros ia fazer o quê?”

**GM: Mobilizar alguém para interceptar...**

**Newton Cruz:** “Interceptar quem ?”

**GM: Os militares que estavam indo para o Riocentro....**

**Newton Cruz:** “Eles não sabiam de militar que estava indo para o Riocentro. Não sabia nem para onde eles foram. Não sabiam nem onde ia ser jogada a tal bomba. Era nas proximidades. Não sabiam onde era. Que história é essa ? É impossível. Nesta ocasião, nem celular havia....E mais o seguinte: tempos depois, recebi a informação de que havia um grupo, no DOI, tentando fazer uma coisa parecida. Não era problema meu. Eu tinha só de informar.

**GM: O grupo ia fazer algo parecido onde?**

**Newton Cruz:** “Em algum lugar. Algo da mesma natureza” Uma bomba num local público?

**Newton Cruz:** “É....Não sei onde”.

**GM: O senhor deve saber. Não quer dizer?**

**Newton Cruz:** “Estou dizendo que não sei. Estou contando. Não conto pela metade. Conto tudo que sei. Quando conto, conto o que sei. Quando não quero contar, não falo. Então, falei: “Não é possível! Isso não pode!”. Pela primeira vez, saí de minha função dentro do SNI: “Vou pessoalmente acabar com isso!”.

O acontecimento do Riocentro e a versão fantasiosa, culpabilizando os movimentos de esquerda pelo atentado é prontamente aceita pelo general Figueiredo, tendo sido o estopim para a renúncia do chefe da casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, que era considerado moderado, foi substituído por Leitão de Abreu, autor da frase: “é preferível injustiça à desordem”. A multidão já não podia ser contida e, em várias partes do Brasil, as manifestações carregavam legiões de brasileiros às ruas, revindicando eleições diretas.

Junho de 1983 é o ponto de partida para a onda de manifestações que ocorreram em todo o país nos meses seguintes: em Goiânia acontece a primeira delas primeira em favor das eleições diretas, na qual participam cerca de cinco mil pessoas, ocupando o centro esportivo da cidade. Ainda no mesmo ano, pesquisas de opinião pública revelaram o grande interesse da população pelas eleições diretas para presidente. No dia 27 de novembro de 1983, o PT, PDT, PMDB, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, o Congresso das Classes Trabalhadoras (Conclat), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e um número aproximado de mais setenta entidades, organizaram o primeiro grande ato público em defesa das eleições diretas, na região do estádio do Pacaembu, em São Paulo, reunindo cerca de dez mil pessoas. Cinquenta mil manifestantes foi o número de pessoas reunidas em 12 de janeiro de 1984 na Boca Maldita, em Curitiba. Em 25 de janeiro de 1984, dia da fundação da cidade de São Paulo, trezentas mil pessoas ocuparam a Praça da Sé, num comício que durou mais de seis horas, no qual artistas, jogadores de futebol, personalidades e lideranças políticas se revezaram no palco, o que se constituiu numa marca registrada dos comícios seguintes. Imediatamente o governo militar reagiu divulgando números menores relativos à participação popular e atribuindo a presença das pessoas somente ao fato de que os “showmícios” eram comandados por artistas famosos.

As manifestações transformam-se numa verdadeira festa cívica pela democracia, em que se juntavam reivindicações pelas liberdades políticas, onde eram cantadas músicas proibidas pela censura e as execuções do hino nacional ganharam uma nova roupagem e um coro de vozes, sendo entoadas por milhares de pessoas. As roupas verdes e amarelas vestiam os milhares de brasileiros nas ruas. Sem dúvida, mais do que simples atos públicos, o movimento pelas “Diretas já”, como ficou conhecido, reinventou o espaço da política transformando os eventos em exercício de cidadania conjugados à alegria e criatividade das festas populares. Os dois maiores comícios aconteceram no Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1984, na Candelária, reunindo cerca de um milhão de pessoas e em São Paulo, em 16 de abril, no vale do Anhangabaú, congregando cerca de um milhão e quinhentas mil pessoas (SILVA, 2003).

Em 18 de abril de 1984, alguns dias antes da votação da emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para a presidência da República, o general Figueiredo implementou, por meio do decreto n. 89.566, *medidas de emergência* que proibiam concentrações públicas e estabeleciam a censura prévia dos meios de comunicação, além de outras restrições. As medidas eram válidas por sessenta dias e se aplicavam a capital



federal e outros municípios do estado de Goiás, certamente com o intuito de coibir a mobilização popular. Como a proibição estava restrita à capital federal e às cidades do estado de Goiás, a população de muitas outras cidades brasileiras, atendendo ao pedido do comitê pró-diretas promoveu um *panelaço*. Finalmente, no dia 25 de abril, alguns lugares que antes concentraram manifestações pelas “Diretas já” são ocupados pela população com a intenção acompanhar a votação que transcorria num clima tenso em Brasília, em virtude não apenas das *medidas de emergência*, mas também do aparato policial militar montado pelo governo, incluindo os arredores do Congresso sendo monitorado por tropas militares e a dispersão das manifestações empreendendo violência (SILVA, 2003).

A emenda foi rejeitada contrariando o desejo da população. Contabilizando 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 deputados ausentes e faltando apenas 22 votos para completar o quórum mínimo necessário, que era de dois terços. Uma onda de frustração tomou conta da população, mas a mobilização popular na campanha das “Diretas já”, é considerada até hoje como a mais expressiva ocorrida no Brasil. O movimento revelou a força da nova sociedade civil, diversa, plural e participativa, que não aceitava mais ser tutelada pelos militares, projetando-se como um coletivo de forças, escolhendo um novo caminho.

Apesar da emenda não ter sido aprovada pelo Congresso, as manifestações populares que antecederam a votação favoreceram a emergência de alianças e articulações políticas que levaram à vitória, no Colégio Eleitoral, da chapa de oposição ao governo conhecida como Aliança Democrática, resultado de um acordo político entre o PMDB e a Frente Liberal, dissidência do PDS, partido do governo. Desse modo, a vitória do candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, sobre o governista Paulo Maluf, nas eleições indiretas de 15 de janeiro de 1985, expressava a volta do poder político aos civis 21 anos depois do golpe militar.

Quando Antonio Negri e Michael Hardt (2005), inspirados pela teoria de Baruch Spinoza, centram a análise da modernidade num aspecto curioso e inusitado, que é a potência da multidão, entendemos que existe algo que não pode mais ser contido. A visão de ambos é contrária ao *establishment* e procura demonstrar que os homens ordinários é que promoveram um avanço extraordinário e incomparável, mas que na escrita da história, esse momento singular das efetuações das potências humanas são tão abafados, que praticamente passam despercebidos e substituídos pelas grandes passagens e pelo que conta a história oficial e

ainda segundo os autores, a intenção era exatamente esta: fazer desaparecer no limbo da história o poder de atuação da multidão (NEGRI; HARDT, 2005).

Para os autores a descoberta do plano de imanência é um evento central nas crises e nas revoluções, posto que as efetuações praticadas pela multidão subvertem a ordem estável das transcendências. A imanência é um modo de compreender o real a partir de uma ótica que transforma a obediência em potência, a hierarquia em plano de imanência e a oposição pura e simples em práticas de resistência. Para Negri (2002) a história do mundo não é a história do capital nem de suas relações de poder, mas a história das potências da multidão. Como afirma Negri (2003, p.139) é com Spinoza que “o conceito de multidão assume sentido próprio na medida em que falta uma ideia de causalidade externa.” Como materialista e imanentista rigoroso Spinoza nega qualquer possibilidade de causa externa à realidade; não há nada fora da matéria, portanto, a multidão pode organizar-se diretamente, sem intermediações ou intervenções externas e não precisa ser representada – é, sob determinadas condições, um tipo extremamente avançado de democracia. A multidão jamais pode ser compreendida em termos contratuais como já vimos; a multidão é um agente social ativo – uma multiplicidade de singularidades em efetuação; é a vida em plenas condições de desenvolvimento. A multidão não é um movimento da massa ou uma reunião de seres irracionais e perigosos, agindo sem direção e, todavia, facilmente manipuláveis; a multiplicidade das diferenças é que a torna um movimento potente, ativado no plano de imanência, que é onde as forças sociais, vez por outra, se combatem e se conflituam, mas também se harmonizam, se completam e se recompõem, produzindo novas possibilidades de ação.

As repercussões dos movimentos populares em torno da abertura política ecoam até hoje nas esferas sociais. A instauração da Comissão da Verdade, os debates sobre a Lei de Anistia e as condenações que o Brasil sofreu por conta das arbitrariedades durante a Guerrilha do Araguaia, tornam as ações praticadas pela multidão um exercício de micropolítica, uma efetuação repercussiva, reverberativa, vibratória. São práticas de resistência que restabelecem a processualidade do acontecimento político. Não há nenhum tipo de dominação que possa nos alienar das nossas liberdades de escolha, das potências que se aliam, se alimentam sempre ambicionando vastidões cada vez maiores. A democracia absoluta, que é por natureza o exercício da multidão, não conhece harmonia artificialmente criada, ao contrário, ela é fruto do desentendimento político e, como tal, é a expressão mais crua da luta pela vida plena (NEGRI, 2003). Certamente, que o movimento da multidão sofre capturas e cortes, pois como é uma força que não para de atuar, cria nódulos, sedimentos e barragens, mas que mesmo

assim, continuam escapando ou se transformando num outro, por um movimento de propagação, que é o próprio movimento de distensão do político.

#### 5.4 Memória como percurso ético

*Política é muito mais que representação. Uma democracia futura não sairá de documentos, por mais completos e bem formulados que sejam. Sairá de práticas coletivas, que vão experimentando novos mecanismos de deliberação, representação e decisão. **Vamos aprendendo no caminho. Esse é o método, diria eu, político e científico.** Através de experiências, pois é muito difícil que alguém invente um sistema novo, que substituiria o outro sem que haja debates e sem que as pessoas saibam exatamente o que está acontecendo. Daí a importância do que está sendo feito aqui e em outras ocupações de praças: a participação em comissões, a coordenação de comissões e o poder de decisão das assembleias; que cada coletivo específico gere suas próprias formas que podem ser controladas pelas pessoas que participam. É o que está sendo feito aqui, mas não apenas aqui, não apenas nos acampamentos, mas na sociedade. **O resultado disso seria a substituição da democracia dos partidos para a democracia das pessoas.** É essencial o que já está sendo feito, que não haja líderes no processo, que se troquem as posições de influência, que se mantenha a abertura total, e tolerância total ao debate.*

*Manuel Castells, março de 2011, em Barcelona, Espanha, participando dos acampamentos espanhóis. (tradução livre de vídeo disponível no Youtube)*

A intenção principal em relação à construção de um conceito de política diferente e mais aberto – e não de um conceito já conhecido e demonstrado usualmente em teses acadêmicas, meios de comunicação de massa e no cotidiano das pessoas – foi em função também da nossa própria situação política atual. Estamos vivendo no Brasil e no mundo situações políticas que estão pondo em xeque os modelos bem assentados de nação, de blocos econômicos, de política-partidária e de eleições representativas.

O movimento da “Primavera Árabe”<sup>73</sup> derrubou ditaduras profundamente cristalizadas a partir de um movimento genuíno da multidão – numa ação inédita e

---

<sup>73</sup> A “Primavera Árabe” foi uma onda de protestos que começou em 17 de dezembro de 2010, quando um comerciante tunisiano ateou fogo ao próprio corpo em protesto contra o desemprego e condições de vida no país. Mais tarde ele acabaria morrendo, desencadeando uma série de manifestações, que logo se espalharam para os países vizinhos, sendo uma das maiores revoluções já vistas na História. A imolação de Mohamed Bouazizi foi o ponto de partida para uma revolta que derrubou a ditadura de Zine el-Abidine Ben Ali na Tunísia, em janeiro de 2011. Menos de um mês depois, Hosni Mubarak caía no Egito, levando consigo um regime que durava três décadas. Em outubro, o líbio Muamar Kadafi foi morto por opositores que travaram, ao longo de meses, uma violenta guerra civil no país. E no Iêmen, Ali Abdullah Saleh transferiu o poder em novembro após meses de protestos. A revolução ainda não acabou, pois a Síria, por exemplo, tem sido palco de violentos conflitos até o momento. O regime de Bashar al-Assad, que está no poder há 11 anos, desde a morte do pai, Hafez, se mantém firme e é acusado de oprimir violentamente as manifestações populares. A ONU diz que mais de 5 mil pessoas morreram nos conflitos e acusa o regime de crimes contra a humanidade. Bahrein, Kuwait e vários outros países da região vivem dias conturbados. Em diferentes medidas, a onda de revolta se espalha por países

orquestrada através de redes sociais, como o Twitter – tomando as ruas e exigindo a mudança, atuando politicamente, tomando as decisões, que por décadas ficaram confinadas ao poder representativo dos soberanos ou de políticos eleitos através de fraudes, a partir dos usos e abusos das próprias máquinas administrativas. Ou ainda o movimento “Occupy Wall Street”<sup>74</sup>, que começou em Nova York – e se alastrou por várias outras cidades dos EUA encontrando ressonância em muitas partes do planeta – e denunciou os esquemas ilícitos e as negociatas duvidosas por trás da crise de 2008, que mudou a face econômica do mundo, evidenciando a responsabilidade dos especuladores financeiros, que alimentam a forte desigualdade social de uma maneira generalizada.

---

como Omã, Argélia, Marrocos e Jordânia. As populações vão às ruas, organizam protestos com uso de redes sociais, mas na maioria dos casos, governos respondem com poucas reformas e muita brutalidade. Em alguns casos, os regimes, para não cair, fizeram concessões, como ocorreu na Arábia Saudita. Em comum, são nações de maioria islâmica e governos, em maior ou menor grau, ineficientes, corruptos e autoritários. Os protestos são muitas vezes articulados na internet, mas é nas ruas das grandes cidades que atraem a atenção da comunidade internacional - e da tropa de choque dos governos locais. Os manifestantes têm inspirado a solidariedade de países democráticos. Mas a instabilidade política inspira apreensão também: não basta derrubar um ditador para instalar um governo democrático. E dada a orientação fundamentalista de certas oposições, teme-se a ascensão de governantes ainda ineficientes, ainda corruptos e muito mais autoritários. Cf. O Estado São Paulo, Retrospectiva 2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,retrospectiva-2011-primavera-arabe-completa-um-ano,813589,0.htm>. Acesso em 09 fev. 2012

<sup>74</sup> O movimento “Occupy Wall Street” é contra o mundo corporativo e as classes mais ricas, que representam, segundo os manifestantes, apenas 1% da população. O movimento se posiciona também contra a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. As manifestações foram inicialmente convocadas pela revista canadense *Adbusters* e inspirou-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente os protestos na Praça Tahrir, no Cairo<sup>[1]</sup>, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011<sup>[2]</sup>. A denúncia de que o megainvestidor George Soros seria um financiador do movimento foi desmentida pela própria agência que divulgara a versão<sup>[3]</sup>. As mobilizações começaram no dia 17 de setembro de 2011 e ainda continuam. No 1º de outubro, o protesto mobilizou de cinco a dez mil pessoas. Uma onda de protestos semelhantes ocorre em diversas outras cidades nos Estados Unidos (Boston, Chicago, Los Angeles<sup>[4]</sup>, Portland, São Francisco, entre outras), na Europa e em outras partes do mundo<sup>[5]</sup>. A estratégia do movimento é manter uma ocupação constante de Wall Street, o setor financeiro da cidade de Nova York, em protesto contra a desigualdade social, a ganância empresarial e o sistema capitalista como um todo. As pessoas se organizam em assembleias gerais, nas quais todas podem falar e participar das decisões coletivas<sup>[6]</sup>. Os manifestantes indicaram que a ocupação será mantida "pelo tempo que for necessário para atendimento às demandas."

[1] [Tahrir Square protesters send message of solidarity to Occupy Wall Street. The Guardian \(25 de outubro de 2011\)](#). Acesso em: 30 nov. 2011.

[2] ['Occupy Wall Street' to Turn Manhattan into 'Tahrir Square'. International Business Times New York \(17 de setembro de 2011\)](#) Acesso em: 30 nov. 2011.

[3] [Soros: not a funder of Wall Street protests. www.reuters.com](#) . Acesso em: 23 nov. 2011.

[4] [Polícia cerca acampamento do "Ocupe Wall Street" em Los Angeles. www.folhasopaulo.com \(28 de novembro de 2011\)](#). Acesso em: 02 dez. 2011.

[5] [Hundreds of Occupy Wall Street protesters arrested. BBC News \(2 de outubro de 2011\)](#). Acesso em: 30 nov. 2011

[6] [Does 'Occupy Wall Street' have leaders? Does it need any?. The Christian Science Monitor \(10 de outubro de 2011\)](#). Acesso em: 30 dez. 2011.

O modelo político e também econômico dá sinais de exaustão. As formas mais conhecidas e utilizadas dos sistemas políticos ditatoriais, governamentais e mesmo a fórmula da democracia representativa já não sustentam e nem suprem os desejos da multidão. Há uma nova maneira de se pensar o mundo contemporâneo se desenhando no horizonte. É bastante possível que as estruturas que se ergueram sobre modelos de Estado-nação, com forte demarcação de fronteiras amparadas por forças bélicas, de economia protecionista, de exploração máxima, de esgotamento de recursos naturais e humanos já não consigam mais se manter por muito mais tempo – há, sem dúvida uma mudança profunda em curso. E parece-nos que não é apenas uma mudança estrutural, uma substituição de uma estrutura por outra, mas uma solvência de um modelo exaurido. Aqui não praticamos futurologia, mas entendemos que há uma inviabilidade que não é de uma ordem apenas. Não é só mais a esfera econômica nem política ou social – há um esgotamento. Não é apenas a forma simplista e dualista com que já estávamos acostumados: democracias sólidas e emergentes de um lado e comunistas em decadência ou mesmo comunistas capitalistas – no caso de exceção que é a China – de outro.

Manuel Castells, sociólogo e professor da Universidade da Catalunha, em evento recente, em março de 2011, em Barcelona, na Espanha, onde centenas de milhares de pessoas se reuniram em acampamentos para apoiar os eventos da “Primavera Árabe” e também para debater questões políticas e os rumos da economia na Europa (e no mundo), diz:

Meu nome é Manuel Castells. Sou professor e investigador da Universidade da Catalunha. Estou aqui para falar com vocês sobre Comunicação, Poder e Democracia. Uma das acampadas perguntou-me se gostaria de comparecer ao acampamento para falar de algumas das ideias que tenho desenvolvido há muitos anos, precisamente sobre este tema, e que estão reunidas num livro que lancei há pouco: Comunicação e Poder. Fiquei encantado, porque acho central debater publicamente estes temas. Quis contribuir à maneira que posso para um movimento que ocorre em Barcelona, na Catalunha, na Espanha e em outros países. Ontem, já havia 706 acampamentos em todo o mundo e continuam a se multiplicar. São como a água. Quando ela corre, passa por qualquer lugar, supera obstáculos. Quando há uma necessidade real, sentida em muitas sociedades, basta que a luta por ela comece a se expressar em alguma parte para que se difunda um sentimento de que “nós também podemos”. Foi o que ocorreu, por exemplo, com as revoluções árabes. É interessante que um dos sites mais atualizados sobre o movimento [espanhol] chama-se “Yes, we camp”, reproduzindo o que Obama disse em sua campanha [“Yes, we can”]– embora saibamos que agora as coisas estejam mais complicadas. O importante é que muitas pessoas, em todo o mundo, não aceitam a fatalidade da crise e pensam que podem fazer algo – o quê, ainda não sabem – para enfrentar a miséria política predominante e

recuperar o papel de protagonistas que as pessoas sempre desejaram ter em seu futuro.<sup>75</sup>

A fala de Castells, assim como a de Eduardo Galeano<sup>76</sup> – no mesmo evento e também num outro, à mesma época, em Madri – demonstra o quanto é possível que se faça diferente, de uma forma nunca antes feita; ou melhor, por via da experimentação, maneiras diferentes de se fazer o que já foi feito e até o que nunca o foi. O coletivo de forças – como vimos no capítulo metodológico desta pesquisa – é o que se expande no campo social, é o que substitui a velha dicotomia indivíduo-sociedade, e a oposição de um modo geral, pela relação entre as formas, que condiciona as coisas definidas e estáveis, correspondente à organização do mundo e o das forças, que produzem a realidade e corresponde ao estado de movência das coisas. É um novo modo de entender a política e a democracia, pautado no exercício da potência coletiva.

Por outro lado, sabemos que as relações de poder atravessam, sob formas variadas, todas as sociedades através dos tempos; vimos, por exemplo, o modo como Foucault tratou a questão do poder em vários momentos da história humana. A análise das relações de poder é essencial em nossa sociedade, pois as instituições foram construídas atendendo aos interesses e valores de quem as dirige ou governa e, nesse sentido, elas são a sua expressão mais visível, são sua representação externa. É fundamental que se lembre que, segundo Michel Foucault, o poder não é algo coisificado, que passa de um alguém para outro alguém, ou personificado, estando ligado apenas à figura humana ou ao cargo por ele ocupado, mas que primordialmente o poder, no mundo contemporâneo, se imiscui em todos os estratos sociais de diversas formas, se entranhando em todo o corpo social e não mais estando restrito ao campo do Estado (FOUCAULT, 2005).

No mundo contemporâneo, a constituição do poder se dá através da modulação dos mecanismos, dos dispositivos, do conjunto de procedimentos que, articulados às mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais assumem a função de gestores da vida, organizando-a e ordenando-a e não extinguindo-a – é uma outra forma de poder: o biopoder. Sua principal característica é conseguir capturar as formas de vida, controlando-as inclusive

---

<sup>75</sup> Disponível em: <http://www.outraspalavras.net/2011/07/18/castells-propoe-outra-democracia/> Acesso em: 30 dez. 2011

<sup>76</sup> Eduardo Hughes Galeano (Montevideu, 03.09.1940) é jornalista e escritor uruguaio. É autor de mais de quarenta livros, que já foram traduzidos em diversos idiomas. Suas obras transcendem gêneros ortodoxos, combinando ficção, jornalismo, análise política e história. O depoimento de Galeano sobre os acampamentos espanhóis está disponível no Youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=mdY64TdriJk>. Acesso em: 30 dez. 2011.

de dentro para fora – não apenas docilizando os corpos, como na sociedade disciplinar, mas controlando as mentes e determinando comportamentos internos – presentes nas sociedades de controle<sup>77</sup> contemporâneas. No entanto, como preconizou Foucault, onde houver poder haverá resistência.

Não sendo o poder político algo fluido, mas um conjunto de procedimentos que se reconfiguram de acordo com as forças sociais e com os acontecimentos, podemos pensar que o poder constituinte da multidão, baseado na teoria spinozana e conceituado por Negri, é a manifestação da potência democrática e funda o político, em vez de ser apenas uma figura decalcada dos estratos sociais mediados e representados. Eduardo Galeano, durante os movimentos dos acampamentos espanhóis em maio de 2011, valoriza a experiência política que nasce da multidão. Vejamos:

Estava no Sol (Praça do Sol, em Madri) e estou aqui. Encontro a mesma energia de dignidade e o mesmo entusiasmo. E o entusiasmo é uma vitamina E, “E” de entusiasmo e o entusiasmo vem de uma palavra grega que significa “ter os deuses dentro”. E cada vez que encontro “os deuses que estão dentro” de uma pessoa, de muitas ou das coisas, ou da natureza, das montanhas, dos rios... Digo: “Enfim, isso é o que me faltava para me convencer de que viver vale a pena!”. Então, estou muito contente de estar aqui, como estive antes na Praça do Sol, porque esta é a prova de que viver vale a pena. É que viver está muito, muito mais além das mesquinhas da realidade política, onde se ganha ou se perde. E da realidade individual também. Onde só se pode ganhar ou perder na vida. E isso importa pouco! Em relação com esse outro mundo que te aguarda, esse outro mundo possível, que está na barriga deste! Vivemos num mundo infame, eu diria. Não é muito alentador, mas existe outro mundo na barriga deste...esperando... É um mundo diferente, diferente e de parto complicado. Não é fácil o seu nascimento, mas com certeza, pulsa no mundo que estamos. Um mundo que pode ser, e um mundo que é, e que eu reconheço nessas manifestações espontâneas na Praça Catalunya e na do Sol, em Madri, que são as que pude acompanhar. Sei que existem muitas outras e que são prova disso. E alguns me perguntam: O que vai acontecer? E depois? O que vai ser? E eu respondo o que vem da minha experiência e digo: Bom, nada!

---

<sup>77</sup> Num artigo intitulado “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, o filósofo Gilles Deleuze (1990) indicava alguns aspectos que poderiam distinguir uma sociedade disciplinar de uma sociedade de controle. As sociedades disciplinares podem ser situadas num período que vai do século XVIII até a Segunda Grande Guerra, sendo que os anos da segunda metade do século XX estariam marcados por seu declínio e pela respectiva ascensão da sociedade de controle. Seguindo as análises de Michel Foucault, Deleuze percebe no enclausuramento a operação fundamental da sociedade disciplinar, com sua repartição do espaço em meios fechados (escolas, hospitais, indústrias, prisão...), e sua ordenação do tempo de trabalho. Ele chamou esses processos de moldagem, pois um mesmo molde fixo e definido poderia ser aplicado às mais diversas formas sociais. Já a sociedade de controle seria marcada pela interpenetração dos espaços, por sua suposta ausência de limites definidos (a rede) e pela instauração de um tempo contínuo no qual os indivíduos nunca conseguiriam terminar coisa nenhuma, pois estariam sempre enredados numa espécie de formação permanente, de dívida impagável, prisioneiros em campo aberto. O que haveria aqui, segundo Deleuze, seria uma espécie de modulação constante e universal que atravessaria e regularia as malhas do tecido social. COSTA, Rogério da. *Sociedade de Controle*. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 18(1). p.161-167, 2004.

Não sei o que vai acontecer. E tampouco o que vai acontecer. Me importa o que está acontecendo. Me importa o tempo que é. E o que é, é o tempo que se anuncia sobre outro tempo possível que acontecerá. Mas o que acontecerá no final, não sei! (transcrição livre do vídeo disponível no Youtube).

Galeano, em sua fala, comenta sobre sua alegria ao participar das manifestações populares que são expressões autênticas de um poder constituinte, de algo que se propaga – e que, atualmente, embalados pelo advento das redes sociais, ganharam um gigantismo nunca antes visto e experimentado na história. Os acampamentos espanhóis mostraram a força da multidão e da gestação de novos mundos possíveis. A partir desses eventos, parece-nos que se configura uma nova espécie de democracia, ou pelo menos, uma nova maneira de percebermos os sistemas democráticos que, do modo como têm sido geridos, já não representam boa parte dos eleitores. Não falamos apenas de modos de representação político-partidárias, mas de um modo organizacional das instituições que, (des)aparelhadas da maneira que estão (em termos técnicos e humanos), já não dão conta das mudanças que se processaram e das que continuam vindo. O desejo dessa multidão é que funda o político. Não o político representativo, figura decalcada da realidade, mas o político que é a expressão mais genuína das tendências, fluxos de crença e desejo que, ao invés de se aterem e se fixarem numa determinada camada de uma sociedade enraizada e arborescente – família, escola, religião, etc. – são, ao contrário, rizoma, não têm começo e fim, mas são o meio. É uma outra lógica, um outro tipo de democracia, é uma efetuação da vontade, é um coletivo de forças.

Continua Galeano:

(...) dentro dos 10 milhões de espanhóis que não votaram, muitos devem ser jovens. E não votaram porque não acreditaram na democracia que oferecem! E não achem que não acreditam na “democracia”; não acreditam “nessa democracia manipulada”, nesse nome seqüestrado pelos banqueiros, pelos políticos mentirosos, pelos “artistas de circo”, que oferecem uma pírqueta diferente a cada dia. Havia um velho político no Uruguai, que morreu há muito tempo – que não era revolucionário nem nada – e era um político do sistema, mas era um homem que conhecia a vida melhor que os outros. Quando lhe ofereciam um candidato a deputado na lista, do Partido Nacional – ele se chamava Herrera e era fanho e tal – e quando era questionado sobre esse ou aquele candidato, ele dizia assim: Não, não, não esse é um “redondo”! Redondo! Ele chamava de “redondos” aos que ficavam redondos de tanto girar. E é verdade, na política atual, há uma quantidade enorme de redondos. E os jovens têm culpa de não acreditar nos redondos? Ou são os redondos os culpados pelos jovens não acreditarem neles?

Manuel Castells, em sua palestra para os mesmos acampados espanhóis, reforça a idéia de Galeano, e comenta sobre a crise que a democracia atravessa afirmando que o mais importante é que as pessoas no mundo inteiro não se conformem com a fatalidade da crise e



saibam que algo pode ser feito – mesmo que não se saiba ainda o quê – mas que “enfrentem a miséria política predominante e recuperem o papel de protagonistas que sempre desejaram ter em seu futuro”.

Aqui no Brasil têm ocorrido algumas manifestações de protesto, particularmente ligadas ao caso da abertura dos documentos da ditadura, em que jovens – assim como ocorreu na Argentina nos últimos anos – promovem os “escrachos”<sup>78</sup>. Em 26 de março de 2012, enquanto dezenas de militares da reserva promoveram uma comemoração no Clube Militar, no centro do Rio de Janeiro, por conta do aniversário do Golpe de 64, um grupo de estudantes autodenominados *Levante Popular da Juventude* promoveu um “escracho” na porta da casa de Carlos Alberto Ponzi, em Porto Alegre. Ponzi é ex-chefe do Serviço Nacional de Informações de Porto Alegre e um dos 13 brasileiros acusados pela Justiça Italiana pelo desaparecimento do militante político Lorenzo Ismael Viñas em Uruguaina (RS), no ano de 1980. Certamente que há um grau de violência embutida na ação dos estudantes, se levarmos em consideração que a acusação pode ser injusta e porque pichar a casa de alguém é uma prática reconhecidamente agressiva, mas alguns outros aspectos também nos chamam atenção: o primeiro é que o *Levante Popular*, apesar de possuir vínculos com grupos tradicionais e conhecidos, que atuam na área de direitos humanos, não realizam ações propriamente tradicionais; o segundo é o de que rompem com o estereótipo de que ações efetivas demandam um nível de organização complexo – são pequenos grupos e as ações são pontuais, com ênfase no fator surpresa; e, por último, compreendemos que esses jovens apontam que algum tipo de memória criadora se conservou e dá frutos na atualidade. É um tipo de memória ética, que se produz a partir de uma espécie de escolha, de modo de vida; são pequenas invenções, que derivam de uma mínima diferença, mas que produz uma ressonância. Sendo um coletivo de forças, a memória que se produz é o próprio exercício da multidão, nascendo do desentendimento entre as forças, seguindo correntes de imitação, ganhando novas frequências de ondas, que se espalham na velocidade do som, apostando que a repercussão é o ato em si, que provido de força intensiva, propague um eco que se recria ao infinito: democracia absoluta da multidão.

---

<sup>78</sup> Os “escrachos” surgiram na Argentina e consistem em reunir um grupo de pessoas em frente à casa de alguém acusado de ter sido torturador e, através de pichações, o identifica diante de seus vizinhos. A intenção é constranger e revelar a identidade de conhecidos torturadores dos regimes militares, que vivem em sociedade como cidadãos comuns.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POTÊNCIA DAS VIDAS ORDINÁRIAS

A proposta inicial desta tese foi a de tomar acontecimentos políticos do período da ditadura militar brasileira (1964-1985) como ponto de partida para pensarmos que tipo de memória se produziu no período e de que modo as ações ocorridas à época ainda ecoavam nas esferas sociais. No entanto, a noção comum de acontecimento é a de que é um acontecido, algo que se passou e que, eventualmente, pode ser acessado através das nossas próprias lembranças ou ainda por uso de meios artificiais. Desse modo, o acontecimento ou se tornava apenas reminiscência, lembrança ou seguia a sina de registro documental. Em ambos os casos, o acontecimento parecia sempre condenado a um tipo de tratamento que lhe retirava sua processualidade: seja confinando-o no âmbito da lembrança individual ou coletiva como ocorrência datada ou como dado processado, encaixado numa forma reconhecível, identificável, encontrável.

Portanto, a primeira questão que surgiu foi a de que precisávamos desnaturalizar alguns pressupostos percebidos como indiscutíveis: a de que um acontecimento tem tempo de ocorrência fechado, sendo tratado como um fato histórico que mereceu registro, tornando-se um documento – ou seja, é sempre necessário um empreendimento de destemporalização para que o acontecimento perca sua processualidade e possa ser regulado, mensurado. Em segundo lugar, percebíamos que esse lugar determinado para onde os acontecimentos seguiam transformados em documentos, eram tomados como o caminho natural para eles estarem: as prateleiras de um arquivo. Em nossa perspectiva, nem os acontecimentos nem os documentos podiam ficar reduzidos a um decalque de um tempo ou a um dado processado. Essas formas artificialmente criadas foram tão construídas quanto os prédios em que a memória-documento aguardava o pesquisador-arqueólogo. É como se os acontecimentos depois de terem sido roubados de sua dimensão processual surgissem como uma sequência de fatos encadeados que fizessem sentido, que pudessem contar uma história. Também chamamos atenção sobre a percepção dominante de que os dados e as coisas do mundo existissem *a priori* – como se as figuras (as representações apartadas de sua processualidade e de sua temporalidade) sempre acontecessem desse modo e estivessem nos aguardando enquanto objetos passivos. Portanto, a nossa proposta também foi a de demonstrar que, se os objetos não estiverem apartados de sua processualidade, a relação que estabelecemos com eles é a de um engendramento mútuo: eles existem com e a partir do nosso olhar e nos transformam enquanto pesquisador.

Os documentos que compuseram o corpus da pesquisa foram qualificados como “acontecimentos políticos”, já que os enxergávamos numa dimensão para além do factual e da esfera representativa. Foram tratados, antes de tudo, como a expressão de um contexto político conturbado no Brasil, que ainda ecoava em várias esferas do campo social, jurídico e influenciando nas decisões tomadas nas instâncias públicas. Partindo dessas premissas, apresentamos no primeiro capítulo desde o período da modernidade, de que modo se formou o modelo político de Estado liberal, que funda ainda hoje os modelos político-institucionais brasileiros. Tracejamos um contraponto entre o Estado Leviatã de Thomas Hobbes e a democracia das potências e dos afetos, a multidão (*multitudo*) de Baruch Spinoza – a discussão sobre ambas as perspectivas abriu o caminho para compreendermos a questão do poder político e suas reverberações posteriores. Também nos utilizamos das análises de Foucault, em torno da constituição do poder – não como a uma coisa, mas como uma série de procedimentos e mecanismos que têm por objetivo espalhá-lo, ramificá-lo e conservá-lo – e ainda sua face de resistência.

Utilizamos a perspectiva de Paul Veyne sobre a obra de Foucault para destacar um tipo de abordagem histórica que em vez de procurar objetos ancorados em constantes, fizesse da pesquisa o próprio percurso, o método em si. Ou seja: pensarmos o acontecimento numa dimensão mais ampla do que o puro e simples fato histórico projetado como expressão da verdade. Desse modo, trouxemos a noção de acontecimento proposta por Deleuze, calcada na obra de Lewis Carrol, na qual o acontecimento puro, guardando sua distensão processual, torna-se capaz de reverberar intensivamente, produzindo um duplo movimento, que ao inibir o presente, ou melhor, a captura do presente, oferece um tempo sem justaposição ou encadeamento. Foi a partir do conceito deleuziano de acontecimento, que buscamos uma metodologia que pudesse nos ajudar a compreender de que modo podíamos produzir uma memória que não estivesse sujeita apenas ao registro documental ou ao factual da história.

Ao escolhermos a cartografia como metodologia – e não métodos consagrados da história, da sociologia ou da antropologia – tivemos a intenção de nos distanciarmos tanto da linearidade consentida quanto da homogeneização forçada, que tornam os demais métodos subordinados a territórios fixos e quadros sociais relativamente estáveis, enxergando objetos como dados pré-existentes, qualificados em estratos determinados. Desse modo, retomamos o método bergsoniano da intuição, no qual Deleuze se inspirou para tornar a cartografia um percurso de pesquisa. Bergson distinguiu os verdadeiros dos falsos problemas, transformou a dúvida e a hesitação em composições e forças que forjaram o próprio objeto, bem como ao pesquisador; o universo da pesquisa surge então no pesquisar: harmonias, desarmonias,

tensões e distensões, escalas, abandonos e silêncios. A cartografia rompe ainda com os aspectos dicotômicos do mundo material, posto que se atém ao que é processual e imanente.

Consagramos um capítulo à questão teórica em torno da memória social, como surgiu a disciplina e de que modo suas bases teóricas foram fundadas. Trouxemos os aspectos que aproximam a noção de memória social da teoria sociológica desenvolvida por Durkheim, fonte de inspiração de Maurice Halbwachs e de seus sucessores, fundando não somente a disciplina enquanto tal, mas também procedendo no forjamento das instituições-memória, bem como as políticas e diretrizes documentais e as repercussões dessas práticas afetando todo o campo social. Fizemos um contraponto com a microssociologia de Gabriel Tarde, que propõe um tipo de memória social dinâmica. Tarde antecipa um tema que servirá posteriormente para Deleuze Guattari demonstrando que a memória já nasce política, fruto do encontro de forças que pululam no campo social. A lógica tardeana é a da invenção: a partir de uma mínima variação, uma diferenciação infinitesimal, que age por aproximação ou repulsão, formam-se fluxos. Dessa maneira, Tarde rompeu com a ideia de que a memória apenas se detém aos fixos e que os representa, com a intenção de se conservar. Tarde verificou que o que existem são ideias, fluxos de crença e desejo, que em luta constante formam hordas de novas correntes de imitação, ambicionando o infinito – ou seja, o impulso da memória é sempre o de diferenciar-se e propagar-se. Tarde permitiu, portanto, que entendêssemos por campo social, um plano onde as lutas se efetuam, no qual a memória seja um processo, uma ação político, um fluxo vital e não algo destacado e descolado das práticas cotidianas.

No último capítulo, buscamos analisar cada documento a partir de suas relações com as dimensões variadas da memória. Vimos de que modo se engendram as relações entre memória, criação, poder e resistência, de que modo se efetuam. A intenção foi sempre a de demonstrar que a produção de memória é permanente e diversa e que, em nossa perspectiva, essa emergência já é política; a memória não se torna política apenas por conta dos usos políticos que fazemos dela, nem por estarem sendo produzidas no âmbito da política partidária, das instituições oficiais ou do aparelho jurídico. Tampouco os documentos ou objetos de pesquisa se reduzem a registros de um passado oficial, que representam os mecanismos de constituição de formas de governo; também não os tratamos como informações a serem identificadas e processadas, com a função restrita de alimentar bancos de dados. Nosso esforço foi sempre no sentido de demonstrar que memória e documento têm uma dimensão poética, uma processualidade que ao conservar suas singularidades, diferenças

e conflitos, é a genuína expressão política das intensidades afetivas no campo social. A repercussão dos três documentos escolhidos para dar corpo à tese – o conjunto de documentos secretos, a gravação da reunião do AI-5 e a frase do presidente Figueiredo – se tornam acontecimentos políticos não apenas porque funcionaram em alguma medida como representações de uma época ou ideia, ou por ter tido a chancela de “oficial”, ou por ser a prova documental de uma prática comum dos regimes políticos: expressar a verdade.

Certamente, há inúmeras repercussões desses acontecimentos povoando o nosso cotidiano. A constituição da Comissão da Verdade, a homologação da Lei de Acesso à Informação, o pedido de recurso do Ministério Público Federal à Justiça Federal para a abertura de processo criminal contra o coronel reformado do Exército Sebastião Curió Rodrigues de Moura, pelo desaparecimento de pessoas que participaram da Guerrilha do Araguaia na década de 1970. A própria discussão em torno dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia é extremamente atual e movimentada várias esferas da sociedade. A partir de uma documentação de mais de 1.100 páginas cedida por um oficial do Exército – de modo similar aos documentos que constam nesta tese – para o jornalista Eumano Silva do jornal *Correio Braziliense* e para a pesquisadora Taís Morais, foi possível fazer um percurso das táticas e estratégias das Forças Armadas no intuito de coibir o movimento de oposição que ora se instalara às margens do rio Araguaia e que resultou na morte e no desaparecimento de dezenas de pessoas. O livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, publicado em 2005, faz um apanhado da documentação oficial – que não foi disponibilizada por nenhum arquivo público – utilizando-a para refazer os movimentos de operação tática dos órgãos de repressão. O livro é um ótimo exemplo daquilo que podemos fazer a partir de uma tentativa de apagamento. Na verdade, é mais uma espécie de dobra, de uso da própria força que pretende nos assujeitar e que fazemos com que esta nos sirva de impulso para realizarmos algo que não seria possível se estivéssemos presos a um modo de existência, a uma forma de vida em que não nos sentíssemos fortes, potentes e vigorosos para agir.

Sem dúvida, que o movimento de criação é dinâmico, pois ora podemos agir e ora precisamos abandonar ideias, que acabam perdendo a força, mas quando enxergamos os acontecimentos políticos em sua distensão, podemos ouvir ainda os ecos que eles emitem. Nos últimos dias de março de 2012, os procuradores da República Marlon Weichert, de São Paulo, Felício Pontes e Ubiratan Cazetta, do Pará, e Guilherme Schelb, de Brasília ouviram o depoimento de mais de 40 moradores da região do Araguaia, que hoje vivem em condições

piores do que há 30 anos atrás, quando centenas deles – entre homens e mulheres – foram torturados, espancados e mutilados para ajudarem os militares na perseguição aos guerrilheiros, que estavam escondidos nas matas. Os procuradores entraram no caso por conta de um pedido de informações feito pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos ao procurador Marlon Weichert, que havia conduzido as investigações sobre as ossadas encontradas no Cemitério de Perus, em São Paulo. Os quatro procuradores decidiram então que deveria ser um trabalho conjunto das três Procuradorias e abriram um inquérito civil público. Acompanhados da ex-guerrilheira Criméia Alice Schmidt, de Laura Petit e Janaína Teles – que tiveram parentes mortos na guerrilha –, os procuradores saíram a campo pelo interior do Pará (ISTO É, 2012).

Os depoimentos dos moradores da região são chocantes. Em linguagem simples e direta, contaram que praticamente todos os homens da região foram presos pelo Exército e levados para as bases em Araguaína, Bacaba e Marabá. Depois de viajarem amontoados em caminhões, cerca de mil pessoas passaram por longos interrogatórios, que incluíam espancamentos, choques elétricos e torturas das mais terríveis. O objetivo dos militares era conseguir informações sobre os guerrilheiros e a população local não foi somente fonte de informação para o Exército, já que os militares determinaram que os camponeses, que conheciam bem a selva teriam de servir de guias para as tropas. Sob tortura, mais de 100 homens foram transformados em colaboradores. Entre eles, Raimundo Nonato, o Peixinho, que testemunhou muitas mortes e também reconheceu vários guerrilheiros nos cartazes da Comissão dos Desaparecidos. “Eles bateram muito na gente. Depois eu virei guia, mas não matei ninguém. Eu vi Cristina (codinome de Jana Morani Barroso) morrer” (ISTO É, 2012).

Pedro Moraes da Silva tinha 11 anos quando a guerrilha se instalou no Araguaia e, segundo ele, uma de suas lembranças mais vivas foi a prisão de seu pai, o lavrador Frederico Barros da Silva, tirado de casa e levado por soldados fortemente armados. Pedro morava junto ao igarapé Fortaleza quando assistiu a seu pai ser espancado e tachado de terrorista. Poucos dias após o sequestro de seu pai pelos militares, Pedro e sua família receberam a visita do major Sebastião Curió, que ordenou a todos que se mudassem para a casa de Vanu (Manoel Leal Lima), um dos mais conhecidos guias do Exército. Diz Pedro: “No dia seguinte, eu, minha mãe (Adalgisa) e meus irmãos voltamos para pegar mantimentos e nossos animais de criação (galinhas e porcos). Encontramos tudo queimado”. O pai só foi encontrado seis meses depois, em São Domingos do Araguaia e segundo o relato de Pedro: “Estava louco, por causa

das torturas”. O guia Vanu contou para a família que Frederico tinha sido barbaramente torturado e que o seu crime era ter sido amigo dos guerrilheiros. Sônia (codinome da militante Lúcia Maria de Souza), por exemplo, foi quem fez o parto de uma das irmãs de Pedro. Hoje, com 40 anos, ele ainda se emociona quando lembra da bela guerrilheira, uma paixão da infância. “Eles eram pessoas boas”, afirma. O procurador Felício Pontes considerou o relato de Pedro muito importante: “Ele reconheceu, no cartaz dos desaparecidos, nada menos que 14 guerrilheiros com quem teve estreito convívio na infância” (ISTO É, 2012).

Não há dúvidas de que os relatos dos sobreviventes e de suas famílias demonstram o quanto ainda precisamos avançar nas investigações sobre as arbitrariedades e os crimes cometidos durante a ditadura militar. A participação da população é fundamental na reconstituição desse pedaço de nossa história. Apesar de uma documentação que ainda não podemos acessar, é possível continuarmos produzindo relatos, agindo, atuando, expressando o desejo de efetuação das potencialidades; é possível, como temos visto, em tantas ações espalhadas pelo país – e também pelo mundo – que as pessoas não se paralitem diante das negativas e dos obstáculos.

Há muitas práticas na atualidade que ainda são resquícios de tempos de ditatoriais. Em artigo recente para a revista *Época*, a jornalista Eliane Brum, nos alertou que os verbetes das palavras “cigano” e “negro” foram suprimidos da versão eletrônica do mais completo dicionário brasileiro, o Houaiss. O caso merece registro: o procurador da República Cleber Eustáquio Neves, do Ministério Público Federal de Uberlândia, em Minas Gerais, requereu que o dicionário Houaiss fosse tirado de circulação e que a tiragem, venda e distribuição das novas edições fossem suspensas enquanto não tivessem sido eliminadas as “expressões pejorativas e preconceituosas” do verbete “cigano”. O procurador atendia ao pedido de um cidadão, feito em 2009. De acordo com o procurador Cleber Eustáquio Neves o pedido de apagamento seria por conta dos sentidos pejorativos, registrados no dicionário para o verbete: “número 5: “(1899) *pej.* que ou aquele que trapaceia; velhaco, burlador”. E também da 6: “*pej.* que ou aquele que faz barganha, que é apegado ao dinheiro; agiota, sovina” (HOUAISS, 2001, p. 716). A abreviatura “*pej.*” colocada por Houaiss, em ambas as acepções, é uma ressalva de que são significados “pejorativos”. Assim como Houaiss informa ao leitor quando esta ou aquela definição é arcaica ou vem desta ou daquela língua ou refere-se a este ou àquele episódio histórico.

Entendemos que a missão de um dicionário é apresentar todos os sentidos de uma palavra na língua, contemplando as acepções tanto do presente, como as do passado. Sua

vocação é narrar a trajetória, a evolução e as mudanças de significado de cada palavra ao longo de seu percurso no tempo e no espaço. Um dicionário perscruta a vida das palavras, com todos os embates que a vida tem. Eliminar os sentidos de uma palavra é tentar eliminar uma parte de sua história – ou tentar apagar o que aconteceu. Diz Eliane Brum (ÉPOCA, 2012):

Os próprios ciganos não deveriam querer que isso acontecesse, porque, ao apagar um sentido estarão eliminando uma das provas de que, em determinado período histórico, foram vistos como “trapaceadores, velhacos e burladores”. Ou “apegados ao dinheiro, agiotas, sovinas”. Do mesmo modo que os negros não devem querer que seja apagada a escravidão da sua história, assim como os preconceitos e injustiças sociais que dela decorreram e que estão explicitados em algumas acepções do verbete “negro”. É por causa das consequências desses acontecimentos históricos, expressadas também em sentidos pejorativos para a palavra “negro”, que foi construído todo um movimento de resistência que pressionou – e pressiona – por políticas públicas. Mas, principalmente, porque não se apaga a história apagando-se sentidos de palavras. Se fosse assim, seria fácil mudar a vida.

Percebemos que cabe aos indivíduos, coletivos e grupos conferir novos significados às palavras no embate das memórias – e, desse modo, pode o dicionário registrar esses novos significados, sem, porém, eliminar a memória dos outros. A tentativa de esquecimento nunca serve às vítimas – mas, quase sempre, aos algozes. É bastante conveniente impor um determinado esquecimento – e, no pior dos casos, apaga-se. Se um pedido como esse feito pelo cidadão de Uberlândia se tornar corriqueiro, certamente os dicionários, enciclopédias e livros estarão correndo perigo. O ataque ao Houaiss e à memória das palavras é um caso grave de ignorância. O verbete “negro”, que nem é objeto da ação também desapareceu da versão eletrônica do dicionário (ÉPOCA, 2012).

É preciso que alertemos para outro aspecto desse caso: o dicionário Houaiss foi atingido porque não cumpriu a determinação do MPF de Uberlândia. Vejamos o que diz Eliane Brum (ÉPOCA, 2012):

Segundo o MPF de Uberlândia, em entrevista à Folha de S. Paulo, foram enviados “diversos ofícios e recomendações” às editoras para que mudassem o verbete “cigano” nos dicionários que editam. De acordo com o órgão, as editoras Globo e Melhoramentos atenderam às recomendações. A Objetiva, que publica o Houaiss, não. A editora teria alegado que não poderia fazer a mudança porque a publicação é editada pelo Instituto Antônio Houaiss e que ela é apenas a detentora dos direitos relativos à publicação. O que isso significa? Que os sentidos históricos, mas considerados “preconceituosos e racistas” pelo MPF, já foram eliminados de outros dicionários. E só ficamos sabendo dessa afronta à memória da nossa língua porque o Houaiss não foi modificado. Se tivesse sido, nem saberíamos. Teríamos ficado mais pobres –



porque todos ficamos mais pobres quando nosso idioma é saqueado de sua história – sem saber. Por não ter cumprido a determinação do MPF, a editora Objetiva e o Instituto Antônio Houaiss poderão ter de pagar uma indenização de R\$ 200 mil por danos morais coletivos. A Justiça Federal ainda não se pronunciou. E a esperança é de que esta conheça o significado do verbete “dicionário”. Na última sexta-feira (02/03/2012), o alerta de que os verbetes “cigano” e “negro” haviam desaparecido da versão eletrônica do Dicionário Houaiss se espalhou pela rede social Twitter. No sábado, a notícia foi registrada pela imprensa. O diretor do Instituto Antonio Houaiss, Mauro Villar, afirmou à Folha de S. Paulo que não partiu dele a ordem para a retirada dos verbetes. Villar garantiu que nunca teria suprimido as definições porque elas são “espelhos que refletem ocorrências” na língua. De quem partiu a ordem, então? E por quê? O fato é que (...) quem digitasse as palavras “cigano” e “negro” se depararia com o seguinte aviso: “A palavra não foi encontrada”. É curioso que os ciganos, que tantas vezes na História foram perseguidos e exterminados, agora vivam, pela própria vontade, uma espécie de genocídio pela palavra. O verbete – ou tudo o que são e viveram e que está contido na palavra “cigano” – foi apagado da versão eletrônica do Houaiss. Faz pensar, não? O perigo maior mora no fato de que agressões desse porte, devagar e silenciosamente, vão impondo a pior de todas as censuras: a autocensura. Quem fizer a revisão periódica do Dicionário Houaiss pode preferir não comprar a briga numa próxima vez. Assim como quem retirou o verbete “cigano” da versão eletrônica já deu um passo além e, por precaução, suprimiu também o verbete “negro”. A autocensura vem se imiscuindo na sociedade brasileira com mais frequência e empenho do que a maioria de nós consegue perceber. E esse tipo de censura, por ser insidiosa, é muito mais difícil de combater. (...) Os tempos são perigosos. Se nós – todos nós – não ficarmos vigilantes, continuaremos a ter nossa memória e cultura roubadas. Se o chefe do bombeiro Guy Montag, do “Fahrenheit 451”, sonhasse que um dia bastaria um clique na tecla “deletar” para acabar com um mundo inteiro de sentidos, talvez se tornasse o homem mais feliz do mundo. É curioso que atos ocorridos dentro de uma democracia sejam o sonho mais perfeito dos mais truculentos ditadores. Um clique. E nada mais.

Certamente que o fato do apagamento das palavras, de acervos, o desaparecimento de documentos – ou a criação das versões oficiais ou “melhoradas” da história – sempre existiram. E nós, cidadãos, muitas vezes perdemos a noção de como estas práticas são recorrentes e recrudescidas nas esferas institucionais. É como se o ato de apagar, de fazer desaparecer fosse uma prerrogativa de quem está no comando, de quem se sente autorizado a proceder desta forma. O caso do apagamento da palavra no dicionário Houaiss ter ido parar nas redes sociais, e ter se revertido – a partir de um movimento propagatório – ganhando enorme visibilidade numa onda de protestos contra a medida, é um indício do quanto os usos da tecnologia na atualidade têm papel preponderante nas ações efetuadas no campo social. Outro movimento recente – que aconteceu primeiramente em Recife e depois se propagou por outras cidades do Nordeste brasileiro – conhecido como “apitação”, organizado pelo *Grupo de Cidadania Feminina*, consiste no uso do apito como forma de denúncia contra a violência

sofrida pelas mulheres. Nesse movimento, observamos duas formas de atuação: a primeira é o “apitação” de rua, reunindo um conjunto de mulheres que saem em passeata pelas ruas da comunidade, munidas de apito, chamando atenção para o problema da violência contra as mulheres. Além dos apitos, o grupo utiliza carro de som e a música, em ritmo de frevo “Nem com uma Flor”, para mobilizar as pessoas a participarem da ação e a se engajarem no enfrentamento à violência contra as mulheres na comunidade. A segunda forma do “apitação” consiste em apitar no momento em que uma mulher está sofrendo violência. Assim, toda mulher que tenha um simples apito, ao perceber que uma delas sofre violência, começa a apitar chamando a atenção de outras mulheres, que passam também a apitar, compondo uma rede sonora, que acaba por denunciar e inibir o agressor, que, em geral, foge ou permite que as mulheres saiam de casa. Existe ainda uma rede de apoio que dá suporte e orientação às mulheres que enfrentam situações de violência, divulgando e buscando locais apropriados para o abrigo emergencial e fornecendo outros procedimentos assistenciais. O “apitação” é também uma ação político-cultural, que não apenas mobiliza segmentos da sociedade em prol do uso de recursos públicos para a causa ou dando apoio emocional ou psicológico, mas que sobretudo questiona as concepções, valores e práticas em relação à violência contra as mulheres.

Desse modo, compreendemos o quanto o campo social é dinâmico e eminentemente político e que, para cada efetuação, outras tantas efetuações possíveis se ramificam e seguem para outros rumos. O mais importante é expormos a fragilidade dos determinismos e das práticas que acabam por nos subjugar, nos tornando homens menos ativos, roubados de nossa força vital. Ao compreendermos o mundo material como a um plano de imanência, onde as forças se expressam livremente, dotadas de sua capacidade intensiva, tendendo a formar redes potenciais que, por sua vez, propagam ideias e modos de existência, nos tornamos mais responsáveis por nossas escolhas e mais livres para um pensar diferente. O mesmo se dá no universo profissional, quando atuamos em instituições tradicionais ou quando lidamos com materiais que seguem todos os preceitos formais daquilo que entendemos ser um documento enquanto prova, registro, fato histórico; não negamos nenhuma dessas qualidades ou dimensões, mas apostamos sempre na dimensão do processual, já que é nela que a memória política se inscreve. São pequenas derivações – como o “apitação” das mulheres, como a onda de protestos pelo apagamento da memória das palavras ou mesmo o depoimento do filho do mateiro torturado pelos militares –, são as mínimas diferenças

repercutindo ao infinito, que dão à vida o sentido colorido que ela tem: liberdade é pouco, o que desejamos ainda não tem nome (LISPECTOR, 1998).

Tivemos por propósito aqui, demonstrar ainda que o trabalho cotidiano em um centro de documentação leva-nos a refletir sobre como se efetuam as escolhas sobre o que é produzido, veiculado e arquivado e também sobre aquilo que um dia foi esquecido, que pode ser intencionalmente apagado ou mesmo simplesmente perecer devido à ação erosiva do tempo. Desse modo, nos deparamos com algumas das dimensões clássicas presentes em um arquivo e suas implicações éticas e políticas e também com a sua dimensão processual, que nos fez entender de que maneira os acontecimentos continuam reverberando – até em nós mesmos.

Ao nos determos nos aspectos de produção da memória – e nos seus jogos de força – acabamos por compreender que o papel das instituições não pode ficar reduzido às funções de selecionar, arquivar, conservar e publicizar conteúdos produzidos para que sirvam como fonte de consulta e pesquisa; o questionamento dos modelos, dos usos, dos acessos aos materiais também fazem parte da gestão e, certamente, de uma postura política em relação às práticas profissionais. Todo o nosso esforço foi em prol da construção um percurso político dos documentos que produzem memória e que, justamente por manterem seus graus de virtualidade e processualidade, escapam de sua sina de registro histórico, tornando-se um acontecimento. Empenhamo-nos em demonstrar o quanto a criação da memória é mais afinada com o exercício das diferenças, ao próprio jogo de forças e também às relações constituídas no plano de imanência. Memória é acontecimento político porque se funda na práxis, no exercício, na relação. É uma memória ética: micropolítica no plano da imanência. Afetos em combate: a potência das vidas ordinárias.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira A. de. Getúlio Vargas e a imprensa: uma relação conflituosa. **Dossiês CPDOC/FGV, s/d**. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/RelacaoImprensa>

Acesso em: 14 fev. 2012.

ALTMAN, Fábio. 13 de dezembro de 1968: o dia do AI-5. **Revista Época**, São Paulo, 07 dez. 1998. Disponível em: <http://epoca.globo.com/edic/19981207/ai-51.htm> Acesso em: 10 jan. 2012.

ALVES, Márcio M. O holocausto da democracia. **O Globo**. Rio de Janeiro, p. 10, 06 dez. 1998.

AMADOR, Fernanda; FONSECA, Tânia M. G.. **Da intuição como método filosófico à cartografia como método de pesquisa – considerações sobre o exercício cognitivo do cartógrafo**. In: Arquivos Brasileiros de Psicologia, vol. 61, nº 1, 2009.

ANTONIO CÂNDIDO. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

ANDRADE, Mário de. **A lição do amigo: cartas a Carlos Drummond de Andrade**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1983.

ARISTÓTELES. **Tópicos**. [3]. Disponível em: [www.dominiopublico.com.br](http://www.dominiopublico.com.br) Acesso em: 17 ago. 2008.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. In: **Obras escolhidas**, v.3. Trad. José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERGSON, Henri. **A Evolução Criadora**. Trad. Bento Prado Júnior. 2005. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção Tópicos).

\_\_\_\_\_. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **O pensamento e o movente**. Trad. Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BLAKE, William. **O casamento do céu e do inferno**. Porto Alegre: L&PM Pockets, 2007.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge L.; DELGADO, Lucília, A. N. **O tempo da ditadura: regime militar e os movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Brasil Republicano, livro 4).

BRANDÃO, Junito de S. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

BRUM, Eliane. Senhor Procurador, leia o verbete “dicionário”: o caso Houaiss e a tentativa de apagamento da História. Revista Época, 05 mar. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2012/03/senhor-procurador-leia-o-verbete-dicionario.html> Acesso em: 20 mar. 2012.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985. p.134.

CANELLAS DE OLIVEIRA, Wanessa M. “**Controlar para governar: Michel Foucault investiga transformação dos corpos em objetos de poder**”. O GLOBO, Caderno Prosa & Verso, 24.01.2009.

\_\_\_\_\_. **Memória, subjetividade e afeto nos bastidores do rádio**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO JR. H.R. “**Espinosa e Nietzsche: eles onto-práticos para uma ética da imanência**”. Anais [do] I Seminário de Filosofia Contemporânea: Nietzsche e o pensamento francês. Londrina – PR: UEL, 2006, vol.1. p.23-31.

CARVALHO, José M. de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CASO Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) VS. Brasil. (Exceções preliminares, mérito, reparações e custas). Disponível em: [http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_219\\_por.pdf](http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_219_por.pdf) Acesso em: 10 mar. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Política em Espinosa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Nervura do Real: imanência e liberdade em Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHALOUB, Jorge G. de S. **Apontamentos para uma perspectiva crítica do estado de exceção**. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília (DF), 2008. Disponível em: [http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/14\\_861.pdf](http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasil/14_861.pdf) Acesso em: 28 fev. 2010.

CIÊNCIA da Informação. **Dicionário Eletrônico de Terminologia em Ciência da Informação** Vitória-ES: Porto: DCI - CCEJ da UFES, SAJCC da FLUP - CETAC.Media, 2007. Disponível em: <<http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/def.asp?cod=15>>. Acesso em: 10 fev.2012.

CIGANO. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

CÖHEN, Guilherme. **No ar o Grande Jornal Fluminense**. Revista de Comunicação. Ano 8, nº30, Nov. de 1992, p.15.

COIMBRA, Maria Cecília Bouças. Algumas verdades sobre a Comissão da Verdade. Jornal GTNM, 2012. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigos.asp?Refresh=2012081310062677904971&Codartigo=125> Acesso em: 03 mai. 2012.

COSTA, Florência. **Há 30 anos, o mergulho nas trevas do AI-5**. O GLOBO. Rio de Janeiro, p.6, 06 dez. 2008.

COSTA, Rogério da. **Sociedade de Controle**. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, 18(I). p.161-167, 2004.

D'ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin**. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 20, nº 56. São Paulo. Jan-Abr. 2006. p.237-251 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100016) Acesso em: 06 Set. 2010.

DELEUZE, Gilles. **A Ilha deserta e outros textos**. Edição e organização da edição francesa de David Lapoujade. Tradução e organização da edição brasileira Luiz B. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006. (2006a)

\_\_\_\_\_. **Bergsonismo**. Tradução Luiz B. Orlandi. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora 34, 2008. (Coleção Trans).

\_\_\_\_\_. **Espinosa: filosofia prática**. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_. **Idéia e Afeto em Espinosa**. Aula do dia 24 de jan. 1978 em Vincennes. (1978) Tradução de Francisco Fuchs. Disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=219&groupe=Spinoza&langue=5> Acesso em: 03 mar. 2007.

\_\_\_\_\_. **Lógica do Sentido**. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. 4 ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Coleção Estudos) (2006b)

\_\_\_\_\_. **Diferença e Repetição**. Tradução revista de Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2 ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: Graal, 2006. (2006c)

\_\_\_\_\_. **Spinoza et le problem de l'expression**. Paris: Les Editions de Minuit, 1968.

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol.1. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. 4ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2006 (2006d).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Mil Platôs**. Vol.3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2007.

\_\_\_\_\_. GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**. Vol.5. Tradução de Peter Pál Perbart; Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é Filosofia?** Tradução de Bento Prado Júnior e Alberto Alonso Muñoz. 2 ed. 4 reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 2005.

\_\_\_\_\_. PARNET, Claire. **Diálogos.** Tradução de José Gabriel da Cunha. Lisboa: Relógio D'água, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana.** Tradução de Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Coleção Conexões,12)

DIEGUEZ, Consuelo. **Conciliação, de novo.** Rio de Janeiro: Revista Piauí, nº 64, Jan. 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-64/questoes-historico-politicas/conciliacao-de-novo> Acesso em: 02 fev. 2012

DODEBEI, Vera. “**Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social?**” DataGramZero - Revista de Ciência da Informação - v.12 n.2 abr. 2011

DOSSE, François. **Gilles Deleuze & Félix Guattari: biografia cruzada.** Tradução de Fátima Murad e Revisão Técnica de Maria Carolina dos Santos Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUNS SCOTUS, Jons. Do princípio de individuação: Ordinatio II, distinção 3, parte 1, questão 1. In: CEZAR, César. **O conhecimento abstrativo em Duns Scoto.** Porto Alegre: PUC-RS, 1996. p.85-96. (Filosofia; v.42)

ESCÓSSIA, Liliana; TEDESCO, Sílvia. O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In : PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia : Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.** Porto Alegre : Sulina, 2009.

\_\_\_\_\_; KASTRUP, Virgínia. “**O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade**”. Psicologia em estudo. Maringá, vol.10, n.2, 2005. p.7.

FEDERICO, Maria Elvira B. **História da Comunicação: rádio e TV no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1982.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro; Zahar, 1975.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História quantitativa da alfabetização no Brasil.** in RIBEIRO, V.M. (org.) p.195-207, 2004.

FICO, Carlos. **Documentos secretos.** Rio de Janeiro: UFRJ. s/d. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/Documentos%20secretos.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2012

\_\_\_\_\_. **Documentos Tarjados.** Blog Brasil Recente. 02.05.2011 (2011). Disponível em: Acesso em: 12 fev. 2012

FRANCO, Carlos. **Documentos revelam mortes à sombra dos militares 48 anos após o Golpe Militar.** Estado de Minas, 31 mar. 2012. Minas Gerais. Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/31/interna\\_politica,286509/documentos-revelam-mortes-a-sombra-dos-militares-48-anos-apos-o-golpe-militar.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2012/03/31/interna_politica,286509/documentos-revelam-mortes-a-sombra-dos-militares-48-anos-apos-o-golpe-militar.shtml) Acesso em: 01 abr. de 2012.

FORNAZARI, Sandro Kobol. **O bergsonismo de Gilles Deleuze**. Trans/Form/Ação, Marília, v. 27, n. 2, 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?\\_Acesso em: 15 set. 2011](http://www.scielo.br/scielo.php?_Acesso em: 15 set. 2011).

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. (2005a)

\_\_\_\_\_. "Deux essais sur les sujets et le pouvoir". In: DREYFUS & RABINOW. **Michel Foucault: un parcours philosophique**. Éditions Gallimard, Paris, 1984.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (2005b)

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhete. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FREYRE, G. **Manifesto regionalista**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (GTNM). **Quem somos: histórico e objetivos**. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Conteudos.asp?REfresh=2012032914504014909188&Pagina=QuemSomos&Titulo=Quem%20Somos> Acesso em: 20 mar. 2012

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GONDAR, Jô. Lembrar e Esquecer: desejo de memória. In: COSTA, Icléia T. M; GONDAR, Jô. (Org.) **Memória e Espaço**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. Memória, Poder e Resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel A. (Org.) **Memória e Espaço: Trilhas do Contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. "Quatro Proposições sobre Memória Social". In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUMBRECH, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: P.U.F., 1952.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.



HOLLANDA, Eduardo; DUSEK, André. O arquivo vivo da guerrilha do Araguaia: Camponeses que foram torturados pelo Exército revelam a barbárie do combate que ainda é uma página oculta da história. Revista ISTO É, abr. 2012 Disponível em: [http://www.istoe.com.br/reportagens/40220\\_O+ARQUIVO+VIVO+DA+GUERRILHA+DO+ARAGUAIA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage](http://www.istoe.com.br/reportagens/40220_O+ARQUIVO+VIVO+DA+GUERRILHA+DO+ARAGUAIA?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage) Acesso em: 01 abr. 2012

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JAUSS, Hans Robert. **Tradição literária e consciência atual da modernidade**. In: OLINTO, Heidrun Krieger. (org.) Histórias de literatura. São Paulo: Ática, 1996.

KASTRUP, Virgínia. BARROS, Laura. “Cartografar é acompanhar processos”. In : PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia : Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre : Sulina, 2009

KURY, Mário da Gama. **Dicionário de Mitologia Grega e Romana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990. p.114.

KOLLING, Guilherme ; COUTINHO, Paula. **Grosso dos arquivos da ditadura foi destruído, diz Vannuchi**. Jornal do Comércio, 11 abr. 2011. Disponível em: <http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=59315> Acesso em: 12 fev. 2012.

LAZZARATO, Maurizio. "Gabriel Tarde: un vitalisme politique". In : TARDE, Gabriel. **Monadologie et sociologie**. Paris: Institut Synthélabo, col. Les empêcheurs de penser en rond, 1999.

\_\_\_\_\_. **La Psychologie économique contre l'économie politique**. In: **Multitudes**, nº 7, p. 193-202, Paris, Decembre 2001.

\_\_\_\_\_. “La Mémoire Sociale: représentations et croyances.” In: **Puissances de l'invention – La psychologie économique de Gabriel Tarde contre l'économie politique**. Les Empêcheurs de penser en rond. Paris, 2002.

LEIBNIZ, G. **La monadologie**. Édition critique établie par Émile Boutroux, Paris: Le Livre de Poche, 1991.

LE GOFF, Jacques. **História**. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Porto: Imprensa Nacional; Casa da Moeda: 2000. v. 42, p. 375-383.

LISPECTOR, Clarice. **Perto do Coração Selvagem**. São Paulo: Rocco, 1998.

LISOVSKY, Maurício. Quatro + 1 dimensões do arquivo. In: MATTAR, Adriana (Org.). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro, 2004. p. 47-63.

LOURAU, René. **Análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LÖWY, Michael. **A filosofia da história de Walter Benjamin**. In: Revista Estudos Avançados. Vol. 16, nº 45. São Paulo. Mai-Ago 2002. p.199-206. Acesso em: 06 Set. 2010.

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000200013&script=sci_arttext)

MAIO DE 68 marcou década em que jovem acelerou a história. Folha de São Paulo, 30.04.2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u396744.shtml>  
Acesso em: 29.02.2012

MIRANDA, Orlando. A Era do Rádio. In: **Nosso Século**. São Paulo: Abril Cultural, n. 17, p.72, [1980?].

MORAES, E. J. de. **A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MOREIRA, Sonia V. **Rádio Palanque**. Rio de Janeiro: Mil Palavras, 1998.

NEGRI, Antonio. **A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza**. São Paulo: Editora 34, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Cinco lições sobre Império**. Trad. Alba Omi. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

\_\_\_\_\_. **O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade**. Trad. Adriano Pilatti. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

\_\_\_\_\_. **Tratado Político, 1677 (verbete)**. In: CHÂTELET, F.; DUHAMEL, O.; PISER, E. Dicionário de Obras Políticas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993b.

\_\_\_\_\_.; HARDT, Michael; **Império**. Trad. Berilo Vargas. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Multidão**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral**. II Dissertação [3]. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.

OLIVEN, Ruben. **Cultura e modernidade no Brasil**. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 15, nº 2. São Paulo, Abr-Jun 2001.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição Brasileira**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

RABINOW. **Michel Foucault: un parcours philosophique**. Éditions Gallimard, Paris, 1984.

O RÁDIO Educativo no Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2003.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no Rádio: os grupos de poder e determinação dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.

PARPINELLI ; Roberta ; SOUZA, Edmilson. **Pensando os fenômenos psicológicos: um ensaio esquizoanalítico**. Psicologia em estudo. Vol. 10, nº 3. Maringá, Set-Dez. 2005.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina. “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia. ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs.) **Pistas do método da cartografia : Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre : Sulina, 2009

PAZ, Octavio. **La quête du présent**. Paris : Editora Gallimard, 1990.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. “Do rural e do urbano no Brasil”. In : SZMRECSANYI, T.e QUEDA, O. (Orgs.) **Vida rural e mudança social no Brasil**. São Paulo : Editora Nacional, 1973.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A hora do clique**. São Paulo: Annalunbe: ECA-USP, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RÁDIO Globo. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)**. CPDOC - FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RÁDIO Mayrink Veiga. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)**. CPDOC - FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RÁDIO Nacional. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)**. CPDOC - FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

RÁDIO Sociedade do Rio de Janeiro. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB)**. CPDOC - FGV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

REBELLO CARDOSO Jr., Hélio. **Acontecimento e História: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das ciências humanas**. Revista Trans/Form/Ação. nº 28(2), 2005. p.105-116.

REVISTA ÉPOCA. **MPF entra com ação contra coronel por sequestros de militantes da guerrilha do Araguaia**. Revista Época. São Paulo. 13 mar. 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/03/mpf-entra-com-acao-contra-coronel-por-sequestros-de-militantes-da-guerrilha-do-araguaia.html>  
Acesso em: 20 mar. 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo1. Campinas, Papirus,1994.

SARTRE, Jean-Paul. **Qu'est ce que la Littérature?** Paris: Gallimard, 1948.

SALES, Alessandro Carvalho. **Deleuze e A lógica do sentido: o problema da estrutura**. *Trans/Form/Ação* [online]. 2006, vol.29, n.2, pp. 219-239. ISSN 0101-3173.

SENNELART, Michel. **As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo**. Trad. de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). **O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. “A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização, 1964-1984”. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SPINOZA, Baruch. **Correspondencia**. Tradução, notas e introdução de Atilano Domínguez. Madrid: Alianza Editorial-Madrid, 1988 - carta a Jarig Jelles em 02 de junho de 1674.

\_\_\_\_\_. **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. Tradução Luiz B. Orlandi. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Korte Verhandeling van God, de Mensch em deszelvs Welstand / Breve Trattato su Dio, l’Uomo e il suo Bene**. Tradução italiano de Filippo Mignini. Roma: L.U. Japadre Editore – L’Aquila, 1986. p.157. (Parte 1, Diálogo Primeiro, § 9).

\_\_\_\_\_. **Tratado Político**. Tradução, notas e introdução Diogo Pires Aurélio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tratado Teológico Político**. Tradução, notas e introdução Diogo Pires Aurélio. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

TARDE, Gabriel. **As Leis da Imitação**. Porto: Rés, [1976?].

\_\_\_\_\_. **La logique sociale**. Paris: Institut Synthélabo, col. Les empêcheurs de penser en rond, 1999. (1999a)

\_\_\_\_\_. **Les lois sociales**. Paris: Institut Synthélabo, col. Les empêcheurs de penser en rond, 1999. (1999b)

\_\_\_\_\_. **Monadologia e Sociologia – e outros ensaios**. – Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas, Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

TAVARES, Mariza. **Grupos de Onze: o braço armado de Brizola**. Site CBN, 31.03.2009. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/hotsites/grupo-dos-onze/GRUPO-DOS-ONZE.htm> Acesso em: 10 mar. 2010

THEMUDO, Tiago S. **Gabriel Tarde – sociologia e subjetividade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX**. Tradução Joana Angélica D’Ávila Melo. São Paulo: Arx, 2002.

VARGAS, Eduardo V. “Gabriel Tarde e a diferença infinitesimal”. In: **Monadologia e Sociologia – e outros ensaios**. – Organização e introdução: Eduardo Viana Vargas, Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história & Foucault revoluciona a história.** Tradução de Alba Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. **O inventário das diferenças: história e sociologia.** Tradução Sonia Saizstein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem”. In: **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WERNECK SODRÉ, Nelson. **A história da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

## 8 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALLIEZ, Éric. **Différence et répétition de Gabriel Tarde**. In: *Multitudes*, n° 7, p. 171-176, Paris, Decembre 2001.

ANTOINE, Jean-Philippe. "Statistique et métaphore: note sur la méthode sociologique de Tarde". In: TARDE, Gabriel. **Les lois de l'imitation**. Paris: Les empêcheurs de penser en rond/Seuil, 2001.

BERGSON, Henri. **Essai sur les données immédiates de la conscience**. Presses Universitaires de France, Paris, 1948.

\_\_\_\_\_. **La pensée et le mouvant**. Presses Universitaires de France, Paris, 1966.

\_\_\_\_\_. **L'énergie spirituelle**. Presses Universitaires de France, Paris, 1967.

\_\_\_\_\_. **Les deux sources de la morale et de la religion**. Presses Universitaires de France, Paris, 2000.

\_\_\_\_\_. **Durée et simultanéité**. Presses Universitaires de France, Paris, 2007.

BOUANICHE, Arnaud. **Gilles Deleuze, une introduction**. Paris: Pocket, 2007.

CANGUILHEM, Georges. **Le normal et le pathologique**. Presses Universitaires de France, Paris, 2003.

COMBES, Muriel. **Simondon: individu et collectivité**. Presses Universitaires de France, Paris, 1999.

DEBAISE, Didier. "Une métaphysique des possessions". **Puissances et sociétés chez Gabriel Tarde**. *Revue de Métaphysique et de Morale*, N° 4, 2008.

DELEUZE, Gilles. *Derrames: entre El capitalismo y La esquizofrenia*. Buenos Aires: Cactus, 2005.

\_\_\_\_\_. **Deux régimes de fous**. Paris: Minuit, 2003.

\_\_\_\_\_. **Différence et répétition**. Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

\_\_\_\_\_. **Proust et les signes**. Presses Universitaires de France, Paris, 1964.

\_\_\_\_\_. **Logique du sens**. Les Éditions de Minuit, Paris, 1969.

\_\_\_\_\_. "Un manifeste de moins". In: BENE, Carmelo. **Superpositions**. Les Éditions de Minuit, Paris, 1979.

\_\_\_\_\_. **Francis Bacon: Logique de la sensation** (2 vol.). Éditions de la Différence, Paris, 1981.

\_\_\_\_\_. **Foucault**. Les Éditions de Minuit, Paris, 1986

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2005. (Conferências IV e V)

\_\_\_\_\_. **Nietzsche, Freud e Marx**. São Paulo: LANDY, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. – Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **La volonté de puissance** (Tome I e II) – Traduit de l'allemand par Geneviève Bianquis. Paris: Éditions Gallimard, Collection Tel, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Assim falou Zaratustra**. Tradução Mário da Silva. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. **Genealogia da moral**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A gaia ciência**. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Sociedade na Grécia Antiga**. Trad. Myriam Campello. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

YATES, Frances A. **A arte da memória**. Tradução Flavia Blancher. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

**9 ANEXOS**

Anexo 1: DVD contendo as PDFs dos Documentos Secretos dos Grupos dos Onze.